

Sumário dêste número

EDITORIAL: Reunião Conjunta dos Presidentes dos Comitês Científicos da Comissão de Geografia do I.P.G.H. — Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 131).

COMENTARIO: Linhas Integrantes do Sistema Ferroviário Brasileiro — Eng. FLÁVIO VIEIRA (pág. 133).

TRANSCRIÇÕES: A Imigração na Política Brasileira de Povoamento — ARTUR HEHL NEIVA (pág. 151) — Geomorfologia Geográfica — RICHARD JOEL RUSSEL (pág. 184).

RESENHA E OPINIÕES: Os sambaquis do noroeste maranhense — JOSÉ SILVESTRE FERNANDES (pág. 193) — Posição metodológica da geografia inglesa — S.W. WOOLDRIDGE e P.S. MORGAN (pág. 200) — Arrendamento rural no Brasil — CLÓVIS CALDEIRA (pág. 203) — Calamidades provocadas pela erosão acelerada do solo — OSVALDO VALPASSOS (pág. 213) — O estudo das fotografias aéreas e o auxílio ao combate do complexo patogênico nas regiões intertropicais — ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA (pág. 215) — Rio Iguazu — LÍDIA MARIA CAVALCANTE BERNARDES (pág. 216) — A Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — Dr. SILVIO ZAVALA (pág. 218) — Informações básicas sobre o Brasil: Superfície e população — Prof. GIORGIO MORTARA (pág. 223).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Ensino da Geografia — M. R. FICHEUX (pág. 229)

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Câmara Federal dos Deputados (pág. 235) — Comissão de Diplomacia (pág. 236) — Presidência da República — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento (pág. 236) — Conselho Nacional de Geografia (pág. 237) — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 238) — CERTAMES — II Congresso de História da Bahia (pág. 238) — 112.^a Conferência Anual da Associação Britânica para o Progresso da Ciência (pág. 239) — UNIDADES FEDERADAS — Goiás (pág. 239) — São Paulo (pág. 240) — Território Federal do Amapá (pág. 240).

BIBLIOGRAFIA: REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 241) — Periódicos (pág. 246).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 13 de agosto de 1949 — Leis (pág. 255) — Decretos legislativos (pág. 256) — Decretos executivos (pág. 256) — Integra da legislação de interesse geográfico — Leis (pág. 260) — Decretos (pág. 261) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 271) — Minas Gerais (pág. 271) — Paraná (pág. 272) — Rio de Janeiro (pág. 273) — Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — IX Sessão Ordinária da Assembléia Geral — Integra das Resoluções de ns. 252 a 256 (pág. 274) — Diretório Central — Integra das Resoluções de ns. 153, 187, 193, 363 e 364 (pág. 277).

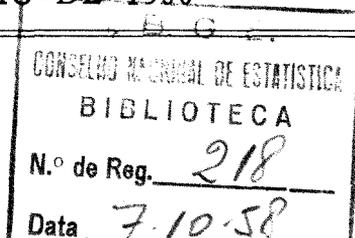
Boletim Geográfico

Ano VIII

MAIO DE 1950

N.º 86

Editorial



Reunião Conjunta dos Presidentes dos Comitês Científicos da Comissão de Geografia do I.P.G.H.

O mês de junho vindouro assinalará a reunião conjunta, na Capital Federal, dos presidentes dos Comitês Científicos que integram a Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, os Profs.: Preston James, dos Estados Unidos, que preside o Comitê de Classificação e Uso da Terra; Carlos Delgado de Carvalho, do Brasil, que preside o Comitê de Ensino e Metodologia; James Wreford Watson, do Canadá, presidente do Comitê de Povoamento e Colonização; e Frederico A. Daus, da Argentina, que preside o Comitê de Geografia das Americas.

Convocados pelo secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia do Brasil, que é o presidente da referida Comissão de Geografia, os ilustrados cientistas se ocuparão de importantes assuntos relacionados com as atividades da Comissão e, especialmente, se empenharão no estudo das medidas a serem tomadas para a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, a realizar-se em Santiago, em outubro vindouro.

A Comissão de Geografia, durante o período, compreendido entre a última Reunião de Consulta realizada nesta capital em agosto último e a presente data vem desenvolvendo suas atividades tendentes, sobretudo, a dar cumprimento às decisões da I Reunião de Consulta, cumprindo destacar: a

do plano de ajuda técnica aos países americanos dela necessitados, através da Organização dos Estados Americanos, e a da elaboração dos números em atraso da Revista Geográfica do Instituto, órgão que se destina à difusão, por todos os países da América e alguns da Europa, da experiência geográfica do Novo Mundo, através das principais contribuições especializadas dos pesquisadores da ciência geográfica. Essa tarefa está a pleno efeito, empenhando-se a Comissão na elaboração e preparo dos originais dos tomos IX/X, ns. 25 e 26 do importante periódico, de modo que a circulação desses números se verifique na oportunidade da realização da reunião programada para outubro próximo, na capital do Chile.

A reunião de junho vindouro, pois, representará um progresso nos trabalhos da Comissão Pan-Americana de Geografia, em favor do desenvolvimento da ciência geográfica no nosso continente.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral do Conselho Nacional
de Geografia



Linhas Integrantes do Sistema Ferroviário Brasileiro

— I —

FLÁVIO VIEIRA

Membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia

Em nosso país as estradas de ferro figuram em todos os quadrantes da rosa dos ventos, tecendo muitas, com as suas paralelas de aço, rédes importantes, com apreciável quilometragem, e constituindo, as demais, caminhos solitários ou singulares no sistema ferroviário brasileiro.

No Norte encontram-se três ferrovias isoladas, pequenas linhas de transportes pelos trilhos na imensidade da bacia amazônica.

No Nordeste temos duas rédes e quatro estradas isoladas que, depois de concluídas as ligações em execução, se articularão, constituindo um sistema único naquela região, — a réde nordestina.

No rumo Noroeste citemos a importante E. F. Noroeste do Brasil, que se articula com a E. F. Brasil-Bolívia, linha internacional quase toda construída e que vai permitir a ligação interoceânica Santos-Arica.

No Leste, com as suas quatorze vias férreas, e no Sul, onde há 24 estradas, temos as regiões de maior densidade ferroviária do país. Nesses dois quadrantes elas somam 29 039 quilômetros ou sejam 81% da extensão da réde brasileira.

No Oeste figuram dois caminhos de ferro, um dentro do estado de Mato Grosso e outro no de Goiás, os quais já se acham ligados às rédes do Sul e do Leste.

Essas linhas férreas, ao terminar o ano de 1949, somavam 36 014 quilômetros, que é a extensão atual em tráfego do sistema ferroviário nacional.

No quadro que vai a seguir, damos, discriminadamente, como se espalham pelo Brasil esses 36 014 quilômetros.

Vejamos agora, rapidamente, quais as estradas que se distribuem pelas unidades federadas, estradas essas em número de 47, atualmente, pois elas já foram 51 quando a Maricá, a Dourado, o Tramway da Cantareira e a São Paulo-Paraná ainda não haviam sido incorporadas, respectivamente, à E. F. Central do Brasil, à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, à E. F. Sorocabana e à Réde de Viação Paraná-Santa Catarina.

NA REGIÃO NORTE — Os caminhos de ferro que servem à Amazônia são a E. F. Tocantins e a E. F. Bragança, no Pará, e a E. F. Madeira-Mamoré, no território do Guaporé, todas de propriedade da União e com a bitola de um metro.

Essas três vias férreas perfazem o total de 777,414 quilômetros para a região, sendo a primeira administrada pela Fundação Brasil Central, a segunda pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a última pelo governo do território em que se encontra.

Distribuição da quilometragem das estradas de ferro em tráfego em 31-12-1949 pelas regiões e unidades federadas

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	EXTENSÕES EM QUILOMETROS	
	Nas unidades federadas	Na região
Região Norte		777
Território do Guaporé.....	366	
Território do Acre.....	—	
Estado do Amazonas.....	—	
Estado do Pará.....	411	
Território do Rio Branco.....	—	
Território do Amapá.....	—	
Região Nordeste		4 753
Estado do Maranhão.....	472	
Estado do Piauí.....	244	
Estado do Ceará.....	1 380	
Estado do Rio Grande do Norte.....	540	
Estado da Paraíba.....	561	
Estado de Pernambuco.....	1 160	
Estado de Alagoas.....	396	
Território de Fernando de Noronha.....	—	
Região Leste		14 842
Estado de Sergipe.....	297	
Estado da Bahia.....	2 451	
Estado de Minas Gerais.....	8 600	
Estado do Espírito Santo.....	671	
Estado do Rio de Janeiro.....	2 669	
Distrito Federal.....	154	
Região Sul		14 197
Estado de São Paulo.....	7 589	
Estado do Paraná.....	1 749	
Estado de Santa Catarina.....	1 198	
Estado do Rio Grande do Sul.....	3 661	
Região Centro-Oeste		1 445
Estado de Mato Grosso.....	1 036	
Estado de Goiás.....	409	
BRASIL		36 014

A Tocantins tem por objetivo vencer desníveis do leito do curso médio do rio que lhe empresta o nome, entre Tucuruí (ex-Alcobaça), de onde parte, e Marabá. Ladeia ela as cachoeiras e corredeiras que dificultam a navegação, sendo a sua extensão de 117,200 quilômetros. A linha está parada em Jatobal, desde 1944, quando chegou a essa vila.

A E. F. Bragança, cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1884, mede 293,729 quilômetros, sendo 228 na linha tronco, entre Belém e Bragança, e os restantes quilômetros, nos ramais do Pinheiro (atual Icoraci), do Prata e de Tijoca (ex-Benjamim Constant).

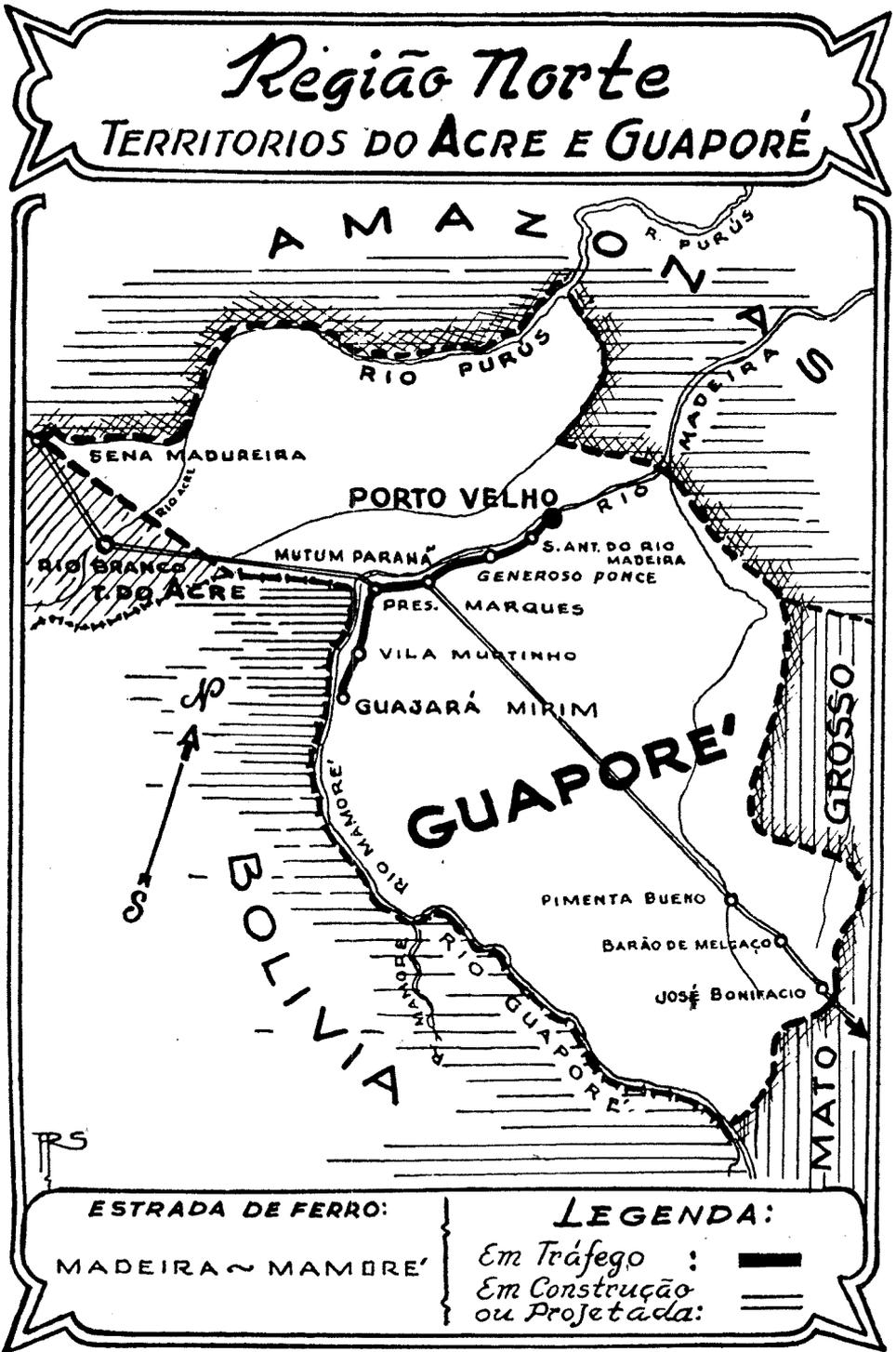


Fig. 1 — Mapa esquemático mostrando a situação da E. F. Madeira-Mamoré, no território do Guaporé

A Madeira-Mamoré, construída em virtude do Tratado de Petrópolis, firmado em novembro de 1903 pelo Brasil e a Bolívia, tem por finalidade vencer as 19 cachoeiras que existem no rio Madeira entre Guajará-Mirim, no seu afluente Mamoré, e Alto Madeira (ex-Santo Antônio do Madeira).

Sua extensão é de 336,485 quilômetros entre Porto Velho e Guajará-Mirim, percorridos com tração de vapor e de óleo.

A carga da Madeira-Mamoré se acham os serviços portuários, de abastecimento d'água e de eletricidade na capital do Guaporé.

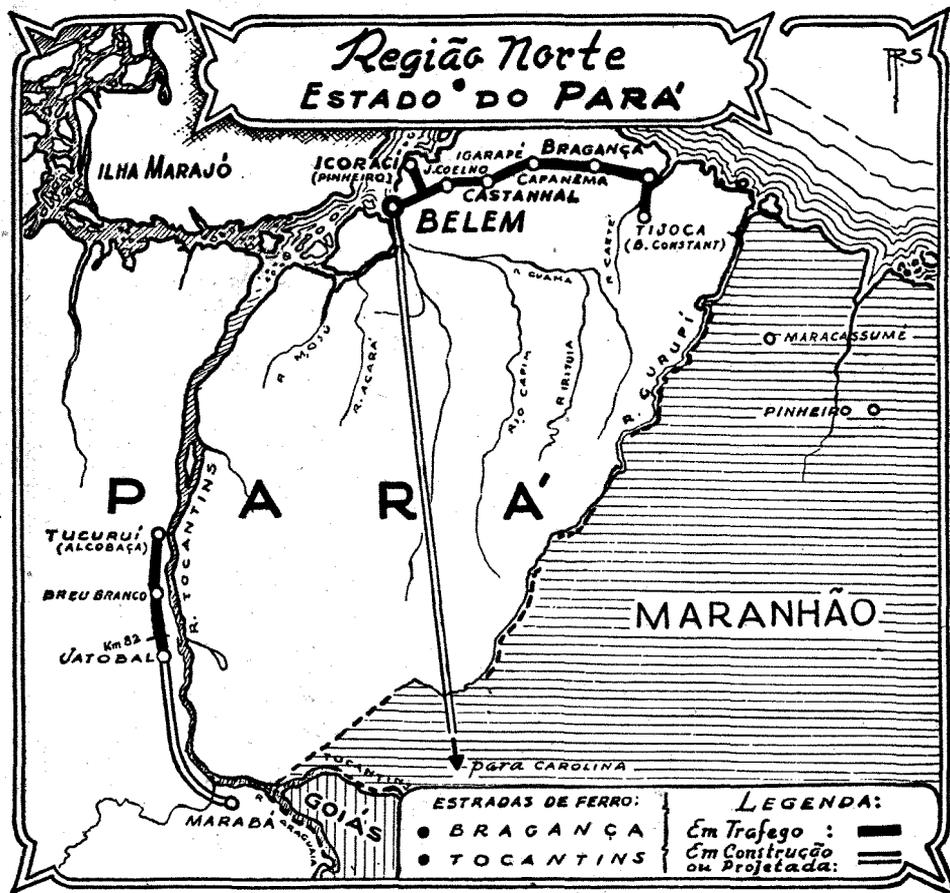


Fig. 2 — Situação das duas estradas de ferro existentes no estado do Pará. A seta indica a diretriz da linha em construção que vai para Pirapora, passando por Carolina (Ramal Pirapora-Belem, da E. F. Central do Brasil).

NA REGIÃO NORDESTE — No Nordeste Ocidental encontram-se as estradas de ferro São Luís-Teresina, no Maranhão, e Central do Piauí, no estado d'êste nome.

No Nordeste Oriental, servindo aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, existem as seguintes vias férreas: Rêde de Viação Cearense, E. F. Moçoró, Central do Rio Grande do Norte, The Great Western of Brazil Ry. Co. Ltd. e um trecho da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Oferecem elas a extensão total de 4752,880 quilômetros, sendo a de 716,121 no Nordeste Ocidental e a de 4036,759 no Oriental.

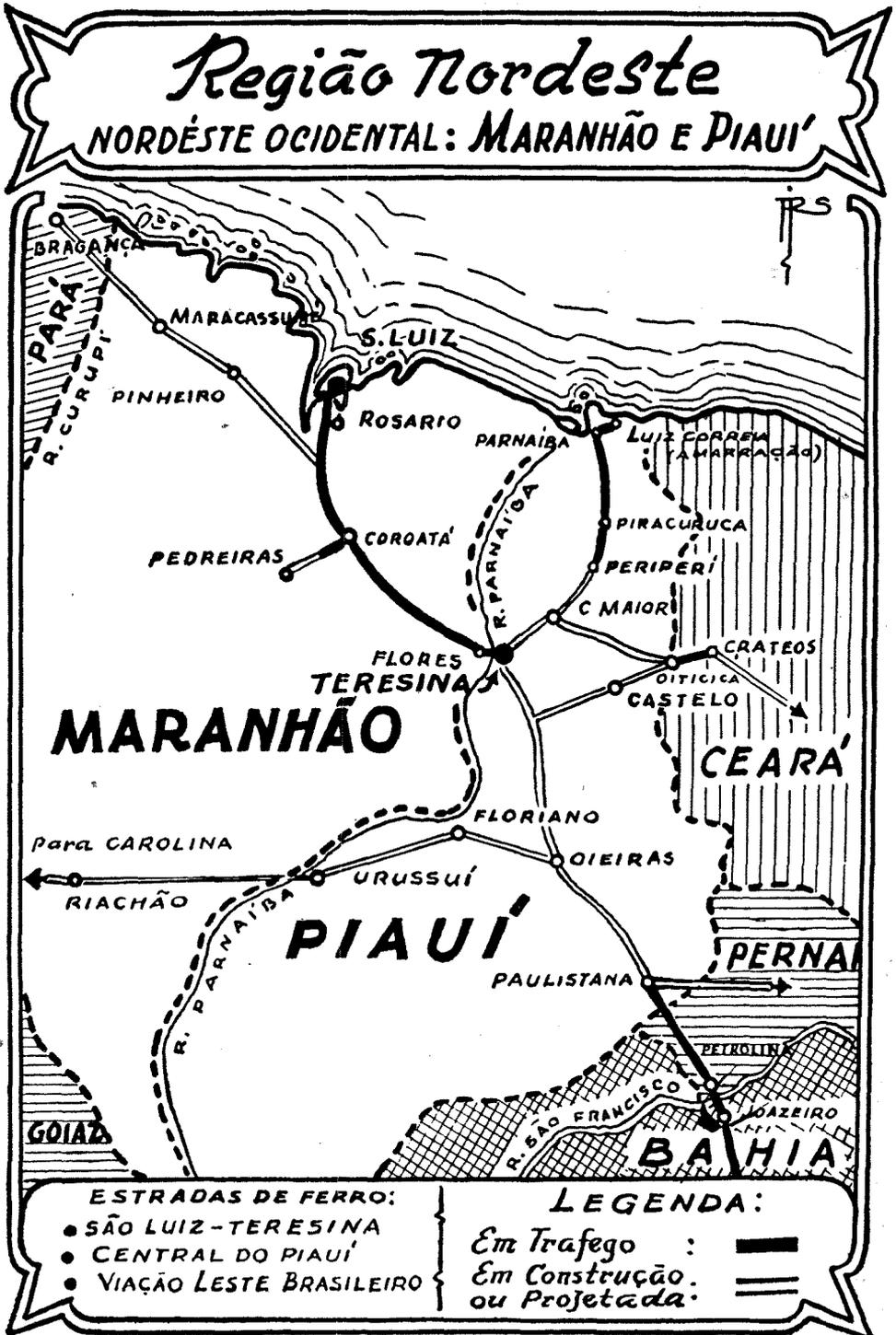


Fig. 3 — Esquema das linhas férreas do Nordeste Ocidental

A E. F. São Luís-Teresina liga as capitais do Maranhão e do Piauí. Partindo da capital maranhense, ela passa da ilha de São Luís para o continente através de uma ponte metálica sobre o canal dos Mosquitos, segue pela margem esquerda do Itapicuru até a cidade de Caxias e, daí, pela antiga E. F. Cajazeiras, à barranca do rio Parnaíba, que é transposto por bela ponte, alcançando, assim, Teresina.

A São Luís-Teresina, que tem 476,103 quilômetros, possui dois ramais: o de Flores, que parte de Entroncamento, e o de Coroatá a Pedreiras, em construção e tendo já 17 quilômetros em tráfego. É de propriedade do governo federal, tem a bitola de um metro e o sistema de tração é de vapor.

A E. F. Central do Piauí, cujo primitivo nome foi E. F. Amarração a Campo Maior, objetiva a ligação de Teresina com Luís Correia, ex-Amarração, que é pôrto de mar do Piauí.

Daí, o seu traçado partindo dêsse pôrto em direção à capital piauiense e do qual se acham em tráfego 191,018 quilômetros.

A Central do Piauí pertence ao Patrimônio da União, que a administra, tem a bitola corrente e usa tração de vapor.

A Rêde de Viação Cearense tem a extensão de 1 581,279 quilômetros, que se distribuem pela E. F. Baturité e ramais (1 187 km) e E. F. Sobral (394 km).

Estas duas estradas acabam de ser ligadas pelo chamado ramal de Itapipoca, formando uma rêde una e permitindo a futura articulação das linhas cearenses com as ferrovias que convergem do sul e do norte para Teresina.

A Baturité e a Sobral se orientam quase que paralelamente do litoral para o alto interior cearense. Parte a primeira de Fortaleza, passa pela cidade que lhe dá o nome e outras cidades importantes, indo ter a Crato, onde inflexiona para leste e penetra no estado da Paraíba, visando ligar-se à Great Western, em Campina Grande, via Sousa, Pombal e Patos, cidade esta até onde vão seus trilhos.

Dessa importante linha partem vários ramais, entre os quais o de Itapipoca, já referido e que acaba de ser inaugurado em tôda a sua extensão, e o de Barbalha, em construção, que entronca em Juazeiro do Norte e deve ser inaugurado êste ano.

A Sobral parte de Camocim e, depois de 394,393 quilômetros de percurso, alcança Oiticica, quase na fronteira piauiense. Não possui ramais. Tem dois trechos em construção, sendo o principal o que a prolonga de Oiticica para Canabrava, no Piauí.

A Rêde de Viação Cearense é de propriedade da União e por ela administrada. Sua bitola é de 1 metro e o sistema de tração é de vapor e Diesel elétrica.

A E. F. Moçoró é uma das ferrovias que servem ao Rio Grande do Norte. Parte de Areia Branca, passa por Moçoró e vai ter a Mumbaça, estando sendo prolongada pelo governo federal daí para Sousa, na Paraíba.

Até Mumbaça estão em tráfego 196,435 quilômetros em linha de um metro de bitola e tração de vapor.

Essa estrada compreende dois trechos: o de concessão estadual à Companhia E. F. Moçoró, entre a cidade dêste nome e o pôrto de Areia Branca, e o administrado e em construção pelo governo da União, daquela cidade potiguar a Sousa.

A Central do Rio Grande do Norte, no estado que lhe dá a denominação, tem a extensão de 341,811 quilômetros, que assim podem ser discriminados:

De Natal a Angicos, linha principal, 193,780 quilômetros; de Natal a Nova Cruz, linha pela qual se liga à rêde da Great Western, 120,690 quilômetros; e de Lajes a Epitácio Pessoa, ramal, 27,341 quilômetros.

A Central do Rio Grande do Norte, que tem bitola corrente e tração de vapor, é de propriedade e administração da União, que está levando a efeito seu prolongamento até São Rafael, numa extensão de 45 quilômetros.

The Great Western of Brazil Ry. Co. Ltd. não é só a de maior extensão quilométrica, mas a mais importante rêde do Nordeste brasileiro.



Fig. 4 — Mapa esquemático dos caminhos de ferro do Ceará

Atualmente a Great Western, que serve aos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, é constituída pela reunião de várias antigas estradas de ferro locais, grupadas em três grandes linhas a saber:

Linha Norte — constituída pelas estradas de Recife a Limoeiro e Timbaúba, Conde d'Eu e Guarabira (Independência), com a extensão total de 544,035 quilômetros, dos quais 300,197 de linha principal e 242,838 de ramais;

Linha Oeste — constituída pela Estrada de Ferro Central de Pernambuco, com a extensão de 421,003 quilômetros, dos quais 405,359 de linha principal e 15,644 de ramais;

Linha Sul — constituída pelas estradas de Recife ao São Francisco, Sul de Pernambuco, Central de Alagoas, Ribeirão a Barreiros e Ribeirão a Bonito, tôdas perfazendo 682,060 quilômetros, dos quais 350,110 de linha principal e 331,950 de ramais, além de uma estrada isolada, a E. F. Paulo Afonso, com a extensão de 115,136 quilômetros, construída para vencer a grandiosa cachoeira que lhe dá o nome.

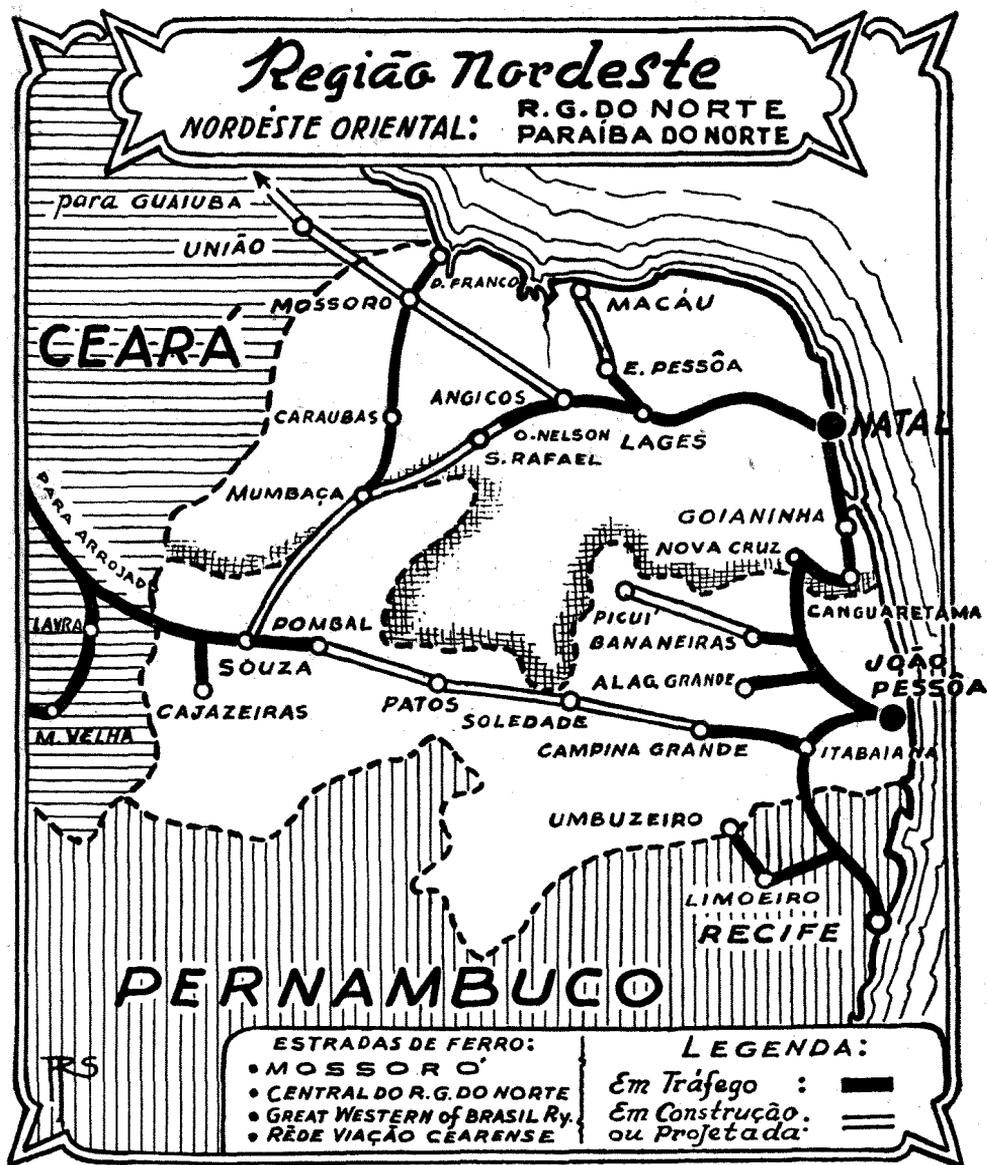


Fig. 5 — Esquema das ferrovias dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba

A extensão da rêde controlada pela "Great Western" é da ordem de 1762,234 quilômetros, que podem ser assim discriminados:

<i>Linha Norte</i>	<i>km</i>	<i>Estações extremas</i>
Tronco	301,197	Brum e Nova Cruz
Ramal de Bom Jardim	53,238	Carpina e Bom Jardim
" " Campina Grande ..	79,800	Tabaiana e Campina Grande
" " Cabedelo	51,000	Entroncamento e Molhe
" " Alagoa Grande ..	23,000	Camarazol e Alagoa Grandê
" " Bananeiras	35,800	Itamatai e Bananeiras
<i>Linha Oeste</i>		
Tronco	405,359	Recife e Afogados de Ingazeira
Ligação Sul	6,223	Edgar Werneck e Boa Viagem
Ligação Norte	9,421	Coqueiral e Camarajibe
<i>Linha Sul</i>		
Tronco	350,110	Cinco Pontas e Jaraguá
Ramal de Barreiros	55,300	Ribeirão e Barreiros
" " Antas	3,080	(Sai de Lôbo, no ramal de Barreiros)
" " Cortês	28,657	Ribeirão e Cortês
" " Garanhuns	56,301	Glicério e Garanhuns
" " Palmeira dos Índios	188,612	Lourenço Albuquerque e Arapiraca
E. F. Paulo Afonso	115,136	Piranhas e Petrolândia
SOMA	1762,234	

A Estrada de Ferro Paulo Afonso contorna a grandiosa cachoeira de Paulo Afonso, ligando por terra o alto e o baixo São Francisco, desenvolvendo-se os seus 116 quilômetros entre Piranhas, no município de Marechal Floriano, em Alagoas, e Petrolândia, em Pernambuco.

A Great Western, arrendatária das linhas acima citadas, se acha em fase de encampação pelo govêrno federal. Sua bitola é de um metro e a tração de vapor.

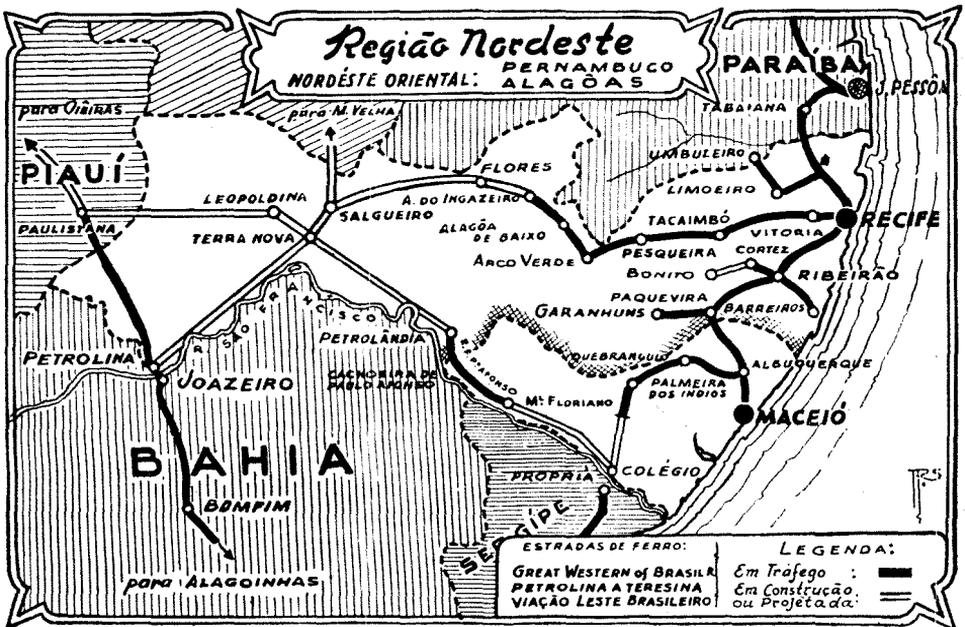


Fig. 6 — Rêde esquemática das estradas de ferro dos estados de Pernambuco e Alagoas

NA REGIÃO LESTE — Os 14 842 quilômetros de linhas férreas de que dispõe a Região Leste expressam a extensão total das 15 estradas que se distribuem pelas seis unidades federadas integradoras dessa grande faixa territorial de nosso país.

No Leste Setentrional encontram-se quatro estradas, que servem aos estados de Sergipe e da Bahia, perfazendo 2 748 quilômetros de linhas.

No Leste Meridional existem 12 ferrovias somando 12 094 quilômetros, que se desdobram pelo Distrito Federal e pelos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Dessas estradas há uma — a Bahia e Minas — que percorre as partes setentrional e meridional da Região Leste, sendo assim computada em ambas. O mesmo sucederá à Viação Leste Brasileiro, quando fôr inaugurado seu tráfego até Monte Azul, em Minas Gerais.

O Leste é a região brasileira que oferece a maior quilometragem ferroviária. Representa 41% da extensão de nossa rede de vias férreas.

Mas, passemos em revista os 15 caminhos de ferro dessa grande região. Percorrem o Leste Setentrional a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e as estradas de ferro Nazaré, Ilhéus a Conquista e Bahia e Minas.

As linhas que integram a Viação F. Leste Brasileiro dão-lhe uma quilometragem que a situam entre as nossas maiores redes ferroviárias. Sob esse aspecto, os seus 2 353,032 quilômetros colocam-na em sexto lugar no quadro das vias férreas do Brasil.

Além disso, a Leste Brasileiro ocupa notável posição no sistema ferroviário de nosso país, pois é através de suas linhas que se está interligando o norte com o sul do Brasil pelos trilhos de aço.

A sua ligação com a Central do Brasil, em Monte Azul, acaba de ser feita, aguardando-se apenas a inauguração festiva desse memorável acontecimento, para poder-se ir do Rio de Janeiro à Cidade do Salvador, via Belo Horizonte, em comboio ferroviário.

As linhas que tecem a rede da Leste Brasileiro são as seguintes:

Linha Tronco, que vai da estação de Calçada, em Salvador, à de São Francisco (km 125).

Linha do Centro, a antiga estrada de São Francisco a Juazeiro (km 579 a contar de Calçada), à margem direita do rio São Francisco.

Esta linha está sendo prolongada, para se articular com a São Luís-Teresina, na capital piauiense, através da E. F. Petrolina-Teresina. Juazeiro está sendo ligada a Petrolina por uma grande ponte sobre o referido rio, indo o trecho em tráfego daí até Paulistana (ex-Paulista, km 204), no Piauí.

A linha do Centro tem o ramal Barra do Mundo Novo, partindo de Senhor de Bonfim (ex-Bonfim), com 209 quilômetros até aquela cidade. Concluído o trecho Itaíba-Mundo Novo, esse ramal estabelecerá a ligação da antiga Central da Bahia com a São Francisco-Juazeiro. Há também o sub-ramal de Campo Formoso, entroncando em Pindobaçu e tendo 9 quilômetros.

Linha Norte — Lança-se de São Francisco a Propriá, em Sergipe, à margem do rio daquele nome, com a extensão de 428 quilômetros e o ramal de Capela, com 12 quilômetros e o de Aracaju, com 2. Ainda este ano a Great Western deve chegar a Colégio, defronte de Propriá, articulando-se com a Leste Brasileiro através de outra grande ponte sobre o rio São Francisco.

Linha Sul — Desenvolve-se de Mapele, na linha tronco, a Brumado, na importante via férrea cuja construção acaba de ser concluída entre Contendas e Monte Azul, para a ligação ferroviária Norte-Sul. Ao traçarmos estas palavras, a inauguração dessa linha de ligação estava marcada para 2 de julho do corrente ano, que assinala a data magna da Bahia.

Até Brumado a linha Sul tem 636 quilômetros em tráfego, a contar de Calçada. De Brumado a Monte Azul, medeiam 246 quilômetros.

São seus ramais:

De Catuiçara (ex-Bom Jardim), que sai de Buranhém e tem 29 quilômetros.

De Feira de Santana, com 32 quilômetros, ligando esta cidade à de Conceição da Feira.

De Santa Teresinha, com 2 000 metros.

De Itaíba, que entronca em Iaçú (ex-Paraguaçu) e tem 42 quilômetros.

De Itaeté (ex-Iguaçu), com 34 quilômetros, partindo de Queimadinhos.

Tôdas as linhas da Leste Brasileiro são de propriedade da União, têm a bitola de um metro e se desdobram pelos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí, sendo a sede de sua administração na Cidade de Salvador.

O sistema de sua tração é de vapor e Diesel, mas o governo federal já iniciou a eletrificação de suas linhas. Para isso foi contratado, com várias firmas, o fornecimento do material para a linha aérea, bem como o equipamento para a montagem de uma usina termo-elétrica, que aproveitará os gases de Aratu, e de cinco sub-estações transformadoras.

Destina-se êsse aparelhamento para as linhas de Calçada (Salvador) ao São Francisco (Alagoinhas) e de Mapele a Cachoeira e São Félix, que serão os primeiros trechos a serem eletrificados.

A Estrada de Ferro Nazaré é de propriedade do governo da Bahia, estação a que serve, procurando fomentar uma zona cuja produção é representada pelo cacau, café, mamona, farinha, fumo e manganês.

Seu traçado parte do pôrto de São Roque do Paraguaçu, à foz do rio dêste nome, passa pelas cidades de Nazaré, Santo Antônio de Jesus, São Miguel, Jequeriçá, Jaguaquara e vai ter a Jequié, no sul da Bahia, à margem esquerda do rio de Contas.

A E. F. Nazaré tem 324,222 quilômetros de extensão, assim discriminados:

Linha tronco	289,674 km
Ramal de Amargosa	26,548 "
Ramal de Manganês	8,000 "

O ramal de Amargosa parte de São Miguel (km 101). O pôrto de São Roque está sendo preparado para a exportação do manganês e o prolongamento da estrada até o mesmo veio facilitar essa exportação, pois o transporte dêsse minério das suas jazidas na bacia do rio Onha, àquele pôrto, fica encurtado de 400 para 60 quilômetros, eliminado como é o percurso que precisava fazer para chegar aos portos de embarque para o estrangeiro.

A Nazaré está sendo ligada à Viação Leste Brasileiro com a construção em andamento da linha de Santo Antônio de Jesus a Cruz das Almas, naquela Viação.

A sede administrativa da estrada é em Nazaré, seu sistema de tração é de vapor e a linha tem a bitola de um metro.

A E. F. Ilhéus a Conquista que, resultou de concessões dadas por decretos do governo do estado da Bahia "The State of Bahia South Western Railway Company", acaba de ser encampada pelo governo federal.

Suas linhas, que servem a uma zona rica na produção de cacau, somam 128,230 quilômetros, a contar do pôrto de Ilhéus até Itabuna (59 km), inclusive os ramais de Piranguí (17 km) e Itapira (53 km), dentro do território baiano.

A E. F. Bahia e Minas é uma das mais antigas ferrovias brasileiras. Data de 28 de outubro de 1878 o ato da então província de Minas Gerais que concedeu o privilégio para a sua construção.

A finalidade dessa estrada era fazer a ligação do alto sertão do nordeste mineiro com o litoral da Bahia, nas proximidades do velho pôrto de Caravelas, sendo o tráfego de seu primeiro trecho inaugurado em novembro de 1882, na extensão de 142 quilômetros, entre aquêle pôrto e Aimorés.

A Bahia e Minas, atualmente, parte de Ponta da Areia, na costa baiana, e atinge Araçuaí, em Minas, onde fica o km 578 de sua linha tronco. De sua chamada estação Central sai um pequeno ramal de 5 quilômetros que vai ter a Caravelas.

A quilometragem total dessa via-férrea, que é de propriedade do governo federal e por êle administrada, é de 582,024 quilômetros. Sua direção se acha

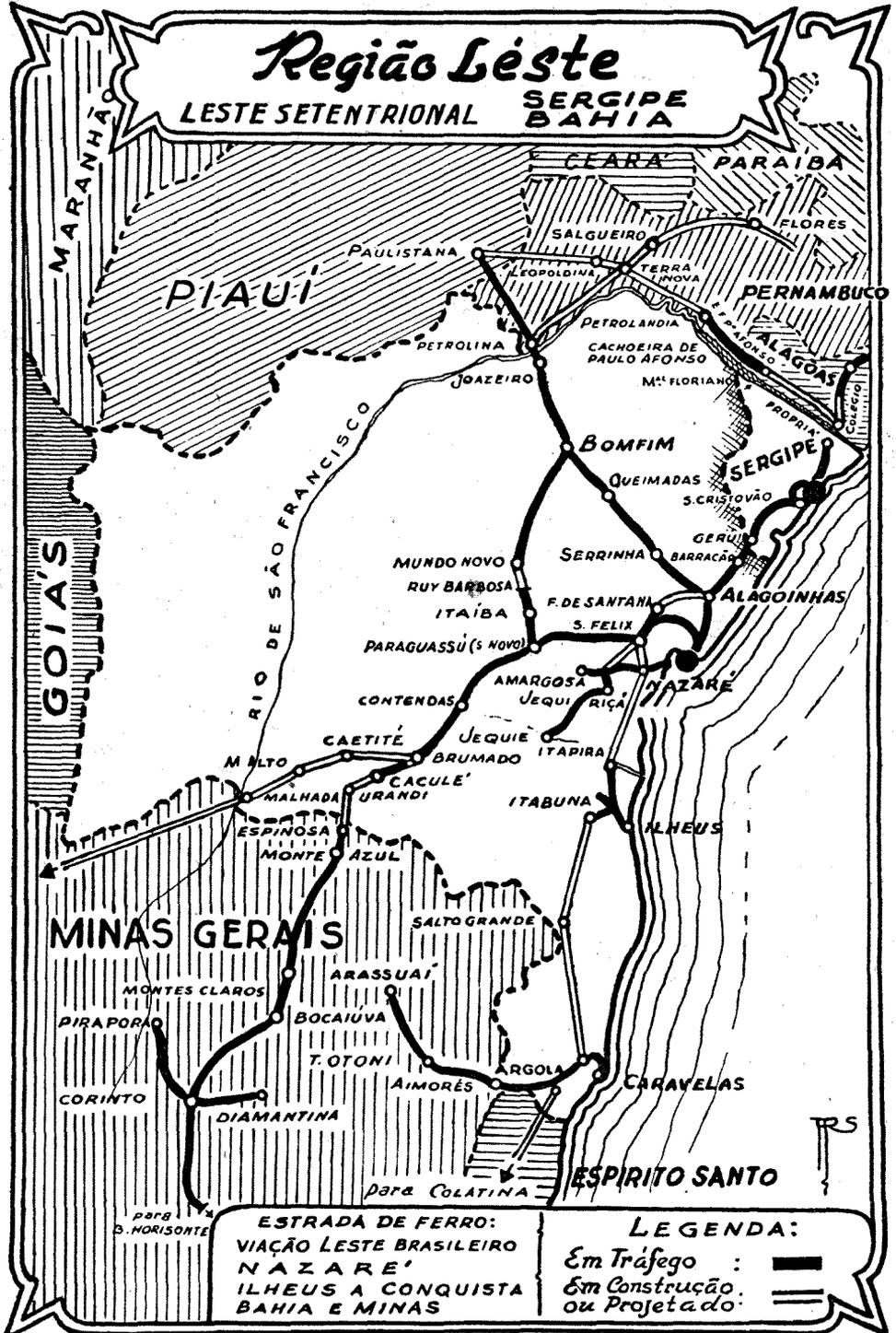


Fig. 7 — Esquema das estradas de ferro do Leste Setentrional. O trecho entre Caculé e Monte Azul, que estabelece a ligação Norte-Sul, já está concluído, devendo ser inaugurado em setembro próximo.

em Teófilo Otôni, em Minas Gerais, tôdas as linhas têm bitola de um metro e a tração é de vapor.

Ficam no Leste Meridional três de nossas maiores rêdes ferroviárias: a Central do Brasil, a Rêde Mineira de Viação e a Leopoldina Railway.

As demais estradas dessa porção fisiográfica do território brasileiro são: a Vitória a Minas, Itapemirim, Itabapoana, Corcovado, Morro Velho, São Paulo e Minas, Mojiana e Goiás (estas três últimas com trechos dentro de Minas Gerais).

A E. F. Central do Brasil é, sem dúvida, a mais importante das empresas de transporte pelos trilhos em nosso país, tendo em vista a sua extensão, a sua situação geográfica e o volume da produção brasileira por ela incentivada e distribuída.

Sua rêde, irradiando da capital da República para o sul, para o oeste e para o norte, onde alcançará, futuramente, a Amazônia pela construção de sua linha Pirapora-Belém do Pará, como que se enlaça com as principais estradas de nosso sistema ferroviário que para ela convergem e parecem estendê-la aos mais longínquos pontos do país.

Realmente, entroncando com a E. F. Santos a Jundiá e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na capital de São Paulo, ela como que se estende até as barrancas do rio Grande e ao pôrto de Santos. Baldeando para a Sorocabana, atinge Bauru e daí, pela Noroeste do Brasil, temo-la como que prolongada às margens do rio Paraguai e, pela Rêde Paraná-Santa Catarina, parece projetar-se até o Rio Grande do Sul. Entroncando com a Rêde Mineira de Viação em seis pontos e com a Leopoldina em cinco, como que se desdobra por todos os quadrantes dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Articulando-se com a E. F. Vitória a Minas, em Nova Era, parece expandir-se até o Espírito Santo, alcançando a sua capital e, pois, o pôrto de Vitória. Finalmente, o seu enlace, em Monte Azul, com a Viação Leste Brasileiro — que acaba de dar-se êste ano — como que a projeta até o Leste Setentrional e o Nordeste, ligando-a à Cidade do Salvador e a outros pontos importantes dessas regiões.

As linhas da E. F. Central do Brasil, ao findar o ano de 1949, perfaziam 3 664,700 quilômetros de extensão, sendo 1 296 de bitola larga (1,60 m) e 2 369 de bitola normal (1 m). Em vias dupla, quádrupla e sêxtupla contam-se 425 quilômetros dessas linhas e ainda existem cêrca de 640 quilômetros de desvios.

A nossa principal ferrovia é uma das maiores do Brasil, ocupando o segundo lugar quanto à quilometragem. Serve ao Distrito Federal e aos estados do Rio e de Minas Gerais, no Leste Meridional, e ao de São Paulo, na Região Sul. Liga as duas maiores cidades brasileiras, — Rio de Janeiro e São Paulo, — além de servir mais duas outras capitais — Belo Horizonte e Niterói, — esta por intermédio da E. F. Maricá, que lhe está incorporada.

Suas linhas atravessam 82 municípios, sendo 15 no estado do Rio, 17 no de São Paulo, 49 no de Minas e mais o do Distrito Federal.

Na seriação histórica não é a Central do Brasil, que completou a 28 de março último 92 anos de existência, o mais antigo de nossos caminhos de ferro.¹ A êsse respeito ocupa ela o terceiro lugar, pois, antes dela foram inaugurados os primeiros trechos da E. F. Petrópolis e de Recife a São Francisco, respectivamente, em abril de 1854 e fevereiro de 1858. Mas, quanto ao seu patrimônio, ao seu valor material, ostenta a Central do Brasil a primazia entre as nossas vias férreas.

Êsse patrimônio, que é de propriedade da União, evoluiu através de três fases: aquela em que a estrada se constituiu e viveu de capitais privados, a decorrente da sua encampação, quando passou à propriedade e administração do governo federal, e, finalmente, a atual, em regime autárquico.

Nas suas bitolas de 1,60 m, um metro e mista, a Central do Brasil faz circular trens de tração de vapor, elétrica e Diesel elétrica, tendo êste ano inaugurado

¹ A primeira estrada de ferro construída no Brasil, cujo trecho inicial se inaugurou em 30 de abril de 1854, foi a E. F. Petrópolis, entre a praia da Estrêla (mais tarde pôrto Mauá), na baía de Guanabara, e a cidade de Petrópolis, no estado do Rio. A segunda ferrovia inaugurada em nossa pátria foi a E. F. Recife a São Francisco, na então província de Pernambuco. Essa estrada foi entregue ao tráfego público em 8 de fevereiro de 1858. Só no mês seguinte, a 28 de março de 1858, deu-se a inauguração do primeiro trecho da Central do Brasil, compreendido entre a então estação do Campo (atual Pedro II) e a de Queimados, no estado do Rio.

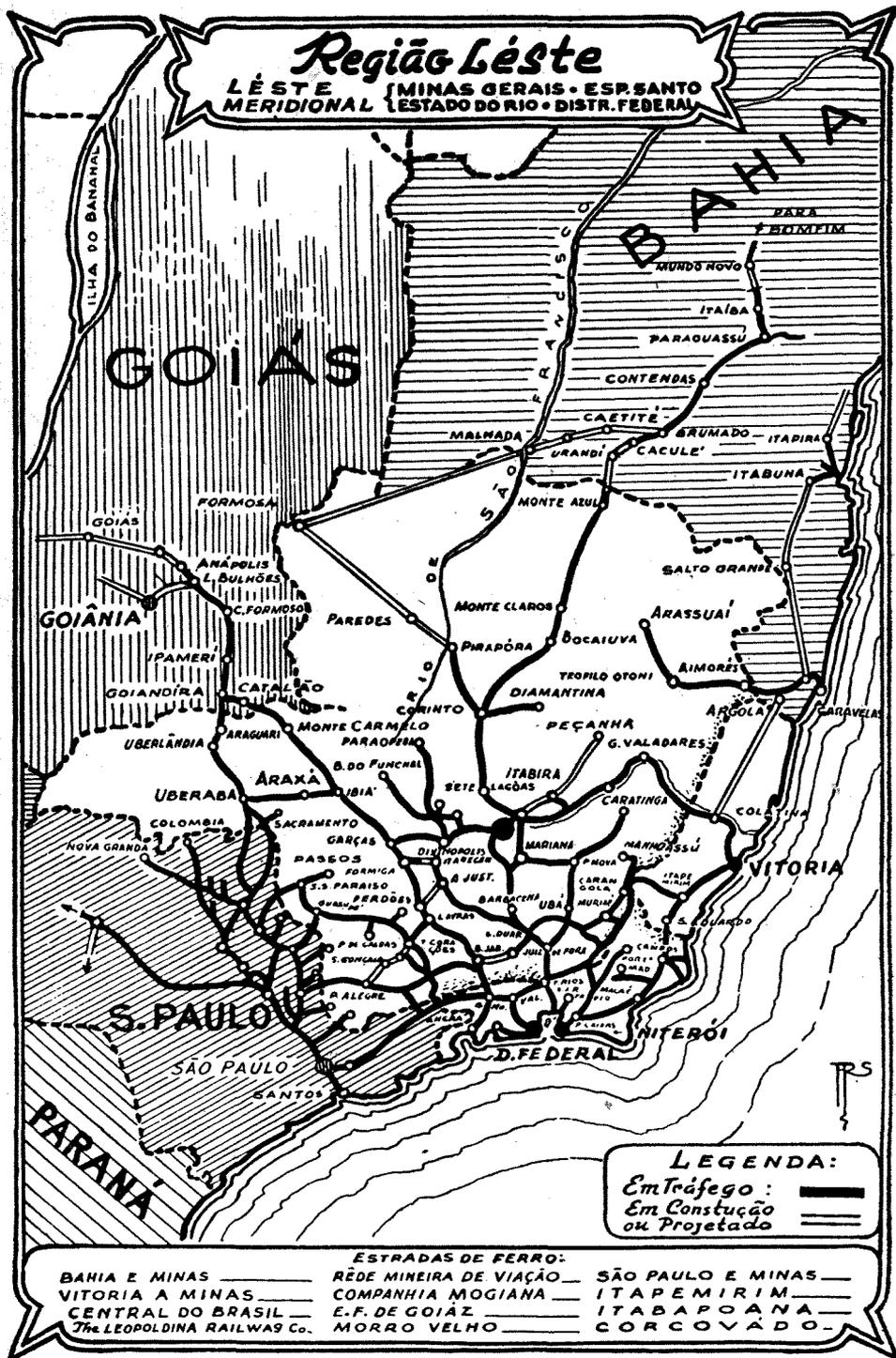


Fig. 8 — O esquema mostra a parte meridional da nossa região fisiográfica de maior densidade.

os trens "Santa Cruz" e "Vera Cruz", formados de carros de passageiros, de aço inoxidável, confortáveis e moderníssimos, os quais estão circulando entre o Rio e as cidades de São Paulo e de Belo Horizonte.

São as seguintes as linhas da E. F. Central do Brasil:

Linha do Centro — Vai do Rio de Janeiro a Monte Azul, onde se articula com a Leste Brasileiro. Até Belo Horizonte, tem a bitola larga, saindo desse trecho com a mesma bitola o importante ramal de São Paulo, o de Mangaratiba, de Piranga, de Lima Duarte e os sub-ramais de Bananal, Piquê e outros menores, além da variante de Poá.

Linha Auxiliar — Serve a grande parte do subúrbio do Rio e se estende até Japeri e daí se alonga até Pôrto Novo do Cunha. Possui o ramal de Vassouras, partindo de Governador Portela, e a linha valenciana, que corre entre Desengano e Valença onde se bifurca, indo um ramo para Santa Rita do Jacutinga e outro para Afonso Arinos.

Linhas Subsidiárias — São elas, tôdas com bitola normal: Teresópolis que se lança de Majé à cidade que lhe dá o nome, tendo um trecho em cremalheira para vencer a serra dos Órgãos; E. F. Maricá que corre entre Niterói e Cabo Frio, sendo, como a Teresópolis, uma linha isolada da rede da Central; a Rio Douro que vai de Francisco Sá, na capital da República, a Belford Roxo e, daí, manda um ramo para Xerém e outro para o rio São Pedro.

A E. F. Teresópolis estabelece sua ligação com a Central do Brasil através da Leopoldina Railway, na linha que vem de Majé a Triagem.

Linhas de Minas — As chamadas linhas de Minas, com a bitola de um metro, somam tôda a parte restante da nossa principal via férrea.

Integram a linha do centro, desde Lafaiete, passando por General Carneiro, até Monte Azul, e compreende vários ramais, todos de grande influência pelas regiões a que servem.

A linha que sai de Lafaiete, ao passar por Burnier, hoje São Julião, larga o ramal de Ponte Nova, que serve a Ouro Preto e alcança a cidade que lhe deu o nome, onde entronca com a Leopoldina Railway; ao atingir General Carneiro, manda uma linha para Belo Horizonte, na bitola larga, e o ramal de Nova Era, que passa por Sabará e Santa Bárbara e vai até a antiga estação de São José da Lagoa, hoje Nova Era. Esse ramal atende a uma vasta zona de minério e de indústrias siderúrgicas, inclusive Monlevade, e termina ligando seus trilhos com os da Estrada de Ferro Vitória-Minas, hoje administrada pela Cia. Vale do Rio Doce.

Rumando de General Carneiro para o norte do estado, as linhas de Minas, em Corinto, apresentam três ramos importantes: o principal, que se dirige para Monte Azul, depois de passar por Montes Claros e Janaúba; o ramal de Pirapora, que se dirige para Belém do Pará, e o ramal de Diamantina, que termina nesta cidade.

O ramal de Pirapora está parado desde 1922. Nesse ano foi construída a grande ponte sobre o rio São Francisco. A Central lançou seus trilhos sobre ela, mas estacionou logo adiante, na estação de Independência, hoje Buritizeiro, distante apenas 2 quilômetros de Pirapora.

A E. F. Corcovado é a menor via férrea do Brasil. Como é sabido, fica dentro da cidade do Rio de Janeiro e tem três quilômetros e 824 metros de extensão, que se desenvolvem na encosta da montanha que lhe dá o nome para atingir o alto cume, onde se acha a imagem do Cristo Redentor.

A linha é em cremalheira, com a bitola de um metro e tração elétrica.

A rede da The Leopoldina Railway Co. Ltd. apresenta 3 057,036 quilômetros de extensão, sendo assim uma das maiores de nosso sistema ferroviário.

Nessa ordem de grandezas ela ocupa o quarto lugar. Suas linhas, numerosas e de concessões federal e estaduais, percorrem o Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro, de Minas e do Espírito Santo, servindo muitas regiões dessas unidades da Federação.

A The Leopoldina Railway, empresa inglesa, com sede oficial em Londres, se originou da antiga Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, que obteve do governo imperial, no ano de 1871, a concessão para construção de uma linha de

bitola de um metro, partindo de Pôrto Novo do Cunha (onde já haviam chegado os trilhos da E. F. Dom Pedro II, hoje Central do Brasil) em demanda da cidade de Leopoldina, na então província de Minas Gerais.

Tem ela tôdas as suas linhas com bitola corrente (1 m) e de simples aderência, com exceção nas subidas das serras de Petrópolis e de Friburgo, onde emprega a cremalheira central, comum naquela e a do sistema Fell nesta.

Nos subúrbios do Distrito Federal e na Baixada Fluminense, em sua linha tronco, tem via quádrupla em pequeno trecho inicial e dupla até a Raiz da Serra de Petrópolis. Tôda a sua tração é de vapor.

São as seguintes as linhas que constituem a Leopoldina:

- 1 — Barão de Mauá a Caratinga, do Rio (km 0) a Caratinga (km 653).
- 2 — Ramal de Paraúna, que parte de Areal, com 25 quilômetros.
- 3 — Ramal de Mar de Espanha, de Pequeri à cidade que lhe dá o nome (25 km).
- 4 — Ramal de Juiz de Fora, que vai ter a esta cidade mineira, entroncando em Furtado de Campos (130 km).
- 5 — Ramal de Pomba, com 28 quilômetros.
- 6 — Linha Dom Silvério, entroncando em Ponte Nova e tendo 64 quilômetros de extensão.
- 7 — Linha do Centro que parte do Rio (Barão de Mauá) e vai a Ligação (km 317), passando por Cataguases.
- 8 — Ramal do Sumidouro com 92 quilômetros de extensão.
- 9 — Ramal de Pirapitinga, de Volta Grande à cidade que lhe dá o nome.
- 10 — Ramal de Leopoldina, de Vista Alegre a Leopoldina, com 13 quilômetros.
- 11 — Ramal de Sereno, desta cidade a Santana de Cataguases.
- 12 — Linha de Mirai, partindo de Cataguases, com 25 quilômetros.
- 13 — Ramal de Manhuaçu, que vai de Recreio (km 335) a essa cidade (km 601).
- 14 — Ramal de Paraoquena, que entronca em Cisneiros, no ramal acima.
- 15 — Ramal de Muriaé partindo de Patrocínio de Muriaé (21 km).
- 16 — Linha de Cantagalo que se estende de Pôrto das Caixas (km 77) a Portela (km 304), passando por Friburgo.
- 17 — Ramal de Macuco (Cordeiro a Macuco).
- 18 — Linha do Litoral que vai de Barão de Mauá a Campos, passando por Macaé.
- 19 — Linha Cachoeiro do Itapemirim que vai de Campos a Muqui, medindo 124 quilômetros.
- 20 — Linha Sul do Espírito Santo, partindo de Cachoeiro de Itapemirim e indo a Vitória, com 159 quilômetros, linha que com as duas anteriores (ns. 18 e 19) estabelece a ligação direta do Rio a Vitória.
- 21 — Ramal Sul do Espírito Santo que vai a Espera Feliz, 40 quilômetros.
- 22 — Ramal do Castelo, de Coutinho a Castelo (21 km).
- 23 — Linha de Carangola, de Murundu e Porciúncula, com 72 quilômetros.
- 24 — Ramal Central de Macaé, desta cidade a Crubixais.
- 25 — Ramal de Santa Maria Madalena, que serve a esta cidade, entroncando em Trajano de Medeiros (27 km).
- 26 — Linha do Campo a Miracema, ligando estas duas cidades.
- 27 — Ramal Campista, entre Campos e Atafona, com 40 quilômetros.
- 28 — Ramal de Santo Amaro, entroncando em Avenida no ramal acima e indo a Santo Antônio de Campos.
- 29 — Ramal de Barão de São José, que serve a esta cidade, partindo de Martins Laje (15 km).
- 30 — Ramal de Barão de Araruama, de Macabuzinho a Manuel de Morais (77 km).

31 — Ramal de Imbetiba, de Macaé a Imbetiba.

32 — Ramal de Niterói, entre Visconde de Itaboraí e Barreto com 31 quilômetros.

33 — Ramal de Pôrto Novo, ligando Melo Barreto a Pôrto Novo do Cunha.

34 — Ramal de Guia de Pacobaíba, partindo de Piabetá.

A Leopoldina Railway está em vésperas de passar à administração do governo federal, dependendo isso apenas da homologação pelo Congresso Nacional da sua encampação, negociada em 1949, em Londres, pelo referido governo.

Mencionemos agora duas pequenas estradas de ferro, subsidiárias da Leopoldina Railway. São as denominadas Itabapoana e Itapemirim, ambas no estado do Espírito Santo e com a bitola de 1 metro.

A E. F. Itabapoana tem 33,076 quilômetros, que se estendem de Itabapoana a Bom Jesus do Norte, na fronteira fluminense.

A E. F. Itapemirim, de propriedade do governo espiritosantense, tem a extensão de 54,350 quilômetros.

Parte ela do litoral, em Marataízes, à foz do rio que lhe dá o nome, passa por Barra, Bernardo Monteiro, Maqui, Paineiras, Ouvidor, Sofia e vai terminar em Cachoeiro do Itapemirim, onde entronca na Leopoldina Railway.

Depois de citarmos essas duas pequenas estradas, passemos a dizer algo da rede mais extensa, da de maior quilometragem no nosso sistema ferroviário — a Rede Mineira de Viação, cujos quase 4000 quilômetros dão-lhe essa primazia.

Suas linhas, de propriedade da União umas e de Minas Gerais outras, servem a este estado, aos de São Paulo, Goiás e do Rio de Janeiro, estando as federais arrendadas ao governo mineiro, que administra a Rede de Belo Horizonte, onde se acha a sede de sua diretoria.

A Rede Mineira formou-se com as estradas de ferro Minas e Rio, Sapucaí, Oeste de Minas, Muzambinho e a chamada Rede Sul-Mineira e os ramais dessas estradas, como os de Paraisópolis, Lavras, Campanha e Alfenas.

O sistema de tração na Rede Mineira de Viação é de vapor e de eletricidade. O trecho eletrificado fica na linha tronco (Angra dos Reis a Goiandira), indo de Barra Mansa a Minduri, ex-Andradina, com a extensão de 181,330 quilômetros. A eletrificação está sendo levada até Angra dos Reis, o que representa mais 108 quilômetros de linha elétrica.

Em 31 de dezembro último a Rede Mineira somava 3990,199 quilômetros, dos quais 729 com a bitola de 0,76 m e os restantes com a bitola corrente.

Existe ainda aquela bitola estreita na linha Sítio a Barra do Paraopeba (602 km) e nos ramais Aureliano Mourão-A. Botelho, Gonçalves Ferreira a Itapicirica, de Cláudio, Chagas Dória-Aguas Santas e Campolide-Barbacena.

Com bitola mista, isto é a de 1 metro com um terceiro trilho, existiam 20,174 quilômetros.

As linhas da Rede Mineira, que com exceção de pequenos trechos existentes nas regiões Sul e Centro-Oeste (respectivamente, no início da linha de Cruzeiro e no final de sua linha tronco), se acham dentro do Leste Meridional, são as seguintes:

Linha tronco — Desenvolve-se de Angra dos Reis, no litoral fluminense, a Goiandira, no estado de Goiás, com a extensão de 1126 quilômetros.

Linha de Uberaba — Parte de Ibiá, na linha tronco, atingindo a cidade mineira que lhe dá o nome, após um percurso de 275 quilômetros.

Linha de Iguatema a Belo Horizonte — E' um ramal da linha principal que se lança de Iguatema à capital de Minas Gerais, com a extensão de 298 quilômetros. Possui o pequeno ramal de Contagem, que entronca em Bernardino Monteiro.

Linha de Paracatu — Sai de Azurita, na linha de Belo Horizonte, indo à Barra do Funchal, com o desenvolvimento de 257 quilômetros.

Ramal de Bom Jardim — E' pequeno ramo da linha tronco, partindo de Arantina.

Linha Sítio a Barra do Paraopeba — Parte de Sítio, na Central do Brasil, corta a linha de Belo Horizonte, em Divinópolis, e a de Paracatu, em Velho

da Taipa, alcançando Barra do Paraopeba, no km 602. Dessa linha saem os seguintes ramais: de Barbacena, com entroncamento em Campolide (km 13); de Aguas Santas, que entronca em Chagas Dória (km. 97); de Ribeirão Vermelho, que partindo de Aureliano Mourão (km 203) vai ter à linha tronco, terminando na cidade de Lavras; de Itapeçerica e de Cláudio, que esgalham de Gonçalves Ferreira, no km 312, o primeiro para a esquerda (a ser prolongado até Formiga, na linha tronco) e o segundo para a direita; e, finalmente, o de Pitangui, que deriva de Velho da Taipa.

Linha Cruzeiro a Juréia — Inicia-se em Cruzeiro, no ramal de São Paulo da Central do Brasil, passa em Pouso Alto, São Lourenço e Três Corações e termina em Juréia, onde, depois de um desenvolvimento de 361 quilômetros, ela faz junção com a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro.

De Ibatuba, no km 90 da estrada Cruzeiro a Juréia, partem as duas linhas que a seguir citamos.

Linha de Barra do Pirai — Toca em Caxambu, Baependi e Aiuruoca, cruza a linha tronco em Rutilo, vai a Bom Jardim de Minas e, daí, passando por Santa Rita do Jacutinga, alcança Barra do Pirai, no estado do Rio. Sua extensão é de 285 quilômetros.

Linha do Sapucaí — Depois de passar por Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre e Ouro Fino, atinge Sapucaí-Mirim, onde se articula com a Companhia Mojiana, na fronteira mineiro-paulista. De Ibatuba a Sapucaí-Mirim medeiam 268 quilômetros.

São seus ramais o de Paraisópolis, que deriva de Piranguinho, e o de Delfim Moreira, que entronca em Itajubá.

Ramais de Campanha, Lavras, Três Pontas e de Machado — Pertencem à linha Cruzeiro-Juréia, partindo o primeiro da estação de Freitas e terminando em São Gonçalo do Sapucaí, depois de tocar em Lambari, Cambuquira e Campanha.

O segundo sai de Três Corações e, após um percurso de 95 quilômetros, alcança a cidade de Lavras, onde se articula à linha tronco da Rêde Mineira.

Os ramais de Três Pontas e de Machado são de pequena extensão e partem, respectivamente, de Espera e Gaspar-Lopes, servindo êste à cidade de Alfenas.

Agora digamos algo sobre a E. F. Morro Velho. Trata-se de uma pequena via férrea construída no estado de Minas para servir especialmente à "St. John del Rey Mining Co. Ltd.", empresa inglesa que explora uma das maiores minas de ouro do mundo.

A E. F. Morro Velho liga Vila de Nova Lima, onde se encontra essa importante mina, à estação de Raposos, na E. F. Central do Brasil.

Sua linha, toda eletrificada, tem a extensão de 8,359 quilômetros e a bitola de 0,66 metros.

A Mojiana, a Goiás e a São Paulo e Minas possuem trechos dentro do estado de Minas, todos com linhas de um metro de bitola.

A Companhia Mojiana de Estradas de Ferro possui 625 quilômetros naquele estado, distribuídos pela linha tronco (Campinas-Araguari) e por trechos dos ramais de Uberaba, Guaxupé, Passos, Juréia, Biguatinga, Itapira e Poços de Caldas.

A E. F. Goiás se inicia em Araguari, tendo daí, até a fronteira com o estado que lhe dá o nome, 53 quilômetros dentro do Leste Meridional.

A E. F. São Paulo e Minas possui no território mineiro 31 quilômetros, na linha de Bento Quirino a São Sebastião do Paraíso, que está entrosada com a Companhia Mojiana.

Essas três estradas, porém, serão consideradas nas regiões onde elas têm suas maiores extensões, isto é, a Goiás, na Centro-Oeste, e as outras duas, na Região Sul. Isso o faremos no próximo número, quando concluiremos os presentes comentários, tratando das vias férreas existentes nessas duas grandes regiões brasileiras.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

A Imigração na Política Brasileira de Povoamento

ARTUR HEHL NEIVA

Revista Brasileira dos Municípios
— Ano II — N.º 6 — Abril-Junho
de 1949

I — Posição do problema

O complexo grupamento humano que denominamos “nação” repousa em três esteios: população, território e governo. Dêsses, porém, o mais importante é o primeiro, pois sem ele nação alguma pode constituir-se. Já houve, em consequência de vicissitudes históricas, nações sem território próprio, como a Polônia durante o século XIX; também já existiram nações sem governo, em épocas de crise. Sem população, nunca. Tanto o continente antártico como o deserto do Saara são meras expressões geográficas. Falta-lhes o elemento essencial, que é a população.

Povoar é encher de habitantes. Ora, tal só pode ocorrer de duas maneiras: pelo nascimento de crianças no território, a “natalidade”, ou pela entrada, no país, de gente vinda de outras regiões — a “migração”. Esses dois fenômenos são os fatores positivos do povoamento. Os negativos, que diminuem a população, serão os inversos daqueles. A “mortalidade”, medida pelo número de óbitos ocorridos, e a “emigração”, das pessoas que se retiram para outras terras.

Quando a soma dos fatores positivos supera a dos negativos, a população de um país cresce. O território se povoa cada vez mais. Em caso contrário, ocorre o decrescimento da população e o conseqüente despovoamento do território.

Estes conceitos são elementares e estão na consciência de todos. Trouxemo-los para aqui, entretanto, a fim de podermos fazer algumas observações que julgamos úteis. Estas visam a situar claramente o problema da imigração dentro do âmbito demográfico de que é parte integrante.

Da simples análise acima feita, depreende-se que o povoamento de um país pode ser realizado de duas maneiras distintas que, aliás, na prática, andam sempre juntas, mas podem exercer influência maior ou menor. A primeira é a do mero “crescimento natural ou vegetativo”, isto é, do excedente do número de nascimento sobre o de óbitos. A segunda é a do “crescimento migratório”, correspondente ao excesso de imigrantes sobre os emigrantes. A política do povoamento de um país será, pois, o conjunto de normas ou diretrizes aplicadas simultaneamente a ambos os fenômenos; é óbvio, porém, que os elementos componentes dessa política são diferentes em relação aos dois casos acima considerados. A política do povoamento pelo crescimento vegetativo é, tanto em sua doutrina como em sua técnica, absolutamente diversa da adotada para o crescimento migratório.

No primeiro caso, o governo facilita os casamentos, estimula a formação de grandes famílias, premiando econômica ou socialmente os pais de muitos filhos, liberaliza a legislação quanto à ilegitimidade, proíbe ou dificulta o conhecimento e a utilização de contraceptivos, e se esforça por diminuir a mortalidade infantil. Todas essas medidas foram, isolada ou conjuntamente, empregadas por vários países em diversas épocas *verbí gratia*, na Itália e na Alemanha de antes da guerra. No segundo caso, protege ou fomenta a imigração, promulga leis menos severas sobre entrada de estrangeiros, custeia o transporte de imigrantes, auxiliando-os em sua localização, criando núcleos, aplicando o regi-

me do *homestead*, oferecendo ao alienígena as mesmas vantagens dos nacionais, facilitando sua naturalização, etc. Tais providências também são clássicas e conhecidas, e voltaremos a examiná-las mais adiante.

Nesta exposição, preocupar-nos-emos com os problemas de imigração, e só incidentalmente nos referiremos a questões do campo da política de povoamento pelo crescimento natal. Procuraremos, na síntese final, indicar um conjunto de medidas que possam ser consideradas como básicas para uma política migratória racional em nosso país. Era preciso, contudo, determinar claramente o campo e os limites do presente trabalho, o que melhor poderia ser realizado pelo estabelecimento da distinção nítida entre os dois problemas apontados. Além do mais, esses conceitos elementares permitirão, na discussão do problema, referência a relações e a fenômenos demográficos que, dessa maneira, adquirem um significado preciso e uma conceituação adequada.

Parece desnecessário acrescentar que, no Brasil, não existe uma política de povoamento. Esta ausência é particularmente notada no que diz respeito ao povoamento pelo crescimento vegetativo, o qual é deixado ao léu da natureza.

O índice de crescimento natural de um país mede-se pela comparação entre as taxas de natalidade e de mortalidade, influido nêle, também, a de fecundidade. Estas, cujo cálculo no Brasil é extremamente dificultado pelas deficiências das nossas informações demográficas, podem, contudo, ser computadas por meios indiretos, como o faz Mortara (1947 a). O grande demógrafo italiano, que tanto tem servido ao Brasil, estimou a taxa de natalidade brasileira como de 42 a 43‰ habitantes e a de mortalidade de 21 ou 22‰, declarando categoricamente: "são êsses, níveis muito elevados no quadro internacional". Segundo Landry (página 300), essa taxa de natalidade nos coloca no grupo dos países de forte natalidade, superior a 30‰, isto é, em companhia do Egito, da Índia, da Indonésia, das Filipinas, da Argélia muçulmana e dos Maoris da Nova Zelândia; e o *Boletim Estatístico* n.º 7, baseado no *Anuário Estatístico* da S.D.N. (edição de 1941-42), aproxima das nossas as taxas de natalidade do México (44,2), Costa Rica (47,66), Salvador (41,46) e Pôrto Rico (39,10). Quanto à taxa de mortalidade, o *Traité de Démographie* do referido autor, que é presidente da União Internacional do Estudo Científico dos Problemas da População, às páginas 185-188, é ainda mais expressivo. A taxa de mortalidade brasileira é a da Inglaterra entre 1841-1845; é superior à de qualquer país europeu, no quinquênio 1931-1935, mesmo da Rumânia, que mais se aproxima da nossa, sendo de 20,6‰. É muito superior à do Canadá (9,4); Estados Unidos (11); Uruguai (10,4); Argentina (12,1); Colômbia (14); Venezuela e Jamaica (18); Costa Rica (20); Pôrto Rico (20,3); e inferior à do Chile 24,7; México (24,1); Salvador (23) e Guatemala (23,7). Novamente é comparável, ainda que algo menor que a dos Estados Malaios, Ceilão e Índia, na Ásia, sendo mais alta que a da Palestina, Coréia, Filipinas e Japão. Confrontem-se essas taxas de mortalidade com as dos Países Baixos (8,9); Austrália (9); Nova Zelândia (população européia) (8,6); população branca da África do Sul (9,8). Não será necessário tecer comentários.

Quanto à taxa de mortalidade infantil, como tal considerada a de óbitos de crianças até um ano de idade, em relação ao número de nascidos vivos no mesmo período, o problema apresenta aspectos de extrema seriedade entre nós. Não conhecemos ainda estudos completos relativamente à matéria, mas o n.º 7 da *Revista Brasileira de Estatística* (páginas 680-681), refere o testemunho do chefe do 13.º Distrito Sanitário do Distrito Federal, publicado na *Revista Médica Municipal*, órgão da Secretaria-Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura, onde se verifica que a mortalidade infantil no Distrito Federal foi de 16,8% no quinquênio 1930-34 e 18,1% no quinquênio 1935-39; como para realçar o impressionante destas cifras, a mesma revista (páginas 682-3), fornece a taxa de mortalidade infantil nos Estados Unidos, que é de 4,64% em 1940, sendo que a mais elevada entre as concentrações urbanas, naquele país, que é a cidade de San Antonio, no Texas, apresentou 10,04% de mortalidade infantil no ano em apêço.

Na ausência de pesquisas feitas de modo geral, a respeito, em todo o Brasil, poderemos apenas referir que Rafael Xavier, no seu interessantíssimo estudo sobre *A Organização Nacional e o Município*, assinala que a fome e a morte rondam nossas portas e desaparecem, por falta de elementares recursos de higiene preventiva, 300 000 crianças anualmente. Nossas cifras equivalem às da

cidade de Washington por volta de 1900; e Martagão Gesteira cita a opinião de Smith, o grande sanitarista americano, ao dizer que todo país com mortalidade infantil superior a 10% está em situação vergonhosa quanto a seu estado sanitário, e a de Paul Straus de "ser a mortalidade infantil o maior desastre, a vergonha suprema duma civilização superior".

É bem verdade que, em face de nossas estatísticas serem imperfeitas, provavelmente a mortalidade infantil real será menor que a geralmente aceita, e que, por outro lado, seu fator preponderante é de origem gastro-intestinal, que cai na categoria dos facilmente corrigíveis, bastando educar as mães que pecam por ignorância. Mas isso não impede o Brasil de estar, infelizmente, entre os países de forte mortalidade infantil. Pessoalmente, visitamos certas regiões dos remotos sertões brasileiros, onde, antes do início da assistência médica fornecida pela Fundação Brasil Central, a mortalidade infantil era extremamente elevada. Portanto, nas condições brasileiras atuais torna-se vazia de sentido ter sido mais rápido do que o da produção. Daí o piorar as condições de vida, fatos, tomados em conjunto, levaram Mortara, na conferência citada, a chamar a atenção dos alunos da Escola de Estado Maior que o ouviam sobre esses assuntos, nos seguintes termos:

".... o crescimento da nossa população já se está processando com relativa celeridade, em virtude do elevado excedente dos nascimentos sobre os óbitos. E se deve salientar que, nos últimos dez ou quinze anos, esse crescimento parece ter sido mais rápido do que o da produção. Daí o piorar das condições de vida, que se revela pela atual difundida e profunda sensação de mal-estar econômico... A aceleração do crescimento demográfico e até a sua marcha na proporção atual, não somente seriam ineficazes, por si mesmas, para afastar os fatores da depressão econômica, como também contribuíram para acentuá-los ainda mais. Parece, portanto, que embora mereça ser encorajada a imigração de elementos úteis, e às vezes indispensáveis, o problema mais urgente, para a política brasileira da população, não é o da acelerada multiplicação numérica dos habitantes e sim o do melhoramento qualitativo dos homens e das condições em que vivem e trabalham. O saneamento humano, a extensão e intensificação da instrução, a elevação do rendimento do trabalho representam os três meios principais dessa melhoria, cada um deles exigindo transformações do ambiente físico e do aparelhamento técnico, além de modificações do comportamento pessoal... Esses objetivos estão ligados tão estreitamente entre si, que cada ação dirigida para o conseguimento de um deles constitui ao mesmo tempo um passo no caminho para os outros... Por outro lado, a criação de melhores condições de existência no meio brasileiro será propícia para atrair imigrantes escolhidos, para fixá-los estávelmente na nova pátria e para facilitar a sua assimilação".

Aí estão, em suas grandes linhas, os problemas fundamentais de uma política de povoamento racional para o Brasil. Mas, como já salientamos acima, nosso objetivo neste trabalho é o estudo de uma política de imigração adequada, dentro do conjunto de uma política de povoamento brasileiro. Devemos, portanto, prosseguir na análise. Como, porém, não se possa apreciar o fenômeno isoladamente dentro da configuração sócio-econômica geral, seremos forçados a examinar mais detidamente alguns desses aspectos, a fim de situarmos precisamente o problema.

Pela simples leitura do trecho transcrito, nota-se a íntima relação que existe entre as questões de povoamento e as de nível de vida. E este — é triste dizê-lo — vem baixando paulatinamente desde 1933. Esclareçamos. As necessidades fundamentais à vida, como é do conhecimento de todos, são a alimentação, o vestuário e a habitação. Todo o restante é acessório. Dos três indicados, porém, a mais fundamental é a primeira; e embora as nossas condições de subalimentação crônica hajam sido proficientemente estudadas por Josué de Castro, em sua *Geografia da Fome*, é profundamente contristador verificar, através de uma publicação oficial do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, sobre o consumo de gêneros alimentícios no Brasil, divulgada em julho de 1947, que tomando como ano base o de 1933, o consumo anual de gêneros alimentícios *per capita* baixou de 436 quilogramas em 1933 para 391 quilogramas em 1946, ou seja de 100 para 90 os números-índices. A tabela referida encontra-se à página 17 dessa publicação mimeografada.

Os gráficos na mesma contidos demonstram que a produção se desenvolve em ritmo de crescimento bem mais lento que o consumo, e que o aumento dos volumes globais disponíveis de gêneros alimentícios não corresponde às necessidades crescentes, nas próprias palavras do referido Serviço. Isto significa apenas uma coisa: que a população brasileira está paulatinamente empobrecendo, ou, em outras expressões, está ocorrendo entre nós o processo de chini-zação ou indianização. Se não forem tomadas providências adequadas e enérgicas, o Brasil do futuro se parecerá com a China ou a Índia de hoje em dia: uma grande área densamente povoada por gente pobre e atrasada. Como patriota, não desejamos esse futuro sombrio para o nosso país.

Quem mostrou magnificamente esta correlação entre população e nível de vida foi Glycon de Paiva, num magistral artigo sobre "A capacidade de população do Brasil", publicado em 1945. Levando em consideração uma série de critérios, tais como a extensão territorial, pluviosidade, temperatura, capacidade alimentar do solo, tendência das atuais densidades demográficas, capacidade de compras externas de produtos de combustíveis minerais e, finalmente, disponibilidade de energia elétrica em quota específica adequada, chega a uma população ótima para o Brasil entre 62,5 e 64,8 milhões de habitantes. Vale a pena transcrever aqui algumas de suas reflexões, de tão alta importância são elas para os nossos problemas:

"1 — Um padrão de vida decente, no Brasil, será incompatível com população densa, enquanto não aproveitarmos carvão e petróleo brasileiros em quantidades substanciais.

2 — A existência de uma marinhã mercante de longo curso, cobrando fretes de importação em moeda nacional, é fator de relevância, porque sua existência está diretamente ligada ao porte de nosso *trend* de vida.

3 — A eletrificação do país, e a venda de eletricidade a preço vil, é uma das condições de sobrevivência econômica do Brasil sem degradação maior do padrão de vida.

4 — Já passou a fase de imigração indiscriminada em quantidade, porque a cêpa brasileira existente é suficiente, por crescimento reprodutivo, para preencher nossa capacidade de população. Não precisamos de mais homens, senão de mais energia por homem; mais carvão, mais petróleo e mais quilowatt-hora. Importa trocar a imigração em quantidade, pela imigração em qualidade, isto é, substituir o contingente de população agrícola, tecnicamente atrasada, dos povos mediterrâneos, pelos agricultores e criadores da Suíça, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Suécia e Finlândia, muito mais adiantados; assim como de contra-mestres, mecânicos e operários especializados das regiões industriais da Europa Ocidental.

6 — Em vez de exaltar, imoderadamente, nossas possibilidades, seria conveniente uma divulgação mais realista da fraqueza estrutural de nossa economia. O conhecimento seguro dos dados é premissa indispensável de qualquer construção sólida.

7 — Nosso modelo a atingir deve ser uma economia intermediária entre a França e a Suécia e nunca os Estados Unidos, com condições naturais totalmente diversas das nossas. De outro lado um excesso de população nos lançará, sem dúvida, na situação da Índia ou da China.

9 — o aproveitamento total da energia hidroelétrica é o único meio de compensar nossa extrema pobreza em combustíveis minerais."

É evidente que estes resultados, quanto ao *optimum* de população são susceptíveis de revisão, desde que se aproveitem adequadamente os recursos de fontes de energia examinados por Glycon de Paiva. Não será demais recordar, ainda, que os estudiosos de problemas brasileiros sempre chamaram a atenção para tais fatos; meu saudoso pai, Arthur Neiva, desde 1935, num estudo sobre a reconstrução econômica do país apresentado à Câmara dos Deputados, referia-se expressamente à solução indispensável de três problemas básicos: transportes rápidos, crédito fácil, energia barata.

Observa-se de pronto — e quiseamos dar esta sensação — a extraordinária multiplicidade e complexidade dos problemas que afluem, imediatamente, ao se tratar da questão de acelerar o ritmo do progresso do Brasil. Seja qual fôr o ponto de vista em que nos coloquemos, ou o aspecto que examinemos, verificamos imediatamente que qualquer dêles arrasta consigo, como as conta de um rosário, uma série de outros que estão no conhecimento ou na consciência de todos nós. Analisá-los todos, transcenderia evidentemente aos limites dêste trabalho, de modo que nos concentraremos nos assuntos imigratórios, mas não desejamos que os leitores percam de vista as afinidades e conexões existentes entre tôdas essas questões de natureza social que afetam a vida do Brasil. Por isso, faremos nesta introdução as digressões indispensáveis ao pleno esclarecimento da sua posição.

Consideramos o povoamento como um dos nossos problemas básicos. E assim, retornando a êle, chamamos a atenção para o fato de que os vários técnicos mencionados, os quais se destacam, cintilantes, na pequena plêiade de homens de escol de que nos orgulhamos, se referem todos, sem exceção, embora por motivos diversos e com distintas conclusões, conforme o ponto de vista em que se colocam, à imperiosa necessidade de uma imigração qualitativamente boa, se não quantitativamente numerosa.

Apoiamo-los irrestritamente quanto ao ponto de vista qualitativo. Contudo, no que se refere à quantidade, divergimos em parte, pelos motivos que passaremos a expor ao longo dêste trabalho e que ficarão consubstanciados nas conclusões.

Carlos Lacerda, num dos seus brilhantes artigos, equacionou os problemas nacionais num triângulo inexorável: estradas, petróleo e imigração. Embora julgemos que outros também se acerquem dêsses em importância, podemos tomar essa opinião como um ponto de partida, pois que ela destaca o aspecto econômico essencial da interrelação que liga êsses fenômenos.

É, com efeito, axiomático ser o aumento da produção brasileira uma das necessidades mais imperiosas nos dias que correm. Infelizmente, já vimos serem nossas estatísticas bastante falhas; o atraso na sua publicação é tal que, ao serem divulgadas, em geral só apresentam interesse histórico. Basta ver os resultados definitivos do censo de 1940, que ainda estão por ser publicados depois de nove anos... A verdade é que não conhecemos, a tempo de podermos utilizá-los convenientemente, os dados relativos à nossa produção, tanto agrícola quanto industrial. O que existe são meras estimativas, e estas mesmo já muito antigas. Assim, por exemplo, o *Anuário Estatístico do Brasil* (ano IX), só fornece dados parciais do valor da produção brasileira; e o mesmo acontece com o n.º 26, do *Boletim Estatístico*, que, à página 65, dá o valor da produção extrativa mineral e metalúrgica, vegetal, agrícola e de origem animal, baseado em dados de 1948 e 1947, e que vêm assinaladas com pontos de interrogação, indicativos de estarem seus dados sujeitos a retificações. As páginas 16-17 fornece o índice da produção industrial básica, referido a 1935-36, até fevereiro de 1949, "sem dar, contudo, uma idéia do seu valor", de modo que possam ser estabelecidas comparações úteis sôbre as quais se pudesse basear um trabalho, como o presente.

Entretanto, o *Anuário Estatístico do Brasil* (ano VI), relativo ao quinquênio 1941-45, fornece, à página 105, o resumo da produção segundo as indústrias em 1941, dando o seu valor total; evidentemente, oito anos depois, êsse dado tem valor meramente histórico.

Seja, porém, qual fôr o valor da produção brasileira, que desconhecemos, — chamemo-lo de X — é indispensável aumentá-la. Já há vinte anos, o grande Pandiá Calógeras terminava uma de suas brilhantes conferências dizendo: "O Brasil, para conquistar o futuro a que tem direito, só tem um caminho a trilhar, um programa a cumprir, uma política em que se inspire: produzir." Passados quatro lustros, ainda é preciso insistir nesta tecla, verdadeiro *leit motiv* de tôda nossa economia, mormente se, prosseguindo o govêrno na sua política monetária, de não acréscimos de meios de pagamento e de restrição de crédito bancário, desejar promover a queda interna dos preços e, assim, restabelecer o poder de compra da nosso moeda, conforme o conceito de Cassel, a fim de evitar a queda de salários reais, cujo índice, de 100, em 1943, passou a 90, em 1946, conforme mostram Bulhões e Kingston.

Esses economistas, em seu magnífico artigo sobre "A Política Monetária para 1947", propõem às páginas 27-28 uma série de sugestões muito interessantes, que, entre outros objetivos fomentariam a produção de gêneros alimentícios, fato, como já vimos, de extraordinária importância, pois inquéritos feitos em São Paulo demonstram que, 54% dos salários ali percebidos são destinados à alimentação (página 37).

Sabemos, entretanto, desde os tempos escolares, que os fatores da produção são três: terra, trabalho e capital. Incontestavelmente, desses três, possuímos a terra, embora esta às vezes não seja tão rica como desejaríamos, o que é do conhecimento de todos quantos se preocuparam com o assunto e que seria ocioso citar aqui. Concentremos, portanto, nossa atenção nos outros dois. Estes, porém, na realidade, se reduzem a um só, que é o trabalho, pois capital, também em última análise, nada mais representa do que trabalho acumulado. Dispondo de capital, poderemos produzir em melhores condições e mais rapidamente, mas a própria formação do capital pressupõe a existência de um trabalho e de uma poupança interiores.

Por conseguinte, o fator essencial é o trabalho, elemento produtor do capital. Não queremos dizer com isso que o Brasil não careça de capitais, e já; somos nitidamente favoráveis à cooperação do capital estrangeiro, a que se devem dar tôdas as garantias compatíveis com o interesse nacional e a necessidade que dêle temos, ou, como lacônica e magnificamente o conceituou o general Juarez Távora, em seu estudo sobre *O Petróleo do Brasil*:

"que os meios externos utilizados (capital, equipamentos e técnicos) se subordinem aos fins nacionais perseguidos".

Pode-se encarar o problema, entretanto, por um prisma ligeiramente diverso, como fez Glycon de Paiva em seu artigo citado, cuja reflexão, a respeito, transcrevemos:

"5 — A aplicação de capitais estrangeiros no Brasil é muito conveniente, desde que não seja esquecida a necessidade de sua remuneração, a qual exige a exportação de dividendos em moeda estrangeira, que, em caso algum, deve ser retirada do montante do comércio exterior preexistente. Por outras palavras, os campos de aplicação dessas inversões alienígenas devem objetivar:

- a) produção de bens e serviços que promovam a exportação de novos artigos ou aumento de valor unitário de exportação dos artigos já comercializados;
- b) produção de bens e serviços que signifiquem não importação de artigos ou redução de valor unitário dos importados.

A industrialização de matérias-primas, previamente exportadas sob essa forma, é abrangida no primeiro caso; a instalação de usinas de transformação de matérias-primas estrangeiras em nosso país acha-se compreendida no caso b.

Já a produção de bens de consumo interno, com matérias-primas, energia e mão-de-obra do país, não deve ser feita com capital absenteísta, porque a exportação de dividendos, para remunerá-los, só pode ser realizada à custa das nossas escassas possibilidades de comércio exterior, já exaustivamente empenhadas na compra de combustíveis."

Concordamos plenamente com os conceitos de Paiva acima transcritos. De-sejam os tôdos somente frisar, mais uma vez, que necessitamos com urgência da colaboração de capital estrangeiro, e que, assim sendo, como não se apanham mósca com vinagre, é indispensável cercar êste capital de garantias suficientes para assegurar a sua entrada no país, permitindo afinal, em grande escala, a exploração das nossas tão decantadas riquezas, que em grande parte ainda se encontram em estado potencial. É perfeitamente possível conciliar os imperativos da segurança nacional em seu sentido mais lato com as garantias justas e razoáveis do capital estrangeiro, tendo em vista os supremos interesses do país. Numa era que se caracteriza pelo domínio da técnica em todos os setores, os meios de produção descobertos pela ciência e aplicados pela tecnologia aos vários ramos da economia são evidentemente caros e não podem ainda ser supridos por nós. Necessitamos de tratores, estradas de ferro, locomotivas, caminhões, automóveis, cimento, produtos químicos, mil e uma coisas enfim, e como somos um país pobre, precisamos do concurso do capital, dos equipamentos e dos técnicos estrangeiros para conseguí-los. Possuímos tôdas as condições potenciais para nos transformarmos num dos "grandes" em que o mundo se acha dividido; bastará

que saibamos agir racionalmente, sem arroubos de um jacobinismo excessivo, que, como ocorre por exemplo na questão debatida do petróleo, espalha por toda parte a frase: "O petróleo é nosso". Mas de que adianta o petróleo ser nosso se ele continua no fundo da terra, sem que nós tenhamos possibilidades de explorá-lo, trazê-lo à superfície, refiná-lo, transportá-lo, torná-lo enfim uma riqueza útil atual, em vez de ser apenas uma possibilidade potencial? De que nos adiantou, durante tantos séculos, sermos os ditosos possuidores das maiores reservas de minério de ferro do mundo, antes de se haver concretizado o grande empreendimento que é Volta Redonda, com o qual sonharam gerações de brasileiros, e para cuja construção foi necessário recorrer ao capital estrangeiro? Quem ousará hoje em dia negar a imensa importância que possui para o desenvolvimento de todo o futuro econômico do Brasil a existência da usina de Volta Redonda, já em franca produção? Entretanto, para sua realização, contribuiu também o capital estrangeiro, mas, como diz bem o general Juarez Távora em condições tais que "não se transforme em senhor do empreendimento, mas se contente com a situação de simples auxiliar ainda que considerado indispensável".

De qualquer forma, porém, o Brasil precisa de trabalho. Sem trabalho, não pode haver aumento de produção. Como não pode haver produção de capital. Como, também, não pode haver exploração racional das nossas riquezas. Acarretando, tudo isso tomado em conjunto, a impossibilidade de sermos a grande potência que todos almejamos, e para o desempenho de cujo papel o Brasil se acha fadado pela natureza.

Mas trabalho pressupõe população. Povoamento. Não somente este povoamento por simples crescimento vegetativo, de pobres seres subalimentados, às vezes famintos, opilados, prêsas fáceis da malária, e das outras endemias; iletrados, com um padrão de vida baixíssimo, perfeitamente comparável ao das massas de cules, indus e chineses, com que não gostamos de nos comparar. E todos nós sabemos que estas palavras não representam simples frases, nem espelham qualquer pessimismo. Longe disso. Expressam, infelizmente, a realidade brasileira, que não é a das grandes cidades, a da intensa vida social do asfalto e das praias, focos de exteriorizações douradas e brilhantes, que, para nosso infortúnio, são casos isolados apenas no conjunto da nacionalidade, a qual se empobrece e se torna cada vez mais primitiva e atrasada à medida que nos embrenhamos pelo interior, afastando-nos da orla litorânea.

Os números comprovam as nossas afirmativas. No estudo já tantas vezes citado, Mortara (1947) afirma que o número de pessoas ocupadas em atividades extra-domésticas representa apenas 34%, ou seja, 1/3 da população de todas as idades (página 144), e continua:

"Decompondo-se esses 34%, em parcelas, segundo grandes grupos de idade, verifica-se ainda que os adultos de 20 a 59 anos contribuem com 23,2%, os velhos de 60 anos e mais com 1,8% e as crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, com 9,0%. Torna-se evidente que, enquanto a proporção dos ocupados em atividades extra-domésticas é baixa, em virtude da própria constituição por idade da população, entre esses ocupados fica muito elevada a quota das crianças e adolescentes, em parte prematuramente encaminhados para o trabalho no campo ou nas usinas, em vez de preparados pelo estudo, para a mais eficaz aplicação de seus esforços. O resultado do trabalho desses rapazes é necessariamente modesto na média, se não em todos os casos individuais... Apesar da grande extensão do território nacional e do número relativamente elevado das pessoas ocupadas, a produção agrícola, pecuária e extrativa é escassa, em virtude das falhas da organização e do baixo rendimento do trabalho."

Sobre a alfabetização, verificamos que, pelo censo de 1940, somente 43% dos brasileiros maiores de 10 anos sabiam ler e escrever; e se, por um lado, havia "oásis de cultura", na expressão de Mortara, como o Distrito Federal, com 82% de alfabetizados, Rio Grande do Sul com 61%, São Paulo com 58% e Santa Catarina com 56%, em compensação este número atingia apenas a 22% no Piauí e Alagoas, e 24% na Paraíba e no Maranhão, sendo inferior a 33% em Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Estudando recentemente a distribuição da população segundo o ramo de atividade, Mortara (1947 b) fornece outros dados importantes. Afirma, por exemplo, à página 90:

"parece, portanto, certo que o valor líquido da produção agropecuária, em 1940, fique abaixo da média de Cr\$ 1 500,00 por pessoa ocupada nessas atividades".

Esse rendimento é o rendimento anual! E Mortara acentua que um dos fatores desse baixo rendimento é a elevada proporção de adolescentes ocupados nessas atividades agropecuárias.

Já o valor da produção industrial por pessoa é diverso. Mortara computa o seu valor médio na indústria extrativa a mais de Cr\$ 3 000,00 por ano e de Cr\$ 6 000,00 a Cr\$ 6 500,00 anualmente o valor médio líquido da produção industrial por pessoa ocupada, reduzidos os preços ao nível de 1940.

Assim, não é de estranhar que, premidos por motivos puramente econômicos, grandes massas da população rural se desloquem para os centros urbanos. Aliás, esse incentivo econômico não é o único a agir nas circunstâncias; o êxodo rural é um fenômeno de natureza social, sobre o qual agem causas múltiplas, entre as quais se pode destacar principalmente o desejo de ter, além de maiores possibilidades econômicas, ainda melhor amparo, vida mais confortável, maior quinhão nas descobertas que a técnica moderna põe a serviço do homem do século XX. O fenômeno, por outro lado, é universal, sendo de estranhar até que não haja assumido proporções maiores entre nós. Isto apesar de, com o deslocamento relativamente pequeno ocorrido no Brasil, já estarem as cidades principalmente as metrópoles a braços com problemas de extraordinária repercussão social e cuja solução acarreta grandes dificuldades de toda natureza, entre as quais se destaca as relacionadas com o abastecimento e os transportes urbanos, para não falarmos da habitação.

Essa crise de mal-estar, que se vem notando nas grandes cidades, com todas as dificuldades referidas, em virtude do afluxo de gente que procura as metrópoles, só pode ser resolvida, ainda uma vez, atendendo aos imperiosos reclamos do aumento de produção e da melhoria dos transportes, que é o ponto seguinte o qual passaremos a examinar.

De nada adianta intensificar a produção se a mesma não pode ser transportada aos centros de consumo. Parece que o Brasil não aprende nem pela própria experiência. Por ocasião da primeira guerra mundial, o então presidente Venceslau Brás fez um apêlo para o aumento da produção agrícola e a resposta dos trabalhadores rurais brasileiros foi eloqüente. Entretanto, em consequência das deficiências de transporte, milhares de toneladas de gêneros e produtos agropecuários apodreceram nos pátios das estações de estradas de ferro. Durante a segunda guerra mundial, 25 anos após, verificou-se novamente fenômeno semelhante. Ficou absolutamente confirmado ser o Brasil um vasto arquipélago, praticamente sem comunicações entre o norte e o sul do país. Enquanto na região do Nordeste não havia depósitos suficientes para acumular o álcool e o açúcar ali produzidos nas usinas, o sul do país teve de racionar o açúcar e foi obrigado a suspender o tráfego de carros particulares, além de restrições extremamente severas quanto ao consumo de combustíveis líquidos, pois não lhe era possível receber o álcool que superabundava em Sergipe e Pernambuco. Houve ainda fatos mais graves; a inércia burocrática e administrativa não permitiu a construção de um ramal de estrada de ferro de quatorze quilômetros que abriria à economia brasileira toda uma bacia carbonífera na região nordeste do estado do Paraná, a do Rio do Peixe, a qual teria bastado para fornecer energia suficiente às indústrias, principalmente paulistas, que tanto careciam de combustível. Em consequência desse fato, as estradas de ferro de São Paulo, já tão sobrecarregadas, e com uma assustadora deficiência de material rodante — enquanto a quantidade de vagões normalmente necessária ao perfeito funcionamento de uma linha ferroviária é estimada em quatro por quilômetro de linha, nossas estradas de ferro só possuíam 1,4 — foram obrigadas a transportar, cada vez de mais longe, 300 000 metros cúbicos de lenha por mês para a cidade de São Paulo, a fim de atender às necessidades vitais da indústria paulista, mesmo a de guerra, que fôra obrigada pelas circunstâncias a utilizar lenha em vez de óleo combustível como fonte de energia para suas máquinas. Em novembro de 1947, ainda existiam estradas de ferro no Paraná, por exemplo, que estavam atendendo a requisições de transportes feitas havia 46 meses, ou seja, em janeiro de 1944 !

Passemos ao capítulo consumo. Este está simultaneamente relacionado com os níveis de vida, ou seja com o poder aquisitivo da moeda, isto é, com os salários reais, por um lado; e, por outro, com a produção e o transporte. Assim como a melhoria nas condições de consumo exige aumento de produção, também problemas aparentemente não conexos, mas que influem sobre o panorama geral, tais o da educação e saneamento, necessitando grandes dispêndios para serem enfrentados, exigem, em última análise, novamente o aumento da produção, para que, através do mecanismo tributário, o governo possa obter maiores recursos. Mas o aumento da produção obriga a maior eficiência do trabalho, e assim está estreitamente ligado aos problemas de povoamento e população. Trata-se, pois, de um verdadeiro círculo vicioso, em que um problema se entrosa nos outros e os arrasta inevitavelmente.

Esse ciclo, em linhas muito gerais, pode ser descrito da seguinte forma: a melhoria do nível de vida requer salários reais mais altos, que são função de uma redução de preços, que está sujeita a um aumento da produção. Esta, porém, só pode ser aumentada e transportada havendo maior inversão de trabalho e capital, que por sua vez dependem também, principalmente o primeiro, de um suprimento de mão-de-obra adequado, o qual só aparecerá se, de certa forma, houver elevação de nível de vida acima dos padrões baixíssimos que hoje prevalecem entre nós. E assim recomeça o ciclo...

Onde quer que penetremos nesse círculo tenebroso, fatalmente veremos aparecer, num certo ponto, a necessidade de uma política de povoamento adequada. E já vimos que, para esta, não é suficiente cogitar apenas do crescimento vegetativo; será necessário, de qualquer forma, executar também uma política racional de imigração. Muito embora Mortara, em sua brilhante análise (1947 a) declare que o crescimento demográfico do Brasil se processasse, nos últimos cem anos, na taxa de 1,957% anualmente, ou seja pouco menos de 2%, e faça corresponder a principal parcela desta taxa, 1,608%, ao crescimento natural independente da imigração, correspondendo a esta última 0,179% em sua função procriadora e 0,170% ao crescimento migratório propriamente dito, faz-se mister notar que esse cálculo se refere à população total do Brasil*. É sabido, entretanto, que apenas os estados do Sul e alguns dos estados do Leste, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, receberam fortes contingentes imigratórios; todo o resto do Brasil, praticamente, não recebeu imigração por vários motivos. Assim, estas cifras de Mortara não podem exprimir a realidade, da mesma forma como a densidade média de 5,5 habitantes por quilômetro quadrado não exprime a realidade brasileira.

Com efeito, 64,3% da superfície total do Brasil, compreendendo todo o Norte e o Centro-Oeste, contêm apenas 6,6% da população brasileira; a densidade demográfica média no Centro-Oeste é de 0,75 habitante por quilômetro quadrado, mesma forma como a densidade média de 5,5 habitantes por quilômetro quadrado — na zona fisiográfica do Norte, que compreende os estados do Amazonas, Pará, e os territórios do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá. Na realidade, a população brasileira está péssimamente distribuída; 35,7% da superfície total, que são o remanescente das outras regiões não incluídas no Norte e no Centro-Oeste, compreendem 93,4% da população total da República, ou sejam 44 milhões de habitantes aproximadamente sobre os 47 milhões de brasileiros. Para dar uma idéia concreta desse desequilíbrio, basta dizer que nós mesmo viajamos certa vez, durante cinco horas, num avião Douglas tipo DC-3, sem avistarmos a menor habitação humana, nem sequer u'a maloca de índios. Estávamos, por ocasião dessa viagem, fazendo um reconhecimento aéreo da região central de Mato Grosso, entre o rio das Mortes e o Coluene, um dos formadores do Xingu.

De outra feita, no alto rio Juruena, encontramos um posto avançado de caucheiros, os últimos representantes da atividade humana numa zona enorme. Para quem tem a sensação dos grandes espaços vazios do Brasil Central, e das dificuldades quase infinitas de qualquer tentativa de civilizar aquelas zonas, é realmente impressionante o heroísmo desses pequenos pugilos de brasileiros típicos, oriundos da mistura, em vários graus, de tôdas as raças dos três grandes

* A taxa anual constante de crescimento natural para o Brasil (parâmetro de Lotka, calculada pelos processos mais modernos e ajustada devidamente, atinge cerca de 21%, no período 1920-1940. A taxa menor fornecida acima provém, entre outros fatores, do intervalo de um século para o qual foi calculada. Consulte-se, para discussão do assunto, Mortara (1944) e (1947-d).

troncos em que se divide o gênero humano e que serviu de base ao nosso *melting pot*. Justiça lhes seja feita: são os únicos capazes de resistir aos árduos trabalhos de desbravamento dos nossos sertões, seja na região de cerrados, seja, principalmente, nos extensos domínios da hileia amazônica, majestosa, imponente, mas profundamente hostil à ocupação humana. Estavam a quarenta dias de viagem em canoa do vilarejo mais próximo; eram visitados, mensalmente, por um Catalina da "Rubber Development Corporation", que ia buscar sua produção de caucho e borracha, levando gêneros. Mas essa facilidade cessou com o fim da guerra, em 1945, e eles hoje devem estar lá, isolados, lutando heróicamente no meio da selva imensa, se não foram ainda obrigados a retroceder da fronteira demográfica ignota onde combatiam anônimamente, pelo Brasil.

Por onde quer que viajemos, através da nossa pátria, encontramos-nos face a face com fatos do mesmo tipo. Quando saímos da vizinhança imediata dos grandes centros, exceto nos estados do Sul, encontramos os nossos compatriotas formando pequenas aglomerações esparsas, cada vez menores, mais distantes entre si, mais pobres e mais primitivas à medida que nos acercamos da fronteira demográfica, como tal considerada a que unisse numa linha contínua os últimos focos permanentes de população neste vasto interior e que as separasse do vazio que fica além. E' de notar que esta fronteira demográfica está bem mais para o interior que a fronteira econômica, que conceituamos como sendo a linha que une os últimos pontos cuja atividade econômica se integre na economia geral brasileira, à qual esteja ligada por meios de transporte adequados para permitir a existência de uma economia de troca razoável entre ela e a faixa de civilização moderna.

É preciso, evidentemente, ampliar a área abrangida pela fronteira econômica. Esta, assim, aos poucos, se superará à atual fronteira demográfica. O mesmo fenômeno, continuando a processar-se, acabará fazendo coincidir as fronteiras demográfica e econômica com os lindes políticos da nacionalidade. Só então é que teremos, realmente, ocupado e conquistado o Brasil. Esse objetivo demanda, contudo, uma política de imigração distinta da simples política de povoamento pelo crescimento vegetativo, porque nada adiantará multiplicar somente grupos como o referido, dos caucheiros do Juruena; apesar de toda sua energia e heroísmo, eles não resolvem o problema do progresso econômico do Brasil. Várias vezes comparamos uma viagem do Rio ou de São Paulo para o interior a uma viagem através do tempo. Se aqui, na orla litorânea, estamos em pleno século XX, o grupo do Juruena representa o século XVI, o Brasil do início de sua colonização, com suas casas de palha, ou pequenas cabanas de taipa e paus roliços, que dorme na rede herdada do indígena e come peixe moqueado, numa vida extremamente primitiva, cujo único condimento é o sal, o único meio de transporte a canoa ou o carro de bois, que não tem médico nem escola, que anda descalço e tem medo de lobisomem.

Pelo paradoxo de nossa época, ele tem rifle moderno e, às vezes, anda de avião, quando dêle precisam para extrair borracha. Mas isso não impede que esteja atrasado quatro séculos. São justamente êsses quatrocentos anos que precisamos recuperar. E o processo mais barato ainda é o de trazer para aqui uma boa imigração, que, pelo exemplo, possa ensinar o que entesoura como um padrão de cultura mais elevado e, mesclando-se com a nossa gente, possa apressar o ritmo do seu progresso. O mundo de hoje, nas suas incertezas e no seu vertiginoso desenvolvimento, não mais permite que as forças imanentes da história resolvam pelo plácido fluir dos séculos, o conjunto dos problemas. A técnica moderna alterou todos êsses valores de antanho. Hoje, para acompanhar a civilização, é necessário acelerar o compasso da vida. Quem não o fizer, ficará para trás, definitivamente, relegado a uma posição inferior. Nos últimos trinta anos, empobrecemos relativamente ao resto do mundo, embora tenhamos enriquecido em números absolutos. Uma prova disso é o caso de nossa Marinha de Guerra. Quando o Brasil mandou fazer o "Minas" e o "São Paulo", que eram os melhores encouraçados da época (1906), seu custo era de 5% do nosso orçamento. O Brasil podia comprá-los. Hoje, para adquirir um navio da mesma classe no mundo, teria que ser como o "Missouri", que já está muito acima do nosso alcance, pois seu custo deve ser bem mais que 20% do nosso orçamento atual. Que êste fato nos sirva de lição. Basta que se compare a diferença de riqueza e de progresso entre o norte e o sul do país, que se distinguem, sob êste ponto de vista, principalmente porque o sul recebeu fortes contingentes imigratórios enquanto o nor-

te cresceu vegetativamente, para podermos dizer, em resumo: precisamos de imigração.

As vantagens da imigração são as seguintes:

- 1) o imigrante já está formado, e seu custo de formação onera o país de onde saiu;
- 2) pode imediatamente ser fonte de produção;
- 3) sendo adulto, e portanto sexualmente maduro, utiliza logo sua capacidade procriadora, com evidente vantagem para o país. Seus filhos serão brasileiros natos, e não só aumentarão a população, mas servirão, eles próprios, como fazedores de população ao atingir a maturidade;
- 4) são portadores de conhecimentos. Têm, assim, capacidade de ensinar aos nossos as técnicas, em geral mais adiantadas, dos países de onde vieram;
- 5) finalmente, desde que bem selecionados, são admiráveis elementos de caldeamento, de formação étnica e cultural das novas gerações.

II — O problema da imigração

Examinada a posição do problema e a sua importância para o Brasil, faz-se mister analisá-lo. O primeiro fato que se destaca, de modo impressionante, é o da sua complexidade. Geralmente, qualquer questão social, por sua própria natureza, é complexa; entretanto, no caso da imigração, a análise mais perfunctória demonstra imediatamente a sucessão de aspectos múltiplos que precisam ser encarados quando se cogita de planejar uma solução geral que possa servir de base a uma política de imigração brasileira.

Para proceder com método, é conveniente conceituar o fenômeno imigratório. Em última análise, imigração é o fato social pelo qual massas humanas se transportam voluntariamente de um país para outro, com a intenção de ali se fixar. A voluntariedade do fenômeno distingue-o de outros tipos de migrações, como as que eram comuns em tempos antigos, tais, por exemplo, as de guerra de conquista ou de tráfico negreiro; e o intento de permanecer no país de eleição, implicando num prazo mais longo de estada, distingue-o de outros deslocamentos humanos temporários, tais como o turismo e, mesmo, certos movimentos migratórios de curto período. Estes, geralmente, prendem-se à maior necessidade de braços em certas épocas do ano, de que um bom exemplo é o deslocamento de trabalhadores rurais por ocasião das colheitas, e deles não nos ocuparemos neste trabalho.

A vinda de imigrantes de países estrangeiros, como conceituamos acima, exclui ainda o fenômeno das migrações internas, bastante considerável entre nós, e que também não examinaremos nesta contribuição. Assim, dentro do conceito enunciado, o estudo reduz-se, para o Brasil, às migrações intercontinentais, principalmente as vindas da Europa, pois, até o presente, ainda os Estados Unidos não podem ser considerados como país de emigração, embora nos últimos tempos se haja notado uma tendência nesse sentido, a qual se acentuou ligeiramente depois do término da guerra, principalmente em 1946.

Não entraremos aqui no exame das causas dos movimentos migratórios. Esse aspecto pode ser encontrado em nosso trabalho *O Problema Imigratório Brasileiro*, à página 89; bastará salientar, agora, a predominância hoje em dia das causas sociais, principalmente as econômicas.

Como qualquer fenômeno antropológico e social, entretanto, o problema da imigração não é fixo nem rígido. Evolve ao longo dos tempos. Esta evolução tem, por sua vez, uma série de causas, cuja análise transcenderia de muito os limites deste trabalho. De modo geral, porém, elas se prendem à organização social, política e econômica da época respectiva, de modo que podemos caracterizar nitidamente duas fases absolutamente distintas no fenômeno imigração.

A primeira inicia-se por volta de 1820 e termina, repentinamente, com o estalar da guerra de 1914, que marca o fim da era liberal ou, se o preferirem, o fim do século XIX, que podemos considerar haver durado 125 anos: de 1789 a 1914. Esses limites fixam, efetivamente, um período característico na história do mundo, na qual se destaca como uma verdadeira unidade sócio-cultural. É a era o domínio da burguesia, da *pax britânica*, do apogeu capitalista, da máquina de vapor, do imperialismo europeu. Durante esse período, o fenômeno

imigração caracterizou-se pelo que podemos denominar de liberalismo migratório. Praticamente não havia restrições à liberdade de migrar. Não se exigia passaporte; não havia regulamentações restritivas nos países de imigração; os vários governos, em seu papel de meros gendarmes, não intervinham no fenômeno; o regime da livre concorrência imperava no mercado de trabalho e não havia, a bem dizer, legislação social. Grosso modo, é a fase da imigração livre, que se expandiu de maneira notável, dirigindo-se principalmente da Europa para os Estados Unidos, que, de 1820 a 1914, receberam cerca de trinta milhões de imigrantes europeus, enquanto o Brasil, no mesmo período, recebia tão somente cerca de 3,4 milhões.

O segundo período se inicia em 1914 e continua até os dias que correm. É caracterizado por uma redução apreciável no movimento migratório, muito embora, em relação ao Brasil, no sexênio 1924-1929 atinja, em média, 98 mil imigrantes anualmente. Nesta segunda fase, o caráter da imigração se modifica totalmente: além das restrições à liberdade de movimentos, os governos dos países emigrantistas se interessam pelos destinos de seus nacionais e começa a haver exigências governamentais, quer dos países de emigração quer dos de imigração. Este, aliás, é um dos campos onde mais se nota a influência do dirigismo econômico, iniciado com a primeira guerra mundial. Como resultado, a Conferência de Santiago, em 1937, chega a conceituar o tipo de "Migração Colonizadora", envolvendo todos os planejamentos oficiais, entre os dois países, de procedência e destino, tendência essa que se acentua posteriormente, conforme se pode verificar da conferência de peritos em matéria de migrações colonizadoras, reunida em Genebra, em 1938, na Segunda Conferência Pan-Americana do Trabalho (Havana, 1939), das resoluções das conferências interamericanas de reunião e consulta realizadas desde Lima em 1938 a Chapultepec em 1945, da Conferência Demográfica do México em 1943 e das reuniões promovidas pelo Bureau Internacional do Trabalho (Montreal, 1946; Genebra, 1947 e 1948; Montevideu, 1949). A ação conjugada de todas essas causas, e de mais algumas, como, por exemplo, o nacionalismo excessivo da Alemanha e da Itália antes da guerra, a revolução espanhola, a política imperialista de Portugal, o regime de quotas no Brasil, e, finalmente, a segunda guerra mundial, deram como resultado líquido a extraordinária redução da imigração para o nosso país.

Em 1930 ainda recebemos pouco mais de 62 mil imigrantes, total já bem inferior à média dos seis anos anteriores: 46 mil em 1933 e 1934; depois vem o decréscimo paulatino, embora com flutuações, atingindo um mínimo de 1 593 em 1944 e subindo em 1945 a apenas 3 168 imigrantes. Não existem, ainda, dados do ano de 1946 em diante. Evidentemente, a crise econômica de 1929 também influiu sobre o problema, mas, analisando o fenômeno, dentro da perspectiva histórica, o fato é que, ao invés dos caudais de imigrantes que para aqui se dirigiam há vinte anos atrás, a imigração brasileira de hoje é regulada a contagotas. E este sintoma é profundamente alarmante para o Brasil.

Será interessante, nesse particular, fazer uma ligeira referência a comparações internacionais.

A tabela abaixo, extraída de um estudo recente de Mortara, mostra claramente, em números-índices, perfeitamente comparáveis portanto, como se processou o crescimento das populações de certos países americanos durante um século (1840-1940):

PAÍS	NÚMEROS-ÍNDICES DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	
	1840	1940
Estados Unidos.....	100	772
Brasil.....	100	669
Argentina.....	100	1 478
Canadá.....	100	950

Dos quatro países considerados, verifica-se que, nesse período de cem anos, quem menos cresceu relativamente, em população, foi o Brasil. Há, contudo, outro tipo de comparações, também calcadas no mesmo estudo, e que sumariamos na tabela seguinte, comparado o Brasil com a Argentina:

Dados demográficos relativos ao período 1840-1940

PAÍS	IMIGRANTES, EM NÚMEROS ABSOLUTOS (Milhões)			ACRÉSCIMO PORCENTUAL DA POPULAÇÃO DEVIDO AO CRESCIMENTO					
	Recebidos	Fixados (Estimativa)		Natural				Migratório, conforme estimativa	
		a	b	Independente da imigração, conforme estimativa		Dependente da imigração, conforme estimativa			
				a	b	a	b		
Brasil.....	4,8	3,3	4,0	81,02%	77,34%	9,63%	11,33%	9,35%	11,33%
Argentina.....	7,4	3,6	4,0	41,94%	37,90%	29,03%	29,84%	29,03%	32,26%

Em suma: ainda que, hoje em dia, depois desse estudo de Mortara, ninguém mais possa pôr em dúvida que, em todos os países de imigração, o crescimento natural independente da imigração seja a maior parcela do crescimento de sua população de 1840 a 1940, sua importância varia para cada caso. Enquanto, conforme a estimativa escolhida, penas 19% ou 22,66% do aumento da população brasileira possam ser levados à conta da imigração, 58% ou 72% do crescimento da população argentina são devidos, direta ou indiretamente, à imigração.

Quando, no futuro, dispusermos de dados sobre a população dos estados do sul e do leste do Brasil em 1840, únicos que receberam imigração entre nós, veremos que a influência desta no crescimento geral de sua população deverá aproximar-se das cifras argentinas. Hoje, porém, somente conhecemos, para 1840, os dados globais da população de todo o Brasil e assim, como grande parte do nosso país praticamente não recebeu imigração, os resultados globais não podem exprimir a realidade do fenômeno, tal como a densidade demográfica média do Brasil não representa a distribuição verdadeira de nossa população, como já vimos páginas atrás.

Passemos agora a analisar algo mais pormenorizadamente o problema da imigração em si.

Nota-se, imediatamente, o seu desdobramento em outras questões fundamentais elementares, das quais nada mais é senão a resultante ou, em outras palavras, que lhe servem de etapas para o seu desdobramento definitivo.

Esses problemas essenciais são quatro: "seleção", "colocação", "fixação" e "assimilação". A eles adiciona-se ainda questão muito importante, a do "transporte". Esta, porém, dada a sua generalidade, não pode ser incluída na mesma chave dos precedentes, pois influencia poderosamente muitos outros problemas não diretamente relacionados com os movimentos migratórios.

Efetivamente, a imigração, no seu conceito moderno, ou seja o de migração colonizadora, compreende um certo número de fases, nitidamente diferenciadas em sua técnica, objetivos e efeitos. O que se visa, realmente, na imigração colonizadora, não é apenas o transporte para o país de massas de imigrantes e o seu aproveitamento para o desenvolvimento econômico da nação, mas algo de muito mais amplo, e bem mais complexo: o desejo de fazer com que o imigrante aqui aportado, não somente através do seu progresso econômico contribua para o desenvolvimento econômico do Brasil, mas ainda se sinta feliz, amando a terra que o recebeu e assim, depois de um certo período, deseje integrar-se, permanentemente, em a nação brasileira.

A simples indicação desses objetivos mostra-nos como o problema migratório se diversifica e passa a apresentar aspectos de profunda repercussão sobre os destinos nacionais, ao longo de todo o seu futuro. Este fato dá bem a medida

da imensa responsabilidade que pesa sobre os ombros daqueles que interferem em questões imigratórias, pois as decisões porventura tomadas irão repercutir ao longo dos séculos. Por outro lado, demonstra a delicadeza com que devem ser tratadas certas facetas do problema, atendendo a circunstâncias não somente econômicas, mas políticas, sociais e, principalmente, culturais, em seu sentido mais lato. Essas circunstâncias envolvem todo o problema e, por sua vez, são por ele reciprocamente influenciadas na tessitura complexa que constitui o futuro da nação brasileira, e da qual, como os fios da trama, faz parte integrante e fundamental.

O fenômeno da imigração, portanto, é perfeitamente susceptível de uma subdivisão em etapas, que se encadeiam logicamente no processo que se estende desde a seleção, no país de origem, até a integração final, na segunda pátria, pela naturalização. O conjunto de todas essas etapas forma uma cadeia. Seria de desejar que cada um dos seus elos fosse igualmente forte, sob pena de todo o mecanismo ficar prejudicado. Isto porque, consoante um velho aforismo do conhecimento de qualquer engenheiro, a resistência de uma corrente é exatamente igual à resistência do seu elo mais débil; a própria sabedoria popular nos diz que a corda sempre rebenta pela parte mais fraca. Para que, portanto, todo o processo se possa realizar harmoniosamente, é indispensável cuidar com atenção de cada uma dessas etapas, pois de outra forma, em sua execução, não poderá funcionar suavemente o mecanismo; aparecerão as fendas da estrutura que, afinal, porão em perigo o conjunto.

A imigração propriamente dita inicia-se com a "seleção" do imigrante no país de origem. Esta fase é básica, considerando a importância transcendental que tem, para o país de imigração, o recebimento de matéria-prima adequada. Esta deve atender a uma série de característicos que sejam da conveniência do país que os recebe. Durante o período da imigração antiga, antes de 1914, não se cogitava desse aspecto, dado o caráter de espontaneidade do movimento migratório; tudo isso, contudo, mudou, como já vimos. Hoje, passou a constituir caráter básico, perfeitamente justificado à vista do planejamento indispensável e do espírito de dirigismo que domina todo o problema da imigração. Esse espírito, acarretando ônus de várias espécies para o país imigrantista, confere-lhe automaticamente o direito de escolher o que mais lhe convém, de comum acordo, aliás, com o poder público do país de origem.

Selecionado o imigrante, é indispensável "concentrá-lo" nas proximidades do porto de embarque, fazendo-o cumprir as formalidades essenciais de obtenção de visto, etc. e, finalmente, "transportá-lo" para o país de destino.

O problema do transporte marítimo constitui a etapa seguinte; mas, atendendo a que as comunicações intercontinentais não se limitam apenas ao transporte de imigrantes, tendo porém um campo muito maior, não se pode a rigor dizer que o transporte marítimo seja uma operação de técnica imigratória, a não ser até certo ponto. De qualquer maneira, é um fator importantíssimo e essencial em todo o processo, constituindo uma das parcelas que mais oneram o problema da imigração dirigida. Antigamente, era o imigrante quem pagava a própria passagem, embora, em certos casos, como por exemplo no da imigração subsidiada pelo estado de São Paulo, na segunda década deste século, corresse tal despesa por conta do governo daquela unidade da federação. Hoje, quando a imigração espontânea tende a diminuir cada vez mais em importância, e, por outro lado, as passagens marítimas ficam mais caras, de ano para ano, a questão do transporte assume importância capital, não somente quanto à existência de meios físicos — a navegação mercante está em crise aguda em consequência da guerra — como ainda à disponibilidade de recursos para o custeio da passagem.

Chegado o imigrante ao porto de desembarque, é necessário "recebê-lo" e "hospedá-lo" em condições satisfatórias. Ninguém pode sair diretamente de bordo e dirigir-se ao seu emprego. Há sempre um certo número de formalidades a serem cumpridas, e um pequeno estágio de adaptação, onde o imigrante se familiariza, pela primeira vez, com o novo país. Por ocasião desse primeiro contacto com o meio estranho, com uma língua diversa, costumes diferentes daqueles a que está habituado, mudança de clima, de hábitos, de alimentação, etc., é imprescindível cercar o recém-chegado de todo o amparo possível, para lhe facilitar o início da adaptação ao novo meio. Trata-se, pois, de uma etapa essencial, com a qual, aliás, se encerra o problema da imigração propriamente dita.

Neste momento surge uma questão de importância excepcional em todo o processo. É o que denominamos de problema da "colocação". Este, para ser resolvido, carece evidentemente de uma organização adequada, que permita encaminhar o imigrante recém-chegado ao seu primeiro trabalho no país. Tal aspecto, entre nós, foi sempre o mais descurado e este fato teve gravíssimas consequências ao ser realizada, em caráter experimental, a primeira tentativa para a imigração de deslocados de guerra, que examinaremos mais adiante. Aqui bastará dizer que a organização deve ser tal que permita colocar o imigrante no lugar melhor adaptado às suas qualificações, e no ponto onde o seu trabalho possa ser mais útil ao país que o acolhe, dando-lhe, ao mesmo tempo, a maior satisfação possível e a oportunidade inicial que todos precisamos para começar nossa vida de elementos úteis à sociedade. Evidentemente, a técnica correspondente a esta etapa é diversa, conforme o imigrante se destine a emprêgo urbano, nas indústrias, ou na agricultura. Em qualquer dos casos, faz-se necessário o "encaminhamento", depois que o mesmo haja por sua livre e espontânea vontade feito o seu primeiro contacto de trabalho, sob a supervisão do poder público, que o imigrante, nesse momento, considera, e com justa razão, fiador das condições ali estabelecidas.

A seguir, vem o terceiro problema fundamental, o da "fixação", intimamente relacionado a dois outros, o da "distribuição" no território nacional e o da "colonização", ambos da maior importância para o Brasil, embora por motivos diversos.

A fixação, efetivamente, consiste em localizar o imigrante geograficamente num ponto do território nacional de tal maneira que atenda aos dois seguintes objetivos: 1.º — que o alienígena nele se fixe por prazo mais ou menos longo, a fim de assegurar não só o interesse do país como ainda por dar oportunidade ao imigrante para se desenvolver; 2.º — que, assim, principalmente através dessa última condição lhe facilite a integração no país, pelo início do processo de assimilação. O malôgro desta etapa do processo significa a existência de mais um desajustado, que não somente será inútil à economia do país mas que fatalmente pelo seu amargor de malogrado, se transformará num elemento nocivo, vindo engrossar as fileiras de descontentes existentes em qualquer parte, prêsas fáceis aos fenômenos de patologia social.

Os problemas, intimamente conexos, de distribuição e colonização, podem ser sumariados da seguinte maneira. O da distribuição no território nacional envolve, principalmente, considerações de ordem econômica, política e social. Econômica, para colocar o imigrante no ponto em que possa ser mais útil; política, para facilitar o processo de assimilação, e não, por exemplo, para complicar ainda mais o problema dos quistos étnicos; social, para, mais uma vez, dar-lhe um ambiente tal que apresente as maiores vantagens para ele e para o país que o acolhe, com o mínimo de atritos durante o processo de assimilação e o máximo de possibilidades para acelerar esta última fase e tirar proveito dos seus conhecimentos especializados para o ensino, *verbi gratia*, das novas técnicas aos nacionais com que entrar em contacto.

O problema da colonização somente se apresenta no caso de um dos tipos de imigração: a agrícola. Aqui, porém, é de suprema importância, pois, se não fôr planejado de maneira adequada, acarretará fatalmente o malôgro do imigrante, com todas as suas terríveis consequências para o indivíduo e para o país. Para o país, porque, ao invés de possuir um elemento de trabalho útil, que lhe aumente a produção, tão necessária, como já vimos atrás, será apenas mais uma boca para consumir, alongando as filas nas cidades para onde fatalmente se deslocará em busca de sorte melhor; para o indivíduo porque, não lhe sendo possível saciar a sede de terra e considerando-se um malogrado sem ser por culpa sua, vai sentir agudamente o desajustamento, tornando-se um inimigo do país que o acolheu; assim, será um elemento decididamente negativo para o progresso desse país, além de se transformar automaticamente num elemento inassimilável.

Chegamos, assim, ao problema fundamental da "assimilação". Este apresenta uma série de facetas, desde as puramente biológicas, que constituem a "adaptação", envolvendo às vezes ligeiros ajustamentos físicos e fisiológicos dos quais a "aclimação" é um dos exemplos, até os ajustamentos puramente culturais do processo denominado "aculturação", passando pela escala intermediária da "acomodação", que é a adaptação social. Todos esses estágios são muito relevan-

tes, mas, entre todos, o mais delicado e complexo e, por conseguinte, o mais importante, é o da aculturação. Sômente a aculturação perfeita pode conduzir à integração completa dentro da nacionalidade, cujo aspecto jurídico é o ato da naturalização. A própria miscigenação, a mestiçagem tão importante para o destino do país, é essencialmente função da aculturação correta.

Está claro que tôdas essas etapas e os seus problemas respectivos se recobrem em maior ou menor grau, imbricando-se como as telhas de um telhado, anastomosando-se entre si como a rêde dos vasos capilares. Não é possível isolá-los rigidamente uns dos outros; se o fizemos foi apenas para apresentá-lo em sua seqüência lógica e, tratando-se de uma contribuição como esta, em que se pressupõe ser o leitor leigo na matéria, seguiu um dos processos científicos básicos, o método do isolamento, pelo qual se destaca, para fins didáticos, o fenômeno que se deseja estudar dos outros que o cercam. Prevenimos, contudo, que o problema imigratório em geral é o conjunto de todos êsses problemas vários que focalizamos em sua seqüência, de modo que na realidade todos surgem simultâneamente, complicando a questão já de si tão complexa, e que o isolamento a que recorremos representa tão sômente um recurso teórico para facilitar a apreensão do todo. Na prática, o problema da assimilação já se apresenta desde a fase de seleção do imigrante e, por exemplo, para responder às perguntas dêste sôbre condições de vida e contratos de trabalho no Brasil, é necessário pressupor a existência de planos de colonização e de órgãos encarregados da colocação.

É chegado o momento de fazer uma séria advertência aos brasileiros bem intencionados, interessados pelos problemas nacionais, que porventura venham a ler estas páginas. O simples exame *per summa capita*, do problema da imigração acima exposto, demonstra claramente a diferença profunda no modo de encará-lo hoje em dia, e como o era antes de 1914, ou, se o quisermos, antes de 1930. O problema deixou de ser empírico para passar a ser técnico, e a fase da imigração espontânea e livre está morta e enterrada, tanto quanto o liberalismo vitoriano. As transformações sociais por que o mundo passou depois de 1914 fizeram desaparecer para sempre o tipo do imigrante aventureiro, mera máquina de trabalho, que aceitava quaisquer condições de vida por mais duras que fôsem e se contentava em ser, durante tôda a sua existência, um simples assalariado, disposto a trabalhar perenemente como colono e satisfeito em ser, tão sômente, braço para a lavoura. Hoje em dia, qualquer imigrante europeu, de tôdas as regiões que não estejam por trás da cortina de ferro da U.R.S.S., mesmo os camponeses mais humildes, conhecem seu valor na ordem das coisas e, em contraprestação aos deveres do trabalho árduo e eficiente que estão resolvidos a executar, exigem os direitos correspondentes. Têm plena consciência da nobreza do trabalho e das garantias que lhes dá a legislação dos povos cultos. Não mais estão dispostos a se deixar escravizar e aspiram a um lugar ao sol. Estão firmemente decididos a contribuir com seu trabalho leal e dedicado, mas desejam saber quais as suas oportunidades de progresso; não mais se contentam com vagas promessas ou condições de vida que os reduziriam praticamente à servidão da gleba.

Este aspecto é importantíssimo. As estimativas de mortes ocasionadas pela última guerra oscilam entre um mínimo de 30 e um máximo de 42 milhões de pessoas. Não há, por conseguinte, excesso de braços disponíveis entre os países de população branca. Grande parte da Europa está destruída, havendo necessidade de trabalhadores para sua reconstrução. Assim sendo, o imigrante em perspectiva exerce livremente o seu direito de escolha, e o Brasil não é o país que mais o atrai. De modo geral, prefere os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina e a Austrália; o Brasil só aparece em 5.º lugar. O imigrante português que nos preferia é orientado pelo governo Salazar para o Império Lusitano, principalmente para as colônias de Angola e Moçambique. O italiano, que nós preferíamos, tem ido para a França, e o governo que controla a imigração, exige um certo número de condições que ainda não foram objeto de um tratado de imigração, conosco, (já o foram todavia com a Argentina) mas que envolvem determinadas garantias econômicas e sociais aos imigrantes italianos, como, por exemplo transporte pago, condições de vida adequadas, salários suficientes, etc., asseguradas em contratos de trabalho formais. O conjunto dessas circunstâncias nos leva a pensar que, ou serão atendidos tècnicamente êsses justos anseios do imigrante de hoje, melhorando-se as oportunidades de êxito econômico e

as condições de vida nas fazendas do interior, ou não haverá imigração de agricultores para o Brasil. Pensar de outra forma é querer enganar-se a si próprio, ausentar-se totalmente da realidade, desejar viver num mundo povoado de fantasias, isolando-se numa torre de marfim e praticando aquilo que os ingleses denominam *wishful thinking*.

III — *Análise sumária de algumas das principais etapas do problema, em seus aspectos técnicos*

Até aqui, limitamo-nos a aflorar os problemas que constituem as várias etapas em que se desdobra a questão imigratória, examinando-a em conjunto e nos seus aspectos mais gerais, de correlação uns com os outros, e em suas ligações com certos problemas nacionais. Agora, passaremos a analisar um pouco mais detidamente alguns aspectos dos mais importantes.

Seleção — Já vimos em que consiste, a sua justificação. Procuraremos agora responder a outro tipo de pergunta: Como deve ser feita? Onde? Por quem? Para atender a que objetivo?

É fora de dúvida que a seleção deve ser feita por brasileiros, recebendo instruções de nosso governo e trabalhando no exterior. Deve ser realizada por técnicos no assunto em várias especialidades, porque a imigração é um problema tão importante, envolvendo aspectos que afetam a segurança nacional, que dos mesmos só se devem encarregar brasileiros; técnicos no assunto, porque somente estes têm os conhecimentos indispensáveis para uma atuação adequada aos nossos interesses. Deve ser feita no exterior por ser este processo muito mais econômico e eficiente, pois a eliminação dos que não nos convenham poderá ser feita *in loco*, sem acarretar os prejuízos econômicos de transportá-los até o Brasil para serem eliminados por ocasião do desembarque. É, além disso, método mais humano para não dar esperanças que não poderão ser cumpridas. A eliminação aqui transformará o eliminado num decepcionado, cheio de amargor, inimigo acérrimo do Brasil para todo o sempre, elemento constante de propaganda contra o nosso país. Casos dessa natureza devem, por conseguinte, ser reduzidos ao mínimo, fazendo-se a eliminação aqui apenas em caráter excepcional.

O melhor sistema de seleção é a constituição de várias comissões, compostas pelo menos de um técnico em imigração e um médico, cada uma, falando várias línguas e operando numa área determinada. Essas comissões deveriam ser coordenadas, dentro de uma área maior, de modo a constituírem uma ou várias delegações, que teriam sede fixa em escritórios. Deveriam ser dotadas de recursos amplos para poderem organizar-se convenientemente, e principalmente deveriam ser amparadas por tôdas as formas pelo governo brasileiro. Devem ser oficialmente reconhecidas pelos países onde operam, o que implica na concessão de um estatuto oficial, preferivelmente diplomático, às mesmas, que podem ser adidas às nossas representações diplomáticas no país onde exerçam suas atividades. Devem também receber informes e instruções pormenorizadas, sem ficar completamente abandonadas no exterior. Descemos a essa minudência porque praticamente nenhuma dessas condições foi atendida no caso da imigração de deslocados, primeira e única tentativa racional de imigração dirigida que o Brasil realizou no após-guerra. Tivemos a honra de chefiar a delegação brasileira para a seleção desses primeiros deslocados; éramos os únicos, de tôdas as missões congêneres que operavam na Europa, que não possuíamos estatuto nem passaportes diplomáticos; ficamos sem recursos por cinco meses; durante sete meses recebemos apenas cinco telegramas oficiais do Brasil, nenhum dos quais continha qualquer resposta às sugestões ou consultas que enviamos em vários relatórios sobre a matéria de serviço. É escusado dizer como êsse conjunto de circunstâncias prejudicou enormemente a nossa ação e, conseqüentemente, os interesses do Brasil.

A seleção se realiza para a escolha dos elementos que mais convenham ao país. Isso implica a existência de uma série de critérios pertinentes a cada um dos aspectos que a seleção pode comportar. O primeiro diz respeito à seleção étnica. É ponto pacífico, hoje, entre nós, que só nos convém imigração branca. Não porque o Brasil seja racista; pelo contrário, somos um dos poucos países do mundo, senão o único, onde não existem preconceitos de raças e de religiões,

pois resolvemos inteligentemente êsses dois problemas, que custaram rios de sangue a outras nações, sem que nenhuma delas conseguisse solucioná-los permanentemente, embora algumas, como os Estados Unidos, estejam mais adiantadas do que nós sob outros aspectos. Mas porque, se quisermos fazer prosseguir o branqueamento do Brasil que se vem acentuando de ano para ano, conforme o demonstram todos os estudos realizados em tôrno dos nossos recenseamentos desde 1872, deveremos auxiliar esta tendência, abrindo nossos portos à imigração branca e excluindo as correntes imigratórias negra e amarela. Isso não quer dizer que proibamos a entrada de elementos de côr, isoladamente, mesmo em caráter permanente; significa apenas que desejamos ser brancos daqui há alguns séculos, e continuaremos internamente a nossa sábia política de miscigenação ampla, e de absoluta igualdade política, social e econômica entre os brasileiros, sejam quais forem sua côr e seu credo. Mas, mesmo entre os brancos, pode haver preferências e estas devem ser indicadas à Comissão de Seleção. Assim, por exemplo, os ciganos são incontestavelmente de raça branca, do tipo Mediterrâneo, vindos originariamente, há cerca de mil anos, da Índia do Noroeste, conforme refere Coon (1939, p. 503). Entretanto, nossas próprias leis de imigração, que já dão expressão à preferência pela raça branca, no artigo 2.º do decreto-lei n.º 7 967, de 18 de setembro de 1945, ao prescrever: "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional", excluem os ciganos (inciso II do artigo 1.º do decreto-lei n.º 406, de 4 de maio de 1938).

Outros casos existem, que poderiam ser citados, mas sua discussão nos levaria longe de mais. Pessoalmente, somos contrário a qualquer restrição de natureza étnica quanto à entrada de brancos no Brasil; achamos, entretanto, perfeitamente justificável que haja limitações quantitativas baseadas em critérios de seleção condicional ou de assimilabilidade relativamente a certos grupos, mesmo brancos.

Examinado o critério da preferência étnica, passemos a outros. Um dos mais importantes é o critério de seleção profissional. Pareceu-nos que devia ser o da escolha de agricultores, operários qualificados, técnicos especializados, empregados domésticos e diversos. Outro critério é o da composição familiar preferida; só os interesses do Brasil é que pode decidir o tamanho das famílias que desejam ver-se selecionadas no exterior, qual a sua composição numérica e em grau de parentesco. Importantíssimo também é o critério de seleção médica; êsse deve ser pormenorizado. Sugerimos, em relatório enviado ao governo, o máximo rigor nos exames dos chefes de famílias, cônjuges e filhos menores do casal; permitindo-se um abrandamento que excluísse tão somente os portadores de moléstias contagiosas, quando maiores de cinqüenta anos, que deveriam ficar sob a responsabilidade do chefe da família que integrassem, e também os operários qualificados e técnicos especializados, portadores das referidas moléstias, desde que, além disso, não ficassem prejudicados em sua capacidade profissional, que deveria ser de 100%.

Na seleção médica é indispensável a elaboração de uma ficha. Aliás podemos dizer com satisfação haver sido aprovada, para tôdas as missões estrangeiras, a ficha elaborada pela delegação brasileira sob a nossa chefia, quanto à parte médica. Êsses exames foram os mais completos exigidos até então no mundo e compreendiam inspeção externa, exame do aparelho circulatório, inclusive pressão sangüínea (máxima e mínima), temperatura, altura e pêso; exame do aparelho respiratório; exame do aparelho digestivo; exame do aparelho gênito-urinário; exame oftalmológico; exame otorrinolaringológico e exame neuropsiquiátrico, sendo exigidos, também, como exames complementares, uma radiografia e um exame de sangue, devendo, além disso, cada imigrante ser imunizado contra varíola, febres tifóide e paratifóide, disenterias e tifo exantemático.

Outro critério a ser indicado deveria ser o da seleção por idade. Sugeríamos que os imigrantes fôssem de quinze a cinqüenta anos, mas sem excluir operários ou técnicos especializados que houvessem excedido o limite superior, desde que fôssem do nosso interesse; e o critério de seleção por sexo, que, na nossa opinião, deveria ser amplo, não havendo distinção de sexo na seleção, atendendo ao grande número de mulheres que são excelentes operários qualificados ou técnicos especializados na Europa de hoje. Mas propusemos se escolhessem os agri-

cultores já constituídos em família. Aqui deveriam ser encaixada a política da conveniência para o Brasil da vinda de famílias agrícolas com predominância de mulheres, para corrigir de certa forma o desequilíbrio demográfico entre sexos, notado nos estados do Sul e do Centro-Oeste e facilitar a formação de famílias de pai brasileiro e mãe estrangeira.

Como se verifica, o problema da seleção é complexo e altamente técnico. Bastará salientar aqui, ainda, que a seleção de todos os casos deve ser feita através de uma entrevista com o imigrante em perspectiva e sua família, tal como fizemos na Europa com os deslocados. A entrevista é a etapa absolutamente básica de todo o processo de seleção, durante a qual o selecionador deve conversar com o imigrante, fazendo-lhe perguntas, examinando-lhe a família, a capacidade profissional, a documentação, etc.

Passemos agora ao exame de outra etapa.

Preparativos de embarque — Depois de selecionados em definitivo, precisam os imigrantes ser concentrados e transportados do ponto em que se encontram para um ponto qualquer, nas proximidades do pôrto de embarque, onde permanecerão aguardando o navio que os deva conduzir. Geralmente, existindo um programa de imigração dirigida, realizado mediante acôrdo entre governos, é o govêrno do país de emigração que se encarrega dessa parte, mas é possível que o país imigrantista também se deva preocupar com a mesma. Neste caso, tal processo competiria evidentemente às comissões de seleção, que tomariam as providências para tal fim. No ponto de concentração antes do embarque é que devem ser realizados os últimos exames médicos, e as eliminações inevitáveis antes de uma viagem, como por exemplo a das doenças que surgem no intervalo entre a seleção e o embarque. Aí também, deverão receber as primeiras instruções e o contacto com elementos brasileiros capazes de lhes fornecerem os elementos básicos de informação a respeito do país para onde se destinam, e que para tal devem estar munidos de folhetos, dicionários, elementos educativos, filmes, discos, etc.

Este aspecto é muito importante. Dêle devem ser encarregados assistentes sociais brasileiros, falando várias línguas, e capazes, não só de orientar o imigrante já selecionado, como ainda de acompanhá-lo em sua viagem para o Brasil, prestando-lhe a indispensável assistência. Durante nossa permanência na Europa, e mesmo aqui no Brasil, solicitamos, em vão, a remessa desses elementos para podermos atender de maneira adequada a essa necessidade imperiosa. É também nesse ponto de concentração, antes do embarque, que os documentos de viagem dos imigrantes devem ser visados pelo cônsul brasileiro, preenchendo-se tôdas as formalidades legais em matéria de documentação, e sanando-se quaisquer falhas porventura existentes, antes do embarque do estrangeiro para o Brasil, a fim de que êle aqui não venha a sofrer qualquer consequência da falta de algum documento exigido por lei.

Transporte — A importância dêste fator não pode ser subestimada. De nada adiantará dispor de tudo o mais, planejamento, imigrantes selecionados, organização administrativa e projetos de colonização tecnicamente perfeitos se não existirem os meios de efetuar a transferência dos imigrantes, do país de origem, para o Brasil. Isto significa, num mundo onde cada vez mais forte é a tendência para que o ônus do transporte recaia sôbre os países de imigração, uma das alternativas seguintes: disponibilidades de recursos para custear o preço das passagens marítimas para os imigrantes e suas famílias, ou a existência de navios brasileiros adequados para o transporte desses imigrantes.

A primeira alternativa é, a nosso ver, a menos conveniente ao Brasil, por mais onerosa. O custo de cada passagem, no "Duque de Caxias", em 1946, de um pôrto italiano para o Brasil, era de Cr\$ 4 000,00, ou sejam Cr\$ 4 000 000,00 para cada mil imigrantes, representando duzentas famílias. E em companhias estrangeiras o custo seria da mesma ordem de grandeza, com o inconveniente de não ficar o lucro em poder de nacionais, ou mesmo de precisarmos, eventualmente, lançar mão dos nossos enfraquecidos estoques de divisas. Só o transporte de doze mil imigrantes anualmente, o que representa uma gôta d'água no oceano das nossas necessidades de braços, consumiria perto de cinquenta milhões de cruzeiros, soma além das possibilidades do erário.

A segunda alternativa exigiria um sacrifício inicial maior, mas apresentaria a vantagem de permitir que o Brasil tivesse uma frota especializada no trans-

porte de imigrantes e que poderia, no retôrno, levar para a Europa mercadorias, principalmente gêneros; além disso, poder-se-ia entrar em negociações com o governo norte-americano para adquirir uns dez ou doze navios do tipo "General Heinzelmann" ou do "General Sturgis", usados para o transporte de deslocados e fretados para esse fim pela Organização Internacional de Refugiados. Esses navios são praticamente novos, havendo sido construídos durante a guerra para transporte de tropas; têm uma velocidade razoável, fazendo em treze dias a viagem de Bremenhaven ao Rio, e certamente, dada a existência de um excesso de navios nos portos americanos, as condições de cessão ou venda seriam vantajosas, talvez um pequeno pagamento de entrada e longos prazos para o restante do preço, que por sua vez poderia ser fixado em bases de preços de ocasião. Acreditamos que, nessa ordem de idéias, caso não exista proibição legal norte-americana para a venda de navios como excedentes de guerra, o Brasil poderia realizar negociações que redundassem em benefício certo para a solução do nosso problema imigratório, mormente se fossem feitas gestões no sentido de receber maior parcela de deslocados. Nesse caso, o transporte dos mesmos ficaria a cargo da Organização Internacional de Refugiados (O.I.R.), em tais navios, que lhe seriam fretados; assim, o Brasil teria poucas despesas, receberia imigrantes selecionados e disporia durante muitos anos de uma frota imigratória, cujo custelo seria feito pela O.I.R. enquanto transportassem deslocados.

Dentro das normas rígidas de utilização do Exército Americano, esses navios podem transportar cerca de novecentos imigrantes em cada viagem, mas com facilidade poderão conduzir muito mais. São dotados de tôdas as instalações necessárias, inclusive hospital bem montado.

Hospedagem — As instalações para recebimento de imigrantes, no Brasil, são poucas e inadequadas, no momento, a um grande movimento migratório. Aparelhadas só existem duas: a da ilha das Flores, no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. A do Rio só está aparelhada, porém, para receber oitocentos imigrantes de cada vez, embora possa conter, apertados, 1 400, em breve, e com as obras necessárias de adaptação e conserto de vários pavilhões existentes, poderá receber 2 500, no máximo; a de São Paulo foi entregue, durante a guerra à Aeronáutica, e o estado está construindo uma nova, ainda não concluída, de modo que a capacidade de recepção, hoje, é precária. A que existe em Campo Limpo, perto de Campinas, tem uma capacidade atual para o recebimento de seiscentos, e poderá chegar a comportar dois mil, feitas as necessárias obras de adaptação.

É absolutamente indispensável encarar de frente este aspecto do problema, não só multiplicando as hospedarias, construindo, por exemplo, as do Paraná (já projetada para a ilha das Cobras, perto de Paranaguá), Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, mas ainda melhorando e ampliando as instalações existentes no Rio e em São Paulo.

A não ser neste último estado e possivelmente em Minas e no Paraná, o governo federal precisará auxiliar os governos estaduais com parte das despesas para essas obras, cuja existência é imprescindível se quisermos, realmente, ter imigrantes. A importância do caudal imigratório é função dessas hospedarias, capazes de receber os imigrantes para aqui transportados. Sabendo-se que, em média, os imigrantes passam uma semana nessas hospedarias após sua chegada, vemos imediatamente que, no momento presente, o país só pode receber, no máximo, 6 400 imigrantes por mês (oitocentos no Rio e seiscentos em São Paulo, por semana), mas como é provável que os serviços de colocação não estejam ainda funcionando a pleno rendimento, isto significa que tal total deverá ser reduzido, e que os navios não poderão aportar tôdas as semanas, mas deverão ser espaçados. Aliás, esse rendimento calculado é teórico, e na realidade haveria dificuldade em receber, em 1947, um navio de deslocados por mês, no Rio, conforme declarou, em conversa, o diretor do Departamento Nacional de Imigração.

A prevalecer esta situação, o máximo possível de ser recebido pelo Brasil, atualmente, cai a cerca de quatro mil por mês, quando muito.

Mas não basta construir; é necessário também aparelhar essas hospedarias com um pequeno hospital, mobiliário adequado, cozinha, lavanderia, roupas e utensílios de cama e mesa, etc., o que significa dotações nos vários orçamentos estaduais. Tudo isto são despesas inevitáveis, se quisermos enveredar sériamen-

te por um programa de imigração em larga escala, como precisamos; não se faz uma *omelette* sem quebrar ovos. Até aqui, em matéria de seleção, concentração e transporte, sempre existia uma possibilidade de fazer recair as despesas ou os gravames sobre outrem; doravante, porém, nesta e em todas as etapas subsequentes do processo imigratório, os ônus são insuscetíveis de translação, incidindo diretamente sobre o erário público.

Sem a realização dessas despesas, contudo, jamais será possível ao Brasil propor-se a receber imigrantes em quantidades suficientes às suas necessidades.

Colocação — O método prático de resolver este problema é a organização de um serviço que possa funcionar como verdadeira bolsa de trabalho, isto é, capaz de saber, a cada instante, qual a oferta e qual a procura de trabalho nas várias atividades econômicas do país.

É evidente que, para conseguir este objetivo, deve ser preliminarmente feito o levantamento cadastral das nossas necessidades de mão-de-obra, seja na agricultura, na indústria, nos serviços domésticos e diversos, etc.

A melhor forma ainda parece ser a de concentrar esse cadastro num único ponto, espécie de *clearing house* de trabalho; mas é óbvio que as informações pertinentes devem ser colhidas através de órgãos diferentes, descentralizados ao máximo, de modo a cobrir a maior área possível do país. Isto exige a cooperação de vários tipos de organização, como por exemplo as Sociedades Rurais, as Federações de Indústrias, a Confederação Nacional da Indústria, os Sindicatos e Associações de Classe, certas repartições públicas, etc. Nos vários municípios do Brasil poderia haver representantes *ex-officio* desse órgão, por exemplo através da rede da organização local do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; cada um desses órgãos de colaboração faria, em sua esfera de ação, seu próprio *clearing*, e esse mecanismo de compensação viria sendo efetuado ao longo de toda a cadeia das organizações locais, regionais e nacionais, de modo que o serviço de colocação federal recebesse tão somente as necessidades incomensuráveis de cada um de seus colaboradores. Faria a compensação do que recebesse — e já não seria pouco — e instruiria as delegações de seleção no exterior sobre as necessidades reais brasileiras em matéria de imigrantes. Um sistema como este seria o único que permitiria a essas delegações não terem de agir empiricamente na seleção profissional, como fomos obrigados a fazê-lo com os deslocados, pois nunca, apesar das nossas reiteradas e prementes solicitações, conseguimos saber quais as quantidades e aptidões profissionais que o Brasil desejava; jamais tivemos qualquer indicação qualitativa sobre os técnicos, por exemplo, de que nossas indústrias careciam, e muito menos sobre a quantidade de cada tipo profissional ou sobre as suas condições e expectativas de emprego no Brasil.

A ausência total entre nós de qualquer organização dessa natureza, embora, sob a forma de Escritório Oficial de Informações e de Colocação de Trabalhadores, estivesse prevista nos artigos 171 a 188 do decreto n.º 3 010, de 20 de agosto de 1938, mas que nunca foi cumprido nesta parte, é um dos principais obstáculos que, hoje em dia, se antepõem a qualquer espécie de planejamento e execução eficiente dos serviços imigratórios em nosso país.

As conseqüências dessa deficiência foram gravíssimas no caso dos deslocados. Assim, imigrantes selecionados como torneiros, soldadores, eletricitistas sapateiros, etc., foram encaminhados para trabalhar no subsolo do Rio Grande do Sul, como mineiros de carvão! E quatro mecânicos de precisão, como tais escolhidos em Viena, foram deixados ao léu, em São Paulo, e escreveram, desesperados, à O.I.R. naquela cidade, pedindo pelo amor de Deus para serem recambiados para a Europa, a fim de não morrerem de fome aqui.

Exemplos dessa natureza poderiam ser multiplicados. E, nessas condições, brevemente nenhum operário qualificado ou técnico especializado quererá vir para o Brasil.

Colonização — A lei vigente de imigração e colonização define, em seu artigo 46: "Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais."

O conceito supra bem mostra o quanto este aspecto do problema que estamos analisando é complexo e se desdobra em uma imensa variedade de facetas. Para sua realização, requer técnica específica, que, por sua vez, se alicerça numa doutrina determinada. Examinemo-la mais de perto.

O objetivo precípua da colonização é o povoamento pela fixação do homem ao solo. Esta finalidade só pode ser conseguida se o indivíduo encontrar ali a felicidade. Ora, esta situação exige que sejam alcançados como objetivos mínimos, os que formam o conteúdo restante do conceito acima. Isto porque tais finalidades representam o *minimum minimorum* das ambições do ser humano do século XX, que deseja progredir economicamente e dispor de assistência médica e educacional para si próprio e para sua família ou grei. Se alguma dessas aspirações básicas não for atendida, o homem não se fixará voluntariamente ao solo nas zonas rurais; poderá fazê-lo compelido pelas circunstâncias, mas na primeira oportunidade que tiver fugirá do interior e virá tentar a vida na cidade mais próxima.

Em última análise, trata-se novamente de aplicar o velho adágio de que não se apanham mósas com vinagre. O conhecimento do progresso se alastra, lenta mas seguramente, levado pelos meios que a técnica moderna aperfeiçoou para disseminá-lo, como o jornal, o rádio e o cinema, e mesmo de "oitiva". Até o jeca mais bronco e boçal vai aos poucos adquirindo, aparentemente por todos os poros, a consciência de uma vida melhor. Um dos exemplos mais flagrantes que provam nossa tese é o fato, passado conosco em Aragarças, a base principal da Fundação Brasil Central, situada no remoto sertão goiano, frente à confluência do Araguaia com o Garças, rios que lhe deram o nome. Estávamos, em outubro de 1944, fazendo uma inspeção aos nossos trabalhos ali, que se haviam iniciado em fevereiro do mesmo ano. Veio procurar-nos um caboclo típico, pedindo trabalho nas obras que se realizavam. Trouxera consigo a família, mulher e uma escadinha de cinco ou seis filhos, não com o objetivo de ali se fixar, mas porque soubera, através de uma longa cadeia de informações, que em Aragarças havia luz elétrica. Ele habitava um rancho de palha à margem de um pequeno afluente do Araguaia, a jusante muitas léguas de Aragarças; remara vinte dias subindo o rio, de canoa, para ver e mostrar à família a maravilha da luz que, por milagre, se acendia, e que alumia sem pavio nem querosene, e da qual já ouvira falar diversas vezes, sem contudo havê-la visto jamais. Guardaremos para todo o sempre na memória a cena inesquecível da admiração sófrega de toda a família quando, naquela noite, viram, pela primeira vez, e respeitosa e examinaram, as ampolas de vidro que subitamente se iluminaram ao receber a corrente fornecida por um pequeno grupo motor-gerador de gasolina. A alegria infantil daquela pobre gente e as suas perguntas e comentários, a sede de saber e a iniciativa que haviam demonstrado, por si sós, valeriam todos os sacrifícios, preocupações e aborrecimentos naturais na realização daquela obra pioneira.

A colonização pode realizar-se de dois modos, quando se trata de povoar lugares de fraca densidade demográfica: seja adotando a política dita da "mancha de óleo", pelo deslocamento, paralelamente a si própria, da fronteira econômica, pela criação de núcleos coloniais tecnicamente aparelhados, ligados por transportes seguros à retaguarda já povoada, seja pela criação de núcleos de civilização além da fronteira demográfica, ligados entre si e com a zona civilizada pelas rotas aéreas, para começar. O primeiro sistema é o clássico, empregado por Lyautey, em Marrocos e representado, no Brasil, pelas grandes colônias nacionais: o segundo é devido a João Alberto, e vem sendo empregado pela Fundação Brasil Central. Naquele, a ocupação do território é contínua e lenta; neste, grandes áreas podem ser povoadas, embora descontinuamente, sendo cada núcleo bem mais autárquico, como o eram os solares de antanho, os *manors* da Europa medieval. Em ambos os casos, o resultado final é o mesmo: a ocupação integral do território. Podem ser empregados concomitantemente; mas o segundo apresenta a vantagem de multiplicar mais rapidamente os centros de irradiação do povoamento, pois em cada um dos núcleos pode ser aplicada a política do crescimento por "mancha de óleo", em tôdas as direções.

A migração colonizadora, contudo, exige que se leve em consideração um fator psicológico importantíssimo no imigrante europeu: é a fome de terra, maior ainda que a *auri sacra fames* vergiliana, e que domina todo o pensamento do colono da velha Europa, tão superpovoada que, nela, ocorrem guerras sangrentas e suscitam-se ódios seculares por causa de ridículos deslocamentos de fronteiras, o que é incompreensível para nós, americanos, habituados ainda aos grandes espaços abertos e vazios. Que este modo de pensar é o do hemisfério ocidental, di-lo uma caricatura ianque de mais de um quarto de século, ao

representar, pouco depois da primeira guerra mundial, dois diplomatas europeus, solenes e encartolados, chegando a vias de fato porque na medição, à trena, da fronteira entre dois países houvera um deslocamento de cinco centímetros...

O sonho dourado de qualquer agricultor europeu que emigra é ser proprietário de um pedaço de terra. A promessa da terra é, por conseguinte, o mais poderoso incentivo para a vinda de uma excelente imigração colonizadora. Assim, a melhor política de colonização é, para o Brasil, a indicada no inciso II do artigo 48 da lei vigente sobre a matéria: "pela divisão de terrenos rurais em lotes para venda ou doação e a concessão, entre outras, de facilidades para aquisição de terras ou benfeitorias".

Para atingir esta meta tão desejável, que representa o desenvolvimento da pequena propriedade entre nós, com tôdas as vantagens desse sistema, cujo funcionamento pode ser observado com admirável justeza nas regiões de colonização estrangeira no Rio Grande do Sul, como São Leopoldo, Caí, Caxias do Sul e em Santa Catarina e no Paraná, respectivamente, no vale de Itajaí e Araucária, por exemplo, é todavia indispensável empregar recursos adequados, sem dúvida bastante avultados, na criação e aparelhamento de núcleos coloniais. Mas não pode haver despesas mais reprodutivas que estas; somente os lucros que o país auferir são indiretos, representados pelo acréscimo da arrecadação de impostos resultante do aumento da riqueza, elevação do nível geral de vida pelo aumento de produção e rebaixamento de preços daí decorrente, crescimento da densidade demográfica, etc. É o meio de romper aquêle ciclo tenebroso que descrevemos páginas atrás. Mas é preciso inverter capital, fornecido pelo Poder Público, pois o rendimento "em dinheiro", sob forma de juros do capital empatado, não é geralmente de molde a atrair capitais particulares, que, num país onde o capital é caro, encontram remuneração mais alta em outros tipos de empreendimentos.

Em síntese, a técnica moderna aconselha a criação de núcleos coloniais em zonas aquém da fronteira econômica, e de núcleos de civilização além da fronteira demográfica. Ambos devem ser minuciosamente planejados e diferir entre si, face à necessidade de atender a finalidades diversas.

Os núcleos coloniais devem ser formados retalhando as terras de uma grande propriedade. As terras devem ser de boa qualidade, o clima perfeitamente suportável por estrangeiros, e situadas a uma distância entre 50 e 75 quilômetros, no máximo, de uma ferrovia a ela ligada por uma estrada de rodagem satisfatória. Cada núcleo deve ser constituído por uma sede, em torno da qual se realize o levantamento, em coroa concêntricas. Assim, num núcleo-padrão, teórico, haverá, do centro para a periferia, um círculo com a sede, uma zona com os lotes residenciais urbanos, de 40 x 50 metros, uma zona de chácaras de 45 x 400 metros, e uma terceira zona composta de sítios de 80 x 800 metros, todos esses lotes dispostos radialmente. Essa disposição em planta é a mais econômica, pois permite concentrar os serviços públicos na sede, que ocupa um círculo de quinhentos metros de diâmetro, na menor área possível, com dispêndio mínimo. Os serviços de água, esgoto e luz elétrica existirão na sede e se estenderão no máximo por quatrocentos metros em cada sentido, servindo assim, além da sede, ainda os lotes urbanos e a frente das chácaras. Os proprietários dos sítios morarão na sede e se transportarão diariamente para os mesmos, numa distância de oitocentos metros até atingi-los. Na sede, haverá escola, hospital, igreja, cinema, cooperativa, serviços públicos de água, luz e força e administração, assim como várias oficinas, máquinas de beneficiamento de produtos, prensas, etc. Há, evidentemente, inúmeras variações sobre este tema fundamental; mas a essência do sistema aí está. Evidentemente, é preciso dar assistência médica, escolar, técnica (agrônomo, etc.) e econômica (financiamento até a primeira safra, fornecimento de adubos e instrumentos de lavoura pela cooperativa, organização da venda da produção, financiamento da terra e da habitação a longo prazo pela tabela Price, etc.).

Um núcleo como o descrito permite acomodar mil pessoas, e vários outros podem ser estabelecidos na propriedade primitiva, distando cerca de cinco quilômetros de centro a centro e dispostos, conforme o terreno indicar, em tabuleiro de xadrez ou triangularmente, etc. Havendo vários núcleos próximos, a sede mais central compreenderá os serviços coletivos mais importantes, maternidade, ginásio, campo de esportes, e as outras sedes de núcleos satélites serão correspondentemente mais simples.

Um esquema dessa natureza não acarreta prejuízos; pelo contrário. Tudo quanto fôr investido voltará, poderíamos dizer, com seu valor centuplicado, pois além do resgate integral do capital investido e de seus juros, em cerca de quatro lustros, dá ao produtor agrícola o sossêgo e a felicidade necessários ao progresso próprio e, conseqüentemente, ao enriquecimento do país sob tôdas as formas; mas exige a inversão inicial de capital para o preparo do núcleo, suas construções e aparelhamento, o que implica um programa de larga visão e continuidade administrativa, cujos frutos opimos serão colhidos não no dia de amanhã, mas dentro de vinte anos. Teremos nós, brasileiros, energia e descortino suficientes para realizá-lo ?

Os núcleos de civilização destinam-se principalmente a servir de ponto de apoio aos colonos e povoadores dos grandes espaços desertos e vazios da nossa hinterlândia. Devem possuir as características acima indicadas para os núcleos coloniais, menos a exigência de proximidade dos transportes ferroviários, e mais a segurança de transportes aéreos, comunicações sem fio e certo número de indústrias básicas, mais desenvolvidas, como olaria ou cerâmica e serraria, além de um preparo mais cuidadoso, indispensável pela maior distância a que se encontram de socorros eventualmente necessários. Sendo pioneiros, exigem colonos mais dotados dessas qualidades, mais dispostos a suportar o desconforto, mais rústicos, enfim; devem também incluir proporção mais forte de nacionais, especialmente os caboclos de velha estirpe sertaneja, como os nordestinos, já aclimados e habituados à luta árdua contra condições mesológicas adversas. Aragarças e Xavantina são realizações desse tipo. Devem ser talvez uns 80% autárquicas, mas localizadas de tal maneira que, nas cercanias, haja uma riqueza econômica aproveitável, cujo excesso de produção dê para custear as inevitáveis importações do mundo civilizado, que constituem os 20% não autárquicos. As condições essenciais, para fundar um desses núcleos, são, evidentemente, as ditadas pela salubridade, clima, transportes e riqueza aproveitável, além de outras de menor importância.

Aqui muda também o tipo de exploração, que, de intensiva passa a ser extensiva, sem preocupações de pequena propriedade; além da terceira zona haverá, certamente, fazendas de grande extensão, próprias para pecuária, com pastagens e, possivelmente, na sede, instalações para industrializar esses produtos — charqueadas, curtumes, etc.

Tudo isso exige recursos. Mas, ou o govêrno está disposto a empenhar-se num programa dessa natureza, e a fundo, ou o Brasil não terá imigração nem colonização como pretendemos. Repetimos: a era da imigração espontânea para os campos, de elementos bons, agricultores, contentando-se em ser, durante muitos anos, meros colonos em terras alheias, está definitivamente encerrada. E quanto antes o compreendermos, tanto melhor para o Brasil. Os imigrantes de hoje sujeitar-se-ão a trabalhar como colonos apenas por certo tempo, não superior a dois anos, durante a fase de adaptação ao novo meio, mas só virão para cá se tiverem a certeza de que, passada essa fase, poderão ser donos do próprio futuro, com apoio e assistência por parte do Poder Público, segundo um esquema como o delineado acima. Se não, irão para outras terras.

Não deve ser esquecido um pormenor. Sábiamente, a lei estipula, em seu artigo 50, que “nos núcleos coloniais, 30% dos lotes, no mínimo, deverão ser concedidos ou vendidos a colonos brasileiros; o restante será distribuído eqüitativamente, até o máximo de 25%, a cada uma das outras nacionalidades”. Este dispositivo destina-se a impedir a formação de quistos étnicos, promovendo a mistura de várias nacionalidades estrangeiras e assegurando, sempre, uma proeminência do brasileiro sôbre cada nacionalidade.

Entretanto, tratando-se de núcleos pequenos, até mil pessoas, não há inconvenientes em permitir concentração maior de 25% de cada nacionalidade, justamente para permitir a vinda, em bloco, de famílias e vizinhos de aldeias inteiras, as quais se sentem bem em conjunto; deixando-se, contudo, sempre 30%, no mínimo, reservados a brasileiros.

Assimilação — Este aspecto do problema, como os outros, tem também a sua técnica. Dentre tôdas as que passamos em revista, porém, é a que exige maior delicadeza e tato na execução, pois lida, mais do que qualquer das outras, com fatores psicológicos imponderáveis, mas que têm uma importância capital por estarem profundamente arraigados no mais íntimo da personalidade

humana que, como sabemos, é muito mais suscetível de ser influenciada pelo sentimento do que pela razão.

Como abasileirar o imigrante, finalidade precípua da assimilação em seu significado mais lato? Fazendo com que êle tenha orgulho de ser brasileiro. Mas, para isso, é preciso que êle ame o Brasil. E só o conseguiremos se êle se sentir feliz aqui, tiver a oportunidade de progredir economicamente, puder tratar da família quando esta estiver doente, educar convenientemente seus filhos.

Estas são as condições essenciais e, convenhamos, não são excessivas. Representam aspirações perfeitamente justificadas para cada um de nós. Em troca, o imigrante dará todo o seu esforço ao país que o recebeu, e o enriquecerá com seu trabalho; é preciso compreender seu estado de espírito, o de alguém que se desenraizou de sua terra natal e jogou todo o seu futuro numa cartada. Seu sacrifício — o abandono da pátria, entes queridos, costumes, língua, o conhecido enfim — foi imenso e profundo; sua ansiedade frente ao desconhecido é perfeitamente justificada. Sua coragem ao realizar o salto no escuro, de que tôda a sua vida subsequente depende, torna compreensível o temor do malôgro que o apavora, e natural a sua preocupação de todos os instantes com a possibilidade do êxito que almeja. Tôdas as fibras do seu ser, tangidas pelo amor-próprio, conduzem-no a dar o que tem de melhor para tornar-se um vitorioso; e é nesse estado mental que êle aqui aporta, receptivo ao menor sinal de carinho, de simpatia, mas duplamente sensível a qualquer choque psicológico que repute capaz de pôr em perigo o seu êxito.

Ora, o que para êle representa o maior, se não o único tesouro que traz consigo, é o conjunto de seus conhecimentos, tradições, emoções, sentimentos, língua, religião, idéias, sua cultura enfim. Êle está perfeitamente disposto a dar ao país que o acolhe seu trabalho, para obter êxito em troca; mas no íntimo do seu ser deseja voltar, vitorioso, um dia, ao seu país natal, hem que seja para mostrar que venceu. Raríssimos são os casos em que, de antemão, o imigrante considera sua expatriação como definitiva *a priori*.

O conjunto complexo de tôdas essas circunstâncias, esboçadas acima apenas em seus traços essenciais, leva-o, como é natural, a reagir imediata e instintivamente, contra qualquer tentativa de forçá-lo a abandonar sua cultura, mesmo em ínfima parcela. Daí decorre, inexoravelmente, como um imperativo categórico, a necessidade de promovermos a assimilação, em tôdas as suas etapas, de "maneira suasória", sem jamais procurarmos impor o abasileiramento que nos interessa. Até a sabedoria popular, *vox Dei*, já o sentia no recôndito do subconsciente coletivo, no provérbio cuja origem ignota se perde nas brumas do passado. "Amizade não se obriga, simpatia não se impõe."

Esta é a própria essência de tôda a técnica de assimilação. Não se deve extirpar a fórceps a cultura do alienígena, e nunca obrigá-lo a substituí-la pela nossa, mas sobrepor a brasileira à que trouxe incorporada à sua personalidade. Aliás, só assim poderemos efetivamente aproveitar tudo quanto o imigrante possui em beneficio do país, pela criação de um sincretismo cultural muito mais rico de experiências do que qualquer das culturas isoladamente.

O método a ser aplicado é fácil, mas até hoje não foi pôsto em prática em larga escala entre nós. Se, por um lado, o imigrante se magoa imensamente por qualquer vislumbre de violência ao seu modo de pensar, por outro deseja aprender o máximo possível sobre o país que o acolheu, justamente para facilitar seu êxito. Bastará portanto ensinar-lhe quanto pudermos sobre o Brasil, objetivamente, porém frisando com discrição os nossos bons aspectos, que os temos muitos, como, por exemplo, nossa ausência de preconceitos raciais e religiosos, nossa hospitalidade e lhaneza, o desejo e o impulso instintivo de ajudar quem quer que seja, mormente um estrangeiro, a liberdade de todos e de cada um, etc. Esta linha de conduta e mais a descrição das oportunidades que o país apresenta, sua organização e condições geográficas, políticas, econômicas e sociais, um pouco de nossa história e de nossa contribuição à cultura no campo das ciências, letras e artes, para que êle sinta que somos algo de respeitável por nós mesmos e não aquêles selvagens que, infelizmente, ainda tantos pensam que somos, pelo desconhecimento quase total do Brasil no exterior, serão certamente o bastante. Daí por diante o processo é automático e se realiza dentro do próprio alienígena, que aos poucos vai aprendendo nossa língua e se habituando aos nossos costumes, paulatina e suavemente, mas de modo seguro e

inevitável. Um dia, êle se sentirá integrado na comunidade brasileira; aqui terá seus interesses, seus amigos, sua família mais próxima, estará cercado de influências brasileiras, e a pátria de origem ficará cada vez mais distante e mais frouxos os laços que a ela o unem; conservará dela sempre a recordação e a saudade, sentimento que só saberá exprimir em nossa língua; será brasileiro de coração e aqui desejará ser enterrado. Estará assimilado.

Quem melhor realiza êsse mecanismo são os Estados Unidos, através das suas escolas de americanização. É indispensável, contudo, que o Brasil lhes siga as pegadas, organizando aqui o mesmo sistema, *mutatis mutandis*, e facilitando as exigências para a naturalização, e mesmo fazendo uma discreta pressão, como o fazem os americanos, para que o estrangeiro se naturalize. Aliás, parece que o Congresso Nacional cogita presentemente do assunto.

Esta é a ação positiva que pode ser executada por nós em matéria de assimilação. Como, porém, nossos meios de atração ainda são mais fracos do que os dos Estados Unidos, a maior potência do mundo, e êste fator não deixa de influir sobre o ânimo do alienígena, é preciso também, de certa forma, destruir os fatores da desnacionalização que sempre agem sobre o mesmo. Estudamo-lo em nosso trabalho, já referido: *O Problema Imigratório Brasileiro* (páginas 94 a 101), para onde remetemos o leitor, pois sua discussão excederia os limites desta contribuição.

Termina assim o breve exame do ciclo percorrido pelo estrangeiro, desde a seleção até a naturalização. Apreciaremos agora, muito rapidamente, alguns aspectos de organização e de atualidade sobre o problema, para finalmente procurar articular as bases de uma política imigratória racional.

IV — *Alguns aspectos pertinentes à legislação e à organização de serviços*

Seremos breve no exame desses aspectos. É óbvio que todos os assuntos da natureza do que estamos tratando exigem disposições normativas que os disciplinem dentro das diretrizes gerais da política nacional. Essa função cabe, sem dúvida, aos Poderes Legislativo e Executivo.

A legislação sobre imigração e colonização é apenas uma parte dos dispositivos legais mais amplos relativos a estrangeiros e, assim, é intimamente relacionada com grande quantidade de disposições esparsas em toda a hierarquia dos diplomas legislativos, desde a Constituição Federal até os textos estaduais supletivos, e ainda em múltiplos decretos, regulamentos, instruções e resoluções de caráter executivo.

De modo geral, entretanto, podemos dizer que tôdas essas normas se dividem em dois grandes grupos: as que proclamam regras gerais sobre toda a matéria, ou parte dela, e as que se referem à estruturação e organização dos serviços encarregados de executá-la. Em ambos os grupos, é bem de ver, existem normas de direito substantivo e adjetivo; e a presente divisão *ratione materiae* é feita mais com finalidade pragmática.

No primeiro grupo, hoje grandemente desenvolvido e complexo, destacam-se, pela sua importância, os seguintes textos:

a) Artigo 162 da Constituição Federal, que regula a matéria, e artigos 141 a 144 da mesma Constituição, estabelecendo os direitos e garantias individuais, considerados essenciais pelos alienígenas;

b) Decreto-lei n.º 7967, de 18 de setembro de 1945, lei vigente sobre imigração e colonização, suplementada pelos dispositivos não revogados do conjunto de leis e regulamentos sobre o assunto, promulgadas desde 1938, entre os quais se destacam os decretos-leis ns. 406, de 4 de maio de 1938, e 639, de 20 de agosto de 1938, e o decreto n.º 3 010, da mesma data;

c) a legislação sobre colonização, especialmente, na órbita federal, os decretos-leis ns. 2 009, de 9 de fevereiro de 1940; 2 681, de 7 de outubro de 1940; 3 059, de 14 de fevereiro de 1941, e 4 504, de 22 de julho de 1942, regulando, respectivamente, o sistema colonizador brasileiro, sujeitando à aprovação federal os planos de colonização dos estados, promovendo a criação de colônias agrícolas nacionais e dando as diretrizes gerais para a execução do plano de núcleos agro-industriais;

d) as resoluções do Conselho de Imigração e Colonização, orçando por duas centenas, desde 1938; e, finalmente,

e) as instruções, elaboradas pela Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores, às missões diplomáticas e aos consulados brasileiros no exterior, sobre concessão de "vistos" em passaportes.

Ao segundo grupo pertencem todos os vários dispositivos legais e regulamentares referentes à estrutura e organização dos serviços imigratórios, sanitários, policiais, colonizadores e diversos que interferem na vinda ou permanência dos estrangeiros no Brasil, dentro do sistema criado em 1938 e mantido em 1945, cuja cúpula é o Conselho de Imigração e Colonização.

Comentando ligeiramente as diretrizes das componentes do primeiro grupo, julgamos, de modo geral, satisfatória a legislação vigente, que sendo liberal via de regra, se adapta perfeitamente, a nosso ver, ainda hoje, às exigências de uma política de imigração de porta-aberta aos bons imigrantes. Isto quanto às letras *a*, *b* e *c* referidas. Entretanto, o próprio mecanismo que dita a expedição das diretrizes constantes das letras *d* e, principalmente, *e*, permite que, na interpretação dos textos legais, surjam tendências restritivas tais que, por vezes, desvirtuam completamente a sua finalidade liberal. Sendo de caráter executivo, podem ser tomadas no segredo dos gabinetes, sem a discussão ampla que é o apanágio das democracias, mas obrigam tanto quanto as primeiras. Um bom exemplo é o seguinte: a lei determina que um estrangeiro, para vir para o Brasil, compareça, no consulado brasileiro, munido de um certo número de documentos, para obter seu "visto". Só isso. O cônsul, porém, recebe ordem dizendo que isto não basta, e que o "visto" só deve ser concedido depois de autorização pela Divisão de Passaportes aqui no Brasil; e para esta autorização, exige-se uma quantidade de papéis e provas de que a lei não falou, restabelecendo-se assim, de maneira paralegal, o funesto mecanismo das "cartas de chamada" que tantos inconvenientes causaram ao nosso país, com o resultado prático de que, por exemplo, somente poderá entrar no Brasil o ádvena que aqui possuía parentes do primeiro grau. Como, no caso do imigrante espontâneo, isto em geral não acontece, êle desiste de vir para o Brasil e embarca para a Argentina ou a Venezuela.

Outros casos como êste poderiam ser citados, mas não vale a pena. Basta salientar que, à custa desses processos, a política imigratória brasileira, de liberal como a lei estabelece, transforma-se em profundamente restritiva, sem que tal fato venha a público e com todos os inconvenientes que daí decorrem para o país.

Quanto ao segundo grupo verificaram-se desde 1940 os inconvenientes que apresentava o sistema brasileiro de organização dos serviços, controlado por um Conselho que não dispunha de autoridade executiva, mas tão somente técnica, sobre repartições espalhadas por meia dúzia de Ministérios diferentes e que dêles dependiam. Apesar da boa vontade do Conselho, era freqüente que suas determinações não fôsseem cumpridas pelos órgãos executivos, que recebiam ordens em contrário dos respectivos ministros e obedeciam a êstes, como era natural. Assim, foi o Conselho ficando sem autoridade, aos poucos, até o ponto em que não era mais ouvido sequer por ocasião da promulgação de decretos-leis sobre a matéria de sua competência, como ocorreu com o de n.º 3 175, de 7 de abril de 1941, que restringia a imigração, e do qual tomou conhecimento pelos jornais.

Foram, desde então, estudados vários projetos destinados a dar autoridade executiva ao órgão supremo de imigração e colonização. Várias formas foram propostas: a de um Conselho com atribuições executivas, a de um Instituto, a de um "Departamento" diretamente subordinado ao presidente da República, a de um "Comissariado" e até a de um "Ministério do Povoamento". Nenhum logrou aprovação, mas os estudos e pesquisas feitos não representaram trabalho inteiramente perdido, pois serviram para fornecer elementos técnicos à Comissão Parlamentar encarregada de elaborar o projeto, ora em andamento no Senado, sobre a reforma na organização do nosso sistema imigratório, cujo relator geral na Câmara foi o deputado Dâmaso Rocha. O projeto de sua autoria representa uma boa solução para o caso, e atende, como não podia deixar de ser, tendo em conta a brilhante inteligência e o acendrado patriotismo de quem o elaborou, às nossas necessidades em matéria de tal importância para o Brasil, dando

autoridade ampla e autonomia ao órgão que superintenderá nossos problemas imigratórios.

Pessoalmente, julgamos que, dada a complexidade do problema e a sua extraordinária importância para o Brasil, seria perfeitamente justificável adotar-se a solução ideal da criação de um "Ministério do Povoamento", como o fizeram a Bolívia, o Chile e a Austrália; mas é preciso compreender as realidades políticas do momento, que provavelmente aconselharam a fórmula de um "Departamento" autônomo. Seja como for, o importante é que o órgão a ser criado, em substituição ao sistema existente, disponha de autoridade executiva e autonomia administrativa e financeira, como os organismos congêneres nos outros países de imigração. Assim, poderemos iniciar uma nova era, que esperamos seja de realizações nesse setor da atividade governamental, centralizando os serviços de que careça, sem, entretanto, impedir o livre desenvolvimento e atuação de outros serviços correlatos, como os de colonização dentro da órbita estadual.

V — *Questões de atualidade: o problema dos deslocados*

Os "deslocados" da Alemanha e Áustria, que alguns chamam também de refugiados, são cerca de 1 200 000 pessoas, localizadas nas três zonas de ocupação das potências ocidentais, naqueles dois países. Ao contrário do que se imagina, não são rebotalhos de guerra, mutilados, velhos, vencidos, doentes ou ex-combatentes sem expressão econômica.

São populações civis dos países do leste da Europa, hoje ocupados pela Rússia Soviética, como a Lituânia, Letônia, Estônia, parte da Polônia, ou sob sua influência direta, como a Iugoslávia, a Romênia, a Tcheco-Eslováquia, etc. Estas populações, entre as quais se encontram também russos brancos e ucranianos, fugiram dos comunistas em três movimentos principais. Primeiro, antes do rompimento das hostilidades entre a Alemanha e a Rússia, por ocasião da ocupação dos países bálticos e da Polónia pela U.R.S.S. Segundo, quando da invasão desta Alemanha, momento em que Hitler recrutou grande massa de trabalhadores, técnicos, operários e agricultores, para servirem sua economia de guerra, na maioria dos casos como trabalhadores forçados. E' sabido que o nazismo chegou a ter mais de 15 000 000 de trabalhadores estrangeiros dentro da Alemanha; parte desses é que constituem os atuais "deslocados". Terceiro, ao se processar a retirada final das tropas alemãs, em princípios de 1945, quando os deslocados refluíram junto com elas, para escapar ao comunismo.

Cerca de 850 000 deslocados estão na Alemanha, e uns 300 000 na Áustria. Quanto à religião, cerca de 65% são católicos, 20% judeus e 15% protestantes. 21% são crianças até à idade de 18 anos; 66% estão entre 18 e 44 anos e apenas 13% têm idades acima desse limite. Sob o ponto de vista da nacionalidade, aproximadamente 17% são baltas, 30% poloneses, 7% iugoslavos, 20% judeus e os restantes ucranianos, russos brancos, e diversos. Profissionalmente, possuem cerca de 140 aptidões específicas dentre dezessete categorias profissionais, destacando-se entre essas, como das mais importantes porcentualmente, as seguintes: agricultura, silvicultura, indústrias de laticínios e preparação de alimentos, técnicos, mecânicos, operários, artífices, engenheiros, médicos e professores. Somente 2,3% não têm experiência de trabalho definido.

Toda essa gente havia atingido situação de prosperidade em seus países de origem e, assim, não tinham incentivo para abraçar o comunismo, que odeiam por havê-lo experimentado na própria carne, perseguidos como o foram pelos vermelhos.

Seu valor como elementos de trabalho é, pois, atestado não só pela situação que conseguiram através de seus esforços, mas ainda por haverem sido selecionado, em grande parte, pelos alemães, por processos muito rigorosos e adiantados, para trabalhar na Alemanha em tempo de guerra. Além disso, fizeram curso de treinamento e especialização na Alemanha, aprendendo técnicas modernas de trabalho; e a maior e melhor prova do seu valor são os esforços enviados pela Iugoslávia, Tcheco-Eslováquia, Polónia e Rússia para fazê-los voltar a suas regiões de origem, recuperando assim a mão-de-obra excepcional que representam.

As comissões de repatriamento da Rússia e de seus satélites tentaram primeiro as promessas de terras, alimentação gratuita por noventa dias e outras formas de persuasão. Depois, foram para as conferências internacionais pleitear o repatriamento forçado desta gente, segundo informa o secretário de Estado Marshall, no *State Department Bulletin* de 27 de julho de 1947. A tese soviética, diz Marshall, "é apresentada vigorosamente em tôdas as tribunas possíveis, como os Conselhos de Controle da Alemanha e da Áustria, a Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Conselho de Ministros Estrangeiros, para não citar senão êstes"; ainda em setembro de 1947, o representante russo no Conselho de Controle Aliado da Áustria propôs fossem cortadas a alimentação e qualquer outra forma de assistência a todos os deslocados que se recusassem a regressar aos seus países de origem.

Como não lograssem recuperar os deslocados por nenhuma dessas formas e para evitar que outros países os recebessem como imigrantes, o que não convém à U.R.S.S., pois cada deslocado será sempre uma fonte de propaganda contra o comunismo, os soviéticos lançaram em todos os países de imigração uma campanha difamatória e desmoralizadora dos deslocados como contingentes imigratórios, sempre com o apoio dos órgãos comunistas. No Brasil, esta campanha deu resultado; tivemos uma ótima oportunidade para recebê-los pelo custo irrisório de Cr\$ 70,00 por imigrante, pôsto no pôrto de desembarque brasileiro, e a perdemos, se não totalmente, pelo menos em grande parte, em benefício de outros países imigrantistas mais avisados. Fomos o primeiro país a procurar selecionar deslocados na Europa, graças à larga visão do ministro João Alberto, que desde maio de 1946, como presidente do Conselho de Imigração e Colonização, conduziu a bom têrmo as negociações nesse sentido com o Comitê Intergovernamental de Refugiados, hoje O.I.R.; o programa estabelecido em princípio era o do recebimento de 60 000 pessoas. Mas a ordem finalmente transmitida foi para selecionar 5 000, em caráter experimental, e essa experiência mesmo foi interrompida, pela primeira vez, em 1947, depois da chegada de 3 600, aproximadamente.

Enquanto isso, a Bélgica recebia 20 000, a Inglaterra 100 000, a França outros 100 000 (40 000 para a Metrópole e 60 000 para o Marrocos Francês), o Canadá executa um programa de 40 000, a Venezuela outro de 25 000, e a Argentina, em três dias, conforme se pode ler em telegrama do *Jornal do Comércio*, de 14 de janeiro de 1948, acaba de receber 4 250, para começar... Ali aportaram, em 1947, 39 114 imigrantes, oito vezes mais que em 1946, e foi firmado um tratado com a Itália para o recebimento de 100 000 imigrantes anualmente, pagando-lhes as passagens e dando-lhes liberdade de trabalho. (Dados do *Time*, de 26 de janeiro e 9 de fevereiro de 1948, respectivamente.)

Em 28 de dezembro de 1947, o *Jornal do Comércio* publicou, sob a epígrafe "Drama dos Deslocados", o relatório do ministro Hélio Lôbo, representante do Brasil junto à O.I.R., sobre o problema dessa imigração. Esse relatório foi escrito por quem observou pessoalmente os deslocados, que visitou na Alemanha e na Áustria em demorada excursão, o que lhe confere uma autoridade única. Tivemos, assim, uma grande satisfação ao verificar que S. Excia. confirmava tudo quanto havíamos relatado, desde janeiro de 1947, sobre os deslocados, o que aliás gentilmente reconheceu nas desvanecedoras referências que fez ao nosso trabalho de seleção na Europa. Ficou, dessa forma, plenamente vindicada nossa atuação, que foi soezmente atacada em agosto de 1947 e completamente esclarecida perante o presidente Eurico Gaspar Dutra e a opinião pública brasileira, conforme várias entrevistas e o resumo da carta que enviei a Sua Excelência, divulgada nas colunas do *Jornal do Comércio* de 12 de novembro de 1947, cujas acusações nunca foram contestadas por nossos detratores; a íntegra dessa carta, acompanhada de tôda a documentação a respeito do caso, foi por nós publicada no trabalho intitulado *Deslocados de guerra — A verdade sobre sua seleção*.

De lamentar é apenas que, por questões pessoais, ficassem prejudicados os supremos interesses do Brasil, que perdeu, para seus concorrentes ao braço estrangeiro, um ano de tempo irrecuperável na faina de para aqui trazer os melhores, se não os únicos, imigrantes europeus aparecidos no após-guerra.

Reiniciada posteriormente, a imigração de deslocados prosseguiu durante 1948 e 1949, aportando no Brasil, até setembro de 1949, cerca de 22 000 ao todo, desde o seu início há dois anos. Presentemente, está novamente suspensa, há

alguns meses, o que é deveras contrastador. Parece-nos indispensável que o Brasil deposite quanto antes seu instrumento de ratificação de sua adesão à O.I.R., já autorizada há tempos pelo Congresso, beneficiando-se do trabalho eficiente dessa organização no setor do nosso problema imigratório, em condições altamente favoráveis à nossa economia.

Em resumo a situação é a seguinte: O Brasil assinou seu ato de adesão à O.I.R., sob reserva de aprovação pelo Congresso. Solicitada essa aprovação por mensagem presidencial, o Congresso a ratificou. Falta apenas, para tornar efetiva esta ratificação, que o Brasil deposite seu instrumento de adesão à O.I.R. na Organização das Nações Unidas. Esse depósito obrigará o Brasil a concorrer, anualmente, com 1,5% das despesas da O.I.R., o que representa pouco mais de 40 milhões de cruzeiros.

Entrementes, a O.I.R. enviou 22 000 deslocados para o Brasil, pagando todas as suas despesas, o que representa, 330 dólares por cabeça, um total de 6 600 000 dólares, ou seja, a 20 cruzeiros o dólar, 132 milhões de cruzeiros. Como, por falta daquela formalidade — depósito do instrumento de ratificação — o Brasil só contribuiu, para a O.I.R., com 14 milhões de cruzeiros, e esta propôs perdoar as quantias devidas desde 1947, segue-se que nos beneficiamos com 118 milhões de cruzeiros até agora. E a última proposta da O.I.R. é que, dada a nossa penúria de dólares, a quantia com que o Brasil deve concorrer, até 1950 — despesas do ano corrente — seja paga em cruzeiros, em nosso país, gastos com a localização, encaminhamento, colonização etc. dos deslocados para aqui transportados.

Não parece possível a existência de condições mais favoráveis, razão pela qual julgamos que as mesmas devem ser aceitas quanto antes, e corrigindo a situação anômala em que ora nos encontramos.

VI — Bases de uma política imigratória brasileira

Do quanto ficou exposto, e da nossa experiência de três lustros na matéria, em contacto diuturno com esses problemas no Brasil e no exterior, podemos articular as seguintes bases de uma política racional brasileira de imigração:

I — Não basta que o Brasil aumente sua população pelo simples crescimento vegetativo. Convém o recebimento de bons imigrantes europeus, devidamente selecionados.

II — Tal corrente migratória deve ser cuidadosamente planejada, sob forma de migração colonizadora, consoante a técnica moderna sobre o assunto.

III — O planejamento deve ser feito sem perda de tempo, à base das necessidades reais do país. Para tal fim, é indispensável o levantamento do cadastro da mão-de-obra que deva ser suprida mediante a introdução de imigrantes, previsto aliás em dispositivo da lei vigente sobre a matéria (artigo 97), não cumprido até agora.

IV — O serviço que levantar tal cadastro deverá cooperar com os órgãos representativos da agricultura e da indústria, agindo através de organizações espalhadas em todo o território nacional, como por exemplo a rede de organismos locais representantes do I.B.G.E., e terminado o levantamento poderá ser transformado automaticamente no serviço de colocação de imigrantes para servir como *clearing house* entre a oferta e a procura no mercado de trabalho.

V — Devem ser mantidos e ampliados os serviços de seleção na Europa, constituídos por "comissões de seleção" brasileiras, compostas no mínimo de um técnico em imigração e um médico cada uma, grupadas em "delegações", tendo sedes fixas em "escritórios". Todo o apoio e todos os recursos adequados devem ser dados a tais delegações, que poderão ficar adidas às nossas representações diplomáticas nos países onde operam, com um estatuto oficial, preferivelmente diplomático.

VI — Tais delegações deverão receber instruções minuciosas não só sobre a quantidade e a qualificação profissional requeridas, à base do levantamento feito, mas ainda providas de elementos informativos sobre contratos e condições

de trabalho no Brasil, salários, nível de vida, etc. Também deverão ser instruídas meticulosamente sobre os critérios de seleção médica, profissional, de idade e sexo, de composição familiar, nacionalidade, documentação, etc.

VII — O Brasil deverá firmar acordos ou tratados de imigração com vários países, como Portugal, a Espanha, a Itália, a Holanda, as nações escandinavas, e com organizações internacionais como a O.I.R. Tais tratados, firmados pelas autoridades diplomáticas, deverão contudo ser negociados com a presença de assessores-técnicos de imigração, que assentarão os preliminares técnicos.

VIII — Esses acórdos ou tratados estipularão, entre outras, as condições de financiamento, seleção e transporte, e as de localização e trabalho no Brasil, além das vantagens e assistência oferecidas aos imigrantes, dentro dos planos de colonização elaborados pelo governo. Sempre que viável, será prevista a possibilidade de os imigrantes trazerem consigo pecúlios em dinheiro ou *in natura*, sob a forma de instrumentos e utensílios de suas profissões, máquinas, cabeças de gado, etc.

IX — É da mais alta conveniência que o Brasil deposite, no mais breve prazo, o instrumento de ratificação de sua adesão definitiva à O.I.R., e aceite as fórmulas de contrato pela mesma propostas, que são altamente favoráveis à sua economia e retome, quanto antes, as negociações com a O.I.R. sobre a vinda de pessoas deslocadas, em bases análogas às prevaletentes na imigração de deslocados até agora; isto é, pagando a O.I.R. as despesas de transporte e outras fora do Brasil, exceto o salário das comissões de seleção, tendo nosso país ampla liberdade para selecionar os imigrantes que lhe convenham entre os deslocados, inclusive os denominados *Volksdeutsche*, alemães de origem, e que por esse motivo foram expulsos da Hungria, Rumânia e Tcheco-Eslováquia, das terras que cultivavam há gerações e que são os melhores agricultores da Europa.

X — Conviria estudar as possibilidades de aquisição de uma frota de dez a doze navios para o transporte de imigrantes, em condições vantajosas para o país, talvez por acórdo com o governo norte-americano sobre navios construídos durante a guerra, caso ainda seja possível tal solução.

XI — É urgente que o Brasil se aparelhe convenientemente para receber imigrantes. Para isso é indispensável que sejam construídas hospedarias, ou ampliadas as existentes nos estados do Leste e do Sul. Devemos ficar em condições de receber 10 000 imigrantes por mês, o que certamente não é excessivo, sendo apenas ligeiramente superior aos objetivos da Argentina.

XII — É absolutamente indispensável projetar e realizar planos de colonização adequados, seja na órbita federal, seja fomentando e facilitando sua execução na órbita estadual. Tais planos deverão obedecer ao critério da criação de núcleos coloniais aquém da fronteira econômica, e de núcleos de civilização além da fronteira demográfica, dentro das normas da técnica moderna.

XIII — Deverão ser estudados esquemas de financiamento que permitam aos Poderes Públicos, federal ou estaduais, a realização desses projetos, que deverão ser elaborados de forma a permitir o reembolso dos gastos com os mesmos em vinte anos.

XIV — É aconselhável a organização de um sistema de escolas de abramileiramento, semelhante às escolas de americanização nos Estados Unidos, para facilitar a assimilação do alienígena "sempre por meios suasórios". Neste sentido, é conveniente liberalizar a legislação sobre naturalização, reduzindo, em qualquer caso, o prazo de residência de dez anos, hoje exigido, facilitando o processo e eliminando as discriminações, que não sejam as constitucionais, quanto ao direito dos brasileiros naturalizados em relação aos brasileiros natos.*

XV — É indispensável legislar no sentido determinado pela Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 162, criando um órgão federal único para orientar os serviços de seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes e coordená-los com os de naturalização e colonização.

XVI — Deverão ser tomadas providências adequadas a fim de que a política imigratória brasileira, fixada em lei, não possa vir a ser desvirtuada pela

* Veja-se nota na página 238.

expedição de ordens ou instruções administrativas que impeçam ou prejudiquem a sua aplicação tal como foi publicamente promulgada e decretada.

Concluindo: Podemos dizer que o conjunto das medidas propostas será um sólido arcabouço para uma política imigratória brasileira adequada às nossas necessidades atuais. Sem dúvida, para pô-las em prática exigir-se-ão despesas vultosas; mas, tal como as sementes lançadas à terra acolhedora frutificam centuplicadamente em farta messe de colheitas exuberantes, os recursos empregados com essa finalidade produzirão, mais que outros quaisquer, abundantes benefícios para o país. Adotando-se como norma básica de ação com a continuidade e a largueza de visão indispensáveis, poderemos ficar certos de que teremos preparado, além das areias movediças do presente, um firme alicerce para alcançar, no futuro, a meta justamente ambicionada por todos os patriotas desejosos de auxiliar a nação a cumprir seus altos destinos: a grandeza e a opulência do Brasil de amanhã.

BIBLIOGRAFIA

- Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura — *Consumo de Gêneros Alimentícios no Brasil* (Análise do Período 1933/1946) — Rio de Janeiro — julho de 1947.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *Anuário Estatístico do Brasil*, ano VI, 1941/1945 — Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *Anuário Estatístico do Brasil*, ano IX, 1948 — Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *Boletim Estatístico*, ano VII, n.º 26, abril-junho de 1949 — Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — “Estimativa da Taxa de Natalidade para o Brasil e para as Unidades da Federação” — *Boletim Estatístico*, ano IV, n.º 14, abril-junho de 1946 — Rio de Janeiro.
- Bulhões, Otávio Gouveia de, e Kingston, Jorge — “A Política Monetária para 1947” — *Revista Brasileira de Economia*, ano I, n.º 1, setembro de 1947 — Rio de Janeiro.
- Calógeras, Pandiá — “Valores Produzidos” *Problemas de Governo* — Empresa Gráfica Rosseti — São Paulo — 1928.
- Cassel, Gustav — *Theoretische Sozialökonomie*, 5.ª edição refundida, — A. Deicherstche Verlagsbuchhandlung Dr. Werner Schöll — Leipzig — 1932. (A definição de o poder de compra da moeda ser igual ao valor recíproco do nível geral dos preços encontra-se na página 399.)
- Coon, Carleton Stevens — *The Races of Europe*, pp. 503/7 — The Mac Millan Company — New York — 1939.
- Gesteira, Martagão — “A Educação Técnica das Mães na Defesa da Criança” — *Revista Brasileira de Medicina Pública*, ano II, n.º 7, maio-junho de 1946 — Rio de Janeiro.
- Kingston, Jorge — Ver Bulhões, Otávio Gouveia de, e Kingston, Jorge.
- Lacerda, Carlos — “Um Programa para Vencer a Crise” — *Correio da Manhã*, de 3 de outubro de 1947 — Rio de Janeiro.
- Landry, Adolphe (com a colaboração de Henri Bunle, Pierre Depoid, Michel Huber e Alfred Sauvy) — *Traité de Démographie* — Coleção “Bibliothèque Scientifique” — Payot — Paris — 1945.
- Lôbo, Hélio — “O Drama dos Deslocados” — *Jornal do Comércio*, de 28 de dezembro de 1947 — Rio de Janeiro.
- Marshall, George Cattle — “Concern Expressed on Resettlement of Displaced Persons” — *The Department of State Bulletin*, vol. XVII, n.º 421, pp. 194/7 — Washington — 1947.

(Trata-se de uma declaração feita a 16 de julho de 1947 pelo secretário de Estado norte-americano, perante a Subcomissão de Imigração e Naturalização da Comissão Judiciária da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, ao discutir-se o projeto de lei apresentado pelo governo americano para o recebimento de um certo número de deslocados europeus naquele país. O secretário

- Marshall apresenta quatro alternativas possíveis para resolver a questão, defendendo a da permissão para a entrada de imigrantes nos Estados Unidos).
- Mortara, Giorgio (1944) — “As Tábuas de Sobrevivência e sua Aplicação na Demografia” — *Revista Brasileira de Estatística*, ano V, ns. 17 e 19, janeiro-março e julho-setembro de 1944 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro. (Especialmente para o cálculo do parâmetro de Lotka, ver pp. 320/- e 336/46.)
- Mortara, Giorgio (1947-a) — “Aspectos Gerais da População do Brasil” — *Revista Brasileira de Estatística*, ano VIII, n.º 29, janeiro-março de 1947 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro.
- Mortara, Giorgio (1947-b) — “A Distribuição da População do Brasil segundo Ramos de Atividade” — *Revista Brasileira de Economia*, ano I, n.º 1, setembro de 1947 — Rio de Janeiro.
- Mortara, Giorgio (1947-c) — “Os Fatores Demográficos do Crescimento das Populações Americanas nos Últimos Cem Anos” — *Estudos Brasileiros de Demografia*, ano I, Vol. I — Monografia n.º 3 da série “Pesquisas sobre Populações Americanas” — Fundação Getúlio Vargas — Rio de Janeiro — 1947.
- Mortara, Giorgio (1947-d) — “Determinação da Fecundidade Feminina segundo a Idade, conforme o Censo de 1940, e Aplicação, no Cálculo da Taxa de Natalidade, da Tábua de Fecundidade e do Coeficiente de Reprodução, para a População do Brasil” — *Revista Brasileira de Estatística*, ano VIII, ns. 30-31, setembro de 1947 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro.
- Neiva, Artur Hehl — “Reconstrução Econômica Nacional” *Diário do Poder Legislativo*, ano III, n.º 478, pp. 21 568/650 — Rio de Janeiro — 1935. (Relatório que o deputado Artur Neiva, membro da Subcomissão de Reconstrução Econômica, apresentou à Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira, em setembro de 1935.)
- Neiva, Artur Hehl (1945) — *O Problema Imigratório Brasileiro* — Imprensa Nacional — 1945. (Trata-se de uma tese geral aprovada pelo I Congresso Brasileiro de Economia, reunido no Rio de Janeiro, em novembro de 1943, e que saiu publicada em separata da *Revista da Imigração e Colonização*, de setembro de 1944, e republicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, ns. 130-136, junho-dezembro de 1945 — Rio de Janeiro.)
- Neiva, Artur Hehl (1947-a) “Mentem no Conselho de Imigração” (entrevista) *Diretrizes*, de 11 de novembro de 1947 — Rio de Janeiro.
- Neiva, Artur Hehl (1947-b) — “A Imigração de Deslocados” (Exposição do chefe da Delegação Brasileira de Imigração na Europa ao presidente da República — Justificativa de sua conduta na orientação dos trabalhos da Delegação) *Jornal do Comércio*, de 12 de novembro de 1947 — Rio de Janeiro.
- Neiva, Artur Hehl (1949) — *Deslocados de Guerra — A Verdade sobre Sua Seleção* — Editora A Noite — Rio de Janeiro — 1949.
- Paiva, Glycon de — “Capacidade de População do Brasil” — *A Rodovia*, ano VIII, n.º 61, fevereiro de 1945 — Rio de Janeiro.
- Távora, Juarez — *O Petróleo do Brasil* — Coleção “Cadernos de Atualidade n.º 1”, dirigida por Carlos Lacerda — Instituto Progresso Editorial S.A. — São Paulo — 1947.
- Time* Vol. LI, n.º 4, p. 18 (Latin American Edition) — *Argentina* — “Capital Gain” — Chicago — 26 de janeiro de 1948.
- Time* Vol. LI, n.º 6, p. 15 (Latin American Edition) *Argentina* — “Wanted: More Italians” — Chicago — 9 de fevereiro de 1948.
- Xavier, Rafael — “A Organização Nacional e o Município” — *Revista Brasileira de Estatística*, ano VII, n.º 25, janeiro-março de 1946 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro.

Geomorfologia Geográfica*

RICHARD JOEL RUSSEL

da Universidade do estado de Luisiana

Annals of the Association of American Geographers — Vol. XXXIX — March, 1949 — N.º 1.

Os fundadores de nossa Associação interessavam-se vivamente pela geografia física. Uma classificação por alto dos títulos e resumos dos trabalhos apresentados à Associação no decorrer dos seus primeiros sete anos de vida, conforme relação publicada no volume 1 dos *Anais*, faz crer que pelo menos 124 dos 193 títulos se referiam a assuntos de geografia física, e pelo menos 70 diziam respeito a formas do relêvo. Cerca de 30 ou tratavam do papel da geografia na educação ou não puderam ser classificados pelos títulos. Menos de 50 parecem ter tratado de aspectos nitidamente não-físicos da geografia. A proporção das monografias sôbre formas do relêvo em relação às de geografia econômica parece ter sido acima de 10 para 1.

Um exame dos *Anais* ou dos programas das reuniões anuais mais recentes indica que houve pronunciado enfraquecimento do interesse pela geografia física em geral e pelos estudos de formas do relêvo em particular. Esse desvio deve ser em parte considerado como indicio de progresso. Outros ramos da geografia têm progredido. A porcentagem de físico-geógrafos filiados à Associação deverá baixar um pouco proporcionalmente a expansão do campo da geografia.

Mas o declínio do interesse pela geografia física tem sido não apenas relativo mas também absoluto. Enquanto nossas primeiras reuniões anuais recebiam grande maioria de trabalhos sôbre geografia física, hoje encontramos dificuldade em reunir trabalhos em número suficiente para alimentar uma discussão de meio dia sôbre o assunto. A meteorologia, oceanografia, geofísica, hidrologia, praticamente já desgarraram. A climatologia talvez esteja indo pelo mesmo caminho. A geomorfologia está sendo desenvolvida sob os auspícios de outros grupos.

Há em verdade mais geomorfólogos nos EE. UU. hoje em dia do que no tempo em que a nossa Associação tinha tanto interesse pelas formas do relêvo. A Sociedade Geológica da América está cogitando de criar uma divisão de geomorfologia. Cerca de 80 membros daquela sociedade parecem estar interessados no assunto. Também na Europa a geomorfologia tem despertado grande interesse, havendo planos já adiantados para o lançamento de uma publicação internacional, sob a orientação de geomorfólogos neerlandeses.

Grande porcentagem dos geógrafos europeus se dedica principalmente ao estudo das formas do relêvo.

O abandono do interesse predominante pela geografia física parece ser característico dos geógrafos norte-americanos. Uma grande parte do antigo conteúdo da geografia física deu origem a várias sub-ciências distintas, em consequência de estudos de pessoas filiadas a outras associações que não a nossa. No que se refere a geógrafos, tenho para mim que muitos começaram pelo estudo das formas do relêvo mas, desenganados acabaram por abandonar o assunto. De

NOTA — Discurso pronunciado na qualidade de presidente, perante a Associação de Geógrafos Americanos em Madison, Wisconsin, em 29 de dezembro de 1948.

* Traduzido para o português pelo Sr. Sebastião Veiga e revisto pelo Prof. Hilgard Sternberg.

modo geral, pode-se dizer que os estudiosos da geomorfologia têm sido pouco realistas, interessados em excesso pela geologia e incapazes, em geral, de abarcar o setor a que se votaram.

FALTA DE REALISMO

Como um exemplo destacado de atitude não realista, cito nossa classificação clássica de litorais. Como base principal da classificação, temos duas grandes categorias, emergente e submergente. Ignora-se completamente o fato de que nesses últimos 20 000 anos mais ou menos o nível do mar subiu cerca de 130 metros, de maneira que praticamente não há um só ponto nos perímetros continentais ou insulares onde pudesse existir um litoral emergente.

Seguindo a classificação clássica verificamos que, vários quilômetros a leste do delta do Ródano, há um belo litoral de submersão, com muitas baías profundas e promontórios enquanto a oeste, chegando quase até a fronteira espanhola, há um exemplo igualmente belo de emergência. Aqui encontramos longos cordões arenosos flanqueando lagunas de uma costa baixa e brejosa. Dessa informação fisiográfica concluiríamos naturalmente por um empinamento da costa da França meridional. O vale do Ródano parece ser o eixo que separa uma região deprimida, a leste, de outra região erguida, a oeste. O litoral "neutro" do delta parece, com efeito, estar numa área de neutralidade diastrófica.

A fisiografia nos desservirá se aceitarmos para o sul da França conclusões baseadas na classificação do litoral. Demonstram o absurdo das conclusões, os terraços que se encontram para o interior. São mais antigos do que a linha litorânea de hoje, porém não sofreram deformação. Em vez de mergulharem para leste, são praticamente horizontais. O Mediterrâneo subiu com tanta rapidez nesses últimos 20 000 anos, que todo o seu litoral é de submersão. A maior parte de suas praias se apresentam como afogadas, no sentido da fisiografia. Em alguns pontos, como a oeste do delta do Ródano, onde as rochas oferecem pouca resistência à erosão e os produtos desta são facilmente transportados, apareceram formas tidas na classificação clássica de litorais é de pouca ou nula utilidade para os geógrafos ou para quem quer que seja. Só serve para mostrar que os estudiosos de geomorfologia não têm sido realistas. Acha-se, entretanto, sólidamente arraigada e levará muitos anos para desaparecer dos compêndios.

Para buscar um segundo exemplo dessa atitude pouco realista, quero passar de um caso específico à consideração daquilo a que podemos chamar um culto — o culto da morfologia "pura". Embora muitas das deidades tenham sido norte-americanas, os templos parecem ter-se transferido para a Europa. Os adeptos desse culto acreditam que as fases finais do desenvolvimento das formas do relevo podem ser deduzidas apenas pelo estudo da forma. Qualquer recurso e provas que podem ser fornecidas pelo trado, o microscópio ou a geofísica, são impuras. Profano é o auxílio de geólogos, botânicos, ou outros "intocáveis".

O morfologista puro lança os olhos por uma paisagem, classifica suas formas de acordo com as regras de uma terminologia complicada, e chega a conclusões que pretendem explicar a evolução natural da paisagem. E' perfeitamente lícito consultarem-se mapas. Em alguns casos até os mapas podem suplantar inteiramente o estudo *in loco*.

Na Inglaterra, onde a morfologia pura está firmemente entrincheirada, são espantosamente baixos os padrões hipsográficos. O morfologista puro dispõe de mapas pouco melhores que os nossos mapas de Montana e Wyoming antes de 1920. A curva de nível foi determinada a intervalos de 100 pés, interpolando-se níveis intermediários de 50 pés. Auxiliados — ou confundidos — por tais mapas, os morfólogos puros conseguem encontrar níveis amplos e via de regra, indeformados nas altitudes de 200, 400, 600 e 800 pés. Presume-se que as superfícies mais altas datem do período terciário.

Sob certos aspectos parece que a natureza tem sido gentil com os morfologistas puros. As unidades de espaçamento dentro do sistema inglês de medidas param no Canal, e os morfologistas puros do continente já encontram os níveis dispostos segundo o sistema métrico, a 100, 200 e 300 metros.

Aos geógrafos custa, em geral, descobrir informações úteis nas conclusões dos morfologistas puros. Que determinado rio seja um curso conseqüente com uma extensão obseqüente; que certa parte de um rio seja superimposta e não antecedente; ou que um vale sêco sugere um caso de captura fluvial — são conclusões que pouco significam a quem investiga os problemas de uma paisagem cultural específica.

Também os geólogos geralmente consideram os resultados da morfologia pura excessivamente imprecisos. Não existe praticamente interpretação da evolução das formas do relêvo que não seja passível de ser derrubada quando confrontada com os fatos revelados por uma perfuração, um levantamento sistológico, ou mesmo pela descoberta de algum fóssil em posição inesperada.

Restringir-se ao estudo unicamente da forma e fechar os olhos a qualquer outra espécie de prova, é tão sensato quanto amputar uma perna antes de participar de uma corrida.

Encontramos, contudo adeptos do culto que chegam a aperfeiçoar um altivo desprezo por tais coisas como depósitos de seixos, perfurações ou contrastes locais de solo. Sua atitude parece ser de todo irrealista.

EXCESSO DE GEOLOGIA

Um geomorfólogo competente deve possuir razoável *background* geológico. A geomorfologia e a sedimentologia são geralmente consideradas ramos importantes da geologia física. Desenvolvendo o estudo das formas terrestres, os geólogos têm contribuído muito para a elucidação do assunto. Os pontos de vista dos geólogos não são ordinariamente iguais aos dos geógrafos. Penso que estes têm bons motivos para considerar a maior parte da geomorfologia excessivamente geológica para os seus propósitos.

Ao tratar das formas do terreno, os geólogos têm a tendência de pensar em termos de secções verticais e não de planos horizontais. A terra é levantada, erodida e rebaixada. Os cursos d'água erodem verticalmente quando jovens e vigorosos ou lateralmente, quando velhos e cansados. As falhas e dobras são geralmente erguidas ou deprimidas. As praias elevadas assumem vários intervalos verticais acima do nível do mar.

Muitos estudos de geomorfologia são feitos com o propósito de se chegar a conclusões diastróficas. O peneplano elevado, as variações na inclinação para jusante do terraço de um rio, ou os intervalos verticais entre terraços em determinada secção transversal de um vale, são assuntos do máximo interesse para quem estuda elevações, depressões, deformações e não para os geógrafos em geral.

O geógrafo, na minha opinião, necessita muito da geomorfologia, mas não tem recebido dela o auxílio de que precisa. O geógrafo necessita de informações rigorosas factuais. Quais, precisamente, as formas do relêvo de dada região? Como diferem umas das outras? Onde ficam, exatamente? Qual a forma de sua distribuição? O geomorfólogo pode estar vivamente interessado em questões de estrutura, processo e tempo, mas o geógrafo quer informações específicas, do tipo "que", "onde" e "quanto". A distinção entre geomorfologia geológica e geográfica está principalmente no contraste entre conclusões de significação vertical ou horizontal.

O aspecto geográfico tem sido negligenciado pelos geólogos responsáveis pelo desenvolvimento da geomorfologia. Encontramos exceções louváveis aqui e ali que muito alegram os geógrafos. As generalizações de Fenneman, por exemplo, nos têm sido de grande valia. Serão ampliadas de modo a constituir um mapa das regiões fisiográficas do mundo — caso a proposta de um de nossos companheiros, L. L. Ray, aprovadas pelo Congresso Geológico Internacional do ano passado em Londres, fôr posta em prática. Mas não é só com essas generalizações de escala reduzida que a geomorfologia pode contribuir para o progresso da geografia. Há estudos geográficos pormenorizados que aguardam ansiosamente as conclusões de uma geomorfologia factual, em escala maior, que explique por que determinada elevação existe, que partes possui, de que modo cada parte difere das outras, e qual a extensão de cada parte; que, onde e quanto.

TRATAMENTO INADEQUADO

O geógrafo pode dizer com justiça que o geomorfologista não tem abarcado todo seu campo de trabalho. Raramente o geógrafo encontra informações factuais específicas, resultantes de pesquisas em torno das formas do relevo. Via de regra, tem encontrado sugestões nebulosas, teóricas, ou conclusões manifestamente erradas. A geomorfologia clássica tem-se preocupado quase exclusivamente com as formas de erosão; só recentemente foi que os estudiosos se voltaram para movimentos de conjunto ou para as feições deposicionais.

Planuras amplas eram consideradas conseqüências últimas ou pelo menos, penúltimas, da erosão. Acompanhando as tradições da geomorfologia clássica, publiquei em 1920, em colaboração com um de nossos primeiros consócios, R. L. Holway, um *syllabus*, que utilizava a folha de Donaldsonville, Luisiana, como exemplo típico de peneplano. Naquele tempo eu ignorava — como a maioria de nossos compêndios de hoje ignoram — o fato fundamental de que a aluvião do vale do Baixo Mississipi é algo mais que uma tênue camada sobre uma superfície rochosa plana, formada pelo desgaste lateral. Eu não sabia que mesmo mais ao norte, como no sudeste do Missouri, a aluvião alcança profundidades muito maiores do que os poços mais fundos escavados, pelo rio, nem que ela cobre um terreno que nada tem de plano. O nosso *syllabus* por certo desenvolvia o assunto de maneira inadequada e errônea.

Nas partes inferiores dos grandes vales aluviais e nas planícies costeiras, encontramos um setor que foi tratado pelos geomorfólogos clássicos de maneira horrivelmente má. Ou não se dava importância a tais planícies ou se externavam a respeito delas algumas opiniões que raramente concordavam com os fatos observados.

A noção de que a grande planície de inundações do Baixo Mississipi tem alguma coisa a ver com o desgaste lateral nem de longe corresponde à verdade. A chateza superficial é devida unicamente à deposição. O enchimento de aluvião é profundo. Por baixo desse pacote sedimentar está uma topografia pré-Recente, mapeada tão rigorosamente quanto o foi a topografia da Inglaterra. Um mapa preparado por H. N. Fisk, e publicado em 1944 pela Comissão do Mississipi, mostra essa superfície pré-Recente por meio de curvas de nível com intervalos de 25 pés acima do nível do mar, e de 50 pés abaixo do nível do mar. Os pontos mais baixos no leito do rio nas vizinhanças do Cabo Girardeau, no Missouri, tinham quase 100 pés de profundidade a mais, em tempos pré-Recentes do que os pontos correspondentes de hoje. No sul da Luisiana, o fundo do vale pré-Recente estava a mais de 300 pés abaixo do fundo atual. A umas 29 milhas do litoral, na plataforma continental, a superfície pré-Recente jaz a cerca de 550 pés abaixo das ondas.

As perfurações feitas indicam que quedas d'água de 80 pés de altura se despejavam das bordas de rochas paleozóicas nos vales setentrionais dessa topografia soterrada do vale do Baixo Mississipi. O mapa, de Fisk, mostra que, por baixo da aluvião, que se estende desde Cairo, Illinois, até o Golfo, a topografia pré-Recente é ondulada, tendo um sistema complicado de drenagem por meio de cursos d'água encaixados.

Um dos fatos interessantes relacionados com esse mapa é que, durante os sete anos que se seguiram a sua feitura, foram registadas milhares de novas penetrações na superfície pré-Recente, mas nenhuma modificação importante seria introduzida nas curvas de nível, caso houvesse uma nova edição do mapa. As secções construídas com os dados apresentados por Fisk são tão objetivos que poucos geólogos ou geomorfólogos compreendem sua significação. Deve-se dar por terminada a fase de secções transversais hipotéticas e generalizadas, logo que pesquisadores competentes obtenham apoio financeiro para estudos realmente objetivos.

A geomorfologia clássica deduzia precariamente a sub-superfície do Baixo Mississipi e de muitos outros grandes vales aluviais. Suas conclusões davam aos geólogos idéias errôneas sobre diastrofismo. Os clássicos fechavam os olhos a fatos extremamente importantes, que comprovam uma relação de reciprocidade entre o volume das águas oceânicas e o das geleiras. Que utilidade tinha isso ao geógrafo? Que legado veio enriquecer o *background* daqueles entre nós que iriam estudar as formas do terreno nos vales aluviais?

No que toca aos cursos meândricos, herdamos pouco mais do que umas quantas teorias concebidas em duas dimensões e uma terminologia derivada de ensaios sôbre meandros encaixados. Onde no Baixo Mississipi as margens erodidas, os esporões afilados (*sharpened spurs*), as margens convexas por onde escorrega o leito (*slipoff slopes*)? Quais as provas de "balanceamento" (*swinging*) e "varredura" (*sweeping*)? Em resumo: ao tentarmos responder a essas perguntas, fomos forçados a abandonar grande parte de concepções errôneas que julgávamos conhecimentos certos. Tivemos que recorrer a estudiosos de hidrologia para aprendermos com eles alguma coisa sôbre as características do fluxo tridimensional. E tivemos que abandonar grande parte de nossa terminologia.

A margem côncava de um meandro divagante, de planície aluvial, é um dos pontos do canal menos sujeito ao desgaste. Toros ou outros corpos em suspensão não vão de encontro à margem em tempo de enchente, como se poderia deduzir pelo mapa. Durante as cheias, as margens côncavas não sofrem a ação de correntes fortes; aí pode haver até correntes dirigidas. O recuo das margens côncavas, é real, mas é produzido pelas terras caídas, que desmoronam em virtude da escavação de poços pelo fluxo turbulento das águas.

Está longe de constituir uma faixa estreita e uniforme a pestana que margeia um rio almirante. Tendo raramente menos de uma milha de largura ao longo do Baixo Mississipi, alarga-se nas pontas e, aqui e ali, havia compridas léguas de terras mais elevadas para o interior dos pantanais. Todo êsse complexo é do maior interêsse para os geógrafos, porque constitui ordinariamente o mais importante local para as habitações, o principal teatro da atividade agrícola e o principal determinante das vias de circulação terrestre na planície aluvial.

As faixas de meandros não oscilam lentamente de um lado para outro nos largos vales aluviais. Nos lagos e leitos abandonados, se formam depósitos de argila. Êsses depósitos quase não são afetados pela erosão e limitam claramente as faixas de meandros. O abandono de uma faixa de meandros é acontecimento raro. Isso ocorre poucas vezes em milhares de anos no Baixo Mississipi e assim mesmo só onde havia uma zona de falhas.

O rio Yazoo de nenhum modo pertence ao tipo de rio conhecido por tipo Yazoo. Não passa de um antigo curso do rio Ohio, deixado semi-abandonado. Deságua no Mississipi do ponto onde o leito atual o intercepta.

Para o sul, no litoral do Gôlfo, no território precisamente onde surgiu a idéa das costas emergentes, encontramos *mounds* indígenas que baixaram tanto quanto dois pés por século. Aqui, a herança que recebemos da geomorfologia clássica consistiu principalmente num conjunto de idéias errôneas sôbre praias — barreiras e lagunas litorâneas, e num grande encarecimento da subdivisão tríplice das camadas nos deltas.

Embora as camadas *top-set*, *fore-set* e *bossom-set* sejam aspectos evidentes dos pequenos deltas, como os do lado Bonneville, não têm nenhum significado prático num delta em que a espessura dos depósitos quaternários, seja da ordem de meia milha. O principal fato estrutural é o concavamento produzido pela subsidência.

O pensamento dos geólogos tem sido orientado geralmente de montante a jusante, quando tratam de planícies de inundação e de deltas. Os sedimentos passam por uma triagem de maneira que as partículas mais finas são carregadas mais para jusante. A maioria dos geólogos despreza o fato de que transversalmente ocorrem contrastes muito bem definidos. O contraste entre os sedimentos grosseiros no canal de uma corrente e os sedimentos finos dos pantanais poderá ser mais vivo do que o que ocorre em tôda a extensão longitudinal de um vale aluvial. No delta, qualquer contraste entre camadas *top-set* e *fore-set* é assunto de somenos importância quando comparado com diferenças marcadas entre as condições geológicas que existem nos canais distributários e as que prevalecem nas baixas intermédias. A mesma generalização se aplica também à geografia. Limites entre formas contrastantes de paisagens naturais ou culturais ordinariamente apresentam amplas faixas de transição no sentido longitudinal dos vales, mas são agudas e bem definidas entre o canal e as margens da planície aluvial.

A geomorfologia clássica tem contribuído tão pouco para o conhecimento dos acidentes de aluvião, que aquêle de nós que propuser-se estudar o assunto, será obrigado a criar uma morfologia aluvial própria.

Subindo um pouco acima de nossas planícies de inundação, chegamos aos terraços. O geomorfólogo clássico compreendeu, de maneira um tanto vaga, que alguns desses terraços eram de origem sedimentar, entretanto raramente fez escavações suficientemente profundas nos depósitos de seixos rolados para tomar conhecimento de suas formas verdadeiras. Raramente examinou as superfícies com cuidado suficiente para encontrar o traçado da drenagem abandonada e as feições deposicionais que demonstrariam sua origem aluviônica.

Ao delimitarmos a extensão dos vários terraços, descobrimos que os depósitos de cascalho controlam o desnudamento numa amplitude ainda não percebida suficientemente.

E' evidente que uma colina de rocha maciça, cercada por todos os lados, sem solução de continuidade, por uma superfície plana, ou ligeiramente inclinada, de seixos, só pode ser destruída pela erosão até o nível marcado pelo cascalho. E' por isso que grandes áreas de rocha de idade terciária na Luisiana, no Mississipi e noutros estados do litoral do Golfo, foram rebaixadas até limites fixados pelos cascalhos de terraço circundantes. E' provável que esse controle sedimentário de formas de erosão seja um dos princípios orientadores do desenvolvimento morfológico alhures, e talvez ofereça uma explicação mais racional para as extensas superfícies rochosas do oeste.

E' bem verdade que a geomorfologia clássica reconheceu o papel dos depósitos de seixos na origem das inversões topográficas, mas nem sempre tem conseguido reconhecer algumas das consequências últimas do processo. Um afloramento extenso de rocha de fácil remoção pode, em pouco tempo sofrer um rebaixamento até limites inferiores aos dos depósitos de cascalho vizinhos. Terras baixas de argilas e limos pouco consolidados do litoral do Golfo, que hoje se encontram bem abaixo do nível dos terraços pleistocênicos vizinhos, constituem excelentes exemplos do processo. Um dos resultados mais comuns e interessantes desse tipo de inversão topográfica é a formação de áreas onde os terraços fluviais constituem agora os pontos mais altos, e não pequenas planícies inseridas nos vales. Até que ponto esse processo operou nas *Great Plains* é assunto que precisa ser investigado com atenção.

O estudioso de formas do relêvo com demasiada freqüência considera as superfícies dos lagos ou as junções entre rios principais e tributários como sendo os únicos exemplos de níveis-de-base locais. Cones de seixos e outras superfícies de cascalho figuram entre os mais importantes níveis-de-base locais, mas qualquer soleira de rocha resistente pode atuar no mesmo sentido. Áreas extensas, rebaixadas pela erosão, podem dar origem a superfícies relativamente planas acima do nível-de-base, seja qual for o tipo deste. Só a pouco e pouco é que os geomorfologistas vão compreendendo a significação desse fato, se bem que há anos tivesse sido reconhecido por Tarr e outros e que venha à baila sempre que se discute a obra de Walter Penck.

A aceitação relativamente lenta da importância geomorfológica do processo periglacial pode servir de exemplo final do modo por que os estudiosos da geomorfologia se agarram aos padrões clássicos de pensamento, em vez de empreenderem investidas em novas direções de modo a proporcionar tratamento mais adequado ao setor de sua especialização.

Por baixo das planícies da Flandres, e nas terras elevadas que se estendem para leste pela Campine, e para o sudeste pelas Ardenas, encontramos provas inequívocas e praticamente universais de revolvimento do solo e da rocha matriz, até profundidades que não raro ultrapassam dez pés. Calhas e areias superficiais foram introduzidas, à força, na rocha não consolidada subjacente. Argilas e outros materiais de idade terciária foram injetados no solo. Essa modificação periglacial se estende através de planaltos. Nos desfiladeiros ela se combina com efeitos de solifluxão e outros agentes de movimentos-de-conjunto. A data das últimas atividades periglaciais pode ser estabelecida com bastante precisão: elas devem ter cessado apenas há uns 10 000 anos. Mais recente, somente fenômenos como a colmatagem contemporânea de vales, a formação de mais recente turfa e o amortalhamento de regiões baixas a sotavento das praias.

A geomorfologia clássica descobriu fatos como os peneplanos elevados, os terraços complicados do Mosa, e alguns casos interessantes de capturas fluviais na Bélgica. O geógrafo, porém, não terá provavelmente interesse especial por

tais questões. De interesse mais vital para êle são os efeitos das atividades periglaciais e dos movimentos-de-conjunto, agentes que vieram distribuir os solos, segundo um mosaico complicado. Também de interesse mais direto são assuntos como a inversão da topografia, causada pela compressão diferencial de áreas de turfa e de areia nos *polders*, e a distribuição da areia transportada pelo vento. Aqui, o geomorfólogo pode fornecer ao geógrafo as respostas a suas perguntas de "que", "onde" e "quanto". A geomorfologia clássica deixou de aplicar-se àquelas partes de seu campo de estudo que tem maior significação para o geógrafo.

GEOMORFOLOGIA GEOGRÁFICA

Se bem que os geógrafos tenham motivos de desapontamento com os resultados da geomorfologia clássica, não devemos condenar o assunto com rigor excessivo. A geomorfologia clássica desempenhou o seu papel na evolução de uma ciência das formas do relevo que é realmente necessária a uma compreensão integral de lugares e povos. Forneceu grande parte das informações básicas exigidas por uma geomorfologia factual, geográfica.

Muitos conceitos geomorfológicos úteis vieram de estudiosos que não se consideram geógrafos nem geólogos, nem geomorfologistas. Refiro-me às importantes contribuições de silvicultores, botânicos, pedologistas, hidrologistas e outros. No momento, é de justiça citar a publicação *Transactions of the American Geophysical Union*, como a mais completa no gênero.

No vale do Baixo Mississipi e nas regiões do litoral do Golfo, muito devemos ao corpo de pesquisadores da Mississipi River Commission pela grande quantidade de material factual recolhido.

Uma geomorfologia de grande utilidade e de imenso valor prático está sendo desenvolvida nos Países Baixos e na Bélgica, em conexão aos levantamentos pedológicos. H. C. Edelman, dos Países Baixos, e R. Tavernier, da Bélgica, estão empenhados ativamente no mapeamento de formas do relevo e de solos, com uma minúcia que raramente tem sido tentada alhures. Amostras obtidas através de um conjunto denso de perfurações são interpretadas por agrônomos, pedólogos, sedimentologistas, geólogos, arqueologistas, paleobotânicos e outros especialistas. O grupo de Edelman emprega, sob regime de tempo integral, um geógrafo-histórico muito competente. *Boor en Spade*, publicação editada pelo grupo, ficará sendo por certo uma das melhores fontes de informação geográfica exata sobre os Países Baixos. O mesmo certamente acontecerá em relação à Bélgica com as publicações do grupo Tavernier.

Uma das características dos levantamentos pedológicos dos Países Baixos é a acurada investigação dos efeitos do uso do Terra. A ocupação da Terra na era galo-romana deixou marcas impressionantes na paisagem de hoje. Dados sobre derrubada de florestas, exploração de turfa, construção de diques, rutura de diques, mudanças no traçado das estradas, transformações na economia e nas práticas agrícolas gerais ou locais estão sendo estudadas exaustivamente do ponto de vista dos efeitos sobre o solo e a paisagem. As formas do terreno que mais atenção recebem são precisamente aquelas que apresentam maior significação geográfica.

Como exemplo, posso citar os contrastes comumente observados entre os níveis dos *polders* nos lados opostos de um dique velho. Alguns diques foram construídos na era galo-romana.

A ocupação se limitava ao lado protegido. As enchentes dos rios ou as inundações do mar do Norte continuavam depositando limo e argila do lado desprotegido, de sorte que, séculos mais tarde, o lado originariamente baixo e desprotegido ficou mais alto, mais seco, e suas terras mais valiosas do que as do outro lado, onde se fizera inicialmente a ocupação.

Outro aspecto interessante de alguns *polders* é a inversão topográfica causada pelo adensamento da turfa. Nos tempos da primitiva ocupação da Bélgica e dos Países Baixos, muitos rios fluíam em vales amplos através das planícies costeiras. O povo evitava as margens fluviais por serem sujeitas a inundações. A ocupação far-se-ia nas planícies, longe dos rios, nas partes mais elevadas.

As planícies porém, tinham por baixo, expêssas camadas de turfa, e foram-se afundando lentamente, à medida que os depósitos de turfa se tornavam cada vez mais compactos. Em contraste, a areia e o limo ao longo dos cursos d'água tiram a compressão, e conservam sua elevação inicial. Assim os lugares baixos de há 3 000 anos ficaram sendo as cristas de hoje. O valor das terras mudou com a inversão topográfica. Há casos de mudanças de acampamento já no século II. Por volta do século XII, ocorreu uma grande transferência de população. Não é este o tipo de geomorfologia que muitos geógrafos gostariam de ver estudado?

Um dos resultados das atividades periglaciais em várias partes da Bélgica foi a formação de uma micro-topografia complexa. Formaram-se montículos arenosos, tendo geralmente menos de um metro de altura. Em algumas regiões praticamente todo o traçado dos campos de lavoura segue os contornos desse micro-relêvo, que foi acentuado pelas práticas agrícolas. Descobrir fatos como êsses não será fazer a verdadeira geomorfologia geográfica?

As pequenas formas do relêvo que estão sendo descobertas pelos levantamentos pedológicos de Edelman e Tavernier são tão esbatidas que escaparam às deduções da geomorfologia clássica. Num ponto a perfuração pode revelar uma ligeira depressão, marcando uma calha abandonada, agora tomado por um metro ou mais de turfa. Noutro ponto, pode revelar velha calha agora cheia de areia. Uma pequena elevação pode marcar o lugar onde uma massa de argila terciária foi injetada na areia quaternária. Cada uma dessas pequenas formas do terreno tem suas características próprias no que toca à consistência, com relação às fundações, valor de ocupação ou rendimento agrícola. Experimentos conduzidos em talhões especiais têm revelado até 30 por cento de diferença na capacidade produtiva de lotes de terras separados apenas alguns metros um do outro horizontalmente e alguns centímetros verticalmente. Podem os geógrafos que não enxergam êsses pequenos contrastes nas formas do terreno compreender a paisagem dos Países Baixos?

Acredito que aquêles dentre vós que em 1940 participaram da excursão da Sociedade na Luisiana concordarão em que seria difícil aos geógrafos realizar trabalhos sérios de pesquisa nas planícies da costa do Golfo sem um considerável conhecimento da morfologia aluvial.

Minha insistência nos aspectos das terras baixas e de aluvião não visa dar a impressão de que eu considere como verdadeiro objetivo da geomorfologia geográfica a investigação de superfícies quase planas. Essa insistência é ditada pelas limitações de minha experiência. Tive a sorte de trabalhar com pessoas que se dedicaram a estudos práticos e descobriram fatos novos e interessantes sobre terras baixas. Não tenho dúvida de que resultados igualmente interessantes advirão do estudo das terras altas. O que eu realmente advogo é o estudo objetivo das formas do terreno, um estudo que não tenha medo de se afastar dos cânones clássicos toda vez que a evidência o exigir. Quando a geomorfologia nos disser realmente o que existe numa paisagem e onde pode ser encontrada cada forma, ela será geográfica.

APLICAÇÃO

Durante minha recente viagem ao noroeste da Europa, não pude fugir à conclusão de que geógrafos não gozam em geral de alta estima. Ouvi críticas severas, vindas de várias direções. A maior parte dessa crítica refere-se à tendência dos geógrafos em trabalhar em terreno que não conhecem suficientemente. Um crítico negou categoricamente que a geografia constituísse um campo de conhecimento, pela razão de nada oferecer que se possa comparar a um método próprio. De nada valem apontar para a expressão cartográfica; negou tal argumento com a mesma energia com que negou que tudo o que esteja impresso pertence ao domínio da literatura. Afirmou que nossas técnicas são as mesmas do matemático, do historiador, do economista, do demógrafo, do geólogo, do engenheiro, etc., conforme as exigências de cada problema.

Negou que os geógrafos possuam poderes de síntese que diferem dos empregados em outras disciplinas, ou licença especial para invadirem o terreno alheio.

Eu próprio, nunca me preocupei muito com essas questões. Sempre me considerei um geógrafo, independentemente da opinião alheia. Sinto que a sobrevivência autônoma da geografia depende do que fazemos e não de nossa habilidade em discutir. Para mim, a geografia é essencialmente o estudo de lugares e de povos. Dêste tema central irradia-se o nosso domínio em várias direções e atinge o campo de outras disciplinas. Questões de limites sempre me parecem pedantes quando comparadas com questões em torno do âmago das várias disciplinas.

Saber se a geomorfologia pertence à geografia ou à geologia parece-me assunto que não vale o debate que tem provocado. A geomorfologia clássica foi principalmente geológica, e no entanto, deu origem a muitas idéias úteis aos geógrafos. Sinto-me satisfeito quando vejo geógrafos ou geólogos reivindicando o assunto; algo desanimado, quando os vejo tentando passá-lo uns aos outros.

A geografia generalizada de traços largos — o reconhecimento das grandes paisagens naturais ou culturais de continentes e ilhas — exigiu da pesquisa geomorfológica síntese como aquelas empreendidas por Atwood, Bowman, Fenneman, Joerg e outros. Uma geografia mais pormenorizada parece exigir uma geomorfologia geográfica mais objetiva.

Acho que nossa Associação pode fortalecer-se e melhorar a situação geral da geografia mediante a livre admissão em suas fileiras de todos aqueles que estão criando uma geomorfologia geográfica em bases sadias. Espero que possamos levá-los a tomar parte ativa em nossos programas e publicar muitos de seus trabalhos em nossos *Anais*.

Parece-me que não seria prudente àqueles que já progrediram em outras direções cogitarem de orientar seus trabalhos no rumo da geomorfologia. Cada um de nós deve insistir no rumo que esteja mais bem aparelhado para seguir. Resultará o maior perigo para a posição da geografia se um número excessivo de geógrafos fixarem suas vistas em pontos situados no limite ou além do limite dos campos reivindicados por outros. Poderá ficar em estado algo nebuloso o âmago da geografia. E para reforçar o campo de nosso interesse principal, é preciso que um número considerável de estudiosos oriente suas investigações de maneira a convergirem sobre o âmago da geografia.

A convergência para o ponto central sugere pesquisas mais intimamente vinculadas à Terra. Essas pesquisas dependerão muito de uma geomorfologia geográfica verdadeira.

Resenha e Opiniões

Os sambaquis do noroeste maranhense

Quem percorre o litoral dos semi-deltas maranhenses logo tem notícias dos numerosos sernambizais e ostras que a indústria local utiliza no fabrico da cal.

Essas costas são ricas de enseadas e baixios favoráveis ao crescimento dos conchíferos que fornecem as carapaças trazidas às praias mais expostas pelo movimento periódico das águas do mar.

Há alguns depósitos que mensalmente apresentam sensível crescimento, como se verifica em Coelho, no estuário do rio Cururupu, ritmo apresentado em muitos outros lugares.

Os bancos de sernambis são ricos e variados, servindo de alimento a numerosos cardumes da família dos bagres.

Quando a maré enche, num ataque voraz, fazem horrível devastação. As conchas dos bivalvos são jogadas às praias vizinhas, formando extensos acumulados que chegam a vários metros de altura.

São tão abundantes os cardumes que causam admiração a quem assiste à pesca nessas paragens.

Certa vez, presenciei uma pescaria com uma rede (zangaria), medindo cerca de seiscentas braças, num desses bancos de variados lamelibrânquios.

Os pescadores fincaram muitas varas ou moirões para sustentarem a zangaria, que era colocada de mortalha.

Quando a maré permitiu a pesca, a meia vazante, recolheram às canoas próximas cinqüenta uruaças, pesando oitenta quilos de peixe cada um, o que equivale a quatro toneladas de uritingas. Esta pescaria apresenta certamente caráter excepcional, mas é bom saber que somente no arquipélago de São João, há cerca de trinta zangarias e em toda a região costeira de Cururupu, o número de redes dessa espécie ultrapassa a uma centena.

Apesar da exploração intensa que se faz, os sernambizais, como são mais conhecidos os sambaquis, continuam a manter a atividade das rudimentares fábricas de cal naqueles municípios costeiros.

Sambaqui é nome indígena. Segundo Batista Caetano vem de *tambaky*.

Outros acham que seja a origem da palavra *sambaky* ou ainda *samanguaiá ibicui*, de acordo com a língua tupiguarani (Dr. José Geraldo Bezerra de Menezes, citado por Backheuser).

O nosso grande indianista Gonçalves Dias explica a formação de sernambitiba, nome que não encontrei no vocabulário popular praiano de Cururupu.

Há na verdade Guajerutiua, Muriçitiua, Sernambi; porém, de sernambitiba ou sernambitiua não consegui colher notícias. Todos chamam sernambizal, casqueiro, ostreira ou ainda empregam uma locução que se prende ao nome do lugar, como por exemplo: ponta do sernambi, ilha do sernambi, como designativo da região rica dessas conchas.

Deixando a pesquisa filológica para entendidos na língua "abaneenga", passemos ao estudo, embora ligeiro, dos nossos sernambizais e casqueiros.

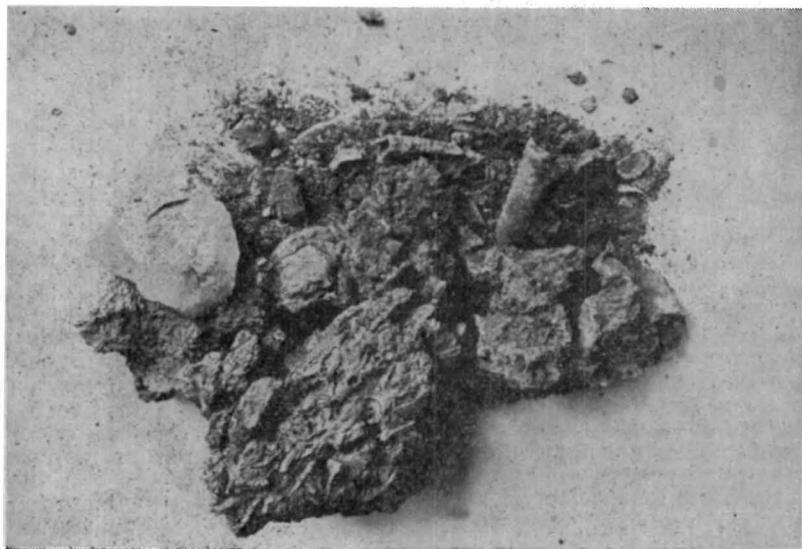
Visitamos no município de Cururupu três sambaquis nos lugares Areia Branca, ilha das Moças e Mocambo.

O sambaqui de Areia Branca fica nos subúrbios da cidade, na antiga Frescura. Enfrenta o apicum que ali se abria, outrora largo e hoje bastante estreito.

Na outra face, acompanha o mangal, que orla a margem direita do rio que banha a cidade. Nessa direção, porém, pouco se alonga.

Na orla do apicum, estende-se por uns cento e poucos metros, apresentando uma altura inferior a um metro. Examinando-se o local, nota-se que ele se formou em continuação às terras firmes que desciam lentamente até o antigo apicum.

Com a viva erosão verificada, a feição de cômodo desapareceu e as areias arrastadas pelas águas depositaram-se já em boa parte de suas abas. Por outro lado, pescadores, carreiros e barqueiros, interessados no porto, levantaram suas casas e ranchos, que com o correr dos tempos aumentaram consideravelmente, e nos dão ao gra-



Amostra do material encontrado no sambaqui da ilha das Moças.

cioso subúrbio de Areia Branca um aspecto agradável e festivo com os coqueirais sempre verdes e pejados de fartos cachos.

Se esse povoamento enfeitoou Areia Branca, também alterou profundamente a feição primitiva do sambaqui que se formou há muitos séculos.

Qualquer estudo que se tente fazer a respeito, convém declarar desde logo, deverá cercar-se de tôdas as reservas. Diversas autoridades municipais, desde os primeiros tempos em que se levantaram os aterros da ponte que liga aquêle subúrbio à cidade de Cururupu, utilizaram-se largamente daqueles depósitos de conchas sem a menor atenção ao que iam encontrando.

Conta-se mesmo que muitas ossadas humanas foram levadas aos aterros da ponte. As brancas caveiras não conseguiram despertar o menor interesse de algumas daquelas autoridades, nem ao menos para um sepultamento piedoso.

Quando lá estivemos, acompanhado pelo Prof. Edmundo Silva, fizemos uma visita ao local e colhemos informações dos moradores vizinhos que confirmaram as notícias veiculadas. Procedemos mesmo a uma escavação no local, embora ligeira, no desejo de colher material que nos servisse aos estudos que desejávamos realizar. Conseguimos regular material de conchas bivalvas e univalvas, vértebras de ca-

ção, ossos ventrais de variados peixes e ainda de animais terrestres. Não eram raras as amostras de cerâmica rudimentar, certamente panelas e outros vasos primitivos.

As conchas, em contacto directo e prolongado com a umidade do solo, nas partes mais baixas, estavam em franca decomposição. As amostras tinham o aspecto de massa grosseira de argila, areia e conchas decompostas, que se desfaziam à pressão dos dedos. Todo esse material estava misturado com terra preta vegetal. Nada mais nos foi possível fazer porque o local estava povoado e as reservas do casqueiro quase esgotadas.

Qualquer conclusão a tirar dessas pesquisas teria, sem dúvida alguma, a eiva de suspeição. As próprias ossadas humanas, das quais tivemos notícia, quem sabe se teriam outra origem que não a do homem do sambaqui.

Aquela gente, como o íncola primitivo, trouxe sua contribuição num largo material que, de mistura com os resíduos antigos, acarretaria grande confusão ao estudioso.

Entretanto, podemos fazer ainda alguns reparos ao sambaqui de Areia Branca. Pela topografia local, conclui-se que o rio Cururupu foi mais largo ali. Talvez que a maré mais viva tivesse rasgado aquelas terras ou se aproveitasse de alguma depressão para transformá-la num largo apicum que

se foi erguendo pela continuada sedimentação.

Ao fundo, nota-se um pequeno riacho que vem ter ao rio Cururupu, um pouco acima da ponte. Erguem-se mais além as barreiras em tudo iguais às da margem esquerda do rio principal.

Certamente, foi um braço de mar a atual calha do rio Cururupu, e em situação tal que as ondas jogavam àquela então praia o refugio de seus bancos de sernambis, ostras e mexilhões.

A fita de mangue que hoje aparece, os apicuns que emergem das margens do rio, resultam, ao que nos parece, do primeiro recuo das águas que ajudaram a gliptogênese local. Se o rio conservasse suas antigas margens de terras firmes, barreiras terciárias com argilas margosas e formações areníticas, que repontam em todo talvegue até a ponta de Camboa, apresentaria uma largura quatro a cinco vezes maior. Em muitos trechos, barreiras areníticas têm contacto com as águas da corrente; em outros, porém, recuam para favorecer a ostentação do mangue triunfante.

Se naquele tempo as terras eram mais baixas, verificou-se uma regressão. O antigo braço de mar sujeito à influência diária das marés, hoje apenas recebe a sua visita nas épocas anuais de equinócio, deixando, contudo, largo espaço em absoluta emersão.

Aquele antigo amontoado de conchas, quiçá, se vieram juntar os restos da cozinha dos primitivos habitantes pré-cabralinos.

Estaremos certos, levantando esta hipótese?

Ou deveremos pensar que aqueles ossos seriam os restos da cozinha dos pescadores, carroceiros e barqueiros que formaram o antigo povoado? E as ossadas humanas?

Não temos provas que nos satisficam. Talvez as duas se completem e, depois de melhores estudos, nos dêem a chave do enigma.

A região vizinha, isto é, as margens do rio, com irregular faixa da portentosa rizoforácea, representa estrutura bem definida. Além do arenito, predomina a argila de mistura com um carbonato, chegando a produzir efervescência em presença dos ácidos. Pareceu-nos marga. Muitos a aproveitam na cerâmica. Mas a louça não é de primeira qualidade. As oleiras empregam usualmente a casca queimada do taquipé, para corrigir a massa plástica com que confeccionam potes, igarabás e outros vasos caseiros.

O casqueiro da ilha das Moças fica à margem oriental da ilha, no apicum formado pelo furo que separa essa ilha da massa aluvial que formou o semi-delta de Guajerutiua, entre os estuários de Bacuri-Paná e do Cipotiua e as baías dos Lençóis, Capim e Guajerutiua.



Sambaquí de Areia Branca.

Nesse apicum fica hoje uma salina dos filhos do falecido Cartagena, antigo morador do lugar.

Informaram-me que o casqueiro era muito velho e já ali existia quando se levantaram as primeiras moradias.

Há outros casqueiros na própria ilha e que não tivemos tempo de observar.

O sambaqui apresenta uma extensão média de, talvez, cinquenta metros, com a largura de cinco a seis metros e altura nunca além de um metro e vinte centímetros.

Está coberto de vegetação luxuriante, destacando-se grandes árvores de tronco bastante grosso.

Entre o casqueiro e o terreno da ilha, em geral do mesmo tipo das rochas do litoral, existe uma pequena depressão, a mostrar o depósito formado mais abaixo, junto à margem do antigo pântano, hoje mais alto e não sofrendo a invasão das águas da maré, naquele trecho que se acha coberto de moitas de capim-açu e muitas gramíneas. O revestimento da ilha é comum ao da terra fronteiria, ostentando viçoso palmeiral de babaçu, numerosas touceiras de tucum e variadas madeiras de lei, como pau-d'alho, inhaúba, peroba e outras.

Certamente a ilha enfrentava os extensos bancos de lodo e areia fina, que se formavam entre ela e o pontal de Guajerutiua, abundantíssimos em crustáceos e lamelibrânquios.

Aquele local foram levados em épocas bastante recuadas pelo homem primitivo, para servir-lhe de alimento. Predominam as cascas de caranguejos, mexilhões (*Mytilus edulis*), ostras, ossos de outros animais e alguns pequenos pedaços de louça ordinária.

Notamos um conglomerado poroso fortemente cimentado, graças à decomposição do calcário das conchas servidas.

Ao embate da enxada, o casqueiro ressoava ôco, mostrando a sua formação descontinua.

Notei que as amostras de cerâmica eram mal cozidas, sem conseguir entretanto saber, por escassez de maiores exemplares, o fim a que poderiam ter servido. Certo pedaço de louça apresentava delgado debrum.

Tive a impressão de que estava diante de um verdadeiro *kjoekkenmoeddning*. Ricardo Kroner, que tem sido extrênuo defensor dos sambaquis arti-

ficiais, ficaria radiante com o *mounds* da ilha das Moças.

Era tal a mistura e tão íntima sua agregação que não temos receio de afirmar que aquêle amontoado de restos vários é artificial, resultante da cozinha de homens primitivos que ali estiveram por algum tempo.

O sambaqui do Mocambo é muito grande, sendo a maior mina de ser-nambi que conhecemos até agora.

Estende-se à margem dos apicuns que se abrem acompanhando o rio Mocambo e o Bitiua, e se intercomunicam com os formados à margem esquerda do Itereré.

A imensa massa aluvial que se erige e se continua formando avança cerca de seis a dez quilômetros contra a baía de Turiaçu, que é o estuário do próprio rio.

E quem observa a região, como o fiz, de avião, verifica surpreso que as coroas, que em continuação emergem, repontam visivelmente nessa baía, marginando-a, à direita, talvez em uma distância de mais de um terço da mesma, que avaliamos em quinze quilômetros, tomando em consideração a velocidade do aparelho e o tempo da travessia.

Conclui-se que, progressivamente, entulha-se.

O aluvionamento, sobre uma camada extensa de bancos arenosos, mostra-se intenso nas paradas breves das marés e nos remansos provocados pela topografia irregular do seu leito, fenômeno que se verifica em todo aquêle litoral.

A sombra percebida nas águas pela fita do relêvo marinho marca uma zona que vem da ponta do Mangue Sêco e se alonga, oceano afora, além do arquipélago de São João.

Mangue Sêco fica ao fundo da baía onde vem incidir o rio Turiaçu, no bloco em que se formam as ilhas do Inglês e Japariguara.

Na ilha do Inglês, mais ao sul, o rio sofre um forte desvio para oeste, ao que parece desprezando um possível antigo leito que passaria no canal entre a ilha do Inglês e o continente, cujas condições atuais se mostram mesquinhas diante do que teria sido. Onde passavam as águas do caudaloso Turiaçu, levanta-se fechado mangal, com alguns quilômetros de extensão, ourelando, à direita, as terras cururupenses.

A foz do Toma-Caatinga, que mais ao norte despeja suas águas na baía,

entre as pontas Sêca e Mangue Sêco, foi primitivamente, ao que parece, a passagem do rio Turiaçu.

Que fenômenos ocorreram para impedir o curso do rio no seu sentido natural, desviando-o para oeste de modo tão acentuado?

Teria sido a formação dos parcéis levantados pelas areias arrastadas pelo próprio rio e por outras trazidas da plataforma continental vizinha?

Um soalho rochoso bastante resistente teria impedido o desgaste do leito do rio de modo a forçá-lo a um desvio para um lugar onde as rochas fôsem mais friáveis?

Ter-se-ia verificado um parcial levantamento que, auxiliado pelo leito rochoso, impusesse tal desvio?

As águas do Turiaçu são volumosas. Sua calha recebe as águas de extensa bacia, submetida a um regime super-úmido, de caráter amazônico.

Merece êste assunto estudo local mais demorado. Sem o exame do leito do rio, qualquer afirmativa seria graciosa.

O que não oferece dúvidas, por positivamente objetivo, é o atual estado da costa em franco crescimento.

O sambaqui de Mocambo, cêrca de dez quilômetros afastado dessa linha de costa nova, arrima-se contra o antigo litoral continental, contemporâneo das formações das barreiras tão comuns no Maranhão. Com mais de dois quilômetros de extensão, mede cêrca de cinco metros de altura, com uma largura muito irregular, bastante apreciável, entretanto.

Visitamo-lo em diversos pontos, alguns dêles em franca exploração.

A abertura das valas, para a retirada do cascalho que serve ao fabrico de cal, muitas vêzes é feita dentro de cocais fechados, distantes de dez a vinte metros da orla do apicum, que se desenvolve à retaguarda de longos mangais, ainda invadidos pelas águas das marés de sizigia.

Vê-se claramente que estamos diante de um fenômeno que exige tôda atenção do pesquisador.

O sambaqui formou-se em eras remotas, pois apresenta-se em muitos lugares coberto de palmeirais e outras árvores de alto porte.

Arrimado contra as barreiras continentais, não lhe sobreleva em altura, salvo em pequenas depressões, constituindo seu prolongamento natural.

O terreno desce suavemente. Pouco se percebe a passagem das barreiras para a zona do casqueiro, no caminho que tomamos.

Se antigamente o mar não empurrasse seus detritos conchíferos em ondas sucessivas e violentas, para jogá-los a tão grande altura, nessa extensa faixa, como se explicaria semelhante formação?

Sentimo-nos embaraçado diante das idéias de Kroner e O. H. Leonardos, que justificam a formação de sambaquis artificiais nas costas brasileiras, excluindo a hipótese de amontoados naturais.

Que massas humanas poderiam acumular tamanho material exclusivos restos de cozinha?

Como dissemos atrás, o casqueiro de Mocambo estende-se por alguns quilômetros, irregularmente desenvolvido. Arrimando-se contra as barreiras locais, chega a cinco e mais metros de altura, em muitos lugares.

E' tamanho o depósito formado que uma exploração continua de alguns séculos não conseguiu ainda mudar-lhe a fisionomia. Quem o examina superficialmente julga-o logo intacto.

Inquirindo os trabalhadores das diferentes secções, fomos informado de que já encontraram ossadas humanas, principalmente no trecho que vai representado no clichê da página 199.

O Sr. Elias Abraão declarou-nos que encontrara uma queixada humana, muitas vértebras de cação e ossos de peixes que foram transformados em cal.

O Sr. Firmino, negociante no Ite-reré, presenteou-nos com uma raspadeira de pedra, certamente trabalho do índio e que, segundo nos disse, foi encontrada no sernambizal do Mocambo.

Em pesquisas mais demoradas, outros documentos de valor arqueológico não-de aparecer, sem dúvida alguma.

Quaisquer, porém, que sejam, não terão fôrças para mudar-lhes a classificação.

O sambaqui foi visitado pelo aborígene primitivo que se instalara por algum tempo aqui e ali, deixando vestígios sensíveis de sua permanência.

Os grandes viveiros de conchíferos marinhos multiplicaram-se naquelas águas rasas da baía turiense.

Nada mais lógico do que o índio aproveitar-se dêles. O local abrigado

favorecia-lhe os intentos. Aceitamos sua colaboração, mas recusamos acreditar que o concheiro de Mocambo fôsse sua obra exclusiva.

Há, sem dúvida alguma, a colaboração marinha que sobreleva de maneira muito forte a cooperação do homem primitivo. Há secções em que se encontram as conchas quase sem outro material, além de um terrço negro e fôfo.

O pouco material que colhemos desse sambaqui foi remetido ao Museu Nacional. Nêle predominam os sernambis.

Aguardemos seu pronunciamento para dizer algo sôbre sua idade.

Somos de parecer que o casqueiro de Mocambo como o da ilha das Moças exigem mais demorado estudo, que poderá ser feito com melhores recursos.

Comparando os três depósitos conchíferos, Areia Branca, ilha das Moças e Mocambo, logo percebemos que cada um tem sua história bem interessante, a seu modo.

O primeiro, pouco acentuado, tem suas origens num braço de mar que se infiltrou entre as barreiras terciárias e agora tem o nome de rio Cururupu.

O segundo nada mais é do que um *mounds*, resto da cozinha primitiva de nossos aborígenas.

A família Cartagena informou-nos que seu falecido chefe julgava fôsem restos da cozinha dos pretos fugidos da fazenda Santa Rosa.

Não estamos propensos a aceitar tal sugestão, salvo se, em pesquisas posteriores, encontrarmos provas irrefutáveis.

O de Mocambo, misto como o primeiro, é o maior de todos. Para ser formado, teria necessidade de enfrentar ondas fortes que, quebrando contra o litoral, lhe trouxessem copioso e vário acervo de despojos.

As próprias ossadas humanas talvez resultassem de naufrágios distantes.

A propósito de ossadas humanas, ouvimos, anos atrás, uma história que não tivemos o ensejo de comprovar. Fomos informado de que em certo trecho do sambaqui de Mocambo, encontraram um urna funerária com esqueleto humano e outras indicando no fundo uma certa substância enegrecida.

Quando ali estive no início do ano corrente, ninguém me pôde confirmar a veracidade desse achado, nem tampouco o local certo da exploração em referência. Prefiro deixá-la no domínio da lenda, mesmo porque não inútil-

liza e antes robustece nosso ponto de vista.

O que ressalta, entretanto, e não deixa dúvida a ninguém, é que em todo o litoral do noroeste se vem processando o crescimento das costas por ativo trabalho marinho bem interessante.

A ilha Trauíra, de origem continental, rica de bauxita fosforosa, situada na embocadura oriental do rio Maracaçumé, já se encontra ligada ao continente por uma faixa de mangais. Deixou de ser uma simples ilha para passar à categoria de península, até que um desvio de corrente, em marés altas, possa ligar os pequenos igarapés que se abrem nessa estreita língua de lódo e mangue em fase de solidificação.

Observando-se a região, vê-se que não é muito fácil isso acontecer, pois os rios apresentam um acentuado paralelismo, cuja causa atribuímos às águas dos campos baixos que mais ao sul concorrem para alimentá-los.

Poderemos afirmar que a responsável por tudo isso será a formação de cordões e flechas litorâneas que provocam ativa sedimentação na parte mais abrigada?

Estaremos em face de uma manifestação regressão epirogênica?

Em contraposição, existirá uma tendência à transgressão atual de que há referência no golfão maranhense com a invasão dos campos de Cajapió pela água do mar, formando salinas naturais, ou com a influência das marés que se acentuam cada vez mais no curso inferior do rio Mearim?

No Oiteiro (Cururupu), na fazenda "Fernanda" de meu mano Raimundo José Fernandes, examinando-se suas bem cuidadas salinas e as várzeas que se estendem entre o apicum e a ponta da Coroa Alta, verifica-se uma pequena camada de húmus e areia superficialmente; em seguida, grande lençol arenoso que repousa sôbre lama compacta, negra, onde se encontram raízes de mangueiros.

A NW da ponta, um soalho rochoso emerge, formando uma pequena ilha de pedra, aproveitada em parte para a parede de uma camboa. A pedra é arenítica, comum em todo o leito da baía Cabelo de Velha, que abre suas águas entre a referida ponta, a enseada do Sernambi e a ilha de Bissaua.

Quem sobe o rio Turiaçu, a quarenta quilômetros da foz, encontra à sua margem direita o igarapé Serrano, que funciona como desagudouro dos



Sambaqui do Mocambo.

campos do Serrano, extensa região apaulada que penetra nas terras cururupeenses numa profundidade de, aproximadamente, quinze quilômetros.

Em uma de suas pontas de terra conhecida por Bacabal, há um sambaqui e diversos “tinidores”, como vulgarmente são denominados certos trechos que apresentam som especial, metálico, quando são percutidos com um corpo resistente ou mesmo com os pés.

O Sr. Liberalino Miranda, um estudioso da região, acha que sejam urnas funerárias que ali se encontram.

Notando-se camadas de sedimentos recentes sôbre os antigos casqueiros, parece-nos, sem afastar a hipótese da existência de algumas urnas funerárias, bem possíveis em tais ostreiros, que os “tinidores” resultam do efeito de cascalhos soterrados, apresentando certa solução de continuidade entre as massas de detritos sob uma capa de argila compacta.

Em Itabapoana, rio lindeiro entre Espírito Santo e Rio de Janeiro, o Dr. Alberto Ribeiro Lamego observou alguns sambaquis, na aba dos tabuleiros que ali subitamente limitam o leito maior do referido rio, a distâncias maiores de 15 quilômetros em linha reta do oceano. O Sr. Francisco Morais Vieira também encontrou um na fazenda Concheiras, à margem esquerda do Itabapoana já referido, em plena

floresta com 30 metros de altura e distante da foz do rio cerca de 30 quilômetros. Estes fatos verificados tanto no norte como no sul comprovam o recuo do oceano em tempos históricos.

Morais Rêgo afirma que o fenômeno atual de transgressão marinha parece ter sido precedido por uma regressão mais acentuada que no pórtio de São Luís, deixou descobertos alguns recifes de coral que viveram nos fins do pleistocênio. As nossas cartas marítimas registam recifes coralinos fronteiras a São Marcos e outros emergem a 7 quilômetros do morro do Araçaji, na ilha do Maranhão.

Para melhor meditação dos que nos lerem, transcrevemos o que a respeito do assunto, em relação à costa do sul do Brasil, escreveram Avelino Inácio de Oliveira e Óton Henry Leonardos, em sua *Geologia do Brasil*, à pág. 455.

“Os que acreditarem num sensível levantamento atual da costa, parecem incidir nos seguintes enganos: 1 — crença de que os ouriços do mar não possam viver nos rochedos até alguns metros acima d’água; 2 — falta de observação de que as ondas jogam as conchas nas praias muito acima das preamares; 3 — desatenção à sedimentação estuarina e à formação das barras; 4 — idéia falsa de que os sambaquis são depósitos naturais”.

Backheuser salienta, apesar disso, a importância destes depósitos no que respeita à verificação do levantamento da crosta terrestre. Muitos sambaquis de São Paulo e de Santa Catarina favorecem essa hipótese. Alguns dos nossos casqueiros, como acabamos de mostrar, certamente que se alinham na mesma esteira.

Como se vê, as opiniões se contradizem. Backheuser chega a afirmar: "Um sambaqui é bem um enigma atirado a todo homem de mediana cultura científica e que lhe dará que pensar algumas horas".

Quem examina a região a quinhentos metros de altura, num avião, como o fizemos, tem a maravilhosa impressão de que a terra virgem se levanta das águas e ainda úmida, sacudindo do dorso luzidio os aljôfares cintilantes, desvencilha-se do franjado manto de espumas que rasga com irrequieto despudor, para sorrir ao homem a que pretende entregar-se, como a prometter-lhe mil caricias mal sonhadas...

E o homem, verme mesquinho, com o baço endurecido pelo hematozoário letal, o estômago dilatado pela ingestão diária de farinha d'água, que lhe dá a sensação da saciedade, deixando-o subalimentado, e a mente ensombrada pela *Canabis sativa* não tem olhos para seus encantos moços e virgens.

Contempla tudo aquilo indiferente e triste. Não pode compreender o resumo dessa vida nova e prometedora, que recebe o beijo fecundante do sol e escapa do seio das águas como uma divindade que vem salvar o homem do futuro.

Aquela imatura aparência, em cintilações de aço polido, e aquêle hábito forte, resultante de combinações e decomposições estranhas, que lhe satura o ambiente, encham-no de terror.

E quando desce a noite e lhe chega aos ouvidos a sinfonia das muriçocas implacáveis e experimenta na epiderme as ferroadas cáusticas de mil insetos vários, o miserável, só, vencido, sem as forças interiores aviventadas pela linfa do alfabeto, depreca impaciente:

Terra maldita!... Odeio o teu abraço de morte e os anseios de tua seiva moça!...

Terra maldita!... Eu fujo de ti...

José Silvestre Fernandes

★

Posição metodológica da geografia inglesa *

A geografia brasileira tem estado intimamente associada à geografia francesa, à alemã e, mais recentemente, à americana, desde que se apresentou como ramo independente do conhecimento humano. Em certos casos mesmo, a geografia americana tem raízes mais antigas.

No que se relaciona com a pesquisa geomorfológica em nosso país, por exemplo, as primeiras interpretações estão ligadas também aos trabalhos de geólogos americanos nas expedições que fizeram em nosso território.

Muito embora sejam conhecidos trabalhos de notáveis geógrafos ingleses, nossos contactos com eles não têm ido além do bibliográfico. Mesmo esse tipo de contacto não se tem aprofundado mais do que à boa utilização de análises específicas de assuntos de Geografia Geral e Geografia Regional.

A geografia francesa, a alemã ou, mesmo, a americana, por outro lado, têm sido penetradas mais profundamente na sua parte doutrinária ou filosófica.

Esta é uma das razões pelas quais julgamos de interesse a divulgação do prefácio desta excelente obra, adotada no ensino oficial da Inglaterra e frequentemente citada em bibliografia estrangeira.

Além do conteúdo geral do texto, o livro oferece na sua apresentação a posição metodológica de seus autores, nomes de reputação científica, cuja divulgação constitui nosso principal interesse aqui.

Acreditamos, assim, poder facilitar o acesso a essas manifestações de opinião, o que constitui frequentemente um problema, principalmente porque a obra não é encontrada com facilidade no Brasil.

Outra utilidade da publicação deste prefácio será a contribuição do ponto de vista britânico a alguns problemas metodológicos que ainda são discutidos com frequência por geógrafos e homens de outras especialidades quanto ao objeto e campo da Geografia.

Esse é o nosso objetivo.

* Tradução e comentário do Prof. Miguel Alves de Lima, chefe da Seção de Estudos Geográficos da Divisão de Geografia do C.N.G., do prefácio da obra *The Physical Basis of Geography*, de S. W. Wooldridge e P. S. Morgan. Longmans Green and Co. Ed. L. Dudley Stamp, 1937. University Geographical Series.

PREFÁCIO: “Esta obra oferece uma breve análise de alguns dos principais fatos da Geomorfologia. Nossa intenção é que ela constitua uma iniciação e o guia numa literatura dispersa e pouco acessível que interessa aos estudantes quer de Geografia quer de Geologia. Baseamo-la em nossa experiência e prática como professores de Geografia, atrevendo-nos, na verdade, a divulgar a um público mais amplo as linhas gerais do nosso ensino no “King’s College” de Londres e na Politécnica de “Regent Street”.

Estamos perfeitamente cômicos de muitas generalizações do texto, mas, esperamos, não obstante, que o livro seja útil aos estudantes que se prepararam ao “Honour Degree in Geography”.

Como compêndio da Universidade de Londres, êste livro compreende uma grande parte da base geológica de um curso sobre “Fundamentos Físicos da Geografia” bem como sobre Geomorfologia, assunto especial facultativo.

Para a utilização desta obra não são necessários ao estudante senão conhecimentos muito gerais e elementares de Geologia ao mesmo tempo que algum conhecimento de princípios gerais de Geografia Física; nada além das noções, tal como são apresentadas em muitas das excelentes obras inglesas e americanas.

Se bem que os capítulos sejam numerados fluentemente, a obra está na realidade dividida em duas partes. Numa se estudam certos fenômenos da Geofísica e da Geologia Estrutural — capítulos de I a X —; noutra, as formas devidas à erosão — capítulos de XI a XXIII. Ao examinar os complexos assuntos geofísicos nos primeiros capítulos, procuramos ensaiar um caminho através de uma verdadeira floresta de hipóteses antagonicas, adotando um ponto de vista favorável à “Translação Continental”, aos ciclos termiais do interior da crosta terrestre e algumas teorias modernas sobre a formação do relêvo.

Até certo ponto, podemos ter deixado transparecer nossas tendências, ainda que com isso possa transparecer que os professores devam propagar as teorias que acreditam sejam verdadeiras, sem suprimir opiniões contrárias. O outro método, que consiste em compilar um complexo eclético de teorias incompatíveis entre si, conduz as idéias dos estudantes ao caos.

A importância que professores e examinadores dão a alguns dos assun-

tos em questão talvez seja um pouco prematura e lastimável; a pesquisa nesses assuntos é ainda muito ativa e há poucos sinais, no momento, de que apareçam princípios universalmente aceitos. A matéria, por outro lado, poderia ser reunida àquela classe de conhecimentos que seriam considerados por uma geração mais antiga como de exclusivo manejo dos “donos do assunto” — Esta atitude, contudo, poderá ser considerada demasiadamente pessimista. Em qualquer caso, a prática mostra que algumas noções desses assuntos devem ser ministradas.

Cada indivíduo deve ter portanto uma firme diretriz de interpretação nessa confusão. Para o principiante nesses assuntos, um esquema é melhor que dois, desde que êle esteja informado de que se trata de hipóteses de trabalho e não de teorias provadas.

Na parte da geomorfologia da erosão, que é o assunto da maior parte dêste livro, estamos em terreno menos controverso, conquanto, mesmo aqui, grandes diferenças de opinião — ou pelo menos de ênfase — sejam evidentes. Nosso tema e método central é o inestimável conceito de “ciclo de erosão” tal como foi enunciado por W. Morris Davis e usado mais caracteristicamente pela escola americana de Geomorfologia. A nosso ver, êsse poderoso e plástico método de análise nunca teve seu valor devidamente reconhecido na Grã-Bretanha. Uma geração passada estigmatizou sua terminologia como “inovação”; foi nada mais nada menos que “novidade”, e muito mais simples que a terminologia da química orgânica, por exemplo.

A geologia ortodoxa, na Grã-Bretanha, continua a tratar a “Fisiografia” ou “Geografia Física” como uma “arte” inferior, ou, simplesmente, antiquada, que deva ser relegada a simples noções, enquanto o conjunto de fatos da Estratigrafia, Paleontologia e Petrologia é cuidadosamente estudado e organizado.

Muitos geógrafos, contudo, acreditam que a Geomorfologia pura deva ser atribuída ao domínio dos geólogos, enquanto um esforço é concentrado sobre o complexo estudo da Geografia Humana. Neste particular, acreditamos que êles laboram em êrro radical.

A Geomorfologia, juntamente com a Climatologia, em seu sentido mais amplo, e nas imediatas aplicações de ambas, constituem a nosso ver mais que um simples terreno da Geografia.

Esses assuntos parecem constituir, pelo menos, metade do legítimo campo da disciplina. As vezes sustenta-se que a Geografia está mais interessada em conseqüências do que em causas, mais na atualidade quase estatística que no passado em evolução. Este conceito, porém, tanto do ponto de vista da Geografia Física quanto da Geografia Humana, se estende a ponto de comprometer o objetivo de fazer da Geografia uma disciplina séria, de nível universitário.

A Geografia não pode dispensar a Geomorfologia pura para um conhecimento cabal dos caracteres e evolução da paisagem física; esta última, por sua vez, é fundamentalmente indispensável aos estudos das paisagens culturais e das regiões.

A Geomorfologia pode ser considerada uma disciplina de posição intermediária entre a Geografia e a Geologia mas, mesmo que os geólogos continuem a ignorá-la, ou subestimá-la, os geógrafos serão forçados a cultivá-la em vista da vigorosa contribuição que ela traz ao conhecimento do terreno, onde suas investigações devem sempre se apoiar. Defendendo deste modo o *status* e a contribuição da Geomorfologia ao campo da Geografia, devemos acrescentar que não concordamos com a generalizada, mas, de certo modo inconsistente finalidade a ela atribuída, implícita em muitos compêndios. Nesses, Geomorfologia é quase sempre sinônimo da Geologia aplicada às necessidades geográficas e inclui os estudos de assuntos como solos, abastecimento d'água, e outros ramos da Geologia Econômica. Que isso seja de vital importância para o geógrafo, ninguém nega; junto com algumas aplicações da Geomorfologia pura, constituem esses assuntos parte essencial do campo de interesse* do geógrafo e planejamos analisá-los em futura obra. Esses assuntos, no entanto, pouco se ligam à Geomorfologia pura e estariam deslocados neste texto.

Desacreditamos o método de pequenas incursões no treinamento geográfico. A tendência normal é apressar o estudante dos conhecimentos básicos para as aplicações antes mesmo que ele tenha compreendido perfeitamente o fundamental. Colegas têm-no freqüentemente deplorado, clamando, ao que ouvimos, por "fundamentos para

salvação dos princípios"*** nos trabalhos geográficos. É, sem dúvida, verdade que geólogos e especialistas em Geografia Física têm por vezes ido muito longe no entusiasmo pelo seu assunto, na antecipação das noções a serem apresentadas aos seus alunos de Geografia; no entanto, nossa experiência nos convence de que é preferível ir longe demais a não ir bastante longe. Uma apresentação da matéria simplificada em demasia pode trazer consigo ausência de disciplina no treinamento e de fundamentos sólidos para o trabalho futuro. Para o geógrafo, um completo estudo da evolução da paisagem é uma educação indispensável.***

Devemos lembrar que considerações de espaço nos impediram de apresentar numerosos exemplos concretos de formas do terreno, etc. O texto, aliás, pretende preferencialmente a análise de princípios, ilustrada por uns poucos exemplos, uma parte dos quais foi escolhida no sul da Inglaterra; ali, muito de estudo geográfico foi feito, como pode ser percebido. Deste modo, dificilmente seria justo ou razoável aplicar ao geógrafo de qualquer nação o ditado: "Os olhos do tolo estão sempre nos confins da terra"; é verdade, contudo, que para o neófito um exemplo acessível, que possa ser examinado no campo vale muito mais que um exemplo clássico, mas, distante. A Geomorfologia deve começar "de casa" se o estudante deve cultivar "os olhos para a paisagem"; só isso o pode fazer senhor do seu equilíbrio e liberdade, livrando-o das limitações que lhe impõe o conhecimento bibliográfico.

A bibliografia, resumida e comentada, não é absolutamente completa. Sugere apenas uma fase de leitura ao estudante que levar o curso de Geomorfologia além dos estágios preliminares. Com raras exceções, a relação compreende apenas fontes britânicas e

** A expressão usada significa, sem dúvida, que se teme, às vezes, que o treinamento na pesquisa levado muito adiante antes de uma sólida base de cultura possa, por má compreensão dos princípios estabelecidos, sacrificá-los. Procura-se, assim, limitar as possibilidades de que se venha a comprometer o conceito que a geografia tem adquirido. (Nota do tradutor).

*** Aquêles que conhecem o sistema de treinamento usado pelo Prof. Francis Ruellan, na Fac. Nac. de Filosofia e no Conselho Nacional de Geografia, ficarão certamente surpreendidos em encontrar, tantas afinidades metodológicas quanto ao que assinalamos entre ele e os melhores geógrafos ingleses. O que aqui se preconiza, poderia, sem dúvida, ser assinado pelo grande mestre francês. (Nota do tradutor).

* O grifo é do tradutor.

americanas pois, o volume de leituras que podem ser feitas pelos estudantes em língua estrangeira é geralmente es- tritamente limitado. Com auxilio das obras recomendadas, qualquer ramo do assunto pode ser aperfeiçoado e uma bibliografia mais completa compilada.”

S. W. Wooldridge e P. S. Morgan

★

Arrendamento rural no Brasil

O crescente interesse que suscita o problema da terra no Brasil está a reclamar o conhecimento objetivo e preciso de tôdas as relações de produção no campo. Impõe-se a verificação e conseqüente estudo das condições em que se processa a atividade humana no ambiente rural, de sorte a determinar a maneira como funcionam as diferentes peças do vasto mecanismo. Não vai nisso, evidentemente, mera preocupação sociológica. E' matéria de interesse atual e de transcendente importância para os rumos que de futuro venham a ser imprimidos à organização rural do país.

Não se trata, apenas, de conhecer ou identificar as várias formas, modalidades ou combinações que aquelas relações apresentam, porém — o que é do maior alcance — medir-lhes a extensão e o respectivo grau de intensidade, em ordem a tornar possível a exata avaliação do papel que êste ou aquê elemento, êste ou aquê sistema de exploração da terra desempenha no processo da produção.

A tarefa, convenhamos, não é fácil, à vista principalmente do critério adotado nas operações censitárias com relação a certas características do *underground* rural brasileiro, mais precisamente, à posição de algumas camadas do campo em face desta condição de trabalho: a terra.

O exame que nos propomos, aqui, de alguns aspectos relacionados com o arrendamento rural no Brasil exige algumas considerações preliminares destinadas à justa conceituação do problema.

Em tôda parte, a introdução de capital na agricultura, como força independente, não se verifica de maneira rápida, mas aos poucos, em certos ramos especiais da produção. Na Ingla-

terra, país onde o arrendamento viria a constituir a característica predominante da exploração rural, êle se introduz, a principio, na criação de gado, especialmente ovelhas, cujo principal produto, a lã, oferecia, em dado momento, um excedente de preço de mercado sôbre o de produção. Onde quer que, reagindo contra os velhos empecilhos feudais, as atividades agrícolas, pela fertilidade específica da terra ou por sua situação excepcionalmente boa, podem pagar a renda diferencial, o arrendamento se generaliza e torna-se em alguns casos força ponderável.

Há relação bastante estreita entre arrendamento e desenvolvimento capitalista. Expressivos, a respeito são os números que seguem, tomados de trabalho de autoria do Sr. Ciro T. de Pádua, o qual, publicado originariamente no *Jornal de São Paulo*, foi reproduzido no *Boletim Geográfico*, ano III, n.º 32, novembro de 1945.

PAÍSES	Anos	% de proprietários	% de arrendatários
Canadá.....	1931	98,82	10,18
Alemanha.....	1933	88,75	11,25
Estados Unidos...	1931	57,63	42,37
Argentina.....	1937	37,97	62,13
Inglaterra e Gales	1921	16,78	83,22

Conquanto se possa inquirar a tabela acima de um vício original, ou seja, o de confrontar a posição de vários países, no que respeita a arrendamento, em condições de tempo diferentes, os dados aqui reproduzidos proporcionam, sem dúvida, a conclusão, formulada pelo autor citado, de que “o arrendamento, pelo menos nos países de capitalismo avançado, como os Estados Unidos e a Inglaterra, se não dominava de todo, exercia uma ação eficaz no sentido de concorrer para a exploração das terras”.

Com relação à Argentina, a alta proporção de arrendatários ali encontrada — 62,13% — é antes devida a condições peculiares à sua economia rural do que prôpriamente ao desenvolvimento de formas capitalistas de produção. Depondo sôbre a cultura do fumo na provincia de Corrientes, os agrônomos Rafael C. Ferrari e Virgílio S. Solari, encarregados pela “Dirección de Tabaco” de estudarem localmente os problemas daquela atividade agri-

* Trabalho, originariamente, divulgado em *O Observador* — Ano XV — N.º 172 referente ao mês de maio corrente.

cola, escrevem, de referência ao arrendamento, que "este regimen, como todos los que se afastan de la propiedad de la tierra, padece de graves inconvenientes que atentan en contra la cualidad de la producción y las condiciones de vida del labrador, y que derivan de la inestabilidad del mismo. Con efecto, ya no es dado encontrar, en las fincas cultivadas en arrendamiento, ni plantaciones permanentes, ni adecuadas instalaciones para usos agrícolas, viviendas, etc., como ocorre en el caso de los agricultores propietarios". ("Evolución y Posibilidades de la Producción Tabaquera en la Provincia de Corrientes", *Boletim del Tabaco*, ano, XI, n.º 1, enero-marzo 1947, Secretaria de Industria y Comercio, Buenos Aires).

Mas, de modo geral, o arrendamento, em sua moderna feição de produção capitalista, traz melhoras à agricultura, e reduz o custo da produção, pelo emprêgo de técnica de exploração mais avançada, provocando, em determinadas circunstâncias, uma reação niveladora que conduz à redução dos preços.

O ARRENDAMENTO NO BRASIL

A variedade de aspectos que o arrendamento rural apresenta no Brasil, onde o desenvolvimento da agricultura, em sua acepção mais extensiva, não se realiza de maneira uniforme; as peculiaridades regionais ou mesmo locais que imprimem fisionomia própria a êste sistema de exploração da terra, em cada unidade federada, contraindicam as generalizações em tórno do assunto. Daí a preocupação que norteou o presente trabalho de evitar conclusões sempre que a ausência de dados particulares não o permita.

Como em outros países de escasso desenvolvimento econômico, nos quais predominou desde o início aquilo que com certo formalismo se denomina "plantations system", o arrendamento não desempenhou papel de relêvo em nosso processo histórico de produção, permanecendo confinado, em sua forma primitiva de renda de trabalho ou de produto, a alguns ramos menos decisivos da agricultura, como a lavoura do fumo na Bahia e a cultura algodoeira no Nordeste. A escravidão, associada ao sistema da monocultura latifundiária, era o grande obstáculo que se deparava à prática do arrendamento, em sua moderna forma de inversão de capitais.

Entre nós, o arrendamento sob a forma de aluguel da terra a dinheiro só adquire expressão de alguns anos a esta parte, vinculado principalmente a duas culturas de ciclo vegetativo semestral: a do algodão e a do arroz. Isto não significa que o pagamento em produto deixe de ser menos comum, como acontece na própria lavoura algodoeira paulista. As vêzes, ainda, as duas formas de pagamento se combinam, resultando um tipo *sui-generis* de contrato de locação.

Os resultados do censo agrícola de 1940 constituem, ainda hoje, decorridos dez anos, a mais importante contribuição para o estudo da estrutura rural do Brasil.

E' compreensível que em operação já em si tão complexa como a do censo agrícola não seja possível inquirir todos os aspectos da questão, cabendo, nesse caso, aos inquiridos regionais a tarefa de complementar os resultados naquilo que envolver real interesse.

No entanto, a adoção de certos critérios, consoante notamos de início, comprometeu a revelação de importantes facêtas dessa estrutura. Para exemplificar, tenha-se em vista o que se verificou com a indagação relativa à qualidade do responsável pela exploração. De par com resultados da maior importância sôbre o assunto, o censo apresentou o inconveniente de incluir, na rubrica "arrendatário", "aquêles que exploram o imóvel mediante locação ou parceria". (*Sinopse do Censo Agrícola* (Dados Gerais), I.B.G.E., Rio, 1948).

Autores existem que assimilam a parceria ao arrendamento, como uma das formas pelas quais se manifesta o "arrendamento de coisas" (*locatio conductio rerum* do velho direito romano). Inclui-se nessa corrente o uruguaio Joaquim Secco Illa, que, na sua coletânea de conferências intitulada *Del Arrendamiento* (p. 18, Montevidéu, 1926), escreve: "La parceria es una forma de arrendamiento de cosas que se aplica exclusivamente a las fincas rústicas destinadas a exploraciones agrícolas. Como el prezo del arrendamiento puede pagarse en dinero o en frutos naturales de la cosa, y como ese pagamiento — frutos naturales — puede ser establecido en una cantidad fija de frutos o en una cota parte de los frutos, el propietario recibe más, recibe menos y también no recibe nada. En ese caso de parceria, el arrendamiento es aleatorio".

Já o velho tratadista francês E. Jouzier, autor da conhecida obra didá-

tica *Économie Rurale* (3.^a edição, Paris, 1928) ao considerar as várias formas da *tenure*, faz distinção entre parceria e arrendamento, tratando-as como formas diferenciadas. Em verdade, Jouzier não se refere expressamente à parceria, como forma genérica, mas apenas à meação (*métayage*), que é uma de suas modalidades. "Dans ce mode de tenure, le propriétaire, tout en conservant une certaine action directrice, abandone sa terre à un tiers, le *métayer* ou *colon*, que se charge de la cultiver sous la condition d'en partager les fruits. Comme le partage a lieu par moitié le plus souvent, la combinaison est généralement désigné sous le nom de *métayage*". (p. 400).

Essa noção de equivalência (*métayer* e *colon*) é de grande importância para a compreensão da diferença que estabelece entre *métayage* e *fermage* (arrendamento). Ouçamo-la: "Dans le mode de faire valoir connu sous le nom de *fermage*, le propriétaire abandone pour un temps déterminé la *jouissance* de sa terre à un tiers, qui lui paie en échange une redevance fixe. Le locataire ou fermier reste généralement maître d'ordonner et de varier la culture à gré, sauf certaines réserves imposées en vue de prévenir la détérioration ou même une trop grande modification du domaine.

"La redevance porte elle même le nom de *fermage* et consiste le plus souvent dans une somme d'argent. Toutefois, elle peut consister en une certaine quantité de produits en nature, *sans qu'il y ait pour cela colonage* (o grifo é nosso). Il y a *fermage* toutes les fois que la redevance est fixée à une *certaine somme* déterminée d'argent ou de produits, et il y a *colonage* seulement quand elle consiste à une *fraction* déterminée de la récolte". (p. 407).

Mas, ainda que fôsse lícito, sob o aspecto jurídico, assimilar a parceria ao arrendamento, temos de convir que, do ponto de vista técnico, tal identificação constituiu, no censo agrícola de 1940, erro lamentável, por isso que a inclusão dos parceiros na rubrica "arrendatário" tornou impossível a determinação quantitativa dos contingentes humanos dedicados à exploração da terra a meia, terça, etc., modalidades mais comuns da parceria agrícola do Brasil.

Outra consequência, ligada a este fato, é a dificuldade que daí decorre para os estudos, ainda por se fazer, a respeito da renda da terra no Brasil.

O próximo censo agrícola, a realizar-se em 1.^o de julho do ano em curso,

marcará, ao que se sabe, um passo adiante no sentido do esclarecimento desta palpitante questão. Nêle serão recenseadas as terras de propriedades exploradas sob a forma de arrendamento (pagamento em dinheiro ou em produto); as terras exploradas em regime de parceria (meia, terça, etc.); as terras alugadas a terceiros; as terras cedidas gratuitamente a terceiros; e as terras ocupadas.

Nada obstante, há que notar uma condição de natureza restritiva no tocante às terras exploradas em regime de parceria, o que dificultará sobremaneira o conhecimento do fenômeno, na universalidade de sua prática. As instruções baixadas, no particular, estabelecem que quando a totalidade ou parte das terras é explorada sob este regime e os parceiros "permanecem subordinados, quanto à administração da área", ao responsável pela exploração da propriedade, os dados referentes às áreas cultivadas e aos produtos colhidos em parceria de cada uma das parcelas, "devem ser incluídos no questionário geral do estabelecimento".

Via de regra, o contrato de parceria agrícola vigente na hinterlândia brasileira deixa de revestir qualquer formalidade jurídica. A tradição de dependência em relação ao proprietário, a série de servidões, que, nas áreas menos desenvolvidas do país, ainda juntem o parceiro ao domínio rural, agem decisivamente no sentido da descaracterização de fato desse elemento como administrador da terra que cultiva. A recomendação em apêço poderá, dessarte, quando executada por agentes recenseadores menos esclarecidos, ensejar sérios equívocos, em prejuízo da apuração da realidade.

Idêntica restrição está implícita nas normas que regulam a coleta de dados concernentes às terras em arrendamento. Adotou-se o critério de só se considerar "arrendatário" aquê que, realizando pagamento anual em dinheiro ou em produtos, administra diretamente a "área definida" que lhe cabe, caso em que a totalidade ou parcela de terra é considerada "estabelecimento autônomo", isto é, quando a terra arrendada esteja delimitada e separada da propriedade a que pertence. O resultado prático desta recomendação será, provavelmente, o de deixar à margem da apuração censitária numerosos pequenos proprietários, notadamente os que pagam a renda da terra em produtos.

Tentemos fixar, com o auxílio dos dados fornecidos pela *Sinopse do Censo Agrícola* mais atrás referida, a situação do arrendatário no conjunto das atividades agropecuárias do país em 1940. Nesses dados acham-se incluídos os que dizem respeito aos parceiros, mercê do critério elástico a que já aludimos.

A operação censitária realizada a 1.º de setembro daquele ano deu-nos a conhecer o total de 1 904 589 estabelecimentos, com área correspondente de 197 720 247 hectares. Essa área, "cêrca de quatro vèzes maior do que a área dos estabelecimentos agropecuários da França, em 1939, que era de 53 milhões de hectares, e mais de duas vèzes menor do que a área dos estabelecimentos agropecuários dos Estados Unidos, em 1940", ("A Estrutura da Economia Agropecuária do Brasil, Segundo o Censo Agrícola de 1940", Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, edição mimeográfica), incluía, em hectares:

Lavouras	18 835 430
Pastos artificiais	5 072 919
Pastagens	83 068 814
Matas	49 085 464
Terras não aproveitadas	29 296 493
Terras improdutivas	12 361 127

Com relação à qualidade do responsável pela exploração, a tabela a seguir reproduzida permite verificar, em números porcentuais, a posição do arrendatário em confronto com os demais elementos:

ESPECIFICAÇÃO	Estabelecimentos recenseados	Área	Valor do estabelecimento	Valor da produção em 1939	Pessoal permanente
Proprietário	72,28	64,37	69,48	69,34	72,43
Administrador	9,37	22,68	20,53	16,96	14,99
Arrendatário	11,63	9,67	8,46	10,45	8,50
Ocupante	5,72	2,67	1,31	2,89	3,56
Outra qualidade e qualidade não declarada	1,00	0,61	0,22	0,36	0,52
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Como se pode observar, a exploração agropecuária, por parte do arrendatário, era relativamente importante

no conjunto das atividades rurais. "A exploração por parte de um arrendatário estende-se a mais 1/10 do número total de estabelecimentos. A área média e o valor médio dos estabelecimentos arrendados como também o valor médio de sua produção e o número médio das pessoas ocupadas, são inferiores às médias correspondentes para os estabelecimentos diretamente explorados pelo proprietário; é porém, *levemente maior o valor médio por hectare* e sensivelmente maior e por pessoa ocupada". (O grifo é nosso). — Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, trab. cit.

Grifamos propositadamente o trecho acima com o objetivo de não apenas chamar a atenção para êste aspecto, porém esclarecê-lo de maneira mais satisfatória, servindo-nos, para isso, dos próprios números constantes do trabalho que vimos citando. Afirmou-se que o valor médio da produção, por hectare, do estabelecimento arrendado é *levemente maior* do que o correspondente ao do estabelecimento sob exploração direta do proprietário. Mais expressivo, em nossa opinião, será o confronto dos diferentes valores médios, quer os da produção por hectare quer os da produção por pessoa permanentemente ocupada.

Há outros elementos que ajudam a caracterizar, nos seus traços mais gerais, a situação dos arrendatários.

RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO	Valor médio da produção por ha (Cr\$)	Valor médio da produção por pessoa permanentemente ocupada (Cr\$)
Proprietário	43	724
Administrador	30	855
Arrendatário	44	930
Ocupante	44	614
Outro ou não declarado	24	524

A despeito de a área ocupada com lavouras (1 864 431 hectares), nos estabelecimentos arrendados, ser bastante inferior à coberta com pastagens (6 392 251 hectares, incluída a área em

pastos artificiais, que a estatística não discrimina), o valor da produção agrícola (604 milhões de cruzeiros) excedia de muito ao da produção animal e de origem animal (164 milhões) e, de modo particularmente forte, ao da produção extrativa (64 milhões). Daí se conclui ser o arrendamento no Brasil atividade de expressão predominantemente agrícola.

Quanto à despesa com adubos e fertilizantes, sementes e mudas, e inseticidas, nas propriedades em questão, os números percentuais por nós calculados, com base nos dados da *Sinopse do Censo Agrícola* (Dados Gerais) esclarecem, comparativamente, esse curioso aspecto, conforme tabela a seguir:

QUALIDADE DO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO	% sobre a despesa total com adubos, etc.
Proprietário.....	58,50
Administrador.....	20,67
Arrendatário.....	20,20
Ocupante.....	20,20
Outro ou não declarado.....	00,53

Para que estes dados sejam compreendidos em seu real significado, necessário se torna ter em mente as variações de magnitude que se observam, nos respectivos valores absolutos, como, por exemplo, os que respeitam à área. E' de notar, assim, que embora ocupassem área infinitamente menor do que a atribuída aos estabelecimentos sob a responsabilidade de administradores, precisamente os do grande tipo, as propriedades arrendadas despendiam com adubos, etc., importância ligeiramente inferior à daqueles.

No entanto é sensível a ausência de numerosos elementos elucidativos, imprescindíveis à configuração exata da situação dos arrendatários no Brasil.

Pôsto que se conheça a área média do estabelecimento arrendado — 86,31 hectares —, nada se fica sabendo a respeito de sua distribuição por classes de grandeza. Nada se sabe, também com referência ao material agrícola utilizado nesses estabelecimentos, circunstân-

cia que ocorre, aliás, em relação aos imóveis rurais em geral.

Há, contudo, na *Sinopse*, indicação da mais alta valia sobre o pagamento de salários nos estabelecimentos arrendados. Verifica-se, assim, que no total de 221 505 estabelecimentos 163 203 fizeram declaração a respeito, o que significa que pelo menos 73% dos imóveis do tipo considerado pagavam salários. A despesa total com salários figura, em forma comparada, nos dados a seguir reproduzidos:

QUALIDADE DO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO	Estabelecimentos com declaração	Despesa total com salários (Cr\$ 1 000)
Proprietário.....	1 178 311	1 097 675
Administrador.....	145 568	548 397
Arrendatário.....	163 203	176 816
Ocupante.....	52 863	13 724
Outro ou não declarado..	7 197	2 618

Em que pèse o natural receio das conclusões apressadas, pode-se afirmar que parte considerável das propriedades arrendadas já atendiam, em 1940, a essa condição básica do modo de produção capitalista — o pagamento de salários —, o que não implica dizer que o arrendamento no Brasil, mesmo nas áreas mais desenvolvidas do país, seja, a rigor, uma forma de exploração capitalista da agricultura.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO ARRENDAMENTO

Com o apoio dos dados constantes da *Sinopse*, organizamos a seguinte tabela, pela qual se pode apreciar a distribuição geográfica do arrendamento no Brasil, na data do censo.

São Paulo, como se verifica, era o estado que detinha o maior número de estabelecimentos arrendados, fato que possivelmente se relaciona de perto com a extraordinária expansão, ainda na década de 1930, da lavoura algodoeira.

No entanto, se encarmos o fenômeno estudado, não do ponto de vista do número de estabelecimentos, mas sob a relação da área, veremos que ao Dis-

UNIDADES FEDERADAS	Total dos estabelecimentos recenseados	Estabelecimentos arrendados	%	ÁREA (ha)		%
				Total	Sob arrendamento	
Acre.....	1 047	479	45,75	6 914 709	345 693	5,00
Amazonas.....	21 897	1 424	6,50	8 500 687	1 957 730	23,03
Pará.....	58 135	6 140	10,56	10 082 027	2 344 033	23,25
Maranhão.....	95 228	12 312	12,93	3 008 576	168 057	5,58
Piauí.....	32 496	2 310	7,11	4 811 438	234 602	4,87
Ceará.....	93 382	7 762	8,31	8 605 954	418 178	4,86
Rio Grande do Norte.....	34 392	4 116	8,36	3 321 486	166 270	5,00
Paraíba.....	65 137	5 911	9,07	3 548 285	182 670	5,15
Pernambuco.....	123 266	21 634	17,55	3 875 789	386 084	10,00
Alagoas.....	32 781	4 679	14,27	1 437 266	84 795	5,90
Sergipe.....	34 579	453	1,31	870 654	9 755	1,12
Bahia.....	226 343	6 533	2,89	13 408 150	195 383	1,46
Minas Gerais.....	284 685	14 943	5,25	33 475 881	1 133 947	3,39
Espírito Santo.....	41 919	1 786	4,26	1 988 231	75 652	3,80
Rio de Janeiro.....	48 389	5 584	11,54	3 316 043	277 240	8,36
Distrito Federal.....	7 994	3 687	46,12	48 578	18 385	37,85
São Paulo.....	252 615	66 930	26,49	18 579 827	1 600 854	8,62
Paraná.....	64 397	8 385	13,02	6 252 480	584 099	9,34
Santa Catarina.....	88 469	10 159	11,48	4 862 296	330 858	6,80
Rio Grande do Sul.....	230 722	26 699	11,57	20 441 815	2 936 278	14,36
Goiás.....	55 908	8 947	16,00	19 603 521	604 619	3,08
Mato Grosso.....	10 022	627	6,27	20 707 406	2 013 549	9,72

trito Federal cabia a maior área relativa de propriedades sob arrendamento, particularidade que se explica pelo elevado número de pequenas propriedades situadas nas proximidades da Capital Federal, dedicadas à horticultura, fruticultura, etc.

As elevadas porcentagens do Pará e Amazonas — 23,25 e 23,03, respectivamente — devem ser explicadas pela praxe da exploração de seringais e castanheais nativos mediante arrendamento. É bastante expressiva, em socorro dessa suposição, a circunstância de que nos totais de 10 082 027 e 8 500 687 hectares, do Pará e Amazonas, as áreas atribuídas a lavouras eram apenas de 493 117 e 340 144 hectares, enquanto as terras em matas, incluídas naqueles totais gerais, perfaziam, respectivamente, 5 635 790 e 6 186 910 hectares.

Elevada, por sua vez, porém bastante inferior à das unidades federadas aludidas, era a relação porcentual da área correspondente ao Rio Grande do Sul, quanto ao número de estabelecimentos.

Os dados da tabela acima pouco exprimem quando dissociados da realidade mais íntima e das peculiaridades inerentes a cada caso particular. Cumpre advertir que nem sempre o elevado

número de estabelecimentos significa que o sistema desempenhe papel importante na vida econômica desta ou daquela unidade, sendo de notar que em alguns estados — Bahia, para citar um exemplo — o elevado contingente de estabelecimentos recenseados deve estar fortemente influenciado pelas pequenas áreas exploradas em regime de parceria agrícola.

Há, porém, dois estados nos quais o arrendamento reveste certa tipicidade, apresentando, não em sua generalidade, mas em determinados casos, alguns traços de exploração capitalista. O termo "alguns" envolve uma limitação que será melhor compreendida nas linhas que seguem, ao examinarmos sucintamente, em virtude da escassez de dados particulares, o arrendamento da lavoura algodoeira paulista.

O ARRENDAMENTO EM SÃO PAULO

A catastrófica queda dos preços do café, conseqüente ao *crack* norte-americano de 1929, ensejou o aparecimento de novo sol na economia paulista — o algodão. E não tardou que a região tradicionalmente produtora dessa malvácea cedesse lugar ao poderoso concorrente do sul do país. O centro de gravi-

dade da produção algodoeira deslocou-se para São Paulo, cuja área de cultivo se elevou, de 41 632 hecatares, em 1931, para 1 416 482, em 1940. A produção respectiva, de apenas 8 350 toneladas (pluma de algodão), passou a 307 377, ou seja, 66,1% do total produzido no país.

Continuando a expandir-se de maneira espetacular, a produção algodoeira paulista atinge seu ponto mais elevado em 1944, com o volume de 483 193 toneladas (79,1% da produção brasileira), para declinar ligeiramente a partir desse ano.

Seria interessante determinar a extensão e a verdadeira influência do arrendamento na lavoura algodoeira paulista. Infelizmente a pobreza de dados estatísticos em torno do assunto não permite semelhante tarefa. Temos, por conseguinte, de nos contentar com ligeiras indicações, que além disso não preenchem o requisito da atualidade.

Em 1940, como vimos dos números referentes à distribuição geográfica do arrendamento, havia, no total de 252 615 estabelecimentos recenseados, 66 930 explorados em regime de arrendamento. Por outro lado, na área total de 8 579 827 hectares, 1 600 854 correspondiam a terras arrendadas. Já a Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio ("Estatística Agrícola e Zootécnica, 1939/30") encontrara no estado, àquela altura, o total de 64 889 arrendatários abrangidos na pesquisa realizada, total que muito se aproxima do encontrado pelo censo agrícola de 1940. Dêstes, 33 628 (52%) pagavam arrendamento a dinheiro e 31 261 (48%), em espécie. (Moacir Paixão, "Estrutura do Mercado Rural", *Digesto Econômico*, ano V, n.º 59, outubro de 1949).

Vale transcrever, em parte, a título de achega, o que sobre o arrendamento de terras na agricultura paulista escreveu o Sr. Ciro T. de Pádua, no trabalho mais atrás referido:

"Na lavoura de algodão, fruto de ciclo vegetativo semestral, o arrendamento é muito comum e quase se equipara ao do sistema assalariado. A estatística da distribuição de sementes de algodão no ano agrícola de 1944/45, elaborada pela Divisão de Fomento Agrícola do Departamento de Produção Vegetal (Secretaria da Agricultura de São Paulo), e compreendendo 268 municípios, oferece dados sugestivos a esse respeito. Do total de 97 103 lavradores que cultivaram 792 050 alqueires com aquela fibra eram proprietários 52 423 e arrendatários 44 680 indivíduos. A diferença a

favor dos primeiros é, pois, apenas de 7 743 agricultores. A estatística mencionada não refere qual o total dos alqueires que cabe a uns e outros. Caso o fizesse, poder-se-ia calcular a influência do arrendamento na cultura do algodão. Seria muito ilustrativo estudar esse seu aspecto econômico-social. E' mais uma falha das nossas repartições que no futuro poderá ser reparada".

O autor citado informa, a seguir, que "da área cultivada naquele período do ano agrícola, 455 357 alqueires foram a mão; 304 174 foram na base do sistema misto, isto é, a mão e mecânicamente, e em cerca de 32 000 alqueires empregaram-se exclusivamente métodos mecânicos". E pergunta: "Quem usou mais estes últimos? Os proprietários ou os arrendatários?" A resposta é dada em forma lógica: "E' possível que tenham sido os primeiros, pelas possibilidades econômicas resultante de sua posição". A esta altura, o autor indica que no ano agrícola de 1933/34, do total de 615 611 alqueires plantados, foram adubados 46 528, porcentagem, a seu ver, pouco satisfatória. A média de produção por alqueire foi de 115 arrôbas.

E encerrando o comentário:

"Das propriedades recenseadas em 1939/40, no total de 170 462, embora São Paulo possuísse efetivamente 274 749, a área arrendada era representada por 333 977 alqueires trabalhados por 33 628 arrendatários para uma quantidade de 167 589 proprietários de áreas conhecidas. Se cotejássemos a informação relativa ao ano agrícola de 1944/45 com a de 1939/40, concluiríamos, superficialmente, pelo relativo acréscimo do número de arrendatários. Note-se, todavia, que a última estatística indica o total do número de agricultores em São Paulo, enquanto a precedente alude simplesmente aos que trabalham com algodão. Dessa forma, qualquer hipótese que se quisesse usar para explicar o fenômeno econômico em aprêço não encontraria confirmação na realidade. O que deve ser acentuado é que o arrendamento, pelo menos no caso do algodão, é de influência substancial".

A alta valorização da terra, fruto, em grande parte, do processo inflacionário brasileiro, torna, em certos casos, o rendimento agrícola muito baixo e por vêzes deficitário. Em memorial dirigido ao presidente da República, pelas alturas de 1947, os lavradores da Alta Noroeste paulista alinhavam cifras relativas às despesas com o plantio de um alqueire de algodão em terras arrendadas.

	Cr\$
Derrubada	900,00
Desincoivaração	200,00
Plantação	100,00
Carpas (2, no mínimo)	300,00
Raleação	80,00
Capação e desbrôto	150,00
Formicida e mão-de-obra	170,00
Arseniato de chumbo (2 aplica- ções)	360,00
Arrendamento	300,00
Transporte	180,00
<i>Total</i>	<u>2 990,00</u>

Ora, tomada por base a produção média, por alqueire paulista, em terras novas, de 60 arrôbas de algodão, vendidas ao preço de 45 cruzeiros a arrôba, tem-se que a exploração acarreta prejuízo de 290,00 (Ver, a propósito, *O Jornal* de 27-7-949, "O Memorial dos Lavradores da Alta Noroeste", Afrânio Melo).

O exame de um desses contratos de arrendamento em vigor na agricultura paulista põe de manifesto um estágio de relações sociais de produção complicado por sobrevivências semifeudais. Tivemos em mão, há tempos, um contrato firmado entre importante frigorífico estrangeiro em São Paulo, também grande proprietário de terras, e um camponês de Tanabi, contrato que determinava o tipo de plantio a ser realizado pelo arrendatário (algodão e cereais), o que por si já constitui uma limitação de natureza coercitiva. Mas, não somente se determinavam os tipos de cultura. O arrendatário se obrigava a plantar capim em determinada fase da vigência do contrato, e capim de determinada qualidade (colômbio); a não ter outras culturas na gleba arrendada além das previstas no contrato, a não realizar a derrubada de madeiras de lei, etc., etc., sujeitando-se, por inobservância a qualquer das cláusulas estipuladas, a pesada multa e à rescisão do contrato sem qualquer indenização.

O ARRENDAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

Vimos, grosso modo, quando focalizamos a distribuição geográfica do arrendamento no Brasil, em 1940, as proporções que tocavam ao Rio Grande do Sul no conjunto das unidades federadas. Pelo fato, já notado, de os dados se referirem ao arrendamento em geral, sem especificação das atividades em

que era exercido, ficamos, ao tratar, nesta última parte do trabalho, do arrendamento na lavoura arrozeira sulriograndense, sem qualquer referência no passado.

A respeito do arrendamento na cultura orizícola, nesse estado, existem dados menos imprecisos do que os precedentes, mas nem por isso bastantes para esclarecer aspectos capitais.

Tentemos situar o problema, utilizando algumas indicações disponíveis e tanto quanto possível os dados numéricos constantes do *Anuário Estatístico do Arroz* (Safrá 1946/1947), editado pelo Instituto Riograndense do Arroz, o qual, a despeito de certas deficiências, reconhecidas aliás pelos seus organizadores, é a mais preciosa fonte de dados sobre a cultura do arroz no Brasil e em particular no Rio Grande do Sul.

A produção orizícola gaúcha data de pouco menos de meio século. O grande empório arrozeiro de Cachoeira do Sul, onde, desde 1911, já existiam cerca de setenta granjas de arroz, a cultura estendeu-se por todo o vale do Jacuí, invadindo uma zona de criação das mais férteis do estado.

"A orizicultura" — escreve Renato Costa ("A Produção e as Exportações de Arroz no Rio Grande do Sul", *Digesto Econômico*, n.º 21, ano II, agosto de 1946), — "foi deslocando grandes tratos destinados à pecuária, de preferência o vale do Camaquã. Já hoje ela se apossou de uma zona ubérrima, como a fronteira do Rio Grande do Sul, de características tipicamente gadeiras".

E descreve, em côres vivas, aquilo que denomina a "febre de plantar arroz":

"Em dado momento, a "febre de plantar arroz", cujos preços animavam os produtores, contagiara toda a gente, mesmo a que nada entendia da difícil e complexa técnica orizícola. Homens de todas as profissões atiraram-se ao cultivo do precioso cereal. As terras de criação, próximas dos rios e dos arroios, foram disputadas à pecuária, a princípio por preços de 3 a 4 mil cruzeiros a quadra de sesmaria (de 87 hectares e pouco), e depois até 10, 15 e 20 mil cruzeiros o arrendamento, por ano, e por quadra de sesmaria".

* * *

"Verificou-se este paradoxo curioso: os fazendeiros, proprietários de grandes tratos de terra, abandonavam os campos e arrendavam as suas invernadas

por preços e somas vultosas aos orizicultores, muitos deles improvisados, que os exploravam sem nenhum critério econômico e, a maioria, sem conhecimento mesmo das novas atividades”.

* * *

“A crise, que se verificou mais tarde, havia de surpreendê-los inevitavelmente, desprovidos que estavam de conhecimentos e recursos imprescindíveis numa cultura agrária tão especializada e realmente complexa”.

* * *

“Está-se encarecendo brutal e impensadamente o custeio das lavouras! Os preços de arrendamento das terras para a cultura de arroz atingem, hoje, verdadeiros despropósitos, somas de vulto, que poderão surpreender, amanhã, os orizicultores imprudentes”.

Vejamos, porém, algumas cifras, antes de nos deter propriamente na importância do sistema de arrendamento na lavoura em questão.

SAFRAS	Área plantada (ha)	Produção (tonelada)
1927/28.....	49 780	150 145
1928/29.....	45 302	130 094
1929/30.....	48 787	139 676
1930/31.....	61 437	193 907
1931/32.....	57 255	172 589
1932/33.....	45 546	130 731
1933/34.....	54 014	155 081
1934/35.....	60 984	144 060
1935/36.....	62 726	185 990
1936/37.....	90 604	228 448
1937/38.....	69 696	222 080
1938/39.....	109 771	313 195
1939/40.....	135 907	338 590
1940/41.....	118 091	271 782
1941/42.....	156 816	331 731
1942/43.....	178 939	281 351
1943/44.....	195 894	491 580
1944/45.....	224 494	389 130
1945/46.....	221 001	626 833
1946/47.....	213 816	566 598

Examinando os valores da série não se observa, como no caso da produção algodoeira paulista, qualquer disparidade chocante ou salto súbito nos respectivos dados. Nada obstante às oscilações que se notam em alguns valores, devidos possivelmente a fatores de natureza estacional, a marcha da série é mais ou menos normal. Todavia, a partir da

safrá 1937/38, aumenta, de maneira expressiva, a área plantada e a respectiva produção. O fator decisivo nesse vigoroso crescimento foram, sem dúvida, as crescentes exigências dos mercados estrangeiros, quer na conjuntura de pré-guerra quer já em conflito mundial. Basta considerar que, mesmo após a guerra, a exportação total do estado, no ano civil de 1947, de 3 624 932 sacos de 60 quilos 1 741 192 (cêrca de 48%) se destinaram diretamente a portos estrangeiros. Três anos antes, em 1944, somente a Inglaterra absorvera para mais de 2 milhões de sacos.

O *Anuário Estatístico do Arroz*, que vimos utilizando, reuniu dados concernentes às lavouras orizícolas de 59 municípios daquele estado. Das zonas arroseiras, compreendidas nessas comunas, foram estudadas, conforme esclarece, apenas as lavouras acima de 9 hectares, aí denominadas de “lavouras grandes”. Quanto às que se achavam abaixo desse limite (9 hectares e menos), estudaram-se unicamente a área plantada e a produção correspondente, à vista da impraticabilidade, alegada no trabalho, de proceder-se ao levantamento de material heterogêneo, já que essas lavouras não se dedicavam exclusivamente ao cultivo do arroz. Para os demais municípios foram utilizados os levantamentos do Departamento Estadual de Estatística, sendo apenas consignados, ainda nesse caso, os números relativos à área e produção.

Resumidamente a situação encontrada na safra 1946/47 era a seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	N.º de lavouras	%	Área (ha)	%	Produção (ton.)	%
Pequenas ..	4 143	63	21 945	15	68 520	12
Grandes ...	2 386	37	181 872	85	498 078	88

A distribuição, por classes de grandeza, dessas lavouras, apresentava os seguintes resultados:

LAVOURAS ATÉ 9 HECTARES

Classes	N.º
2 ha	1 391
3 "	1 555
4 "	147
5 "	523
6 "	58
7 "	361
8 "	31
9 "	477
Total	4 143

LAVOURAS DE MAIS DE 9 HECTARES

Classes (ha)		N.º
De 10 a 11	141
" 12 " 15	176
" 16 " 20	272
" 21 " 25	200
" 26 " 30	167
" 31 " 40	253
" 41 " 50	128
" 51 " 65	216
" 66 " 85	177
" 86 " 100	132
" 101 " 130	163
" 131 " 160	103
" 161 " 200	78
" 201 " 250	68
" 251 " 320	36
" 321 " 400	34
" 401 " 500	15
" 501 " 650	13
" 651 " 800	6
" 801 " 1 000	5
Mais de 1 000	3
Total	6 529

Não nos pareceu dos mais acertados o critério de classificação das lavouras em pequenas e grandes. Preferível seria, para a melhor caracterização do fenómeno, distribuí-las em três classes — pequenas, médias e grandes. Levando em consideração as condições peculiares à lavoura em espécie, no Rio Grande do Sul, poder-se-ia adotar a seguinte classificação:

<i>Pequenas:</i>	de 0 a 25 hectares
<i>Médias:</i>	" 26 a 100 "
<i>Grandes:</i>	" 101 e mais "

Chegar-se-ia, dessarte, a êste resultado:

	% sôbre a área plantada	
<i>Pequenas:</i>	4 932	8,4
<i>Médias:</i>	1 073	6,8
<i>Grandes:</i>	524	84,8

E' fora de dúvida, mesmo quando se considera o contingente de lavouras do tipo médio incluídas, no *Anuário*, como "lavouras grandes", que a nota predominante, na produção arrozeira do Rio Grande do Sul, é dada pela lavoura do grande tipo, precisamente a mais aparelhada de recursos para o desenvolvimento da produção e na qual é mais elevada a composição do capital agrícola.

Qual a verdadeira influência exercida pelo sistema de arrendamento na lavoura arrozeira sul-riograndense?

Lamentavelmente, as indicações fornecidas pelo *Anuário* são bastante escasas, omitindo aspectos importantes, como o que se prende ao pagamento de salários.

Verifica-se que na área total das propriedades em que se cultivava arroz, em 59 municípios, 357 567 hectares — 54,6% da área total — eram explorados sob arrendamento.

A área restante estava assim ocupada:

	(ha)	%
Terras próprias	287 013	43,9
Terras cedidas	9 466	1,4
Sem especificação	281	0,04

Convém esclarecer que a área efetivamente plantada correspondia apenas, como vimos linhas atrás, a 180 386 hectares (27% da área total). Acrescentando-se a esta parcela a área destinada ao plantio de mudas, ou seja, 257 048 hectares (39,3%), conclui-se que para mais de 66% da área das "lavouras grandes" era economicamente ocupada, o que constitui um bom índice de utilização do solo.

Com referência a material agrícola empregado, adubação, etc., nas propriedades arrendadas, nada se pode afirmar, de vez que os dados que lhes correspondem foram incluídos nos totais gerais.

A estatística classifica as terras, segundo o uso, em "terras virgens", "terras velhas", e "sem discriminação", com os montantes respectivos, os dois primeiros tipos, de 31 056 e 149 264 hectares. A proporção das terras virgens sôbre o total era de 17,2%. Da área total de 180 320 hectares, 70 347, ou 38,7%, eram adubados, sendo de notar que entre 59 municípios abrangidos no levantamento do I.R.G.A. apenas em 24 se praticava a adubação.

A irrigação mecânica, predominante, estendia-se a 100 899 hectares (55,9%); a natural, a 55 351 (30,7%); a mista, a 23 985 (13,3%); e a sem especificação, a 152 (0,08%).

Quanto às condições de instalação, em 104 892 hectares (83,9%) eram boas; em 19 919 (15,9%), médias; e em 225, sem especificação.

Os esgotos considerados bons serviam à área de 148 574 hectares (82,4%); médios, 31 078 (17,2%); maus, 437 (0,3%), e sem especificação, 296 (0,1%).

O material agrícola empregado compreendia 16 428 arados de boi; 268 de aiveca de trator; 131 de disco de trator; 5 079 grades de discos de boi, 650

de disco de trator e 6 687 de dentes (arastões).

Foram arrolados 9 729 veículos de tração animal (carrétas, carroções, carroças) e 205 de motor; 179 semeadeiras (1 702 manuais e 88 mecânicas).

Ainda sob a rubrica "material agrícola" incluíam-se 102 934 bois e 9 266 cavalos de serviço.

No tocante a "máquinas", o *Anuário* consigna a existência de 1 065 locomóveis e 449 motores, com as potências respectivas de 31 936 e 14 663 C.V.; 18 motores elétricos; 1 232 trilhadeiras, com capacidade total de 522 420 sacos; 20 colheitadeiras; 1 356 secadores manuais e 292 a sol; e 1 652 bombas de diversos diâmetros. Os tratores, de diferentes marcas, elevavam-se a 819, dos quais 31,3% foram classificados como "pequenos"; 28,3%, "médios"; 38,9%, "grandes"; e 1,5%, "sem especificação", perfazendo, em conjunto, a potência de 18 515 C.V.

Os elementos a seguir reproduzidos resumem a composição do capital agrícola:

ELEMENTOS DO VALOR DAS GRANJAS	VALOR	
	Cr\$ 1 000	%
Terras invertidas.....	311 593	36,94
Casas, depósitos canais, cercas e estradas.....	200 000	23,71
Animais.....	107 567	12,75
Maquinaria e veículos...	224 428	26,60
TOTAL.....	843 588	

Essa composição de capital invertido na lavoura arroezeira, se não denuncia características de exploração agrícola bastante desenvolvida, oferece, no entanto, aspectos lisonjeiros. Tenha-se em consideração que, embora o valor das terras seja o mais elevado, a quota atribuída a maquinaria e veículo se coloca imediatamente abaixo, superando a referente a casas, etc., e a animais. Há relativo equilíbrio entre os diversos valores. Estas cifras tornam-se mais expressivas quando em confronto com as porcentagens que correspondiam aos elementos de valor, no conjunto dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, em 1940:

Terras	65,49
Prédios e construções	21,44
Animais	6,35
Maquinaria e veículos	6,72

Em que medida as granjas arrendadas participavam das condições que exprimem um certo grau de desenvolvimento da cultura arroezeira no Rio Grande do Sul, eis um aspecto transcendente a precisar. E' matéria sobre a qual apenas se podem formular hipóteses.

Nada obstante, encontram-se, no trabalho citado, indicações pelas quais podemos avaliar a importância do arrendamento nessa lavoura. Verifica-se, assim, que no total de 2 369 granjas acima de 9 hectares, 32,2% eram próprios, "62,2% arrendados" e 4,6% mistos. As proporções da área plantada eram respectivamente, de 26,6 "69,1" e 4,3%. No que se refere à produção, as proporções eram, na ordem adotada, de 26,6, "69,1" e 4,3%.

Do que atrás fica exposto transparece a conclusão de que o sistema de arrendamento na lavoura arroezeira, no Rio Grande do Sul, é decisivo, não apenas quanto à área mas também quanto à produção, revestindo, sob vários aspectos, traços salientes de exploração capitalista.

Clóvis Caldeira

★

Calamidades provocadas pela erosão acelerada do solo *

Sabe-se que a erosão natural ou geológica, que ocorre independente da ação do homem, nenhum malefício resulta da sua atividade, refazendo-se sempre o equilíbrio ecológico. O que ocorre à superfície do solo, provocado pela ação das chuvas e dos ventos, movimentando partículas terrosas, é compensado naturalmente sob a influência de vários fatores dependentes do clima, vegetação e fenômenos químicos e biológicos. Não é assim a erosão acelerada.

No transcurso de muitos anos, de mais de século, os erros do homem e sua imprevidência em relação ao aproveitamento do nosso solo agrícola, acumulando-se e combinando-se em seus efeitos, foram preparando gradativamente o palco onde se têm desenvolvido, sucessivamente, as calamidades que nos atingiram em fins de 1949 e que, infelizmente, não serão as últimas, porque permanecem as causas responsáveis, agravadas e, portanto, cada vez mais propícias ao fenômeno.

* Comentário publicado originariamente no *Diário de Notícias*, de 12 de março de 1950.

A calamidade dessas enchentes, depredando riquezas e roubando vidas, não constitui um flagelo da natureza, como a fatalidade de um tremor de terra ou de um furacão, independente da vontade do homem, mas um drama preparado por este como resultante de sua conduta em face das leis naturais.

O homem não tem feito outra coisa senão romper o equilíbrio das leis naturais, preparando, assim, o vasto cenário em que se desenrolaram as tragédias que nos têm açoitado terrivelmente.

Verdade que isso não tem acontecido somente no Brasil, mas em muitas partes do mundo.

Aqui no Brasil, porém, quase nada se tem feito para a restauração do meio primitivo, nenhuma providência objetiva se há tomado para impedir a devastação das matas em todos os quadrantes de nossa terra e nenhuma medida de regulamentação agindo em defesa do solo, que não deveria ser explorado, seja em benefício da pecuária ou da lavoura. Neste ponto, existe verdadeira desordem ampliando o campo para a erosão acelerada, que é como sabemos ocasionada pela ação direta ou indireta do homem, utilizando a terra de maneira a retirar-lhe a defesa contra o desgaste da camada superficial indo até a rocha subjacente, como é comum verificar-se hoje por toda parte do nosso território.

A depredação do solo resulta não somente da devastação das matas, também dos métodos atrasados da lavoura, utilizando encostas onde, dado o grau de declive, a vegetação compacta, maciça, deveria ficar permanente e nunca destruída ou violada, seja para a lavoura, pastagem, exploração de lenha, etc.

A própria lavoura mecanizada, quando em terreno de topografia inadequada, é fato de vulto na erosão, fato amplamente conhecido.

Acabo de ler com vivo interesse o consciencioso trabalho do Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, da Faculdade Nacional de Filosofia e do Instituto Rio Branco.

Trata-se de uma excursão à região flagelada do vale do Paraíba, em dezembro de 1948, realizada pelo professor Hilgard, a convite do Instituto de Economia, da Fundação Mauá.¹

O trabalho do Prof. Hilgard Sternberg, que gentilmente me chegou às mãos, esclarece o fenômeno de maneira notável pelo perfeito conhecimento das causas responsáveis pela catástrofe do vale do Paraíba, além de que a farta documentação fotográfica completa o valioso trabalho, merecedor de ampla divulgação, para que fique bem claro a todos que a catástrofe não teria ocorrido, se o homem, no decurso de muitos anos, não houvesse preparado com os seus erros, paulatinamente, o cenário propício à tragédia de tanto impressionou pelo acervo de males que infligiu.

Toda vez que uma catástrofe semelhante ocorre em algum ponto do país, vem logo à baila que o sucedido foi um fenômeno climático, fatal, e então a "tromba d'água" entra amplamente no cartaz como a causadora única, ampliando o sentimento de irresponsabilidade, sem se olhar a causa: homem-meio.

Basta um aguaceiro forte, de que resultem conseqüências desastrosas, e divulga-se levemente o fenômeno — "tromba d'água" — como causa. Não se violam impunemente as leis naturais. Estamos condenados a sofrer as conseqüências da longa série dos desatinos praticados.

Urge reparar na medida do possível o que foi destruído e impedir por todos os meios a persistência nos erros que estão nos levando à pobreza.

O desflorestamento das encostas exerce papel preponderante na erosão acelerada. A quantidade descomunal de material, transportado pelo ímpeto das águas correndo sem obstáculo, ocasiona, como têm atestado essas catástrofes, maiores danos que a própria água, soterrando várzeas, casas, pessoas e animais.

Lembra com muita razão o professor Hilgard Sternberg, que na enchente de 1946, que assolou Muriaé (Minas), dois terços das vítimas pereceram soterradas, ficando em evidência o papel do material transportado.

Quando se viaja de avião e o tempo permite, observa-se claramente na região montanhosa de Minas, nas encostas desflorestadas, os calamitosos efeitos da erosão acelerada, pondo a nu a rocha subjacente, quais gigantes-cas chagas abertas.

Enquanto isso, nas encostas ainda revestidas integralmente de matas, nenhuma depredação se vê, porque aí, a água caída, mesmo de chuvas fortes e prolongadas, é em parte absorvida

¹ N. da R. "Enchentes e Movimentos Coletivos do Solo no Vale do Paraíba em Dezembro de 1948. Influência de Exploração Destrutiva das Terras", *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, nº 2 (abril-junho de 1949), pp. 223-261.

em face das condições físicas do solo e interceptada pelos mil obstáculos que encontra em sua passagem, não podendo ocasionar os danos da torrente.

Teria sido de real proveito que, logo após essas catástrofes, fossem filmados os lugares assolados para que, em cidades e vilas do interior, o cinema pudesse mostrar ao nosso povo, com explicações claras, os efeitos e as causas da erosão provocada pela ação do homem. Assim, a nossa gente do campo compreendia com muito mais facilidade o dever de trabalhar a terra sem arruiná-la.

Vemos por todo o interior lavouras e pastagens grimpadas em encostas com declive acima de 70 por cento! E isso é coisa banal no Brasil, até mesmo nas proximidades da capital, como por exemplo, laranjais em Nova Iguaçu.

O nosso homem rural, criado na ignorância, sem assistência técnica, recebendo dos pais os métodos rotineiros, não é responsável direto pelo desgaste a que está se submetendo o solo de nossa pátria. O poder público, este sim, tem sido o maior responsável, porque, infelizmente, no Brasil os problemas vitais são tratados superficialmente ou relegados ao deus-dará.

Fala-se em reflorestamento, quase não se refloresta e continuam em larga escala as derrubadas; argumenta-se a defesa do solo e as nossas terras produtivas estão acabando de maneira impressionante.

Tal esse estado de coisas que, atualmente, uma chuva forte e demorada é o bastante para dar aparência de uma calamidade, tal o transtorno que acarreta, tudo porque o ambiente não está apto a recebê-la de maneira normal.

Uma pequena amostra do fenômeno observa-se aqui mesmo nesta cidade, dita maravilhosa. Uma pancada forte de chuva transporta lama e detritos dos morros, entupindo as valas e transformando ruas em atoleiros. E os morros que circundam a cidade estão em grande parte desflorestados, indefesos, portanto, à ação das grandes chuvas.

Um homem suicida-se em um segundo, uma nação, porém, pode levar séculos; é o que está acontecendo com o Brasil. Não há exagero e nem pessimismo nestas palavras; percorra-se o país com os olhos de quem quer enxergar e chegar-se-á a esta conclusão. Os fatos estão à prova.

Fala-se em imigração mas os nossos patricios deslocam-se, miseráveis,

flagelados, dentro do país, de um canto para outro, procurando sobreviver, tangidos pelo meio ingrato. Haja vista a terceira classe de um navio vindo do norte ou os caminhões atulhados de gente do campo, trafegando na estrada Rio-Bahia.

Ainda não conseguimos, dado o nosso grande atraso agrícola, fixar o nosso homem rural à gleba que o criou e não é por gosto que êle se desloca.

Um país não vale somente pela extensão dos seus limites, mas pela capacidade de trabalho do seu povo; como exemplo temos a pequena Holanda, abastecendo de batatas o colosso deste país que dizem especialmente agrícola!

Oswaldo Valpassos

★

O estudo das fotografias aéreas e o auxílio ao combate do complexo patogênico nas regiões intertropicais

Observamos, de modo geral, que raríssimas são as áreas situadas entre os trópicos, que possuem uma cartografia exata. Nenhum trabalho de planejamento regional, quer de colonização, quer de exploração econômica, pode ser executado sem o conhecimento prévio da área em questão.

As superfícies emersas que possuem uma cartografia relativamente pormenorizada nas escalas de 1:100 000 ou mesmo 1:500 000 nas regiões tropicais são as que têm interesse estratégico, militar ou econômico. Na parte referente à economia está restrita à zona de minérios.

Excluindo-se esse fator o que vamos ter em mãos, são mapas de alto grau de generalização com escalas de 1:1 000 000 ou menor.

Das colônias francesas de além-mar a ilha de Madagascar possui mapas muito minuciosos, devido ao interesse dos franceses em conhecer exatamente a quantidade de minérios existentes em estado potencial.

Graças à aerofotogrametria e ao seu estudo interpretativo estão sendo feitos os novos mapas da região tropical africana e mesmo da África do Norte. Os mapas de vegetação das colônias francesas do mar Mediterrâneo estão sendo elaborados por H. Gaussen, na escala de 1:200 000. Este trabalho está sendo realizado unicamente com a utilização das fotografias aéreas.

A região amazônica é um dos melhores exemplos no que diz respeito à falta de mapas. Todavia, por ocasião da última conflagração mundial os americanos fotografaram boas áreas. Hoje, já dispomos de um mapa na escala de 1:500 000 da zona litorânea do Amapá. Este fato foi motivado unicamente pelo interesse militar, pois no território foi localizada uma base aérea na época da guerra.

No Brasil, até a lei n.º 311, de 2 de março de 1938, grande número de municípios não tinha a descrição completa dos seus limites e nem qualquer espécie de mapa. Com esta imposição oficial conseguiu o Conselho Nacional de Geografia que todos os municípios possuíssem o seu mapa, embora cheio de grandes imperfeições e erros grosseiros.

Quando viajamos pelo interior do Brasil verificamos que há desconhecimento completo da utilidade que representa um bom mapa. Raríssimos são os fazendeiros que têm uma planta de sua fazenda. Em certos casos é freqüente o proprietário não conhecer bem os limites de sua propriedade, devido ao latifúndio que mantém.

No Nordeste do Brasil estamos assistindo à execução de um trabalho muito importante dos serviços de combate à peste, febre amarela e malária. Como trabalho preliminar estão sendo feitos mapas em escala grande a fim de que o *habitat* seja representado em pormenor, para facilitar o trabalho eficiente de defesa sanitária da população.

Devido à deficiência dos mapas municipais existentes, cada serviço está realizando a execução de mapas de acôrd com a aerofotogrametria. Este serviço de gabinete é magnificamente completado no campo pelos guardas. Eles são encarregados de fazer um recenseamento completo das fazendas percorridas, dos povoados, vilas, etc.

Estes mapas são muito importantes para o estudo do *habitat* e o seu desenvolvimento. Na Paraíba, o Serviço Nacional da Malária está fazendo mapas nas escalas: 1:20 000 e 1:50 000. Estes mapas são de grande utilidade no estudo do *habitat*, da rede hidrográfica, das vias de transporte, etc.

Há, no entanto, um grande erro: é que estes três serviços trabalham isoladamente, sem uma certa orientação uniformizadora que evitasse o desperdício de dinheiro e tempo. Em Pernam-

buco eles estão fazendo mapas gerais, maiores, na escala de 1:100 000.

No caso da malária devemos observar que o estudo interpretativo da fotografia aérea vai além de permitir a realização de uma cartografia mais exata e de fornecer certos dados ecológicos indispensáveis. Há certas zonas que são privilegiadas, como é o caso dos pântanos, das áreas próximas aos córregos, ou, ainda, certos tipos de vegetação, como é o caso do gravatá no sul do país.

Em caso de combate ao mal, os médicos saberão por onde atacar primeiro.

E' graças ao uso das fotografias aéreas que os serviços de combate à malária e à febre amarela poderão agir com mais eficiência e controle na salvaguarda da saúde de nossa população.

Antes de encerrarmos devemos salientar os serviços que elas prestarão à geografia do Brasil. Na Bahia o Serviço de Febre Amarela está fazendo ótimos mapas para o estado. Finalmente, devemos lembrar que todos estes serviços deveriam ter uma certa uniformidade nos métodos cartográficos e escalas dos mapas.

Antônio Teixeira Guerra

★

Rio Iguaçu

Afluente da margem esquerda do Paraná, o rio Iguaçu cuja extensão é de 1 320 quilômetros, nasce no planalto de Curitiba a somente 80 quilômetros em linha reta do litoral de Paranaguá. E' formado por vários pequenos rios, Iralzinho, Piraquara e Bracajuvava, cujas nascentes se situam não longe do divisor com a bacia atlântica, na vertente interior da serra do Mar.

A região percorrida pelo Alto Iguaçu é de relêvo suave, representado por pequenas ondulações de terrenos cristalinos que formam uma superfície de erosão senil, bastante regular, entre 850 e 900 metros de altitude. Na zona hoje ocupada pela cidade de Curitiba, drenada pelo Barigui, um dos afluentes do Iguaçu superior, o terreno é constituído por sedimentos recentes, possivelmente quaternários, cuja origem deve estar ligada a um antigo leito do Iguaçu naquele período. Entre as ondulações suaves que margeiam seu curso atual, o Iguaçu construiu uma várzea, ora mais ora menos extensa, inundável

anualmente por ocasião das cheias. Nesta várzea, o rio Iguaçú tem um curso divagante e uma série de meandros abandonados ainda ocupados pela água ou por uma vegetação higrófila, revelando estas modificações recentes em seu leito. Sobre os diques marginais (pestanas) contruídos pelo rio em seu trabalho de aluvionamento, desenvolve-se uma estreita mata ciliar raquítica, sendo o restante da várzea ocupado por campos, alagados durante a estação chuvosa. Esta paisagem pode ser vista desde Piraquara, São José dos Pinhais (alt. 874 m) e Araucária até as proximidades de Pôrto Amazonas. Um pouco a montante dêste pôrto, o leito do Iguaçú estreita-se, e o rio vence sua primeira corredeira, perto da estação de Caiacanga.

Embora não apresente nenhuma rutura rápida em seu perfil, o Iguaçú é ladeado desde então por encostas mais elevadas, capeadas pelo arenito devoniano que, por sua maior resistência à erosão deu origem ao escarpamento conhecido pelo nome de Serrinha, *cuesta* que o Iguaçú vence por uma passagem conseqüente relativamente larga, entalhada a partir do nível superior do 2.º planalto.

O leito do rio apresenta também modificações e o talvegue é mais profundo, permitindo a navegação franca, a partir de Pôrto Amazonas.

A jusante de Pôrto Amazonas, o Iguaçú apresenta um curso regular, voltando a atravessar uma região de relêvo suavemente ondulado, onde o desnível, muito fraco, permitiu a formação de uma extensa várzea, ladeada por terraços de nível muito regular, como pode ser observado na zona de São Mateus.

Depois de receber as águas de seu afluente rio Negro, (200 km de extensão), cujas nascentes também se situam a leste, a pequena distância do litoral, o Iguaçú desenvolve meandros muito mais amplos.

Junto a União da Vitória o rio forma grandes meandros divagantes, vendo-se sinais de antigos meandros abandonados na extensa várzea. Nesta nota-se a presença de pequenos terraços de formação aluvial, que testemunham a existência de uma antiga várzea em nível ligeiramente superior, formando-se a atual depois de uma fase de aprofundamento do rio. Hoje êsses pequenos terraços se destacam do conjunto da várzea por formarem pequenas ilhas de mata de pinheiros que contrastam com o campo da várzea inundável e a

vegetação arbórea mais raquítica de beira rio.

A várzea em União da Vitória é interrompida aqui e ali por morros tabulares, testemunhos do planalto triásico. Por sua forma e disposição, êstes morros revelam a origem dos meandros, inicialmente encaixados no *trapp*. Há em suas encostas vários níveis de terraços que correspondem às etapas do aprofundamento dos meandros. Vêem-se encostas escarpadas que correspondem aos antigos lóbulos convexos e esporões alongados e suaves dos lóbulos côncavos. Êstes apresentam, mesmo, um rebaixamento muito nítido, um pequeno colo, no local onde foi mais vigoroso o ataque de ambos os lados. A fase de aprofundamento dos meandros seguiu-se a progressão do solapamento de suas margens, isolando-se assim os testemunhos hoje cercados pela várzea. Alguns dos meandros atuais estendem-se até o limite da várzea e solapam os antigos níveis testemunhos de seu aprofundamento.

A origem dêsses meandros a princípio encaixados e hoje divagantes, está relacionada à dificuldade em vencer as formações basálticas sobre as quais o rio teria inicialmente formado meandros. Mais tarde, com o aprofundamento gradual dêsses meandros nas rochas resistentes o rio teria atingido as formações subjacentes mais tenras. A erosão progrediu então mais rapidamente, mas o nível de base se manteve o mesmo — as primeiras cachoeiras a jusante — e, em vista disto o Iguaçú, obrigado a depositar os sedimentos por êle transportados formou uma várzea que se estende, a montante, por dezenas de quilômetros.

Depois de União da Vitória, o Iguaçú só é navegável até Pôrto Almeida, a menos de 30 quilômetros daquela cidade; seu vale foi aí escavado no planalto basáltico, o 3.º planalto paranaense, que até Cruz Machado apresenta-se profundamente entalhado e mesmo esfacelado pela ação erosiva do Iguaçú e seus afluentes. Logo a jusante de Pôrto Almeida o salto Grande inicia uma série de corredeiras e cachoeiras e o vale do Iguaçú encaixa-se progressivamente no planalto.

A dificuldade encontrada pelo Iguaçú em seu aprofundamento é representada pelo grande número de corredeiras e saltos (salto Grande, Saltinho, salto das Ilhas, salto Santiago, salto Osório, salto Caxias, salto Sampaio, salto Faraday, salto Caniguá, salto Irene e finalmente, salto Santa

Maria, o maior de todos êles). Estes saltos correspondem a outros tantos níveis de base locais. Assim, o salto Grande é o nível de base para todo o trecho do Iguazu até Pôrto Amazonas e, retardando o aprofundamento do rio, provocou intenso aluvionamento e a formação de uma enorme várzea.

Abaixo do salto Grande, o Iguazu apresenta uma sucessão de alargamentos e estrangulamentos, a montante e a jusante de cada corredeira ou cachoeira, formando-se neste último caso, verdadeiros *cañions* de paredes verticais, entalhadas na rocha viva.

O mais importante destes saltos é o salto Santa Maria, distante 28 quilômetros da foz, com uma altura de queda de mais de 70 metros. Acima da cachoeira o vale se apresenta largo e as encostas extremamente suaves; o rio corre ao nível do planalto e suas águas se espraiam alcançando uma largura de mais de mil metros. A cachoeira propriamente dita, tem uma forma irregular, assemelhando-se, grosso modo, a uma ferradura, sendo formada por numerosos saltos. Uma vez que a linha de divisa com a República Argentina passa pelo talvegue principal mais próximo da margem brasileira, pertencem a êste país muitos dos saltos em questão.

Os saltos se desenvolvem numa extensão total de 2 700 metros, dos quais 600 pertencem ao Brasil. O potencial da queda é de 1 200 000 H.P. em média, alcançando 6 900 000 na época das cheias máximas.

A jusante das cataratas, o Iguazu corre em um *cañion* profundo e estreito, entre paredes verticais, alcançando apenas em sua foz, a largura de 400 metros.

Impossibilitado de acompanhar com a mesma rapidez o aprofundamento do Paraná, o Iguazu, como os outros afluentes dêste rio neste trecho, apresenta como que um vale suspenso, separado do nível de base no Paraná por um desnível violento.

Em linhas gerais, portanto, o rio Iguazu apresenta em seu curso aspectos os mais diversos. Seu perfil longitudinal acusa diferenças profundas. No curso inferior, de União da Vitória até quase sua foz, o Iguazu apresenta um desnível acentuado, passando de 752 a 280 metros de altitude, no salto Santa Maria. Caracteriza-se por numerosas rupturas rápidas e níveis de base locais que o seccionam em pequenos trechos de evolução indepen-

dente. Ao contrário, seu médio e alto cursos apenas separados pela corredeira próxima a Pôrto Amazonas, caracterizam-se por um declive insignificante e pela presença de extensas várzeas inundáveis onde o rio descreve meandros caprichosos. De suas nascentes até União da Vitória, o desnível é inferior a 200 metros.

Esses dois trechos do Iguazu, a jusante e a montante de União da Vitória, caracterizados por aspectos totalmente diversos, estão, na verdade, em estreita dependência. Com efeito, foi a dificuldade encontrada pelo Iguazu ao se aprofundar no planalto basáltico muito resistente, que represou o alto curso, obrigando o rio a depositar os sedimentos por êle transportados.

Lysia Maria Cavalcanti Bernardes

★

A Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História

Antecedentes — O Instituto Pan-Americano de Geografia e História que foi, recentemente, reconhecido como órgão especializado da Organização dos Estados Americanos, iniciou os seus trabalhos em 1929, por decisão da Assembléia Pan-Americana de Havana.

O govêrno do México ofereceu um edifício especialmente adaptado para sede do Instituto, em Tacubaya, nas imediações da Cidade do México.

Em 1941 estudou-se, na Assembléia Geral do Instituto reunida em Lima, a conveniência de ser modificada a estrutura do Instituto a fim de intensificar os seus trabalhos técnicos por meio da criação de comissões. A primeira que se organizou foi a de Cartografia, com sede em Washington. Depois se criou a de Geografia, com sede no Rio de Janeiro, e a de História, com sede no México, sendo que esta última o foi por decisão da IV Assembléia Geral do mesmo Instituto, realizada em Caracas, em 1946.

Em 1947 realizou-se, no México, a I Reunião de Consulta da Comissão de História, que foi organizada e regulamentada e estabeleceu o seu programa de trabalhos¹.

Na conformidade da resolução de Caracas que criou a Comissão e com os acordos firmados na Reunião de Con-

¹ "Primera Reunión de Consulta de la Comisión de Historia", México, 1947. Publicação n.º 86 do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

sulta no México, foram constituídos, também, quatro comitês da Comissão, confiados aos seguintes países: Argentina, Comitê de Programa de História da América e Revisão de Textos; Cuba, Comitê de Arquivos; Peru, Comitê de Folclore; Venezuela, Comitê do Movimento Emancipador.

Esses comitês ficaram encarregados da realização de projetos específicos que também foram determinados na Reunião do México, correspondendo, portanto, ao organismo central da Comissão a execução de todos os demais acordos que não foram confiados, particularmente, aos comitês.

Finalidades — A Comissão de História não é uma Academia ou um Instituto de Investigação igual aos já existentes nas Américas, porém uma agência estimuladora, coordenadora e difusora dos estudos de história da América, que tem a missão de trabalhar em cooperação com os estudiosos e com as instituições que se dedicam a essa matéria. Seu propósito fundamental é o cultivo de história da América em seu sentido mais amplo, pelo que aceita os quatro idiomas oficiais do Novo Mundo, ou sejam, o espanhol, o português, o francês e o inglês; e se ocupa, indistintamente, da história de qualquer das grandes áreas culturais das Américas, procurando lograr por cima de suas fronteiras um maior conhecimento mútuo entre os homens do Novo Mundo.

Nos diversos atos e momentos da vida da Comissão, os historiadores que a integram ou que nela colaboram, declararam o seu propósito de se apegarem à verdade histórica e de reconhecerem as divergências que existem entre as várias entidades históricas do continente. Não existe, pois, o desejo de criar uma história oficial, de conveniências ou à base de simulações; porém, aqueles que contribuem com seu esforço científico para a obra da Comissão de História sabem que dentro das exigências rigorosas de sua disciplina, e sem prejuízo dessa variedade que caracteriza e enriquece os povos do Novo Mundo, é possível e conveniente a tarefa de animar o conhecimento recíproco de nossas respectivas histórias e que mediante a realização de trabalhos científicos comuns se pode avivar o espírito de colaboração e de compreensão entre os historiadores americanos, contribuindo, assim, para promover a amizade entre os povos deste continente, aos quais se destinam os resultados destas investigações.

Cada historiador americano conhece a história de seu próprio país e costuma dar importância às origens européias que influíram em seu desenvolvimento. Não se pode dizer, porém, que existe em cada um deles o hábito de considerar as experiências paralelas dos demais povos do Novo Mundo. Por isso a história da América, em seu sentido mais amplo, encontra-se apenas em estado de formação.

Sobre a imensa extensão geográfica deste continente, tão variado em suas paisagens como em seus recursos naturais, os homens pertencentes a vários povos europeus têm ensaiado a transplantação de suas respectivas culturas; fazendo-o em épocas diversas, sob formas religiosas e sociais distintas, encontrando e tratando de modo muito diferente as civilizações indígenas que, por sua vez, ofereciam características desiguais em cada área do Novo Mundo, associando à empresa, coativamente, os homens originários do continente africano em quantidade variável e com resultados nem sempre semelhantes; travando lutas, entre si, por todas as fronteiras políticas e culturais e expressando as idéias e os sentimentos que acompanham esses processos históricos por meio da obra de seus grandes historiadores.

Essa grande tarefa histórica que cria e singulariza os povos do Novo Mundo, não tem sido estudada, comumente, por historiadores capazes de abranger as distintas áreas e épocas que possam servir de ponto de apoio aos paralelos mais significativos.

Não existe, por ventura, neste sentido, um vasto campo de possibilidades para o trabalho dos historiadores em continuação aos ensaios iniciados pelos filósofos do século XVIII, corrigindo, por sua vez, os muitos erros de minúcia em que eles incorreram?

O estudo persistente da história paralela dos povos americanos não se deve tentar, a nosso ver, com o único objeto de estabelecer semelhanças ou diferenças.

Importa, outrossim, criar o hábito da contemplação e da meditação dos fenômenos históricos do Novo Mundo dentro de um marco mais amplo e por sua vez, mais justo, pois a história de cada nação aparecerá enriquecida pela luz advinda das experiências.

Não queremos predicar, *a priori*, a existência de uma história de conteúdo ou de sentido comum nas Américas.

Tão pouco enchemos nossas aspirações com a existência nos Estados Unidos, por exemplo, de um importante grupo de historiadores especializados em temas latino-americanos. Isso seria excelente e desejaríamos sugerir aos países da América Latina um movimento equivalente, encaminhado ao estudo da história dos Estados Unidos. Mas, também, nos interessa que o historiador da civilização dos Estados Unidos, sem deixar de o ser, conheça a experiência histórica canadense, mexicana, brasileira etc., para entender melhor o desenvolvimento de sua própria história. Isto é, que cada historiador americano de uma determinada área possa manejar a experiência geral do continente para focalizar seus problemas com melhor perspectiva. Tal é o que vem fazendo, entre outros, os antropólogos que se dedicam aos problemas do negro na América, já que a experiência haitiana ou brasileira é de indubitável significação para quem estuda semelhante tema nos Estados Unidos.

O Instituto Indigenista conseguiu, também, reunir estudiosos do índio de distintas zonas do continente. Da mesma maneira, o historiador interessado no surgimento dos senhorios no Canadá, pode considerar, com proveito, a história das encomendas na América Espanhola ou dos donatários no início da colonização portuguesa no Brasil.

Os exemplos poderiam se multiplicar e, mesmo passar dos fenômenos históricos particulares a considerações gerais sobre a trajetória das várias áreas culturais do continente, *verbi gratia*, se se estudarem as opiniões dos franceses na América, no século XVIII, acerca dos espanhóis, portugueses ou ingleses com os quais entraram em contacto; ou se se examinar, comparativamente, a significação dos momentos em que se inicia a atividade colonizadora em regiões distintas, como Santo Domingo que, até fins do século XV, recebeu a influência do outono da Idade Média, para usar expressão feliz de Huizinga, enquanto no território dos atuais Estados Unidos não chegaram colonizadores ingleses senão pelo século XVII, quando a Europa já transpunha a centúria das lutas religiosas.

De sorte que a história da América em geral, e a de cada região, possam ganhar simultaneamente por êsse exercício de conhecimento recíproco ou transversal, a cujo desenvolvimento se dedica de preferência a atividade da Comissão de História.

E' em consequência disso que o seu programa abrange toda a extensão geográfica das Américas, qualquer que seja a situação política de uma região dada, *verbi gratia*, Jamaica, Guianas, Pôrto Rico, Antilhas Francesas, etc.

Organização e forma de trabalho — A Comissão está integrada de membros nacionais designados pelos governos dos países americanos. Esses membros são escolhidos, de acôrdo com os estatutos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, entre pessoas que se dedicam aos estudos históricos.

A Comissão pode receber, tanto contribuições públicas como privadas, para a realização de seus trabalhos. Em certas ocasiões recebeu ajuda econômica de instituições científicas que tomaram a seu cargo o cumprimento de algumas partes de seu programa. Exemplificando: os retratos dos historiadores norte-americanos Parkman e Turner foram presenteados à Comissão por intermédio da American Historical Association, a qual recorreu, por sua vez, aos bons officios da Colonial Society of Massachusetts e do grupo Friends of Frederick Jackson Turner. Os do Equador, ao contrário, foram doados pelo Estado.

A Comissão dá especial atenção à capacidade técnica de seus colaboradores, uma vez que defende ideais científicos e de qualidade histórica. Algumas vezes os Membros Nacionais se têm encarregado, diretamente, de realizar trabalhos para a Comissão, quando êstes coincidem com as suas especialidades ou preocupações históricas; porém, atuam, geralmente, como conselheiros para ajudar as entidades ou pessoas especializadas de cada país, a fim de que elas possam realizar o trabalho solicitado.

A opinião das universidades, das academias e dos demais institutos históricos do continente é sempre levada em conta nos trabalhos da Comissão.

A Comissão de História está convencida de que o êxito de seus trabalhos depende de sua habilidade em aproximar os melhores técnicos de cada país e que, por isso, não deve formar um secretariado numeroso e custoso, porém, manter um reduzido e econômico serviço administrativo e, ao contrário, ter em todo momento um numeroso e variado grupo de historiadores do continente trabalhando em seus projetos, por meio de contratos específicos.

Assim, a proporção entre os gastos administrativos e os técnicos e de publicações se tem mantido em uma relação que não excede de trinta por cento do total do orçamento fixado pela comissão.

O programa — A primeira Reunião de Consulta de 1947 deixou à Comissão um programa com um número excessivo de encargos, por isso foi preciso escolher os de mais imediata e prática realização. Atualmente a Comissão se encontra realizando diretamente os seguintes encargos:

1 — Um cadastro das instituições que no continente se dedicam ao estudo da história, abrangendo, como já foi explicado, o Canadá, os Estados Unidos, América espanhola, Brasil e as possessões européias na América.

2 — Igualmente, na mesma linha de trabalho, a Comissão apresentará um cadastro dos historiadores de outras partes da América.

3 — Encontra-se, também, em vias de realização a galeria de retratos de destacados historiadores do continente, a qual se está compondo por meio das ofertas que têm sido feitas por diversos países. Sete países fizeram entrega de retrato e nove já comunicaram o seu próximo envio. Para a devida divulgação deste projeto, a Comissão publica folhetos explicativos da obra de cada historiador que entra para a galeria, podendo-se citar, por exemplo, o estudo preparado pelo professor Merle Curti sobre Turner e o de Marroquin sobre o historiador colombiano Restrepo.

4 — Dentro da ordem dos trabalhos científicos, a Comissão iniciou a biblioteca de historiografia, cuja finalidade é reunir a história do pensamento histórico dos países americanos. O volume correspondente a Cuba já se acha bem adiantado e também se está trabalhando nos volumes de outros países como o Brasil, Guatemala, México e os Estados Unidos. Ao se completar esta série, o leitor poderá se orientar com facilidade dentro da vasta literatura histórica produzida por todos e por cada um dos países.

5 — Iniciou-se, outrossim, a preparação de um estudo coordenado sobre algum tema social que tenha significação em diversas partes da América, como "A Abolição da Escravidura". Uma orientação semelhante se pensa seguir nos estudos de história das Ideias, da qual se vai ocupar um comitê

especial da Comissão, cuja criação foi recomendada pela I Reunião de Consulta da Comissão de História e que já funciona em forma interina.

6 — Não podia a Comissão deixar de se interessar pelo problema do ensino de história. Em face disso, publicou um volume acerca do modo como se ensina a história no México nos diversos graus; o volume correspondente aos Estados Unidos foi terminado e o do Peru está bem adiantado. Outros seis já iniciaram a realização desse projeto. Concluídos os trabalhos de informação, os seus resultados serão submetidos aos técnicos para que formulem as recomendações adequadas. Talvez se possa dedicar maior atenção ao Novo Mundo e à sua história no sistema educativo de cada país americano.

7 — A fim de facilitar o conhecimento das técnicas da história e de suas ciências afins, a Comissão publicou vários manuais, como o *Manual de Técnica de História do Direito Indiano*, de autoria de Don Rafael Altamira e o de *Conservação de Livros e Manuscritos*, de Don Juan Almela Meliá. Estão outros em preparo, como o de *Paleografia* de Don Agustin Milares.

8 — O continente se distingue por sua riqueza em monumentos históricos. O problema de sua conservação tem interessado à Comissão. Estão em preparo informes minuciosos sobre o modo como cada país americano guarda essas reliquias do passado e brevemente aparecerá o volume com as informações da Argentina, Chile, Guatemala, Haiti, México, Panamá e Santo Domingo, que já foram entregues.

9 — No que respeita às fontes históricas, os historiadores que se reuniram no México em 1947, compreenderam que, além dos arquivos existentes em solo americano, há um grande número de pontos de interesse americano depositados nos arquivos europeus. Quase todos os países da América têm enviado missões com o fim de estudar ou copiar esses documentos conservados na Europa e conviria saber o que, nesse campo, tem realizado cada um dos outros países. México e Santo Domingo já concluíram seus informes que foram publicados pela Comissão.

10 — A Comissão de História mantém publicações periódicas fundadas pelo Instituto: o *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana* e a *Revista de História da América* que já completaram os dez primeiros anos de sua

existência. A bibliografia de livros e de artigos reunidos nesta última revista figura, também, em fichários à disposição dos investigadores.

De sorte que o programa da Comissão abrange aspectos instrumentais, informativos e de criação historiográfica. Os primeiros são de óbvia utilidade e de índole prévia. Os segundos podem contribuir para fixar a atenção sobre os aspectos importantes do trabalho histórico na América e oferecer uma base para posteriores recomendações. Os últimos podem resolver, se se obtiver a qualidade apropriada, grandes problemas de conhecimento histórico do continente que não poderiam ser tratados por meio de investigações isoladas.

Este programa é agora objeto de um estudo que servirá de base para revisão na V Assembléa do Instituto que se reunirá em Santiago do Chile em outubro deste ano (1950).

Relações — A Comissão de História conta como organismo pan-americano intergovernativo, com o apoio dos governos que designaram os Membros Nacionais que a integram. Cada um desses Membros Nacionais deve ter um corpo de assessôres escolhidos entre pessoas dedicadas à história.

A Comissão tem procurado estabelecer contactos com as instituições científicas e com os historiadores americanos, sem o que não pode esperar nem a realização técnica de seus trabalhos nem a devida difusão dos resultados de seu programa. Em face disso, distribui informes mensais sobre o progresso que se vai obtendo na execução dos mesmos.

Onde existem associações de historiadores, como ocorre nos Estados Unidos com a American Historical Association, a Comissão tem procurado entabular conexões adequadas.

Desde a reunião do México se tem procurado, também, coordenar o trabalho da Comissão de História com o da UNESCO. Não se tem obtido muito, em princípio, porque, uma e outra instituição, estão iniciando seus trabalhos. E' lógico, porém, pensar que, no futuro, os esforços de cooperação intelectual realizados pelos historiadores dos países americanos chegarão a interessar ao organismo científico mundial.

Conclusão — Temos procurado apresentar, com a maior brevidade possível, um programa das finalidades da Comissão de História, bem como um esquema de sua organização e trabalhos.

E' nosso desejo que em cada país americano esta alocação possa significar uma atração para novas perspectivas.

Que o historiador dos Estados Unidos, por exemplo, compreenda a necessidade de aprender as outras línguas da América, que viaje pelas várias áreas americanas e adquira conhecimentos sobre a Argentina, Brasil ou México.

Enfim, que apareça uma nova variedade de historiador da América que, sem abandonar o campo de sua própria história nacional, sinta a preocupação de estender o seu afã de conhecimentos a outras zonas da vida histórica americana.

Creio que assim, não só lograremos uma maior compreensão entre os povos do Novo Mundo, como também, um estudo mais completo e penetrante de nossos próprios fenômenos históricos.

E' possível que este convite desperte dúvidas e mesmo cepticismo. Talvez, agora, não se veja o fruto que se possa obter de semelhante estudo paralelo da história dos povos americanos, uma vez que eles oferecem acentuadas diferenças culturais entre si. Se não podemos crer que essa circunstância modifique por completo a imagem de cada história nacional ou de suas relações com a Europa, ao menos será possível acreditar que de semelhante exercício podem nascer algumas interpretações mais amplas e profundas da vida histórica americana.

Só uma investigação séria e insistente nesse sentido pode ensinar-nos até onde será produtiva e quais as suas limitações.

A esta magna tarefa consagrou-se o organismo pan-americano que serve de tema a nossa palestra de hoje. Seus triunfos ou seus malogros dependerão, em primeiro lugar, do grau de valor da causa científica pan-americana e, em segundo, da maior ou menor habilidade com que logre tornar realidades tangíveis esses ideais historiográficos.

Dr. Silvio Zavala

Informações básicas sobre o Brasil *: Superfície e população

O ambiente físico. — Segundo os dados mais recentes do Conselho Nacional de Geografia, a superfície do território brasileiro ascende a 8 516 037 quilômetros quadrados. Excluindo-se a parte ocupada pelas águas interiores (51 839), ficam 8 464 198 quilômetros quadrados de superfície terrestre.

Os dados referentes à superfície total de um país, nem sempre são apropriados para indicar as suas possibilidades de povoamento, porque às vezes compreendem vastas áreas inabitáveis ou quase inabitáveis. Vale esta observação tanto para a União Soviética, que conta com mais de 21 000 000 de quilômetros quadrados de território, como para o Canadá e a Austrália, cujas áreas totais não diferem muito daquela do Brasil. Aplica-se esta observação também a este país, onde, porém, a proporção das áreas inabitáveis é menor que nos três outros grandes países agora mencionados. Não há no Brasil regiões sujeitas a temperaturas muito baixas; e as próprias temperaturas elevadas das regiões tropicais ficam, em geral, toleráveis. Mas há zonas sujeitas a alagamentos periódicos, especialmente na planície amazônica; há zonas palustres, especialmente na região meridional; e há zonas áridas, nos planaltos.

A maior parte dos obstáculos que se opõem ao povoamento dessas regiões poderá ser afastada pela obra do homem; mas é provável que isto aconteça somente depois do povoamento intenso das regiões que oferecem condições mais favoráveis.

Representam apenas jogos da fantasia as estimativas de previsão da população que poderia ser alimentada pelo território do Brasil, estimativas que em alguns casos atingem números de centenas de milhões. O que parece incontestável é a possibilidade de que esse território venha a ser habitado por uma população muito superior à atual, que não chega a 50 milhões.

Basta considerar a enorme extensão territorial do Brasil (de 5° 16' lat N, no território do Rio Branco, a 33° 45' lat. S, no estado do Rio Grande do Sul; e de 34° 46' long. W. Greenwich, no estado da Paraíba, a 73° 59' no território

do Acre) para formar idéia da grande variedade das condições de clima, fauna e flora, que apresenta este país, cujo solo dá ao mesmo tempo os produtos típicos da zona tropical e os da zona temperada.

Os recursos minerais são ainda imperfeitamente conhecidos. Foram localizadas, com certeza, enormes jazidas de minério de ferro de elevado teor, reservas notáveis de manganês, e menores, mas não desprezíveis, de outros metais. Os depósitos de carvão fóssil até agora localizados e explorados são de volume limitado e de qualidade medíocre. As pesquisas de petróleo suscitaram grandes esperanças e já deram resultados, modestos mas não desprezíveis.

Deve-se, entretanto, considerar que milhões de quilômetros quadrados do território do Brasil são ainda quase desconhecidos até nos aspectos geográficos, e ainda mais nos geológicos. Nas próprias zonas de antigo povoamento, os mapas geológicos baseados em levantamentos realizados com todos os recursos da técnica moderna compreendem apenas zonas relativamente limitadas. É possível que a exploração geográfica e geológica revele no futuro vastas e variadas riquezas do subsolo, ainda desconhecidas.

Os recursos hidráulicos são muito abundantes, e o seu aproveitamento racional, apenas iniciado, poderá fornecer ao mesmo tempo grandes quantidades de energia elétrica para a agricultura, a indústria, os transportes e as necessidades dos lares, e amplos abastecimentos de água para a irrigação das culturas e para usos domésticos e industriais.

* * *

A população; seu desenvolvimento. — O número dos habitantes do Brasil aumentou rapidamente nos cem anos anteriores ao último censo, subindo de cerca de 6 milhões em 1840 para mais de 41 milhões em 1940.

O aumento prosseguiu depois de 1940; em 31 de dezembro de 1949 a população é estimada em 49 800 000 habitantes *. A tabela anexa ilustra a sua distribuição territorial.

* Sobre os critérios adotados nas estimativas da população para o período posterior ao censo de 1940, veja-se o estudo "Aplicação comparativa de diferentes critérios para as estimativas da população do Brasil no período entre os recenseamentos de 1940 e 1950" publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1949.

* Estudos compilados sob a responsabilidade técnica do Prof. Giorgio Mortara, assessor do Conselho Nacional de Estatística.

Em cifra absoluta, a população do Brasil excede as da Itália e da França, mas em relação à imensa superfície do país é ainda muito escassa, a densidade média não chegando a 6 habitantes por quilômetro quadrado.

A imigração foi apenas um fator secundário do crescimento da população do Brasil nos últimos cem anos. Do crescimento total de 42,7 milhões de habitantes verificado entre 1849 e 1949, apenas 3,6 milhões correspondem ao excedente das imigrações sobre as emigrações, enquanto 39,1 milhões correspondem ao excedente dos nascimentos sobre os óbitos. No máximo, 4 milhões deste aumento natural representam a contribuição indireta da imigração ocorrida no período considerado, para o desenvolvimento demográfico, podendo logo ser avaliada em 34,8 milhões a parte do incentivo natural direta e indiretamente independente da emigração.

Nos 50 anos entre 1890 e 1940, a população do Brasil foi aumentando na proporção de um capital empregado aos juros compostos anuais de 2,15%; e ainda atualmente, embora seja quase nulo o excedente da imigração sobre a emigração, a taxa anual de crescimento deve-se manter próxima de 2%.

Esse rápido crescimento verifica-se em virtude da natalidade muito elevada, que excede fortemente a mortalidade, ainda bastante alta. Calcula-se em 42 a 44 por 1 000 habitantes a taxa anual de natalidade e em 22 a 24 por 1 000 habitantes a taxa de mortalidade. Estas taxas, muito elevadas em comparação com as da Europa e da América Anglo-Saxônia, não são, entretanto, excepcionais na América Latina, estando muito próximas das verificadas no México; excedem, porém, as verificadas na Colômbia, e, em proporção muito maior, as da Argentina e do Uruguai.

* * *

A distribuição territorial da população. — A população do Brasil é na maior parte rural. Em 1940 as aglomerações urbanas com mais de 2 000 habitantes compreendiam apenas um quarto da população total, e a proporção hodierna não é muito maior, apesar da recente intensificação das imigrações do interior para as cidades.

As duas principais aglomerações urbanas são as do Rio de Janeiro, com mais de 2 milhões de habitantes na parte urbana e suburbana do Distrito Federal e mais algumas centenas de mi-

lhares em centros satélites situados no estado limítrofe do Rio de Janeiro*; e de São Paulo, com mais de 1,6 milhão no município dessa capital e outros notáveis contingentes em municípios con-finantes. As demais aglomerações urbanas mais importantes são as do Recife (capital de Pernambuco), Porto Alegre (capital do Rio Grande do Sul), Cidade do Salvador (capital da Bahia), Belo Horizonte (capital de Minas Gerais) e Belém (capital do Pará).

A distribuição da população em relação ao território é muito desigual, como se pode ver pelos dados da tabela anexa sobre a densidade demográfica nas diversas regiões fisiográficas e unidades da Federação (estados, territórios federais, Distrito Federal).

Nas zonas de povoamento mais antigo encontram-se densidades relativamente elevadas em comparação com a média nacional de 5,88 habitantes por quilômetro quadrado.

Na Região do Sul — que abrange os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul —, com população próxima de 15,6 milhões, a densidade média é de 19,28 habitantes por quilômetro quadrado. Na Região Este — que abrange os estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal —, com população total de 18,9 milhões, a densidade média é de 14,97. Na Região do Nordeste — que abrange os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e o território federal de Fernando de Noronha —, com população total superior a 12,0 milhões, a densidade média é de 12,42 habitantes por quilômetro quadrado.

Essas três regiões, com pouco mais de um terço da superfície total do Brasil (35,91%), contêm mais de nove décimos (93,39%) da sua população.

As duas outras regiões, apesar da sua enorme extensão, estão ainda quase despovoadas, pois que, com quase dois terços da superfície total (64,09%), contêm apenas uma pequena fração da população (6,61%).

A Região do Norte — que abrange os estados do Amazonas e Pará e os territórios federais do Acre, Rio Branco, Amapá e Guaporé —, conta com menos de 1,8 milhão de habitantes, com densidade média de 0,51 (um habitante para dois quilômetros quadrados). E

* O estado do Rio de Janeiro não compreende a capital homônima, que constitui, com uma limitada zona circunstante, o Distrito Federal.

a Região do Centro-Oeste — que abrangem os estados de Mato Grosso e Goiás —, com 1,5 milhão de habitantes, apresenta uma densidade média de 0,80 por quilômetro quadrado.

Essas duas regiões têm, em conjunto, uma superfície de 5,4 milhões de quilômetros quadrados, isto é, igual à que tinha em 1939 a Europa, excluídos os territórios soviéticos. Mas contam com pouco mais de 3 milhões de habitantes — ou no máximo 4 milhões, — computando-se muito largamente o número dos indígenas não integrados na civilização —, em comparação com mais de 400 milhões de habitantes da Europa de 1939. Esse contraste parece quase incrível, especialmente se fôr levada em conta a circunstância de que a maior parte desse imenso território é apropriada para o povoamento, ou poderia ser tornada tal sem dificuldades insuperáveis. Enquanto muitas partes do velho mundo sofrem pelo excesso de população, aqui há possibilidades de existência e de prosperidade para dezenas, se não centenas, de milhões de habitantes.

Em tôda a extensão dessas regiões a densidade da população é extremamente baixa, não chegando a dois habitantes por quilômetro quadrado (1,60) no estado de Goiás, onde atinge o seu máximo, e caindo para 0,07 habitante por quilômetro quadrado no território do Rio Branco, onde é mínima.

De outro lado, nas três regiões de povoamento mais antigo, mencionadas acima, encontram-se ainda vastas zonas com população bastante rara. Na própria Região Sul, o estado do Paraná conta com pouco mais de 7 habitantes por quilômetro quadrado; na Região do Este, o estado da Bahia, com superfície igual à da França, tem pouco mais de 8 habitantes por quilômetro quadrado (apesar de ter sido iniciado seu povoamento pelos portugueses desde a própria época da descoberta do Brasil); na Região do Nordeste, os estados do Maranhão e do Piauí, com uma superfície, em conjunto, maior do que a da França, apresentam densidade de apenas 4 habitantes por quilômetro quadrado.

As maiores densidades — prescindindo-se da pequena área do Distrito Federal, que inclui a maior parte da máxima aglomeração urbana do Brasil — encontram-se nos estados do Rio de Janeiro, com 54 habitantes por quilômetro quadrado; de Alagoas, com 40; de São Paulo, com 35, e de Pernambuco, com 33.

Entre os estados, os mais populosos são os de São Paulo, com 8,7 milhões de habitantes; Minas Gerais, com 8,1 milhões; Bahia, 4,7 milhões; Rio Grande do Sul, com 4,0 milhões (vejam-se os dados da tabela I, para os demais estados e territórios).

* * *

A composição da população: sexo, idade, grupos étnicos, nacionalidade. — Em virtude das características do seu desenvolvimento — crescimento na maior parte natural, natalidade e mortalidade elevadas — a população do Brasil apresenta uma composição por sexo bem equilibrada e uma composição por idade muito diversa das que se encontram nos países da Europa ocidental e central e da América Anglo-Saxônia — caracterizados pelos baixos níveis da natalidade e da mortalidade —, mas semelhante às de outros países latino-americanos com características de desenvolvimento análogas às do Brasil, como se pode verificar pelos dados seguintes.

Idade	Composição porcentual da população		
	Brasil	México	Colômbia
Anos completos	1940	1940	1938
0 a 19	53,32	51,36	52,27
20 a 39	29,30	29,67	29,60
40 a 59	13,31	13,85	13,13
60 e mais	4,07	5,12	5,00
Total	100,00	100,00	100,00

São muito numerosos os habitantes em idades infantis e adolescentes, e pouco numerosos os em idades senis. E' baixa a proporção dos habitantes nas idades mais apropriadas para o desenvolvimento de atividades econômicas.

Essa situação dá impulso à exploração prematura do trabalho do adolescente, e até da criança, que prejudica a instrução geral e a própria preparação técnica do trabalhador (23% dos homens e 45% das mulheres, ocupadas em atividades extra-domésticas, estão em idades de 10 a 19 anos).

As origens étnicas do povo brasileiro são muito variadas. Desde o século XVI se iniciou uma larga fusão entre os colonizadores ibéricos e os aborígenes. Mais tarde afluíram para o Brasil, mais numerosos do que os imigrantes voluntários, os forçados, isto é, os negros importados da África em escravidão; estes não ficaram sexualmente segregados dos demais grupos, antes se misturaram com eles em diversas combinações.

Tabela I

BRASIL

Estimativa da população, discriminada segundo as regiões fisiográficas e as unidades da Federação, em 31 de dezembro de 1949

REGIÕES FISIGRÁFICAS OU UNIDADES DA FEDERAÇÃO	População (hab)	Superfície* (km2)	Densidade da população (hab/km2)
Norte	1 788 207	3 540 032	0,51
Guaporé (Território).....	25 622	254 163	0,10
Acre (Território).....	96 295	153 170	0,63
Amazonas.....	511 393	1 595 818	0,32
Rio Branco (Território).....	14 535	214 316	0,07
Pará.....	1 114 339	1 188 769	0,94
Amapá (Território).....	26 023	133 796	0,19
Nordeste	12 040 047	969 704	12,42
Maranhão.....	1 491 079	332 239	4,49
Piauí.....	986 997	249 317	3,96
Ceará.....	2 524 266	153 245	16,47
Rio Grande do Norte.....	927 141	53 048	17,48
Paraíba.....	1 716 960	56 282	30,51
Pernambuco.....	3 243 909	97 016	33,44
Alagoas.....	1 148 397	28 531	40,25
Fernando de Noronha (Território).....	1 298	26	49,92
Este	18 863 441	1 260 169	14,97
Sergipe.....	654 689	21 057	31,09
Bahia.....	4 729 892	563 281	8,40
Minas Gerais.....	8 132 111	581 975	13,97
(Serra dos Aimorés)**.....	80 874	10 137	7,98
Espírito Santo.....	905 519	40 882	22,15
Rio de Janeiro.....	2 230 708	41 666	53,54
Distrito Federal.....	2 129 648	1 171	1 818,66
Sul	15 602 642	809 258	19,28
São Paulo.....	8 679 059	247 223	35,11
Paraná.....	1 492 416	200 731	7,43
Santa Catarina.....	1 422 476	93 849	15,16
Rio Grande do Sul.....	4 008 691	267 455	14,99
Centro-Oeste	1 505 663	1 885 035	0,80
Mato Grosso.....	508 027	1 262 572	0,40
Goiás.....	997 636	622 463	1,60
BRASIL	49 800 000	8 464 198	5,88

* Exclui-se a superfície das águas interiores.

** Zona em litígio entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Nos últimos cem anos, cessada a imigração forçada, intensificou-se a livre, especialmente depois da abolição da escravidão (1888). Até a primeira guerra mundial, predominaram nesta imigração os elementos europeus (e, entre estes, os latinos), porém com representação não desprezível de elementos levantinos e sul-americanos; no intervalo entre a primeira guerra mundial e a segunda, foi notável a afluência de elementos do Extremo Oriente (japoneses), os quais, porém, até agora, se mantêm étnicamente quase segregados dos habitantes de outras origens.

Na população hodierna do Brasil, os "brancos" — em parte mestiços — representam quase dois terços do total; os "pardos" e "pretos", um terço; os "amarelos" (japoneses e seus descendentes), menos de 1%.

No que diz respeito à nacionalidade, a composição da população do Brasil é caracterizada pela absoluta preponderância dos nacionais do próprio país. Dos 3,5 milhões de estrangeiros, que se fixaram no Brasil durante os últimos cem anos, resta hoje menos de 1,2 milhão, dos quais nove décimos conservam a nacionalidade de origem e um décimo adotou a nacionalidade brasileira.

Os filhos de estrangeiros, que nascem no Brasil, são considerados, conforme a lei, "brasileiros natos", salvo exceções em número desprezível. Este critério legislativo favorece a assimilação nacional dos grupos de origem estrangeira.

* * *

A distribuição da população segundo a atividade econômica. — Mais de oito décimos da população masculina de 10 anos e mais (81,6%) estão ocupados em atividades econômicas extra-domésticas; pouco menos de um décimo, em atividades econômicas no lar (1,1%) ou em atividades escolares discentes (7,1%); o décimo resíduo... (10,2%) é constituído pelos inativos, em grande parte adolescentes ou velhos.

Na população feminina de 10 anos e mais, predominam as atividades econômicas domésticas (67,0%); a proporção das mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas não chega a um sexto do total (15,3%), a das ocupadas em atividades escolares discentes é um pouco menor do que a do sexo masculino (6,5%); é maior, pelo contrário, a proporção das inativas (11,2%), em grande parte adolescentes ou velhas. A

prolificidade muito elevada da mulher brasileira constitui um dos fatores principais da sua escassa participação no trabalho fora do lar.

Discriminando-se, segundo ramos e classes de atividade, os habitantes de 10 anos e mais ocupados em atividades extra-domésticas, verifica-se a grande preponderância do ramo agropecuário, que abrange 56,7% da população masculina dessas idades, e 8,7% da feminina.

Em atividades das indústrias extrativas estão ocupados 2,4% dos homens de 10 anos e mais (na extração de produtos minerais, 0,8%; vegetais, 1,0%; e animais — pesca e caça — 0,6%, e 0,3% das mulheres (a maior parte na extração de produtos vegetais).

Em atividades das indústrias de transformação (excluídas as pequenas indústrias de conservação, reparação e confecção, que estão classificadas entre os serviços, em vista da sua função principal, que não é propriamente a da produção de bens materiais), estão ocupados 7,7% dos homens de 10 anos e mais (1,8% nas indústrias da construção, 1,2% nas de transformação da madeira e outras matérias de origem vegetal, 1,1% nas de produtos alimentícios e estimulantes, 1,0% nas metalúrgicas e mecânicas, 0,7% nas têxteis, e 1,9% nas demais indústrias) e 2,0% das mulheres (1,3% nas indústrias têxteis e 0,7% nas demais).

Mesmo levando em conta mais de 1,6% da população masculina de 10 anos e mais e 2,7% da feminina, correspondentes às pequenas indústrias de conservação, reparação e confecção, deve-se considerar muito baixa a quota da população do Brasil ocupada em atividades industriais.

E' relativamente elevada, pelo contrário, a proporção dos ocupados em atividades do comércio e crédito, 5,1% da população masculina de 10 anos e mais (4,8% no comércio de mercadorias e 0,3% no crédito e outras atividades intermediárias) e 0,3% da feminina.

Nas atividades de transportes e comunicações estão ocupadas 3,2% dos homens de 10 anos e mais (2,4% nos transportes terrestres, 0,6% nos transportes aquáticos e aéreos e 0,2% nos correios, telégrafos, etc.) e 0,1% das mulheres.

Nos serviços e outras atividades sociais (excluídas as pequenas indústrias, já discriminadas acima) estão ocupados 1,6% dos homens de 10 anos e mais (dos quais 0,8% em serviços de hospede-

dagem, alimentação e higiene pessoal) e 0,3% das mulheres.

Completa-se o quadro das atividades extra-domésticas pelos ramos das profissões liberais, culto, ensino particular, etc., com 0,5% dos homens de 10 anos e mais e 0,3% das mulheres; da administração pública, justiça e ensino público, com 1,6% dos homens (dos quais 1,3% na administração e 0,1% no ensino) e 0,6% das mulheres (das quais 0,4% no ensino); e da defesa nacional e segurança pública, com 1,2% dos homens de 10 anos e mais.

As proporções expostas acima representam a situação em 1940. Mas, nos 9 anos decorridos desde o censo realizado naquela data, a situação comparativa dos diversos ramos de atividades não se modificou muito, de modo que em geral essas proporções descrevem com boa aproximação a situação hodierna. Talvez sejam, atualmente, um pouco menores do que em 1940 as proporções dos ocupados em atividades agropecuárias e levemente maiores as dos ocupados em atividades das indústrias de transformação (metalúrgicas e mecânicas, têxteis, químicas, etc.), cujo desenvolvimento recebeu certo impulso no período bélico.

As características principais da população do Brasil, no que diz respeito às atividades econômicas, continuam sendo as da elevada quota dos grupos infantis, incapazes para contribuir nessas atividades, e dos grupos adolescentes, que só limitadamente e com baixo rendimento podem nelas contribuir; da predominância das atividades agropecuárias; da escassa extensão das atividades de transformação industrial.

* * *

As deficiências da organização sanitária e da instrução, fatores do baixo rendimento da atividade econômica. — O rendimento do trabalho do povo brasileiro é fortemente reduzido por duas ordens de fatores que influem sobre a capacidade individual, respectivamente atinentes ao estado físico e ao estado intelectual.

Já o nível elevado da taxa de mortalidade (22 a 24 por 1 000 habitantes) denuncia a situação pouco satisfatória da saúde pública.

Pesquisas realizadas nos últimos anos, com o auxílio dos resultados do censo de 1940 e das estatísticas anuais do movimento da população nos anos de 1939 a 1941, levam a estimar em cêr-

ca de 40 anos a duração média da vida no Brasil. Essa média é muito inferior às calculadas para os países mais adiantados (Estados Unidos 64 anos, Suíça e Austrália 65, Suécia e Holanda 66, Nova Zelândia 67, etc.), mas está próxima das calculadas para outros países da América Latina (México 37 anos, Chile 39). No estado de São Paulo, cuja organização higiênica e sanitária é sem dúvida uma das melhores entre as das diversas unidades da Federação, a vida média atinge 49 anos na capital e 44 no interior. No Distrito Federal, a vida média não chega a 43 anos. No estado de Pernambuco, a própria capital (Recife) apresenta uma vida média de apenas 30 anos, pouco superior à de 27 anos, calculada para a população da Índia.

São especialmente elevadas as taxas de mortalidade pelas doenças infecciosas e parasitárias (9,3 por 1 000 habitantes no Recife, 5,6 no Distrito Federal, 3,0 na capital de São Paulo) e pelas doenças do aparelho digestivo (6,8 por 1 000 habitantes no Recife, 3,0 no Distrito Federal, 2,7 na capital de São Paulo)*.

A tuberculose, a sífilis, a malária, as verminoses são muito difusas e não somente concorrem para elevar a mortalidade, como também para manter em condições de reduzida capacidade física uma parte considerável da população.

Convém salientar, que, nas próprias zonas onde a organização higiênica e sanitária é mais adiantada, a morbidade e a mortalidade se mantêm elevadas, em consequência da pobreza e da falta de instrução dominantes, circunstâncias que criam obstáculos, às vezes insuperáveis, para a luta contra as doenças.

Como índice da situação cultural pode servir a proporção dos analfabetos verificada em 1940 na população de 10 anos e mais, 57%. Nos últimos anos houve de certo sensível progresso mas ainda hoje essa proporção deveria estar próxima de 50%.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1949.

* Os dados sobre a mortalidade e a vida média referem-se, como foi advertido, aos anos de 1939 a 1941, mas representam com suficiente aproximação a situação atual. A piora do padrão de vida, causada pelas repercussões da segunda guerra mundial, neutralizou os esforços da administração para o melhoramento da saúde pública, na maior parte do país.

Ensino da Geografia*

II

M. R. FICHEUX

C. — Os objetivos do ensino geográfico e seu papel na compreensão internacional

Pode-se, agora, determinar o objetivo do ensino geográfico, analisando-o sob um triplice ponto de vista. Mas o que se deseja, antes de tudo, no presente trabalho é focalizar a formação, nas crianças, de um “senso mundial”, o desenvolvimento lento mas sólido de uma educação cívica, social e internacional, a modelagem tão perfeita quanto possível do futuro “cidadão do mundo”. Nosso designio é de mostrar que uma geografia bem ensinada pode fazer o aluno compreender que êle integra a grande comunidade humana, função e honra que lhe conferem responsabilidade e deveres. Porém uma formação desta ordem exige — o que veremos a seguir — que se dê aos escolares uma imagem tão exata quanto possível do mundo atual, isto é, um conhecimento suficiente da geografia do globo. Enfim mostraremos que não basta possuir um mínimo de conhecimentos geográficos, mas é necessário completá-los com métodos adequados de investigação geográfica e de trabalho.

I — EDUCAÇÃO SOCIAL, CÍVICA E INTERNACIONAL

A necessidade de evasão na criança

A criança sente bem cedo o desejo e a necessidade de “evadir-se” talvez por instinto. Com avidez quer tudo conhecer. Qual o homem que em criança não ficou fascinado diante de um atlas aberto e não traçou com o dedo, nas superfícies coloridas, o trajeto de sua primeira exploração? Sem dúvida a criança imagina o mundo de acôrdo com a própria fantasia; é ilimitada sua atração por tudo que é novo e maravilhoso; fatiga-nos, por vêzes, com os “porquê, como, onde, quando”, ouve boquiaberto os mais belos contos de fadas; tem mesmo o dom sublime de desdobrar-se ao sabor das narrativas e das leituras tornando-se sucessivamente: iroquês, caçador de peles, chefe índio ou condutor de caravanas; de boa vontade desejaria percorrer países encantados, como Ali Babá, em seu tapête mágico. Porque não aproveitar esta disposição de espírito tão cheia de entusiasmo e credulidade? Porque não fortalecê-la a fim de guiar o aluno com habilidade e previdência em seus primeiros contactos com outros países e povos da Terra?

PENSAR GEOGRÁFICAMENTE É PENSAR UNIVERSALMENTE

De fato, levar a criança a pensar geograficamente é conduzi-la a pensar no plano universal; é ensiná-la a compreender outras nações, outros povos, outras sociedades, outras atividades, a conhecer gêneros de vida diversos dos que lhe são peculiares, é forçá-la a ultrapassar o limitado horizonte local, a sentir como é pequeno, a situar seu próprio país entre os Estados do mundo, a ter consciência que ela e sua pátria são apenas fragmentos de uma comunidade mais vasta que se estende por todo o planéta.

* Tradução da Prof.ª Olga Buarque de Lima, da Secção Cultural do C.N.G.

A GEOGRAFIA ROMPE O ISOLAMENTO, SUPRIME O NACIONALISMO ESTREITO

Dêste modo, "a geografia rompe o isolamento" dentro do qual homens e nações viveram tanto tempo. Obriga a comparações acertadas. Conduz a julgamentos mais equitativos e do estudo objetivo e sincero de diversos povos nascerá benfazeja lição de modéstia (excelente antídoto contra uma intolerável xenofobia). *A geografia deve corrigir os excessos de um nacionalismo ou de um patriotismo¹ mal compreendidos.* O isolamento, a ignorância, o ego-centrismo fariam com que certos povos admitissem a própria superioridade². O primitivo desconhece o complexo de inferioridade e se tem medo do civilizado cujo poder material e engenho técnico reconhece, mantém, entretanto, como testemunhas de civilização superior, sua própria maneira de pensar e de agir e sorri dos hábitos e da vida do estrangeiro, achando-os divertidos. Porque, aliás, considerar selvagens séres que se adaptam, com tanta habilidade, a ambientes, por vezes tão adversos, conseguindo subsistir, manter-se em sociedade e cultivar sentimentos artísticos originais? Colocando seu país no devido lugar entre os demais países é possível *aquilatar-lhe melhor a importância e o valor*, assim como o papel que desempenha ou poderia desempenhar. Não se cogita aqui da idéia de "missão" confiada a determinado país como uma tutela, por uma autoridade suprema, uma vontade divina, mas de *um dever* semelhante ao que tem um irmão mais velho para com os mais moços³.

Uma das provas de favor sobrenatural para com seu país, da qual certos geógrafos costumam vangloriar-se, é o da "forma" do território que o predestinaria a papel de relêvo entre os estados; assim por exemplo o hexágono regular das fronteiras da França. Seria curioso observar-se, então, que alguns compêndios apresentam a Itália como uma península longa e estreita, e além disso dividida pela espinha dorsal dos Apeninos, portanto em posição de inferioridade, ao passo que outros ponderam que o feito de ponte entre a Europa e a África dividindo em dois o Mediterrâneo, a predestinaria a função de destaque. Alguns encaram os Carpatos como uma muralha prejudicial à unidade rumena, há quem os considere uma coluna vertebral que seria o ponto de apoio do território e ainda quem os veja como uma fortaleza (Dácia), núcleo sólido do Estado rumeno. No fundo todos estão certos e a verdade encontra-se nas interpretações conjugadas; de fato, uma ou outra apreciação é ou pode ser elogio ou crítica, a síntese está mais próxima da realidade geográfica.

COMPREENDER PARA ESTIMAR

Diz-se com freqüência que o ódio é cego. Não seria possível, entretanto, odiar a pessoa que conhecemos bem e a quem procuramos compreender; para amar, pois, os homens ou as nações é necessário estimá-los, apreciá-los numa justa medida. Ora, conhecê-los é, antes de tudo, pesquisar-lhes de modo objetivo os *traços comuns*, procurar perceber antes as *afinidades que as diferenças*, saber que, por toda parte no globo terrestre, os séres nascem, vivem, sofrem, trabalham, cultivam as artes e morrem possuindo isoladamente seus hábitos peculiares, mas na realidade de maneira tão humana como a nossa e que não se pode nem se deve permanecer indiferente aos padecimentos do próximo quando se tem a sorte de não sofrer. E' procurar nos povos o que *importa e não o particular*, saber melhor compreender, melhor apreciar as semelhanças

¹ Report on Geography Teaching in relation to World citizenship (London 1934, p. 6).

² Ibid. Algumas reflexões pertinentes ao mesmo tema, p. 19.

³ Será de interesse a leitura de passagens da autoria de Nicolas Tolu, concernentes ao ensino da história, mas aplicáveis ao de geografia, em: *Institut International de Coopération Intellectuelle*, 1925-1946 (Paris sem data, 559 p), pp. 173-247. Eis um pequeno trecho: "O ensino (da história e também da geografia) — deverá eliminar tudo que possa disputar ou favorecer um espírito de nacionalismo militar e de patriotismo exagerado, todo apêlo ao ódio ou ao egoísmo, todo sentimento de auto-suficiência que invadem diferentes povos e que ofendem por vezes seus vizinhos, libertar os alunos dos preconceitos de tempo e lugar; exercer a mais esclarecida tolerância, a mais compreensiva; desenvolver o amor e o conhecimento da verdade acérra dos povos e nações subordinando-lhe o ideal de raça e de religião, assim como os preconceitos sociais; o falso nacionalismo e o patriotismo local; aprender que, se se deseja que as palavras sejam justas e verdadeiras em relação ao próprio país, elas deverão ser sempre justas e verdadeiras em relação aos outros países; fazer desaparecer expressões e apreciações desabonadoras para uma nação" p. 193.

e as diferenças e capacitar-se que *as singularidades que parecem tão pitorescas ou curiosas não são necessariamente defeitos nem erros.*

Por outro lado, a geografia mostrará que, contrariamente ao que se tem dito algumas vezes, a *diversidade dos homens*, das sociedades humanas e dos povos em relação a seus costumes, modo de pensar e de agir constituem antes *riqueza que fraqueza*; que, muitas vezes, nos beneficiamos, sem mesmo perceber, deste tesouro acumulado, e que não se atacaria uma parte do mundo sem atingir o resto da humanidade de um modo ou de outro.

A GEOGRAFIA FOCALIZA A ESTREITA INTERDEPENDÊNCIA DOS POVOS E DAS NAÇÕES

E' êste, com efeito, um dos principais resultados que se pode e se deve esperar da geografia. Ela focaliza as *relações estreitas que existem entre a natureza e o homem*, a inexorável sujeição, às vezes, da segunda à primeira; mas a geografia mostra, por outro lado, por que lentos progressos e *também através de quantos reveses*, por que empreendimento ao mesmo tempo de adaptação e de conquista os homens se instalaram na Terra, que limitação lhes frustraram os esforços, os perigos decorrentes do malbaratamento dos recursos do solo e do subsolo, as conseqüências de uma humanização da Terra que não levasse em consideração as condições naturais.

Por meio de exemplos precisos a geografia mostra que, se durante o correr dos séculos "ninguém pôde prescindir do auxílio de outrem", em nossa época particularmente a *interdependência dos homens e das nações aumentou de maneira notável*: a velocidade, o poder e a profusão dos meios de transporte, a rapidez das notícias transmitidas pelo telefone ou pelo telégrafo e sobretudo pelo rádio, diminuíram cada vez mais o *nosso planeta*. Duas guerras, nas quais o poder dos armamentos e o desenvolvimento das forças aéreas ultrapassaram qualquer previsão, puseram fim ao "esplêndido isolamento" da Grã-Bretanha. Uma apreciação mais exata das distâncias, pelo uso e pelo estudo constante do globo terrestre, demonstram, por sua vez, ao norte-americano que êle não se encontra tão afastado da Europa, pois o Atlântico é sobrevoado noite e dia, nem, sobretudo, da U.R.S.S. da qual é separado pelo oceano Glacial Ártico, "Mediterrâneo do futuro", e que o Alasca, terra ontem deserta, adquiriu valor estratégico, que não poderia ser previsto antes da idade do ar. Segundo a feliz expressão de Fraser, não há mais distância, montanhas, desertos nem mares; vivem acotovelando-se povos e Estados⁴.

Deverá nascer daí um sentimento de estreita e justa solidariedade humana e internacional; a *interdependência econômica das nações* será fácil de ser demonstrada a menores como a maiores, ampliando-a do plano local para o quadro nacional e mundial. A alimentação do habitante da cidade, a simples montra de loja revelam as relações através do espaço; é bastante observar e procurar a origem e as sucessivas manipulações dos diversos produtos. Demonstra-se com facilidade que, pelo mesmo motivo, *ossos hábitos transformam-se sob a influência de outros povos*. "Cada homem acha-se prêso aos seus semelhantes das mais afastadas regiões por laços tão estreitos que sofre uma transformação em seu modo de viver, sentir e pensar"⁵. Há nas raças, nos caracteres físicos, nas línguas, nas instituições e nas idéias um constante "dar e receber" (*give and take*)⁶ e a Europa forneceria mais de um exemplo comprovante disso, assim, as terras colonizadas da África cujos costumes tradicionais desaparecem sob a influência européia⁷.

A GEOGRAFIA E A SOLIDARIEDADE HUMANA

Esta solidariedade cria, certamente, deveres para cada um de nós, sobretudo para cada nação, e o geógrafo mostrará, de relance, os esforços prosseguidos pelos acordos entre os Estados ou pelas organizações internacionais para regulamentar, em um plano prático, os delicados problemas da interdependên-

⁴ Jean Fraser, ouvr. cité, p. 111.

⁵ Sorre, M. *Introduction à l'enseignement de la géographie*, obra citada, p. 4.

⁶ *Report on Geography Teaching*, obra citada p. 18.

⁷ *Report on Geography Teaching*, obra citada, p. 13.

cia econômica ("cartels", bancos de regulamentos internacionais, etc.) ou de solidariedade internacional (SDN — ONU — UNESCO — OMS)⁸.

Na verdade cada nação *parece perder uma parcela de sua soberania*, mas os acordos internacionais (por exemplo os tratados comerciais) são tão necessários como qualquer regulamento em uma sociedade, e *foram voluntariamente solicitados, consentidos*, visando geral melhoria de vida. Conhecê-los, compenetrar-se de que são úteis e necessários é pensar universalmente, portanto de modo geográfico, é adquirir mentalidade mundial (*world mindedness*)⁹ objetivo supremo da geografia.

VISANDO A MENTALIDADE MUNDIAL

Tal mentalidade não exclui o amor à nação, assim pode-se sentir orgulho em ser normando ou escocês sem deixar por isso, de ser excelente cidadão francês ou britânico, mas deve acalmar os excessos de amor-próprio e de susceptibilidades nacionalistas que lançaram, por vezes, os povos uns contra os outros, contribuindo deste modo para manter a paz. Conviria, com efeito, que por intermédio da geografia nos habituássemos à idéia de que, apesar da diferença entre mentalidades e da divisão por vezes trágica no plano político, *a comunidade humana existe e a unidade do mundo deve ser realizada*.

A IDÉIA DE FRONTEIRA

A própria noção de fronteira adquire um valor novo: "Durante muito tempo as fronteiras entre povos vizinhos foram raias, mais ou menos largas, constituídas por florestas, pântanos, montanhas, desertos, vales. Com o aumento da população e a crescente ocupação do solo, estreitaram-se as faixas fronteiriças aproximando os territórios povoados. Quando se fez necessário limitar possessões, procurou-se na própria natureza algo que lembrasse a representação gráfica linear: leitos de rios, linha de separação de águas, cumiada de montanhas, litoral, etc.. Na verdade *"nenhum destes elementos do meio físico pode ser representado por uma linha pois são zonas instáveis e de largura variável"*¹⁰.

Sob o ponto de vista humano e político, as fronteiras são menos fixas. Depois da guerra de 1914, apenas quatro países da Europa — Suécia, Suíça, Espanha e Portugal — conservaram as fronteiras intactas. Falar, pois, de fronteiras "sagradas", "eternas", "naturais", "imutáveis", é defender idéias em flagrante contradição com todos os dados políticos do mundo atual, é insistir demais nas divisões entre países e ao mesmo tempo subestimar a importância das relações internacionais e a necessidade de intensificá-las e expandi-las. As fronteiras como as nações e os estados, ainda são uma necessidade política, na organização do mundo moderno. Porém a nova concepção geográfica, inspirada na idéia de cooperação internacional e de solidariedade humana e econômica exige uma sensata concepção de fronteiras e nacionalismo.

A geografia mostrará, pois, que fronteira não é apenas uma linha convencional às vezes traçada apoiando-se num obstáculo chamado natural — no século do avião existirão, na realidade, tais obstáculos? — balizada de marcos e de postes, com postos militares ou aduaneiros — foi assim que teve de ser delineada — mas que, principalmente, é ou deveria ser uma zona de transição entre influências diferentes que atenuasse passagens por demais súbitas entre os diversos grupos humanos, que a melhor fronteira não é forçosamente a que exprime com mais nitidez as realidades geográficas, *mas a que contribui mais eficazmente para manter a paz entre os vizinhos por ela separados*; que com frequência se é levado a ultrapassar os limites fronteiriços por motivo de necessidades locais (transumância de rebanhos que procuram as pastagens situadas de um lado e de outro do país, assim nos Pirineus), ou em virtude de pri-

⁸ Cf. *Institut International de Coopération Intellectuelle*, 1925 — 1945, p. 193.

⁹ Wallace W. Atwood. *Fostering International Understanding* ("Geographic Approaches to Social Education"). London 1948, p. 321.

¹⁰ Lefèvre A. *Cahier de notre enseignement*, obra citada, p. 176. Ver também Roger Dion. *Les Frontières de la France*, Paris, Hachette, 1948.

¹¹ Nicolas Tolu. *Institut International de Coopération Intellectuelle*, 1925-1945, obra citada, p. 235.

vilégios econômicos mantidos de comum acôrdo entre Estados (zona livre franco-suíça) outras vêzes a mão-de-obra fronteiriça desloca-se de uma região para outra (fronteira franco-belga). Em compensação, vêem-se ideologias agirem no sentido de separação com mais intensidade que as próprias fronteiras e mais que os gêneros de vida.

A GEOGRAFIA, ESCOLA DE TOLERANCIA

A geografia pode e deve ser *uma escola de respeito mútuo e sobretudo de ativa solidariedade*, tanto no quadro regional, como no internacional. Deverá empregar seus esforços, de modo mais completo do que o fêz até agora, no preparo das crianças para a vida, na época atual, a idade do ar, como para a de amanhã, "a era atômica". Inculzir-lhes-á uma mentalidade mundial, fazendo-os cidadãos do mundo ao mesmo tempo que bons cidadãos de seus países, condição indispensável para uma compreensão internacional verdadeira e eficaz. Sob êste ponto de vista a geografia poderia ser incluída entre as "humanidades" sendo mesmo de lastimar que, no ensino e na formação da mocidade não ocupe o lugar que merece.

Sem dúvida, muitos julgarão que o conceito de cidadania do mundo e a formação de cidadãos do mundo não pertencem ao esquema dos estudos geográficos, enquadrando-se melhor nos de instrução cívica, de moral, ou de ciências sociais. Porém a criança, em geral, permanece indiferente ou céptica aos ensinamentos abstratos; algumas opoem mesmo com certa desenvoltura, moral teórica e moral prática, sobretudo em nossos dias em que raramente as sociedades fazem uso da primeira. Refletindo sem sentir as opiniões mal fundamentadas que ouviram em família ou no meio em que vivem, — pois a educação dos adultos seria tão necessária quanto a das crianças — tendem a verificar a fraqueza dêste ou daquele organismo internacional, a duvidar de seus resultados, a considerar simples quimeras, a compreensão entre os povos, a amizade e a solidariedade internacionais, a paz enfim.

Confiamos em que a geografia mais que qualquer outra ciência contribua para a realização do alto fim que se tem em vista; porque como escreve M. Sorre, "o fato de pensar geográficamente pode ser dado como uma das características do homem moderno"¹². Mas não se trata — o que seria de menor interesse para a criança — de apresentar sob forma teórica e "sentimental"¹³ as noções de solidariedade internacional e de compreensão benevolente entre os povos. O que é necessário hoje é proporcionar à mocidade uma imagem verdadeira do nosso planeta; há ignorâncias que não são mais admissíveis em homens dignos do titulo de cidadãos do mundo. "A geografia é de fato a necessidade cada vez mais premente do mundo moderno"¹⁴, pois as informações umas vêzes partidárias, outras errôneas que recebemos pela imprensa e pelo rádio, deverão passar pelo crivo de uma crítica severa e imparcial. Por outro lado — visando-se criar uma opinião pública favorável à cooperação mundial — a geografia deverá impregnar por lenta osmose a inteligência dos futuros cidadãos do mundo, formando nêles a mentalidade geográfica, isto é, universal. Mas "não é necessário forçar a geografia em determinado sentido para que ela contribua para a mútua compreensão dos povos. Atingirá êste fim naturalmente desde que seja ensinada de modo completo, inteligente e honesto" (L. François).

Devemos insistir:

Completo: quer dizer uma geografia que estude todos os aspectos e todos os caracteres de um país ou de um fato geográfico, com a preocupação constante de localizar, descrever, explicar e comparar; uma geografia que responda às seguintes perguntas: por que neste lugar? por que dêste modo? Quais as semelhanças e diferenças entre o que se observa em determinado lugar e o

¹² Sorre, M. *Introduction a l'enseignement de la géographie*, obra citada, p. 4.

¹³ Nicolau Tolu disse claramente (*Institut International de Coopération Intellectuelle*, obra citada pp. 190 e 202-205) o malôgro — e suas causas — do ensino de um "internacionalismo abstrato que ignorasse as realidades".

¹⁴ W. Atwood, *ouvr. cit.*, p. 38.

que existe fora dêste? De fato a bagagem de conhecimentos que o aluno tem ao deixar a escola é sumária; êle não pode ser uma enciclopédia e deverá ter noção do muito que lhe restará sempre a aprender¹⁵. Mas sua formação geográfica poderá ser considerada completa no dia em que, além do desejo intenso de melhor conhecer o mundo, êle tiver adquirido os hábitos fundamentais do pensamento geográfico.

Inteligente: isto é, uma geografia que utilize diversos fatos científicos coordenando-os num conjunto coerente; partirá, assim, da ciência para terminar em uma obra de arte. Passagem esta, de ciência a arte que exige extrema habilidade, infinita elasticidade e grande segurança. A geografia, pois, não deve fixar-se em planos padronizados, mas variar constantemente processos e referências, em resumo, procurará conservar sempre a iniciativa e o imprevisto da inteligência criadora ao mesmo tempo que o senso de medida peculiar à inteligência sintética.

Honesto: a geografia será honesta na medida em que fôr completa, em que estabelecer relações verídicas entre fatos, em que permanece uma ciência objetiva, isto é, uma ciência livre, preocupada com a verdade, repudiando o sensacional e a propaganda política.

¹⁵ Garnett O. ouvr. cit., p. 18.

Noticiário

Capital Federal

CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS

APROVAÇÃO DO PROJETO QUE TRANSFERE A CAPITAL FEDERAL PARA O PLANALTO CENTRAL — Por grande maioria de votos, a Câmara Federal dos Deputados aprovou a 4 do corrente o projeto de lei n.º 671A, de 1949, que autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Capital Federal no Planalto Central brasileiro.

O projeto, de que foi autor o deputado Eunápio Queirós, relator da Comissão Parlamentar Especial da Nova Capital, dispõe o seguinte:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a mandar proceder, como achar conveniente, na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos sul 16.º e 17.º e os meridianos W Gr. 48º30', e 49º30', aos estudos definitivos para a escolha do sítio da nova capital federal.

§ 1.º — Os estudos mencionados neste artigo deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) Clima e salubridade favoráveis;
- b) facilidade de abastecimento de água e energia elétrica;
- c) facilidade de acesso às vias de transporte terrestres e aéreas;
- d) topografia adequada;
- e) solo favorável às edificações e existência de materiais de construção;
- f) proximidade de terras para cultura;
- g) paisagem atraente.

§ 2.º — Os estudos serão feitos na base de uma cidade para 500 000 habitantes.

§ 3.º — O prazo para início destes estudos será de 60 dias a contar da vigência desta lei.

Art. 2.º — Em torno deste sítio, será demarcada, adotando-se limites naturais ou não, uma área aproximada de 5 000 quilômetros quadrados, que deverá conter, da melhor forma os requisitos necessários à constituição do Distrito Federal, área que será incorporada ao patrimônio da União.

Art. 3.º — O governo federal mandará realizar os estudos definitivos acerca das condições do abastecimento de água e energia elétrica; os reconhecimentos sobre o estabelecimento do Plano Rodoviário para ligação da futura capital a todos os estados, com sua adaptação ao Plano Geral de Viação Nacional, o estudo definitivo das vias de transporte necessárias à efetivação da mudança da capital; o prazo de desapropriação das áreas necessárias e o plano urbanístico da nova capital.

Art. 4.º — O governo federal mandará estudar, pela sua Secretaria e por cada um dos Ministérios o plano de sua mudança para a futura capital e território nacional.

Art. 5.º — O governo federal mandará, estudar pelo órgão competente, medida sobre os departamentos subsidiários, sediados nos diversos pontos dos órgãos ou representações que lhe são inerentes, assim como

os efeitos da do funcionalismo público federal e sua instalação na nova capital.

Art. 6.º — O governo federal mandará elaborar o Plano de Desenvolvimento do Brasil Central, razão de ser da transferência da capital e sua articulação com a realidade econômica nacional.

Art. 7.º — Elaborados estes planos parciais, com seus respectivos orçamentos serão eles reunidos em um Plano Geral da Mudança da Capital, e após a sua aprovação pelo Congresso Nacional, será marcada a data para a mudança, nos termos da Constituição Federal.

Art. 8.º — O governo federal mandará estudar a situação decorrente da transferência da sede da Guanabara previsto na Constituição.

Art. 9.º — Fica aberto, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 20 000 000,00 para atender aos encargos criados por esta lei.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

O deputado Munhoz da Rocha que advoga a preferência do Triângulo Mineiro para a edificação da nova capital da República, apresentou, em apoio à emenda recusada do Sr. Israel Pinheiro a seguinte declaração de voto:

“É problemático o êxito da assistência do governo federal para desenvolvimento econômico de qualquer região que, se possuir boas condições para o seu próprio crescimento, o atingirá com recursos do próprio estado em que se situa.

Mas é absolutamente insustentável que a assistência do governo nacional às regiões mais desprotegidas ou àquelas que apresentam melhores condições econômicas, depende da localização da capital do país.

Goias não depende, para o seu progresso, do fato de vir a possuir em seu vastíssimo território, a capital nacional. E os fatos atuais o demonstram. Entre 1920 e 1940, o maior crescimento demográfico do Brasil, foi o do Paraná, ponto de convergência da mais intensa migração interna jamais verificada no Brasil. Entretanto, o estado de Goias, no censo de 1940 foi o único estado que superou o Paraná, proporcionalmente à própria população, é claro, no número de brasileiros naturais de outras unidades residentes no estado. É a prova de progresso. Uma das maiores, pois ninguém imigra para região decadente ou estacionária.

A marcha para o oeste não deve nem pode ser retardada com a não transferência da capital para território goiano. A marcha para o oeste não deve ser retardada, porque seria, então, adiado o aproveitamento de muitos recursos naturais de que a nação necessita. Mas também não deve ser intencional e exageradamente acelerada, com prejuízo de regiões já exploradas e habitadas e hoje em decadência econômica. É preciso recuperá-las. Pode-se organizar um programa para expansão em regiões longínquas, cujos habitantes, ra-

lamente distribuídos em áreas desconhecidas, esperam secularmente que algum auxílio os venha socorrer.

Mas que essa expansão não se faça com prejuízo das regiões já densamente habitadas, que exigem recuperação, para benefício de todo o país.

Sob o aspecto político, não julgo aconselhável a localização da capital em situação que a separe, que a segregue das regiões de maior densidade demográfica e dos centros econômicos e culturais da nação. Seria por assim dizer, como situar a nação em local afastado da própria nação. Não posso imaginar os benefícios que daí possam advir para o país, mas qualquer um pode pensar nas dificuldades que surgiriam.

Tem-se aqui apreciado que numa federação e principalmente, numa grande federação da escala brasileira, deveria a sua capital situar-se, o quanto possível, em ponto equidistante dos seus limites extremos. Parece-me essa atitude um erro de visão. A localização de uma capital federal, longe do critério exclusivamente geográfico, deve atentar para o fato político, para a função unificadora que, nos países de organização federativa, representam as regiões onde se concentram as suas forças mais ponderáveis.

Votei, por isso, a favor da emenda Israel Pinheiro que manda situar a futura capital do Brasil no Triângulo Mineiro. Se a solução indicada não me satisfaz integralmente é, entretanto, das localizações propostas, a que mais se aproxima das considerações exaradas nesta declaração de voto".

★

COMISSÃO DE DIPLOMACIA

ESTUDO DA MATÉRIA LIGADA AO PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA — Com a presença do embaixador Ciro de Freitas Vale e ministro Mendes Viana, a Comissão de Diplomacia da Câmara Federal dos Deputados, levou a efeito a 25.º do corrente mais uma reunião durante a qual foi estudada com a participação daqueles diplomatas, matéria ligada ao Protocolo Adicional à Convenção da Hiléia Amazônica, sendo também trocadas idéias a respeito de medidas de caráter geral, no sentido da harmonização dos trabalhos do Itamarati e do Congresso, no tocante aos tratados internacionais.

Nessa oportunidade o embaixador Freitas Vale, manifestou agradecimentos pela atitude assumida pela Comissão de Diplomacia na questão da Hiléia Amazônica, por considerar que o parecer aprovado, de autoria do deputado Lima Cavalcanti, consubstancia o ponto de vista defendido pelo Ministério das Relações Exteriores.

★

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Serviço Nacional de Recenseamento

O CENSO NACIONAL DE 1950 — NORMAS E PRINCÍPIOS ORIENTADOS DO INQUÉRITO — RECURSOS TÉCNICOS E CONDIÇÕES MATERIAIS DO ÓRGÃO INCUMBIDO DAS OPERAÇÕES CENSITÁRIAS — EXTENSÃO E PROFUNDIDADE A SEREM ATINGIDAS NAS

INDAGAÇÕES. — Por intermédio do Serviço Nacional de Recenseamento, está o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ativando os preparativos para a realização do sexto recenseamento geral da República, prevista para primeiro de julho próximo.

Pelas providências tomadas, já se pode ter uma idéia do que será esse próximo e completo balanço que se vai dar na vida do país, que assim terá o mais perfeito conhecimento de si mesmo reduzido à expressão dos números, ao mesmo tempo que concorrerá, pela parte que lhe toca, para o primeiro levantamento censitário de âmbito continental, ao qual foram assentadas normas definitivas em recente reunião do Comitê do Censo das Américas, realizada em Bogotá juntamente com o II Congresso Interamericano de Estatística.

Como já demos a entender o censo nacional de 1950 se realizará de concerto com o primeiro recenseamento geral das Américas, na base, portanto, de um programa comum para todos os países do continente.

Obedecendo embora a esse critério de conveniência particular para as Américas, o inquérito se fará na conformidade da prática mundial, isto é, de acordo com princípios básicos estabelecidos em convenções estatísticas e demográficas internacionais, dos quais é fundamental o que determina os anos de milésimo zero, em períodos decenais, para a realização dos censos gerais em todas as nações. Este princípio se originou da memorável convenção demográfica de São Petersburgo em 1879, que, dessa forma, adotou a velha praxe seguida pelos Estados Unidos, que, verdadeiros precursores da estatística aplicada, assim vinham processando, regularmente, desde 1790, os seus levantamentos gerais de população. A importância desse critério, já hoje seguido por grande parte de países em condição de o adotarem, assenta no fato de, com a sua adoção, tornar-se possível a atualização relativa dos resultados censitários em todo o mundo, e, conseqüentemente, o aumento do grau de comparabilidade dos dados fornecidos pelas diversas nações.

Circunstâncias especiais e características outras bem interessantes auspiciam promissores resultados para a VI operação censitária nacional. E este corresponderá, pelo que se espera, ao grau de crescente importância da estatística nos distintos setores da vida moderna, e, de igual modo, aos múltiplos problemas relacionados com a atual fase de desenvolvimento do país. Mas os fatores preponderantes no caso podem ser considerados em duas ordens: no que diz respeito à organização, aparelhamento e eficiência do sistema de pesquisa, coleta e apuração, e no que concerne ao aproveitamento das experiências anteriores, especialmente as adquiridas no censo de 1940, que sondou aspectos novos que agora serão aprofundados e minudenciados.

No que respeita à capacidade e recursos técnicos do órgão incumbido do importante empreendimento, cabe revelar que se encontra sob o controle deste, uma vasta rede de agências municipais de estatística, organizada segundo a fórmula de colaboração intergovernamental, mediante assinatura de convênios com o I. B. G. E., e em que se interessam o município, o estado e a União. Essas agências, cujo número até bem pouco montava a 1700, são verdadeiros órgãos de base do sistema estatístico nacional, e nelas repousa, pois, o equilíbrio deste sistema, dependendo, sobretudo, da sua boa organização e funcionamento o êxito das operações censitárias que vão ser levadas a efeito no país. Por isso que se têm interessado os responsáveis pelo inquérito em

dotá-las de aparelhagem e elementos técnicos e humanos que bem satisficam às exigências impostas, face ao caráter e importância das tarefas de que se incumbem. Finalmente, no âmbito regional, conta o I. B. G. E. com os departamentos estaduais de estatística e, no da administração federal, com as repartições estatísticas ministeriais, que agem principalmente no que se refere ao planejamento e sistematização dos trabalhos, cuja coordenação está a cargo do órgão estatístico central do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em todos os planos da organização político-administrativa do país, a mobilização será assim a mais ampla possível.

Criadas em caráter provisório, como de resto o foi o próprio Serviço Nacional de Recenseamento, há ainda as comissões censitárias dos estados e municípios, que desenvolverão atividade em regime de estreita e necessária cooperação com as agências regionais e municipais de estatística, cujos respectivos agentes-chefes serão seus membros natos.

Em vista da natureza especializada dos serviços a serem executados, a admissão do pessoal nos quadros de auxiliares e agentes recenseadores, está sendo feita mediante rigorosa prova de seleção. Além da obrigatoriedade a essa demonstração pública de capacidade, impor-se-ão ainda, aos candidatos outras tantas exigências de ordem disciplinar e moral. Uma destas é a que diz respeito à discreção do agente, que se obrigará, entre outras cousas, a manter o mais absoluto sigilo em relação às informações.

Já assinalamos que as principais características do censo nacional de 1950 será a sua amplitude e aprofundamento nas indagações e pesquisas que vão ser feitas nos distintos setores da vida nacional, pelo que serão superados todos os demais realizados no país, inclusive o de 1940. No setor demográfico, por exemplo, se atenderá para minúcias de relação ao recenseado: prenome, sexo, idade, condição domiciliar, nível de vida, cor, estado civil, número de filhos tidos, naturalidade, nacionalidade, religião, língua, grau de instrução, profissão, além de outras relacionadas com a localização, natureza do imóvel habitado, aluguel mensal, número de peças e condições higiênicas do mesmo.

O mesmo se fará no setor agrícola, cujas indagações se estenderão às características da propriedade rural e do responsável pela sua exploração, área, segundo a utilização: valor do imóvel (com especificação de benfeitorias, maquinaria, veículos e animais); pessoal efetivo e temporário; instrumentos e máquinas agrícolas em uso; viaturas; despesas; efetivos dos diversos rebanhos; informações sobre avicultura, apicultura e sericultura, plantações, produção e atividades complementares de agropecuária.

Relativamente à indústria, se cogitará de verificar o tipo econômico e a constituição jurídica das empresas, os ramos explorados, a participação dos sócios na realização do capital, registando-se as características gerais, o valor e o volume da matéria-prima utilizada, o material de acondicionamento, o consumo de energia elétrica, combustível e lubrificantes; o volume e o valor da produção, venda e estoque de produtos em 1949, colhendo-se, ainda, dados sobre capitais aplicados, composição e administração do pessoal, despesas decorrentes da exploração, material e mão-de-obra.

Além destes, há ainda outros aspectos que poderiam ser considerados. Os que citamos, entretanto, bastam para dar uma visão geral do que será o VI recenseamento geral do Brasil em 1950.

★

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

DIRETÓRIO CENTRAL

ASSENTADOS OS TRILHOS DA FERROVIA QUE LIGA O SUL À BAHIA. COLLOQUIUM DOS ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS. QUADRO DOS MENSALISTAS. SECÇÃO BRASILEIRA DA UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL. — Sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se no dia 5 de maio de 1950, a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente, foi aprovada com emendas a ata da reunião anterior, ao que se seguiu a leitura do expediente e do "Diário do Conselho" relativo à quinzena, tendo sido aprovados votos de pesar e congratulações, por proposta do Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho.

Pelo Eng.º Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, foi comunicada a conclusão há dias do assentamento dos trilhos da estrada de ferro que liga o sul do país à Bahia, comunicação que o Diretório recebeu sob uma salva de palmas.

O Eng.º Virgílio Correia Filho, da Secretaria-Geral do Conselho, referiu-se ao "Colloquium" de Estudos Luso-Brasileiros, a realizar-se em Washington, ao ensejo das comemorações do cinquentenário da Library of Congress, tendo o Diretório deliberado que o Conselho cooperaria na participação brasileira no Colóquio, na parte referente à Geografia e à Cartografia.

Passando à ordem do dia, o Diretório aprovou a redação final da resolução n.º 364 que fixa as Tabelas Numéricas do Pessoal Mensalista para 1950 e examinou o projeto de resolução relativo à criação da "Seção Brasileira da União Geográfica Internacional", cuja discussão continuará na próxima reunião ordinária do Diretório, depois, de receber parecer da Comissão especial que o Diretório constituiu, formada do representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, do representante da Prefeitura do Distrito Federal, engenheiro Valdemar Paranhos de Mendonça e do secretário-geral.

★

VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DA COMISSÃO EXECUTIVA DO "COLLOQUIUM" INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS — Em viagem de contacto com os estudiosos brasileiros e de entendimentos acerca da organização do I "Colloquium" Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, a realizar-se em outubro próximo na capital dos Estados Unidos como parte das comemorações do 150.º aniversário da criação da Biblioteca do Congresso de Washington, esteve recentemente em nosso país o Dr. Lewis Hanke, diretor da Fundação hispânica adstrita àquela famosa organização cultural norte-americana e secretário-geral da Comissão Executiva do anunciado certame.

Durante sua permanência nesta capital, que foi de poucos dias, o Dr. Hanke efetuou visitas a várias entidades culturais, inclusive estabelecimentos de ensino superior, bem como a diversos órgãos oficiais, onde estabeleceu contacto com autoridades tratando dos assuntos que determinaram sua vinda ao Brasil, após ter estado com o mesmo objetivo em Portugal.

No Conselho Nacional de Geografia, que também teve oportunidade de visitar, o diretor da Fundação Hispânica do Congresso de Washington, palestrou demoradamente com o engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário geral desse órgão do I.B.G.E. e um dos membros da Comissão Executiva do "Colloquium", estudando ainda com dirigentes do

Conselho a forma de participação desta entidade ibgeana nos trabalhos do certame. Acompanhado pelo engenheiro Leite de Castro e altos funcionários, o Dr. Hanke percorreu as dependências onde se acham instalados os diversos serviços técnicos e seções administrativas da repartição, inteirando-se de tudo quanto nela existe e se realiza.

★

Instituições Particulares

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DA PARTICIPAÇÃO DE ESPECIALISTAS BRASILEIROS NO CURSO DE AMOSTRAGEM PROMOVIDO PELO INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA — O Instituto Interamericano de Estatística em cooperação com a Sub-Comissão de Amostragem de Estatística da Organização das Nações Unidas está organizando um curso de caráter intensivo, sobre técnica de levantamento por amostras, e que dará particular atenção às aplicações especiais julgadas de interesse para os países americanos.

Diversas providências têm sido tomadas, a fim de que o referido curso, que se estenderá pelo prazo mínimo de seis meses, se instale em princípios do próximo, em Washington, sendo intuito do Instituto Interamericano de Estatística, preparar um número de alunos superior a cinquenta, selecionados os candidatos de acordo com as indicações pelos mesmos fornecidas nos pedidos de inscrição, que deverão ser feitos até 1.º de agosto próximo.

★

Certames

II CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA

SUA REALIZAÇÃO EM FEVEREIRO DO PRÓXIMO ANO NA CIDADE DO SALVADOR — REGULAMENTO E TEMÁRIO DO CERTAME — Em janeiro de 1951 deverá realizar-se na Cidade do Salvador, o II Congresso de História da Bahia, promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em comemoração do quarto centenário da diocese de São Salvador, a primeira criada no Brasil.

Visando assegurar o melhor êxito ao certame, já de agora está o Instituto empenhado em atividades preparatórias. Assim é que elaborou e está remetendo às entidades congêneres e a outras de caráter cultural, o regulamento e o temário do Congresso que aqui inserimos:

REGULAMENTO:

Art. 1.º — O Segundo Congresso de História da Bahia, promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, realizar-se-á em fevereiro de 1951, nesta Cidade do Salvador, para comemorar o quarto centenário da diocese de São Salvador, da Bahia de Todos os Santos, a primeira criada no Brasil.

Art. 2.º — Serão considerados congressistas:

I — As autoridades civis, eclesiásticas e militares especialmente convidadas;

II — Os representantes dos Institutos Geográficos e Históricos do Brasil e de outras instituições culturais especialmente convidadas;

III — Os que apresentarem teses ou memórias;

IV — Os que se inscreverem no Boletim e contribuírem com a quota de cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00).

Art. 3.º — Serão considerados membros protetores do Congresso as Prefeituras, as instituições e as pessoas que contribuírem com uma quota superior a duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00).

Art. 4.º — Ao Congresso poderão ser apresentadas, pelos que estiverem inscritos na forma do art. 2.º, incisos I, II e IV, trabalhos que versarem sobre assuntos relacionados com os temas oficiais.

Art. 5.º — O Congresso estudará exclusivamente a História da Bahia, de 1500 a 1923, e será dividido em nove seções, presididas por historiadores eleitos na forma do presente Regulamento, e, assim discriminadas:

1.ª seção — História Geral; 2.ª seção — História Política e Administrativa; 3.ª seção — História Econômica e Social; 4.ª seção — História Religiosa; 5.ª seção — História Cultural; 6.ª seção — Geografia Histórica, Cartografia e Iconografia; 7.ª seção — Arqueologia e Etnologia; 8.ª seção — Biografia; 9.ª seção — Bibliografia.

Art. 6.º — Os trabalhos deverão ser inéditos, escritos em língua portuguesa, dactilografados ou impressos especialmente para o Congresso, sendo facultado ao mesmo autor a apresentação de mais de uma tese ou memória.

§ 1.º — Salvo casos excepcionais a juízo da Comissão Organizadora, os trabalhos deverão ser entregues à Secretaria do Congresso até cinco dias antes da sua instalação.

§ 2.º — A responsabilidade das opiniões emitidas caberá tão somente aos autores das respectivas teses ou memórias, reservando-se a Comissão Organizadora o direito de rejeitar os trabalhos que, a seu juízo, não corresponderem às finalidades cívicas e culturais do certame.

Art. 7.º — Na véspera da inauguração do Congresso será realizada a sessão preparatória para apresentação de credenciais e eleição da Mesa, constituída de um presidente, três vice-presidentes, três secretários, e das comissões incumbidas do estudo das teses, conforme o artigo 5.º.

Parágrafo único — O presidente, o secretário-geral e o relator da Comissão Organizadora exercerão as mesmas funções no Congresso.

Art. 8.º — As reuniões do Congresso serão plenárias e de comissões.

§ 1.º — Duas das reuniões plenárias serão solenes: de abertura e encerramento.

§ 2.º — A penúltima sessão plenária será reservada à apresentação, discussão e aprovação de requerimentos, moções ou indicações relacionadas com os objetivos do mesmo.

§ 3.º — Na sessão solene de encerramento serão lidos os relatórios do secretário-geral e do relator-geral.

§ 4.º — As sessões de comissões serão destinadas à apreciação dos trabalhos apresentados.

Art. 9.º — As comissões serão constituídas pelos congressistas que, para as mesmas, se inscreverem na sessão preparatória.

§ 1.º — Nenhum congressista poderá inscrever-se em mais de uma comissão.

§ 2.º — Além dos inscritos em cada comissão, poderão tomar parte nos seus trabalhos os demais congressistas sem direito de voto.

Art. 10 — Cada comissão elegerá um presidente, um secretário e um relator que dirigirão os seus trabalhos.

Art. 11 — Nas sessões plenárias ou parciais, nenhum orador poderá ocupar a tribuna por mais de uma vez, nem por tempo superior a dez minutos, excetuados os relatores e os autores das teses em discussão, que poderão usar da palavra duas vezes e por igual espaço de tempo.

Parágrafo único — Nas sessões solenes de abertura e encerramento só poderão ocupar a tribuna os oradores designados pela Mesa do Congresso.

Art. 12 — As atribuições da Comissão Organizadora se prolongarão até que sejam publicados os *Anais* ou números especiais da *Revista do Instituto*, em que, a juízo da Mesa do Congresso, se estampem os trabalhos aprovados, as orações pronunciadas e as atas das sessões.

Art. 13 — Serão presidentes de honra do Congresso os excellentíssimos senhores governador do estado, arcebispo primaz e prefeito do município da capital.

Art. 14 — Caberá à Comissão Organizadora decidir, em caráter definitivo, sobre os casos omissos no presente Regulamento.

Cidade do Salvador, 31 de maio de 1950.



112.ª CONFERENCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRITÂNICA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

SUA PRÓXIMA REALIZAÇÃO EM BIRMINGHAM — “A ENERGIA A SERVIÇO DO HOMEM” TEMA ESCOLHIDO PARA UMA SÉRIE DE PALESTRAS PÚBLICAS DURANTE O CERTAME — A Associação Britânica para o Progresso da Ciência, está ativando os preparativos da sua 112.ª Conferência anual, de realização prevista para o período de 30 de agosto a 6 de setembro próximo. Ao que se informa, constará do certame uma série de palestras e debates sobre o tema “A Energia a Serviço do Homem”, a ser iniciada ao ensejo da instalação da Conferência com um discurso do cientista Sir Harold Hartley sobre “O Emprego da Energia pelo Homem”.

Fazem parte ainda do programa da Conferência quatro palestras em que serão considerados temas de importância e interesses outros para a ciência. São estes: “A Linguagem das Abelhas”, pelo Prof. K. von Frisch; “A Ciência, a Religião e os Critérios Morais”, pelo Dr. Barnes, bispo de Birmingham; “Explicação da Nova Ciência da Rádio-Astronomia”, pelo Dr. A.C.B. Loveel, da Estação Experimental Jodrell Bank, de Cheshire; e “Uma Experiência no Estudo da Ciência por Leigos”, pelo professor J. B. Conant, presidente da Universidade de Harvard.

Simultaneamente com a Conferência, que terá sede em Birmingham, se instalará uma exposição de caráter científico, para a qual colaborarão a Junta Nacional do Carvão, o Conselho de Gás Britânico, o Serviço de Electricidade Britânico e o Museu Municipal de Birmingham.



Unidades Federadas

GOIÁS

SUGESTÃO NO SENTIDO DE QUE PASSE A DENOMINAR-SE TOCANTINS O BRAÇO DE RIO QUE UNE A FOZ DO PARANÁ A JUNÇÃO DO RIO MARANHÃO COM O RIO DAS ALMAS — O secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, engenheiro Christovam Leite de Castro, acaba de receber do governador Coimbra Bueno, do estado de Goiás, sugestão no sentido de que seja adotada a providência de se denominar também Tocantins, o braço de rio entre a foz do Paraná e a junção do rio Maranhão com o rio das Almas, ponto este que se julga mais viável para nascedouro do grande Tocantins. Tal sugestão prende-se às conclu-

sões a que se tem chegado com os estudos que vêm sendo levados a efeito no Tocantins, desde o início do atual período governamental, e à frente dos quais se encontra o engenheiro Rubens Reis, especialista brasileiro em hidráulica e navegação fluvial.

A providência indicada pelo chefe do executivo goiano fixaria definitivamente a denominação do Tocantins, aproximando-o da região cogitada para edificação da nova capital federal, associando, portanto, mais intimamente a bacia deste rio com a localização da nova sede do governo central.

O governador Coimbra Bueno, lembrou ainda ao secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, a conveniência da mudança de

denominação do rio Tocantins na parte em que atravessa este rio uma região ainda pouco habitada, com o que se tem em vista evitar confusões de nome no futuro.

SOLUÇÃO AMIGÁVEL DO LITÍGIO DE FRONTEIRAS COM MATO GROSSO — DESIGNAÇÃO DE UM DELEGADO PARA ENTENDIMENTOS NESTE SENTIDO — Visando a uma solução amigável para o litígio de fronteiras entre Goiás e Mato Grosso, o governador do último destes estados designou o Sr. Sebastião Dante, ex-diretor do Departamento Estadual de Estatística para, com aquêle fim, estabelecer entendimento com as autoridades competentes no Rio de Janeiro e em Cuiabá.

★

SÃO PAULO

Diretório Regional de Geografia

NOVO CARTOGRAMA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO — Editado pelo Diretório Regional de Geografia de São Paulo, acaba de aparecer um novo cartograma da divisão administrativa

e judiciária daquela unidade federada, a vigorar no quinquênio 1949-1953, de acôrdo com a lei n.º 233, de 24 de dezembro de 1948.

O trabalho apresenta um quadro-índice de todos os 369 municípios, 758 distritos e 139 comarcas, atualmente existentes no estado de São Paulo.

★

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

ATIVIDADES DA COMISSÃO DE GEÓGRAFOS DO C.N.G. EM VIAGEM DE ESTUDOS POR AQUELA REGIÃO. — Notícias procedentes de Macapá, informam que, após percorrer todos os lagos, rios, vilas e municípios do território federal do Amapá, regressou àquela capital, de onde partirá a 16 do corrente, a comissão de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, que está realizando estudos geográficos naquela região. Adianta-se pela mesma notícia que a referida comissão, de que fazem parte os professores Lúcio de Castro Soares e Antônio Teixeira Guerra, estudou minuciosamente na viagem de regresso à capital do território, feita por via marítima, toda a costa amapaense, devendo prosseguir viagem para a zona do rio Jari.



Bibliografia

Registos e comentários bibliográficos

Livros

MARCELO BOLDRINI — *O Homem e a Sociedade — Introdução ao Estudo Biométrico do Homem* —
— Tradução de Valério Mortara. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — 1950.

Trata o presente trabalho do curso ministrado pelo ilustre estatístico italiano Marcelo Boldrini, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, durante os meses de agosto e setembro de 1947. Divide o eminente catedrático da Universidade Católica de Milão, a sua esplêndida contribuição à cultura brasileira em sete partes. “A biometria do homem e o fator humano na sociedade” é a primeira; aí, remontando as especulações dos gregos, conduz sua exposição até o nascimento da biometria. Prosseguindo sua especulação histórica, trata, nesta parte do seu estudo, entre outros aspectos, do desenvolvimento da biometria e permanência de seus métodos e de suas tarefas; axioma original, desenvolvimento silogístico e conclusão analógica nas pesquisas biométricas e o fator humano na sociedade. O segundo capítulo é dedicado ao estudo do sexo nos nascimentos humanos. Neste capítulo o Prof. Boldrini analisa a questão sob os seguintes ângulos: a proporção dos nascimentos humanos, ou razão sexual secundária; invariância da razão sexual secundária; tentativas de determinação da razão sexual primária com o auxílio da proporção dos sexos nos abortos; a formação do sexo e a proporção dos sexos nas concepções segundo a genética; efeitos sociais da proporção dos sexos nos nascimentos; proporção dos sexos e monografia. Esta análise sobre o sexo vem acompanhada de tabelas es-

tatísticas, concluindo o autor com a citação da opinião de Vivi: “A família humana e a sociedade são um produto simultâneo das condições biológicas e psicológicas próprias da nossa espécie”. “As raças humanas” é a matéria de que trata o terceiro capítulo, está subdividida em 20 pequenas partes, que abrangem todos os aspectos do assunto. Vem em seguida o estudo dos tipos humanos, onde, entre outros, aprecia o conceito de constituição humana; a técnica simplificada para fins antropológicos e demográficos e os biótipos; a morbidade e a mortalidade, ventilando assuntos palpitantes como: Consangüinidade e conseqüente homogeneidade relativa de algumas populações humanas; interpretação genética dos caracteres antropométricos de uma população caracterizada por misturas e cruzamentos (a brasileira); importância social dos caracteres raciais e inúmeros outros aspectos. No capítulo quarto, “Os tipos humanos”, mantém a mesma riqueza de observação, apreciando pormenorizadamente, sob diversos ângulos como sejam: conceito de constituição; a técnica de Viola para fins clínicos; a fertilidade diferencial dos biótipos; os biótipos e a morbidade, etc., tudo acompanhado de tabelas e dados sobre os tipos constitucionais, caracteres, fertilidade, quocientes de mortalidade, resultados anátomo-patológicos, segundo a constituição do indivíduo. O capítulo quinto é dedicado ao estudo das questões relacionadas à inteligência e à beleza. Aí, Marcelo Boldrini, estuda os tipos humanos: brevílineos e longilíneos, analisando, sucessivamente, todos os problemas ligados à “constituição humana na estrutura social”.

E', pois, com satisfação que assinamos a publicação deste livro, reco-

nhecido pelas autoridades na matéria, como um dos melhores publicados ultimamente.

Y.R.M.

★

IVAN DE SOUSA CARNEIRO — *Pelo Reflorestamento do Estado da Bahia — 1949.*

Tratando do problema das terras incultiváveis, quais sejam nas fazendas, as consideradas imprestáveis para agricultura, por pobreza do solo ou por apresentarem grande declive, que não compensem o cultivo agrícola, sugere o autor o seu aproveitamento econômico, pela formação de culturas florestais que, "com o correr dos tempos, tornar-se-ão em boa fonte de renda, além da modificação que sofrerá esse solo no seu coeficiente de fertilidade, podendo vir a tornar-se aproveitável para a agricultura". Além dessas, assinala o Eng. Ivan de Sousa Carneiro, as inúmeras outras vantagens de tal método, se adotado pelos fazendeiros, como sejam, a proteção para o solo e culturas existentes contra os efeitos das erosões e das enxurradas; melhoria do clima e valiosa contribuição para a recuperação da riqueza florestal, riqueza delapidada desde os primeiros tempos do descobrimento. Esta utilíssima publicação alcança plenamente o seu objetivo que é esclarecer o fazendeiro sobre o valor do reflorestamento, orientando-o sobre a melhor maneira de executá-lo. Para facilitar a compreensão dos interessados, publica, o autor, antes de entrar no assunto, a significação de alguns termos empregados com frequência no trabalho ora apresentado, que possam fugir à compreensão dos leitores. Depois de ligeira apreciação histórica sobre o tema, o Eng. Ivan Carneiro divide o seu pequeno e oportuno trabalho em duas partes. A 1.^a parte, "Prática do Reflorestamento", abrange: Solo; Preparo do solo; Alinhamento de plantações; Distâncias; Covejamento; Escolha das sementes; Obtenção de mudas; Culturas intercalares; Tratos culturais; Regeneração natural; Derrubada; Transporte; Secagem; Preservação; Inimigos das florestas e Exploração racional. A 2.^a parte, "Reflorestamento Econômico" compõe-se de: Considerações; Lenha; Breve notícia sobre algumas essências do estado da Bahia, seguida de um estudo de 45 espécies de

madeiras encontradas no estado da Bahia, espécies que, convém assinalar, representam apenas algumas das que vingam no referido estado e que o autor apresenta como das melhores para o reflorestamento. Entre as essências estudadas figuram duas espécies oriundas de outros países, são elas: a jaqueira e o eucalipto, a primeira recomendável especialmente, para a zona pecuária da Bahia e a 2.^a cuja cultura é aconselhável em toda parte e sob todos os aspectos, pois é inegável a sua superioridade sobre as nossas essências.

Interessante trabalho, que, fazemos votos, seja o mais possível difundido.

Y.R.M.

★

VALDEMAR DE ALMEIDA — *O Mel na Alimentação Nacional — 1949.*

E' sem dúvida uma contribuição digna de destaque, o estudo sobre o mel aqui apresentado por Valdemar de Almeida. Inicia seu trabalho com uma série de: "Considerações gerais sobre o mel", onde são estudados todos os elementos que entram na sua composição, assim como a ação da abelha para conseguir tão preciosa substância. O mel brasileiro — declara — é classificado entre os primeiros do mundo, pelo seu "sabor, densidade, aspecto e aroma tão variados". Destina-se este trabalho, que está dividido em diversos capítulos, a dar aos interessados no assunto, um excelente resumo de tudo que se relaciona com o mel; sua origem e seu valor na antiguidade, onde o autor se apóia numa valiosa documentação, e do mel "como elixir de longa vida". O "Paralelo entre o açúcar de cana e o mel", é outro capítulo. Aí, firmando-se nas opiniões emitidas pelas principais autoridades em questões alimentares, leva-nos à certeza da superioridade do mel sobre os demais "doces naturais". Analisa sua composição, como deve ser comido; suas aplicações domésticas e nas pequenas indústrias da granja; as vantagens do pão de mel; suas vantagens na alimentação e na dietética infantil como medicamento, como fator econômico. Detém-se no estudo do mel das abelhas silvestres brasileiras e na necessidade das plantas melíferas e poliníferas, elementos indispensáveis à produção do mel. Con-

clui o Prof. Valdemar de Almeida o seu interessantíssimo trabalho, demonstrando as grandes possibilidades do Brasil para a apicultura. E cita as palavras do ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa, ao tomar posse, em 17 de novembro de 1937: "Basta dizer-vos, meus senhores, que a produção de cêra e mel nos Estados Unidos, em 1919, se não me engano, atingiu uma importância quase igual, em valor, à do café no Brasil". Acentuando que apesar dessa grande produção, não só os Estados Unidos, como diversos outros países necessitam de importar a preciosa substância. Termina com um apelo às autoridades e aos apicultores brasileiros no sentido de um rápido desenvolvimento desta indústria.

Y. R. M.

★

DR. W. MOHR — *O Teor de Cálcio e a Acidez dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — Seção de Informações e Publicidade Agrícola — Pôrto Alegre — Rio G. do Sul.

Dando justo valor ao importante papel que é a conservação do solo para a economia e a grandeza de um país, apresentou o Dr. W. Mohr à 1.^a Mesa Redonda de Conservação do Solo, trabalho executado no Laboratório de Química Agrícola, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul. Fazendo, na introdução, uma apreciação geral sobre a natureza e riqueza do solo brasileiro, salienta a nossa situação privilegiada em relação a outros países, dada a nossa capacidade de produção poder cobrir o consumo de uma população incalculavelmente maior do que a atual, dependendo isso, apenas da maneira de organizar nossos recursos. Mostrando, mais uma vez, o erro da exploração excessiva do solo, prova que, o mais acertado, não é o abandono do solo e a procura de terras virgens, dado o custo do frete, e dificuldades de transporte, mas, o trato, de acôrdo com os progressos da ciência agronômica, a recuperação, tendo como algumas das bases principais, o reflorestamento e a restituição das substâncias nutritivas extraídas pelas águas de percolação e pelas colheitas. Diz o Dr. Mohr que o lema do agricultor deve ser: "Não só o conservar, mas conservar melhorando!". Dependendo, em grande

parte, um tratamento dêste, de um perfeito conhecimento da composição da gleba, tal empreendimento só poderá obter êxito, orientando-se pelos estudos das Estações Experimentais e Laboratórios de Química Agrícola. As pesquisas em que se baseia o presente trabalho, foram extraídas dos Arquivos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do estado do Rio Grande do Sul, atualmente sob a direção de um ruralista de reconhecido valor, o Sr. Balbino de Sousa Mascarenhas. Passando em seguida, o autor, a encarar o objetivo principal da publicação, que é o valor do cálcio em relação ao solo; dividiu-o em duas partes: Parte Geral e Parte Experimental. Nesta última são transcritos, em quadros e gráficos, os seguintes dados e fatores obtidos pela análise dos solos: cálcio trocável, acidez atual pH em meio aquoso poder sortivo total T, acidez hidrolítica total (T-S), acidez de troca ou nociva e fator Hissink V, que é a expressão matemática do grau de saturação dos colóides dos solos". Explica a significação destes valores, fazendo um resumo descritivo da técnica de sua dosagem. Assinala ainda a necessidade de cálcio de que sofre a maior parte dos solos do Rio Grande do Sul, tanto como alimento vegetal, como também para a correção de sua acidez, estudando as sete zonas fisiográficas em que é dividido o estado. Conclui pela necessidade absoluta de baratear o custo da cal, sugerindo o aproveitamento do excesso de forças hidráulicas para movimentação "da bateria de moinhos, destinados a pulverizar o calcário, por sorte encontrado nas imediações de algumas das futuras represas, que seria pôsto à disposição dos agricultores pelo preço mais baixo possível". Encerra esta pequena e utilíssima publicação, um agradecimento aos técnicos do Laboratório de Química Agrícola do Rio Grande pela sua colaboração incansável ao estudo do solo.

Y. R. M.

★

CHARLES H. DEETZ — *Cartografia* — Um estudo e normas para a construção e emprêgo de mapas e cartas.

Dado o valor da cartografia, não se faz necessário ressaltar a utilidade desta publicação, cuidadosamente elaborada por Charles H. Deetz. Sem ser um manual de regras, expõe os princí-

pios básicos de cartografia construíva e, em resumo, apresenta os esforços que vêm sendo empregados através do tempo para se conseguir representar em papel "dados geográficos que conduzam a uma compreensão mais completa do terreno e do mar, sua história e relação, seus fenômenos e características". O estudo histórico das origens da cartografia, com que se inicia o livro, remonta a Homero vindo até os nossos dias. Trabalho caprichoso, apresenta valiosa ilustração que consta de uma bela coleção de mapas de Inspeção Hidrográfica e Geodésica, cartas aeronáuticas (coloridas) e reprodução de alguns importantes trabalhos de gravadores; sendo a figura 30, obra do próprio Whistler, cuja carreira começou no Serviço de Topografia Costeira em 1854.

Monografia cujo valor, para os estudiosos, torna-se supérfluo salientar.

Y. R. M.

☆

ANTÔNIO JÚDICE — *O Problema da Figura da Terra* — Contribuição para o seu estudo — 1.^a parte — 1.^a série — N.º 1 — Coimbra.

Obra essencialmente técnica *O Problema da Figura da Terra*, tem por objetivo fundamental a análise crítica dos métodos que se utilizam na resolução efetiva do problema da figura da Terra à custa de observações gravimétricas e geométricas; a sua natureza é, por conseguinte, predominantemente teórica. Ressalta ainda o prefácio a oportunidade da publicação, uma vez que "o Instituto Isostático da Associação Internacional de Geodésia já iniciou a determinação das ondulações continentais do geóide, segundo a resolução tomada pela referida Associação, na sua Assembléa Geral, reunida em Washington, em 1939, de aprovar a proposta feita nesse sentido pelo Prof. Vening Meinesz". Na presente publicação (1.^a Parte) é considerado apenas o método gravimétrico, ficando para a próxima, que deverá sair brevemente, o estudo do método geométrico.

São os seguintes, os temas aqui expostos: "Generalidades sobre o problema da figura da Terra; A teoria de Pizzeti-Somigliana; A fórmula de Stokes e o método de redução ao ar livre das observações gravíticas; A fórmula de Stokes e os restantes métodos de redução das observações gravimétri-

cas; outras demonstrações da fórmula de Stokes; Determinação mais aproximada do geóide. O termo de Bruns e a determinação do elipsóide de referência.

Y. R. M.

☆

DELGADO DE CARVALHO — *Didática das ciências sociais* — Publicação da Secretaria da Educação — Minas Gerais — Belo Horizonte — 1949.

Com prefácio do Prof. Abgar Renault onde este destaca a importância dada ao exame de que foi objeto a didática de História e Geografia, importância que levou o governo a oferecer em 1948, aos educadores dos estabelecimentos de ensino secundário e normal do estado, oportunidade para renovação dos seus métodos, reiterando-a posteriormente em 1949. Neste pequeno livro que representa excelente contribuição ao ensino das ciências sociais, está exposta a inovação. Na parte referente ao "Problema geográfico", discorre sobre a tendência da didática norte-americana, que é ensinar esta disciplina "por meio de problemas e de tópicos característicos". Analisando tal ponto de vista expõe o autor a importância dos estudos geográficos e seu alto valor cultural. Procura demonstrar, de acordo com Ehrlich Smith, que "a nova Geografia modificou profundamente a perspectiva da Geografia antiga". Segue-se a citação dos quatro novos objetivos que lhe dão este aspecto diverso. Delgado de Carvalho dedica um capítulo ao estudo das "Excursões geográficas", destacando e enumerando, as vantagens destas excursões.

Y. R. M.

☆

JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA — *O Espírito Geográfico na Obra de Euclides da Cunha* — Separata do Boletim Paulista de Geografia — N.º 4 — Março de 1950.

As tradicionais comemorações da "Semana Euclidiana" na cidade de São José do Rio Pardo, deram oportunidade a que a vasta bibliografia sobre Euclides da Cunha fôsse, mais uma vez, enriquecida por diversos trabalhos de valor, analisando a sua obra, trabalhos que foram apresentados em conferências agora transcritas por diversas

publicações especializadas ou não. Um dos aspectos desta obra que tem sido tratado, com pleno conhecimento do assunto, pelos geógrafos, é o seu "espírito geográfico". Entre as colaborações de valor para a Geografia, que nos têm chegado, destacamos a separata do *Boletim Paulista de Geografia*, intitulada "O Espírito Geográfico na Obra de Euclides da Cunha", da autoria do Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, presidente recém-reeleito da Associação dos Geógrafos Brasileiros, técnico do Conselho Nacional de Geografia. Nesta colaboração de real mérito tanto para os interessados nos estudos geográficos, como nos livros de Euclides da Cunha, demonstra como o grande escritor, na sua apreciação mesológica do homem brasileiro, em áreas diversas do Brasil, procedeu de acordo com o conceito de La Blache de "êneros de vida", no livro deste, aparecido em 1911, e "segundo o qual — diz o autor José Veríssimo — tal expressão geográfica significa, por assim dizer, o modo de colaboração entre o homem e a natureza". No trecho abaixo dá o Prof. José Veríssimo uma idéia nítida do método de Euclides, quando diz: "Assim é o método de Euclides da Cunha em suas descrições calçadas na observação geográfica, que ensina a "ver", o que é precisamente o mais importante, o que é típico, traçando, conforme Deffontaines, uma espécie de fundamento do quadro geográfico, a paisagem clássica, a casa típica, a vida profunda, a beleza íntima. Método que, como para as ciências físicas ou a psicologia experimental, é o da observação, realizada sobretudo no grande laboratório da Natureza. Método geográfico composto de dois processos essenciais: um, o da observação decompondo-se em análise, comparação e classificação; outro, restringindo-se à investigação. Se a descrição e a explicação constituem as duas etapas da análise geográfica, a comparação conduz essencialmente à localização, cujo caráter é elemento de unidade profunda entre a Geografia Física e a Geografia Humana, porque encerra a essência de todas as explicações". Com uma saudação à cidade de São José do Rio Pardo encerra o autor a sua colaboração à Geografia e a um maior conhecimento de que há de mais profundo na obra do imortal escritor brasileiro.

Y.F.M.

☆

RENATO C. GONÇALVES MARTINS —
O Problema Econômico do Mate —
Serviço de Informação Agrícola do
Ministério da Agricultura.

Renato G. Martins apresenta os resultados a que chegou a comissão que, a 27 de fevereiro de 1946, deixava a Capital Federal com a incumbência de estudar os problemas ervateiros, não só nos estados sulinos, como também observar a reação no Paraguai, Argentina e Uruguai, em face da política de proteção à erva-mate, adotada pelo governo brasileiro. Fala em seguida, o autor, sobre a planta, suas várias espécies e particularidades, assim como os climas e solos da zona ervateira. Apresenta tabelas com os resultados das análises dos elementos físicos e químicos destes solos no território das Missões. Descreve o processo da exploração da erva-mate que obedece à seguinte seqüência: a) Preparo do erval; b) Colheita; c) Sapêco; d) Secagem ou torrefação; e) Cancha. Figura no trabalho, ora apresentado uma resenha histórica do mate, cujas origens vêm da pré-história sul-americana. Analisa, Renato Gonçalves Martins, inclusive do ponto de vista econômico, a situação dos países produtores, dando em cifras percentuais os resultados obtidos pelo mercado consignatário, entre os anos de 1936 e 1942, anos de sua existência. Procura o autor demonstrar através destes dados a atuação benéfica daquele mercado. Focaliza também, a situação brasileira, o Instituto Nacional do Mate e a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate. Além de um mapa do itinerário da excursão, acompanham o trabalho as seguintes fotos: Residência do ervateiro no Paraná; Transporte de erva-mate no Paraná; Aspecto da região ervateira do Paraná; Sapêco da erva-mate no Paraná; e Preparo da erva-mate no Paraná.

Y.R.M.

☆

FRANCISCO VENÂNCIO FILHO — *Euclides da Cunha* — Edição do Conselho Nacional de Geografia. — Rio de Janeiro — Ano de 1949.

Abre este caderno a transcrição da resolução n.º 330, de 9 de fevereiro

de 1949, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central, na qual colocou sob o patrocínio do Conselho a “Semana Euclidiana”, realizada em São José do Rio Pardo, São Paulo. Segue-se uma resumida biografia da vida do grande escritor brasileiro e uma análise de sua obra, que demonstra o fundo geográfico de toda ela. Comprovando esta apreciação, apóia-se o artigo — que é transcrito da *Revista Brasileira de Geografia*, na opinião de homens como Roquete Pinto, que classificou Euclides de “ecólogo”; Maurício Joppert, Raja Gabaglia; Everardo Backheuser e Firmo Dutra que “não vacilou em apontar como característica dominante da sua personalidade a de geógrafo e explorador”. Compõe o folheto a seguinte matéria: Bibliografia sobre Euclides da Cunha — Contribuições cartográficas de Euclides da Cunha, por Armando Sócrates Schnoor e às contribuições encontradas no Arquivo do Conselho Nacional de Geografia.

Y. R. M.

IRUN SANT'ANNA — *Aspectos bio-sociais do Km 47 em 1945. — 1949.*

Compõe-se a presente publicação de relatórios sobre os trabalhos do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (C.N.E.P.A.), assim como de suas finalidades. Dêles constam as seguintes realizações: Descrição fisiográfica, com quadro de análise do solo da região do C.N.E.P.A.; estudo do clima daquela área, com alguns esquemas do posto climatológico de Santa Cruz; estudo da área onde fica localizado o C.N.E.P.A., com tabelas de propriedade e população da área citada; estudo de população e administração pública; Estatística vital; doenças transmissíveis, malária, verminoses, doenças venéreas, tuberculose e inúmeras outras. Água, esgotos, e lixo; edifícios e habitações; agricultura e pecuária; abastecimento; escolas e sistema educacional; recreações e recursos contra doenças. Todo esse material vem acompanhado de tabelas, mapas e dados estatísticos, o que torna o presente trabalho de vital importância para a região estudada.

Y. R. M.

★

Periódicos

ATLAS PLUVIOMÉTRICO DO BRASIL (1914-1938) — Boletim n.º 5 — Divisão de Águas — Secção de Hidrologia — Ministério da Agricultura. Rio — 1949.

Temos o prazer de registrar aqui o aparecimento de uma publicação de excepcional valor para a pluviometria nacional. Trata-se de um trabalho fructuoso de laboriosas investigações num campo de estudos de alta significação, pois abrange elementos indispensáveis à vida e ao progresso humano. O *Atlas Pluviométrico do Brasil* que surge numa primorosa apresentação tipográfica e cartográfica, o que torna ainda maior o seu valor, é o primeiro a aparecer no Brasil, contendo a distribuição e variação das chuvas em todo o território nacional. Fazendo a apresentação do *Atlas Pluviométrico*, o Dr. Valdemar J. de Carvalho, diretor da Divisão de Águas, diz sobre os esforços para sua realização que condensa a análise de observações feitas num período de 25 anos — de 1914 a 1938, com totais médios mensais e anuais das

chuvas durante todo este período, em algumas centenas de postos pluviométricos espalhados por todo o Brasil. Presta também o Dr. Valdemar José de Carvalho, uma homenagem ao idealizador desta notável obra, o saudoso engenheiro, Francisco Eugênio Magarinos Tôrres que, durante muitos anos, chefiou a Secção de Pluviometria e Inundações, da Divisão de Águas e ao esforço e dedicação do Eng. Armando Mortera, digno continuador do trabalho e da capacidade de Francisco Tôrres. Exercendo a hidrografia e os problemas a ela relacionados, o importante papel que desempenha na vida de todos os seres e em todas as atividades humanas, desnecessário se torna salientar o valor dos estudos a ela ligados, estudos que estão, cada dia mais, merecendo dos Poderes Públicos a maior atenção. O *Atlas* agora publicado é o resultado de um labor metódico, de criteriosos estudos, reunidos em anos de pacientes pesquisas, numa dedicação que é bem definida pelo Eng. Antônio José Alves de Sou-

sa, quando diz: "Serviços dessa natureza representam resultados de um esforço diário e contínuo, ao longo tempo, esforço que geralmente não é compreendido pelo grande público". Cumpre destacar o voto do Dr. Antônio José Alves de Sousa, acima citado, no sentido de que se estabeleçam nos cursos de extensão universitária, ou em nossas Faculdades de Filosofia, cadeiras para o estudo especializado de Hidrologia, por já se dispor no Brasil de campo de ação para tal especialidade. Em "Justificação e Considerações Gerais", inserto no *Atlas*, vêm pormenorizados os métodos empregados para a execução de tão notável trabalho, inclusive citação de diversos outros Departamentos que contribuíram de maneira decisiva para a confecção dos mapas, quadros e diagramas, especificando também os pontos tratados em cada um destes.

Encerra-o uma preciosa coleção de mapas pluviométricos, considerada a mais completa até hoje publicada no Brasil. O Dr. Joaquim de Sampaio Ferraz, cuja capacidade e dedicação à sua especialidade, são sobejamente conhecidas, faz uma apreciação sobre a obra, intitulada: "A Valiosa Contribuição do Atlas Pluviométrico para o Estudo da Meteorologia Brasileira", onde se lê outro excelente resumo de todos os trabalhos que contribuíram para a publicação do *Atlas*, passando depois, com a sua reconhecida autoridade no assunto, a discorrer sobre a apresentação técnica e analítica da matéria ali exposta, demonstrando a grande utilidade de tal empreendimento. Desnecessário se torna, depois da abalizada opinião de um homem com a competência de Sampaio Ferraz e de outros que citamos, insistir no que significa esta publicação. Seu índice, melhor do que quaisquer palavras nossas poderá dar uma idéia precisa do valor deste *Atlas*. Além das apresentações do Dr. Joaquim de Sampaio Ferraz e do Dr. Valdemar José de Carvalho, diretor da Divisão de Águas e do "Prefácio" de Antônio José Alves de Sousa, compõe o sumário a seguinte matéria: *Quadros* — N.º 1 — Relações e postos pluviométricos; N.º 2 — Normais mensais e anuais e variação média anual das chuvas do período 1914-1938; N.º 3 — Comparação das normais do período 1914-1938 com as de períodos totais até 1942; N.º 4 — Precipitações mínimas e máximas em três meses consecutivos; N.º 5 — Desvios anuais simples e os

porcentuais superiores a 50%. Médias quinquenais progressivas dos desvios percentuais.

Na parte *Desenhos*, apresenta: N.º 1 — Mapa de identificação dos postos pluviométricos; Ns. 2 a 13 — Mapas, (Isoietas de janeiro a dezembro); N.º 14 — Isoietas anuais; N.º 15 — Isoietas anuais da região mais chuvosa do Brasil; N.º 16 — Isópletas da variação média anual de chuva; N.º 17 — Isogramas da precipitação mínima em três meses consecutivos; N.º 18 — Épocas da precipitação mínima em três meses consecutivos; N.º 19 — Isogramas da precipitação máxima em três meses consecutivos; N.º 20 — Épocas de precipitação máxima em três meses consecutivos; N.º 21 — Famílias de similar variação mensal de chuva (1-8b); N.º 21A — Famílias de similar variação mensal de chuva (9-21d); N.º 21B — Famílias de similar variação mensal de chuva (31e-26f); N.º 22 — Zonas de similar variação mensal de chuva; N.º 23 — Diagramas — padrão das famílias de similar variação anual de chuva; N.º 24 — Zonas de similar variação anual de chuva e N.º 25 — Desvios anuais de chuva.

Y.R.M.

☆

REVISTA DE ECONOMIA ARGENTINA do Instituto Alejandro E. Bunge de Investigaciones Económicas y Sociales — Ano XXXI — Ns. 367-368 — Enero y Febrero de 1950 — Tomo XLVIII.

De grande interesse para a geografia humana é o estudo resultante de laboriosas investigações estatísticas e econômicas, agora enfeixadas neste notável trabalho de Emilio Llorens, apresentado como primeira das matérias insertas neste número, e intitulado: "Se Debe Mejorar el Nivel Alimenticio". A relação entre o consumo de calorias, as taxas de mortalidade e a vida média, são fixadas num quadro que abrange dois continentes, com um total de 35 países. Focaliza o problema e chega a conclusões que, mesmo nas nações mais adiantadas, a maioria dos homens acha-se subalimentada e está longe de ter alcançado, pelo menos, o necessário em matéria de consumo e serviços essenciais. Emilio Llorens, começa sua análise pelas condições de vida do seu próprio país, a Argentina. Publica um interessante quadro da "Renda anual por habitant-

te em unidades internacionais”, no período compreendido entre 1925-34, quadro que abrange 22 países. Prova, através destes dados estatísticos, que a vida humana oscila de acordo com o número de calorias ingeridas e faz comparação entre a população média dos Estados Unidos, Dinamarca, Austrália, Noruega, Suíça e Inglaterra, que vive em média 60 anos, e a população do outro extremo, da Índia, por exemplo, onde a média atinge apenas a 27 anos. Oferecendo aos leitores um trabalho de notável significação, analisa o sistema capitalista, examinando as soluções possíveis dentro deste regime, para a solução do magno problema, que para a humanidade, é a alimentação. Diz o autor que se vem criando uma nova consciência nos governos a respeito dos problemas alimentícios e cita as medidas adotadas na conferência realizada em Copenhague, em setembro de 1946, pela FAO; medidas que transcreve no seu artigo. Quantidades e valores das exportações argentinas, a média de preço F.O.B., resumos estatísticos com suas expressões gráficas, acompanham este esplêndido estudo econômico. Também neste número se encontra a conclusão do artigo de Raul Prebisch: “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. Nesta segunda parte, aqui publicada, focaliza o autor as possíveis bases para a discussão de uma política econômica na América Latina, concluindo com as seguintes palavras: “Neste, como em muitos outros casos, nos encontramos com um conhecimento precário da estrutura econômica de nossos países, sua forma cíclica de crescer e suas possibilidades. Se se consegue realizar sua investigação com imparcialidade científica e estimular a formação de economistas capazes de ir captando as novas manifestações da realidade, prevenindo seus problemas e colaborando na busca de soluções se terá feito um serviço de incalculável importância para o desenvolvimento econômico da América Latina”. Da seção “Informes, Notas e Comentários, anotamos os seguintes assuntos: “A prosperidade inflacionária de após-guerra; Os problemas financeiros da América Latina; A importação estadunidense de couros; A produção total dos Estados Unidos; “O uso de tratores na América do Norte” e “O comércio latino-americano-francês”, que demonstra estar a França competindo ativamente com os Estados Unidos, no rico mercado latino-

americano, o que está causando certo pânico na Inglaterra, que receia venha a perigar seu pacto comercial com a Argentina. A seção de bibliografia apresenta apenas uma nota sobre o *Anuário Estatístico das Nações Unidas, de 1948*. Pelos dados daquele *Anuário* pode-se observar “o crescimento da produção de alguns alimentos básicos, matérias e artigos de consumo, em todo o mundo, no período compreendido entre 1928 e o final da segunda grande guerra. Documentando o comentário seguem-se as cifras referentes a 24 artigos selecionados, extraídos de uma tabela que é também reproduzida.

Y.R.M.

★

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA — N.º 3 — Outubro de 1949 — São Paulo.

O presente número do *Boletim Paulista de Geografia*, correspondente ao 4.º semestre de 1949, apresenta no seu sumário excelente matéria de interesse exclusivamente geográfico, como seja o estudo do Prof. João Soukup: “Mapas em projeção azimutal equidistante e oblíqua”, onde, com seu vasto conhecimento do assunto, faz o histórico desta espécie de mapas. Em suas formas primitivas, diz João Soukup, já eram os mesmos conhecidos dos cartógrafos antigos. Remonta aos começos do século XVI, tendo aparecido em 1510, quando o matemático Henrique Loritz, sob o nome de Gla-reanus, publicou seus planiglobos. Prova ainda, como, através dos tempos o seu emprêgo nunca deixou de ser utilizado. Demonstra o interesse para o ensino geográfico, do uso de aeromaps e as vantagens apreciáveis destes, especialmente para a orientação rigorosa pelos pontos cardeais e colaterais, assim como a sua significação no campo do ensino. Ilustra o trabalho, além de diversos esquemas, um mapa-múndi em projeção azimutal, equidistante e oblíqua, tendo por centro a cidade de São Paulo.

O Prof. Fernando F. M. de Almeida, aluno do Prof. Luís Flores de Moraes Rêgo, saudosos lente da cátedra de geologia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo até 1940, e que vem sendo um digno continuador da obra do mestre, apresenta um estudo de alto interesse geográfico, sobre o relêvo da costa da chamada Bacia

Sedimentar do Rio Paraná, trabalho apresentado ao XVI Congresso Internacional de Geografia, reunido em Lisboa, no mês de abril de 1949. Um mapa e um esquema auxiliam a compreensão da matéria exposta.

"A habitação rural na região do Paraitinga" do Prof. Carlos Borges Schmidt, é um estudo minucioso sobre um problema que abrange uma das partes mais importantes da geografia humana brasileira: os diferentes tipos de habitação rurais. Tendo estudado longamente o assunto, fixou-o, o autor, com minuciosidade, na área drenada pelo rio Paraitinga, no território paulista. Oito fotografias focalizam estas modestas habitações, padrão do interior brasileiro.

Ainda no campo geográfico, o Prof. Odilon Nogueira de Matos, contribui com o trabalho "Evolução das vias de comunicação no estado do Rio de Janeiro". Assunto importante, diretamente ligado à vida econômica da nação, mereceu do autor a máxima atenção, de que resultou uma tese sobre este problema no estado do Rio, tese apresentada à IV Assembléia Geral da A.G.B., e que vai transcrita no presente número. Como os trabalhos anteriores faz-se acompanhar de mapas.

Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, contribuem com "O ensino da geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo", apresentando um esquema de como se vem processando o ensino da geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

"Algumas observações geológicas e geomorfológicas" em que se trata dos sedimentos aluviais antigos em terraços fluviais do rio Jaguari (município de Santa Isabel), do Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber, e a transcrição das páginas das atas da Associação dos Geógrafos Brasileiros, nos seus primeiros meses de existência, completam este exemplar do Boletim da A.G.B.

Y.R.M.

★

REVISTA FLORESTAL — Ano VII —
Número único — 1949. Órgão de
Divulgação Especializada do Minis-
tério da Agricultura.

Acaba de vir a lume a edição única a que foi reduzida a *Revista Florestal*. Sua capa apresenta uma bela fotografia

das cataratas do Iguazu, fotografia tirada pelo engenheiro arquiteto Angelo Murgel. Constam do sumário os seguintes trabalhos: "Método brasileiro de normas viáveis em silvicultura", contribuição póstuma do eminente botânico A. J. de Sampaio acompanhada de 4 fotos; "Notas sobre algumas madeiras úteis do sul de Minas", do agrônomo Inácio L. F. Bustamante, onde este técnico estuda diversos tipos de madeiras, entre as quais, tarumã, borraginácea, fornecedora de boa madeira, especialmente para obras submersas; óleo vermelho ou bálsamo — *Myrospermum erythroxylon*, árvore com mais de 10 metros de altura e belo porte; guatambu — *Aspidosperma eourneum* — Fr. Al., "árvore das terras altas e frias em associação com a maca baixa; apresenta crescimento rápido e, quando solitária, desenvolvimento moroso" e inúmeras outras, numa excelente contribuição ao estudo dos principais tipos de madeiras brasileiras. Outra colaboração interessante é a reportagem de Beatriz Vieira, "Floresta da Tijuca", a qual é ilustrada com fotos da Capela da Tijuca, da Estrada do Imperador e do Arco de Job, em frente à Cascatinha. O engenheiro-agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, demonstra no seu estudo "Floresta Protetora na Região do Itatiaia", o grande alcance que teve como salvaguarda do Parque Nacional do Itatiaia, o decreto n.º 22 287, assinado pelo presidente da República em 16 de dezembro de 1946, "declarando protetoras, nos termos do Código Florestal, as áreas ainda florestadas existentes nas proximidades do parque nacional". Estuda a zona em questão e transcreve as sugestões que foram apresentadas como "indispensáveis e capazes de remediarem a destruição florestal da área reservada para o Parque Nacional do Itatiaia". Termina acentuando ser imprescindível "uma próxima lei que torne patrimônio nacional por desapropriação o trecho dado como floresta protetora". "As Cataratas do Iguazu" são focalizadas, num pequeno artigo, pelo engenheiro civil Luís Derenzi; uma belíssima vista das cataratas, feita por Angelo Murgel, ilustra-o. O Dr. Guilherme de Almeida, agrônomo silvicultor, estuda também o problema florestal, apresentando "Sugestões para o reflorestamento", excelente contribuição, acompanhada de 4 fotos. Notas & Comentários — Inauguração da Universidade Rural a 4 de julho de 1947 — Reflorestemos para combater o deser-

to, por Dirceu Duarte Braga, ilustrado com 4 fotos e Notas bibliográficas, completam a matéria deste número.

Y. R. M.

☆

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA — N.º 164 — Abril de 1950 — Vol. XXII.

Entre os quatro excelentes trabalhos que aparecem no sumário, destacamos o do engenheiro Tasso Costa Rodrigues, "Contribuição aos estudos de deflúvios no Brasil". O trabalho aqui apresentado é apenas uma parte do que vem sendo publicado. Este estudo que, conforme declara o próprio autor, "Além do desejo de ser útil aos profissionais interessados no assunto, pretende-se defender o prosseguimento eficiente dos estudos de deflúvio e de energia hidráulica", é sem dúvida uma das contribuições de maior utilidade das aparecidas ultimamente, estudando nossas bacias hidrográficas. Tasso Costa Rodrigues, engenheiro-civil, chefe de Distrito na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, no decênio 1933/43, e membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, condensou nesta contribuição valiosa a hidrografia nacional e os resultados de 300 estudos procedidos no país, dos quais 255, da responsabilidade e execução pessoal sua. Acompanha esta segunda parte, um índice potamográfico e alfabético dos rios focalizados. — Bacia do Rio São Francisco, — e uma parte dos quadros a ela referentes. "As estradas de rodagem portuguesas", é outro trabalho digno de atenção. Representa o assunto focalizado pelo professor Maurício Joppert, numa das conferências que vem realizando, após o seu regresso da Europa, onde representou o Brasil no Congresso Internacional de Navegação. Nesta conferência realizada no Ministério da Educação, apreciou a topografia da Península Ibérica e remontou-se à obra executada pelos romanos, antes de apresentar o plano rodoviário nacional português, analisando-lhe as condições técnicas em face das nossas estradas. Auxiliando sua explanação com quadros elucidativos, analisou, pormenorizadamente o decreto-lei 34 593 de 11 de maio de 1945, do governo português que "deu nova classificação às estradas de rodagem portuguesas e fixou as suas características técnicas. Neste valioso depoimento, manifesta

o Prof. Maurício Joppert da Silva o seu entusiasmo pela obra que está sendo executada em Portugal. Concluiu sua exposição com um documentário cinematográfico, que foi rodado por ocasião da conferência. Consta ainda do presente número o relatório do ano de 1949 do Clube de Engenharia; o "Anteprojeto do Parque do Trevo de Lucas", e a sua secção habitual: "Resenha bibliográfica".

Y. R. M.

☆

PRIMERAS JORNADAS DE GEOGRAFIA NACIONAL — Organizadas por La Sociedad Geográfica de Lima — Realizadas del 18 al 26 de Febrero de 1949.

Empreendimento de real valor, é, sem dúvida, esse promovido pela Sociedad Geográfica de Lima, destinado a fomentar os estudos sobre o território peruano. Animado pelo êxito das primeiras Jornadas Oceanográficas do Peru, em 1946, o Conselho Diretor, conforme declara seu presidente, Emilio Romero, resolveu realizar em fevereiro de 1948, as Jornadas de Geografia Peruana, despertando o interesse do país e do público para um melhor e mais completo conhecimento da geografia nacional. Contando com a dedicação de seus componentes e o apoio dos poderes públicos, conseguiu este primeiro ensaio de sistematização de conhecimentos geográficos do país, o maior êxito. Apresenta a publicação o programa estabelecido para as jornadas de 1949: as diversas comissões, trabalhos preparatórios, fins e alcances do empreendimento, Primeira Exposição Cartográfica Peruana; A Excursão a Paramonga; as Atividades do Comtê Organizador das Jornadas; Lista dos Trabalhos e Projetos Apresentados nas Jornadas de Geografia. Vários foram os temas tratados nas conferências, cujo programa obedeceu à seguinte discriminação: "Alguns aspectos da geografia do Peru e de sua história", por Victor Andrés Belaunde; "A cartografia peruana", o coronel Jorge Sarmiento; "A Hiléia Amazônica" do Dr. Luís Alayzay Paz Soldán; "O descobrimento do Amazonas", por Dr. Luís E. Benales; "Os trabalhos de remarcação no Peru", do tenente-coronel Absalón Jaymez; "As experiências geodésicas no Peru", do coronel Gerardo Dianderas; "A obra de Raimondi" do engenheiro Alberto Jochamowitz e "A geografia e a meteorologia" do tenente-

comandante Ernesto Roldán. A transcrição acima permite uma idéia mais ampla da matéria apresentada. Diversas fotos ilustram a exposição desse importante acontecimento para o estudo da geografia peruana.

Y. R. M.

☆

"OS PEQUENOS CURSOS DE AGUA"
— Sua Utilização e Relações com o Solo — Publicação TC — 279. Washington, D. C.

Trata-se de um trabalho novo, onde pela primeira vez, é toda uma publicação dedicada ao estudo extenso dos pequenos cursos de água até hoje relegados ao esquecimento. O objetivo visado por este livro, que foi publicado em língua inglesa, em 1936, sob o patrocínio do Serviço de Conservação do Solo da Secretaria da Agricultura, da Diretoria de Recolonização e da Diretoria de Eletrificação Rural dos Estados Unidos, é justamente expor o êxito alcançado pelos Estados Unidos da América, com seu plano de conservação do solo que atraiu o interesse de estudantes e pesquisadores do assunto, não só da América Latina, como também de países de outros continentes. Procura este livro demonstrar desde as primeiras páginas a idéia, perigosamente errada, que desde os tempos do descobrimento da América persiste, de que a fertilidade do continente é inesgotável. Através de minuciosas observações assinala o esgotamento da fauna e do solo americano, chamando atenção para o perigo a que se expõe o solo, caso continuem a se empregar por mais um século os atuais processos agrários adotados.

Dado o grande interesse que oferece este excepcional trabalho, resolveu a direção do *Boletim Geográfico*, transcrevê-lo na íntegra, motivo por que não nos alongamos na apreciação de matéria de tão grande significação geográfica.

Y. R. M.

☆

BOLETIM DA SECÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO — Associação dos Geógrafos Brasileiros — Outubro-Dezembro de 1949. Ano II — N.º 4.

Obedecendo ao mesmo plano da edição anterior, este número do *Boletim* apresenta no seu sumário, se-

leccionada matéria. A primeira é uma comunicação de Annette Ruellan "Geografia médica e colonização". Estudando este ramo da geografia tão pouco explorado, apreciando detidamente o problema, ressalta a colaboração que o geógrafo pode oferecer à medicina. Fala Annette Ruellan sobre a ligação existente entre inúmeras endemias e epidemias e certos caracteres geográficos da região que assolam. Através de uma série de observações passa a enumerar as diversas maneiras pelas quais se torna útil à saúde de uma população a colaboração do geógrafo. Concluindo, diz a autora: "Para favorecer a instalação de uma população determinada numa dada região, é preciso procurar para ela um ambiente tal, que os colonos possam conservar seus hábitos de vida, sua energia, adaptando-se rapidamente, a fim de que nem eles nem seus descendentes sofram uma degenerescência física ou mental. E' graças à colaboração entre o médico e o geógrafo que se pode esperar atingir este fim".

Outra comunicação de real interesse, é a do Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, "Conceito de geografia regional e terminologia das divisões geográficas". Nela estuda o autor um dos ramos da geografia, a geografia geral ou sistemática, e os princípios de classificações. Expõe a impropriedade do emprego do termo "região", em determinados estudos geográficos e propõe o uso de uma nova terminologia "a fim de impedir que se continue a designar dois tipos diferentes de estudos geográficos pelo mesmo vocábulo geral". Conclui sua comunicação opinando pela necessidade de distinguir-se também a formação do professor de geografia, do geógrafo profissional e do pesquisador.

Transcreve o *Boletim* as notas extraídas dos debates realizados na Seção Regional do Rio de Janeiro da A.G.B. em 17 de novembro de 1949, pela professora Lídia M. C. Bernardes, onde serviram de base às discussões os quatro tipos estabelecidos pelo Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães a que acima nos referimos, "Conceito de geografia e terminologia das divisões geográficas". O Prof. Nilo Bernardes apresenta "Notas para o estudo do clima de Nova Friburgo". Será supérfluo salientar o valor deste trabalho em que o sistema orográfico, precipitações, temperatura, umidade e nebulosidade, pressões e ventos daquela bela região do estado do Rio são cuida-

dosamente analisados. Contribuem para maior clareza do estudo, diagrama e mapas da zona em apêço.

NO noticiário que encerra o *Boletim*, figuram: Notas sôbre a V Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros; Estatutos da Secção Regional do Rio de Janeiro; Conferência do Inventário da Utilização Mundial da Terra e Atividades da Secção Regional.

Y.R.M.

★

REVISTA DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — N.º 3 — São Luís do Maranhão — Fevereiro — 1950.

Acaba de aparecer mais um exemplar desta *Revista*, apresentando a mesma cuidadosa seleção dos números anteriores na matéria exposta. Destacamos, pelo seu conteúdo geográfico, os seguintes artigos: "Os Sambaquis do Noroeste Maranhense" por José Silvestre Fernandes, estudo sôbre sernambizais e casqueiros. Focalizando com mais atenção o sambaqui de Areia Branca, discorda dos que atribuem uma formação exclusivamente natural ou exclusivamente artificial aos sambaquis do noroeste maranhense, demonstrando a predominância, em alguns, dos sernambizais. Discorre em seguida sôbre as origens dos três conchíferos: Areia Branca, Ilha das Moças e Mocambo. Acentuando a impossibilidade de uma opinião definitiva sôbre o assunto, cita o ponto de vista de Backheuser: "Um sambaqui é bem um enigma atirado a todo homem de mediana cultura científica e que lhe dará que pensar algumas horas".

"O Rio Parnaíba" de L. G. dos Reis é um pequeno estudo sôbre o percurso dêste rio que é divisa natural dos estados do Maranhão e Piauí, assinalando o autor as consideráveis reservas hídricas que nêle se projetam. Acompanham o trabalho mapas referentes ao percurso do rio. Também sôbre hidrografia são os trabalhos apresentados pelo engenheiro Olímpio Fialho, "Rio Corda" e "Quedas d'Água no Maranhão". Um mapa da bacia do rio Corda, um quadro com as cinco cascatas que se sucedem rio acima e um quadro das principais quedas d'água do sertão maranhense, do Departamento Estadual de Estatística, valorizam a contribuição. Focaliza ainda o autor a bacia hidrográfica do Corda, a provável origem do seu nome,

seus afluentes e os povoados que o margeiam. Estudo de real interesse, principalmente se levarmos em conta que a atual política administrativa se volta com atenção para o potencial de nossas reservas hidráulicas.

Como apêndice vem um estudo sôbre "Alcântara no seu Passado Econômico, Social e Político" por — Jerônimo Viveiros. Fala êle sôbre a velha e tradicional cidade maranhense, ilustrando sua interessante contribuição com biografias e fotos de personalidades e locais que ficaram ligados à vida da histórica cidade.

Y.R.M.

★

INSTRUCCIONES PARA CONFECIONAR EL MAPA CLIMATOLÓGICO DEL PERU — Ministerio de Aeronáutica — Dirección de Comunicaciones y Meteorología — Cartilla n.º 3 — Lima — 1948.

A Sociedade Geográfica de Lima propôs a preparação de um mapa climatológico do Peru. Para isto já solicitou o concurso técnico dos Ministerios da Aeronáutica, Agricultura, Marinha e Fomento. Discorrendo sôbre o assunto, depois de fazer um levantamento dos dados com que podem contar para execução do referido estudo, apresenta algumas sugestões. Demonstra as vantagens de tal empreendimento, e destacando o valor de tal medida diz: "A meteorologia abarca aspectos os mais diversos da vida de uma nação", e inclui êstes a Conquista do Peru e as Guerras da Independência "que serão explicadas considerando os pormenores inerentes ao aspecto retrospectivo do clima". Cita a propósito a conferência do Dr. Carlos Monge na Escola Militar sôbre "Aclimação nos Andes — Influência Biológica do Altiplano nas Guerras da América".

O Arquivo Climatológico do Ministerio da Aeronáutica munuiu-se de dois trabalhos importantes que contribuirão para a confecção dêste mapa climatológico, são êles: "Um gráfico da curva de limite provável de precipitações de 250 milímetros ao ano, no Peru, curva que representa a descontinuidade entre *cuenca* úmida e a árida, em função da altura e latitude na costa de nosso país. Os dados foram determinados pelo engenheiro Carlos W. Sutton, que exerce a chefia da Divisão de Agrologia e Meteorologia

da Diretoria de Águas e Irrigação do Ministério de Fomento". O segundo trabalho foi publicado pela Universidade de Arequipa e se intitula "Programa Analítico de Climatologia do Peru", pelo major Carlos Nicholson a que a Sociedade já honrou com o prêmio "Delgado". "O Programa Analítico de Climatologia do Peru" abrange 19 lições; começando com a situação, apresenta a seguir, o relevo, as regiões naturais e climáticas e as dimensões gerais das regiões geográficas do Peru. Conclui esclarecendo que "uma tabela climática incluirá dados de cada mês e cada ano de todos os elementos meteorológicos que afetam a saúde e as atividades humanas. Essa tabela deverá ser acompanhada de uma descrição das características atmosféricas em cada estação, por meio das datas extremas das primeiras e últimas geadas e nevadas; o tempo que dura a capa de neve sobre a Terra e o começo das chuvas. Em alguns lugares as condições atmosféricas sofrem uma mudança diária e regular, sobretudo quando acontecem os *terrales* e *virazonas*, o que se deve levar em conta".

Termina esperando que os técnicos do Serviço Meteorológico do Peru publiquem, no *Boletim da Sociedade Geográfica de Lima*, suas opiniões a respeito de tão importante assunto.

Y. R. M.

★

LES CAHIERS D'OUTRE-MER — REVUE DE GÉOGRAPHIE DE BORDEAUX ET DE L'ATLANTIQUE. — N.º 8 — 2me. Année — Octobre-Décembre — 1949.

Chegou-nos mais um número desta excelente publicação francesa. Figuram no seu sumário três ótimos estudos, um sobre Portugal (viticultura), outro sobre uma tribo do Camerum de interesse para a Geografia Humana e o terceiro sobre os índios dos planaltos andinos.

No primeiro intitulado, "L'Alto Douro", Henri Enjalbert, faz um estudo, que é também uma agradável reportagem, da região vitícola do norte de Portugal, onde se fabrica o célebre vinho do Pôrto, de fama mundial. Seu trabalho, além de ótima contribuição para o estudo geográfico da região, é de grande riqueza descritiva. As admiráveis vistas aéreas dos vinhedos do Alto Douro foram fixados em diversos

clichês que acompanham o trabalho. Por este pode-se ver a simetria das plantações. Abrange o estudo do Prof. Henri Enjalbert o clima do Minho e do Douro, as origens do vinho do Pôrto, e sua ascensão no mercado mundial de vinhos; o regime de Pombal acerca do Alto Douro; as condições de produção do Pôrto e a preparação do vinho do Pôrto, apresentando uma série expressiva de dados acerca da produção vitícola daquela região, nos últimos anos. Conclui observando que as causas da situação de crise, são naturais, atendendo à situação criada pela última guerra, com a conseqüente perda de mercados como a Inglaterra. Apesar disso, especializa-se a produção do vinho do Pôrto, estando-lhe assegurada uma destacada posição comercial e sua reputação como um dos grandes vinhos generosos do mundo.

O artigo de Gérard Perrault nos fala dos Fang, tribo do Iaoundé, que vive na floresta situada entre as altas savanas ao norte e a floresta do sul. Assinala o autor que são muito confusas as origens deste povo; suas tradições orais são muito contraditórias o que altera completamente a verdade. É tal tribo, no movimento mundo da África do Norte, onde não se chocam diferentes populações, das mais novas. Estudando a história deste povo, Gérard Perrault, reporta-se ao seu aparecimento. Sua religião, organização social (primitiva), sua estrutura familiar que tem por base a poligamia, seus estranhos hábitos, a região por eles habitada. Estuda também a atuação dos alemães durante seu período de dominação e os efeitos para as populações indígenas. Depois de demorados estudos termina por apresentar a atual situação em que se encontram os componentes desta tribo.

Marie Helmer no seu artigo: "Os Índios dos Planaltos Andinos" faz acerca deste povo que vai aos poucos desaparecendo, um estudo, em seu aspecto histórico e atual modo de vida, semelhante ao que G. Perrault nos apresenta sobre os Fang. Ambos os estudos são ilustrados por sugestivas fotografias, flagrantes dos usos e costumes dos povos em questão.

A secção "Crônicas", apresenta: "Paisagem e Povo da Martinica", de Louis Papy; "Contactos Marroquinos", de Paul Arque; "Os Melanges Faucher", "Reserva Geográfica dos Pirneus e do Sudoeste", comentário no qual Louis Papy faz pormenorizada apreciação em torno de *Melanges Fau-*

cher; a excelente contribuição geográfica que aparece agora no seu segundo tomo. Em "Melanges Faucher" são cuidadosamente estudadas as vilas, habitações rurais, estrutura agrária, gênero de vida, toponímia, alternando tais matérias com páginas sobre problemas morfológicos. Marcam os estudos ali apresentados um novo passo nos conhecimentos geográficos do sul da França. Não devemos deixar de assinalar a homenagem apresentada ao Prof. Daniel Faucher por seus colegas e discípulos, através desta publicação.

Y. R. M.

★

REVISTA DE HISTÓRIA — Publicação Trimestral — N.º 2, abril-junho — 1950.

Abrindo o presente número aparece a transcrição da conferência de Roger Dion, professor da Sorbonne e da École Normale Supérieure de Paris, "Influência da Geografia Física sobre a evolução histórica da Europa (as invasões bárbaras vistas pelo geógrafo)", pronunciada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e traduzida por E. Simões de Paula. Tratando do assunto minuciosamente conclui demonstrando como a História e a Geografia se auxiliam mutuamente, e apresenta esta como uma das razões porque muitos se opõem, inclusive ele, "a que se separem essas duas disciplinas nos currículos das Faculdades de Letras.

Outra matéria de interesse para o estudo da Geografia Humana é o da Prof. Maria Isaura Pereira de Queirós, "A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do vale do Paraíba, entre 1850 e 1888", dividindo-o nestas partes: As fontes para o trabalho; As comunidades agrárias do vale do Paraíba e o grupo social que as habitava; As diferentes camadas sociais encontradas e o conceito de classes; Terminada a análise, a síntese.

Constam ainda do sumário os seguintes artigos: "Sobre a cronologia da anábese de Ciro e a idade do Xenofonte" de Aloisio de Faria Coimbra; "Il mestro di color che sanno" de Italo B. Bettarello; "A incorporação da Amazônia ao Império" de Artur César Ferreira Reis; "Brasil, Terra de História" de Emile C. Léonard; "Monumentos da Pedagogia Brasileira"; os "Pareceres e Projetos" de Rui Bar-

bosa" por J. Querino Ribeiro. Na seção "Fatos & Notas" aparece "Considerações sobre um comentário à ocorrência de termos tupis em "A Organização Social dos Tupinambás". Resenha Bibliográfica e Noticiário completam o presente número.

Y. R. M.

★

CATALOGO DAS CARTAS E OBRAS DIVERSAS — Ministério da Guerra — Serviço Geográfico do Exército — Rio — 1949.

O presente catálogo do Serviço Geográfico do Exército que tem a seu cargo o preparo das cartas militares que interessam ao Exército, incumbido-se de todas as operações necessárias, inclusive distribuição das cartas, mediante indenização, não só aos corpos de tropa, repartições e estabelecimentos civis e militares, como também ao público em geral, apresenta neste número a seguinte matéria: Informações Gerais; Características das Cartas de Tipo Militar; Venda das Publicações e Normas Técnicas, para o Levantamento e Confecção das Cartas Topográficas. *Cartas do Brasil* — 1.ª Parte: Cartas topográficas nas escalas normais — Carta normal em 1:50 000 — Lista, por ordem alfabética, das folhas componentes da carta do Brasil em 1:50 000, já impressas e que se acham à venda — Carta de comunicações em 1:250 000 — Cartas na escala 1:25 000 e Cartas na escala 1:100 000. 2.ª Parte: Cartas especiais organizadas pelo Serviço Geográfico do Exército, e também pelos extintos Serviço Geográfico Militar e Comissão da Carta Geral do Brasil, e publicadas pelo S.G.E. — Nove cartas topográficas especiais — Duas cartas geográficas. 3.ª Parte: a — Cartas diversas elaboradas por outras organizações e publicadas pelo S.G.E.: escalas 1:30 000, 1:50 000, 1:100 000, 1:200 000, 1:400 000, 1:600 000 e 1:1 200 000; b — Cartas diversas não publicadas pelo S.G.E.: em várias escalas — Publicações diversas; Índice, por ordem alfabética, das cartas contidas nas II e III Partes. *Mapas índices* (fora do texto) — Índice de nomenclatura das folhas da carta "A" — Rio Grande do Sul. "B" — Nordeste, "C" — Leste Meridional e "D" — Sul.

Y. R. M.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 13 de agosto de 1949

Leis

- Lei n.º 772, de 29 de julho de 1949** — Concede isenção de direitos de importação para máquinas e acessórios adquiridos pela firma Indústria Betonite de Artefatos de Construção Limitada”.
“Diário Oficial” de 3-8-949.
- Lei n.º 773, de 29 de julho de 1949** — “Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a adquirir projetores cinematográficos para revenda a estabelecimentos de ensino e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 5-8-949.
- Lei n.º 774, de 30 de julho de 1949** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de créditos especiais para pagamento das despesas que especifica”.
“Diário Oficial” de 5-8-949.
- Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949** — “Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 13-8-949.
- Lei n.º 776, de 8 de agosto de 1949** — “Assegura vantagens aos militares da FEB., mutilados em consequência de ferimento recebido ou moléstia adquirida nas zonas de combate da campanha da Itália”.
“Diário Oficial” de 18-8-949.
- Lei n.º 777, de 8 de agosto de 1949** — “Concede isenção de direitos de importação para material adquirido pelo governo do estado de São Paulo para a Estrada de Ferro Sorocabana”.
“Diário Oficial” de 18-8-949.
- Lei n.º 778, de 8 de agosto de 1949** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de C-§ 2 444 000,00, para o fim que especifica”.
“Diário Oficial” de 18-8-949.
- Lei n.º 779, de 11 de agosto de 1949** — “Dispõe sobre a participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos-Dumont”.
“Diário Oficial” de 16-8-949.
- Lei n.º 780, de 15 de agosto de 1949** — “Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e demais taxas aduaneiras, exceto as de previdência social e de estatística, aos maquinismos e materiais destinados às instalações das fábricas para a industrialização de plantas têxteis”.
“Diário Oficial” de 18-8-949.
- Lei n.º 781, de 17 de agosto de 1949** — “Institui o dia nacional de “Ação de Graças”.
“Diário Oficial” de 18-8-949.
- Lei n.º 782, de 18 de agosto de 1949** — “Concede pensão à viúva e filhos menores do ex-deputado Leopoldo Peres”.
“Diário Oficial” de 26-8-949.
- Lei n.º 783, de 19 de agosto de 1949** — “Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para material importado pelo governo do estado do Piauí”.
“Diário Oficial” de 26-8-949.
- Lei n.º 784, de 20 de agosto de 1949** — “Concede franquia postal a livros e publicações remetidos às bibliotecas públicas e instituições educativas”.
“Diário Oficial” de 27-8-949.
- Lei n.º 786, de 20 de agosto de 1949** — “Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras a material importado pela Estrada de Ferro Sorocabana”.
“Diário Oficial” de 26-8-949.
- Lei n.º 787, de 20 de agosto de 1949** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para aquisição de estreptomycina”.
“Diário Oficial” de 27-8-949.
- Lei n.º 788, de 22 de agosto de 1949** — “Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para máquinas e materiais destinados à Cia. Cimento Portland Poti”.
“Diário Oficial” de 26-8-949.
- Lei n.º 789, de 22 de agosto de 1949** — “Abre ao Tribunal de Contas o crédito suplementar de Cr\$ 775 740,00”.
“Diário Oficial” de 25-8-949.

Decretos legislativos

Decreto n.º 22, de 1949 — “Aprova o texto dos Atos das Conferências Internacionais de Telecomunicações e Radiocomunicações firmados a 2 de outubro de 1947, em Atlantic City pelo Brasil e outros países”.

“Diário Oficial” de 16-8-949.

Decreto n.º 23, de 1949 — “Promulga aditivo ao acôrdo celebrado em 18 de março de 1947 entre o Ministério da Educação e Saúde e o governo de Pernambuco, para intensificação da assistência psiquiátrica nesse estado”.

“Diário Oficial” de 26-8-949.

Decreto n.º 24, de 1949 — “Promulga contrato celebrado em 26 de junho de 1948, entre o Ministério da Aeronáutica e Atos Silveira Ramos, para desempenho por êste da função de professor de Química Aplicada da Escola de Aeronáutica, no exercício de 1949”.

“Diário Oficial” de 26-8-949.

Decreto n.º 25, de 1949 — “Aprova a decisão do Tribunal de Contas de 15 de fevereiro de 1949, que recusou registro do termo de contrato celebrado a 23 de dezembro de 1948, entre o Quartel General da 3.ª Zona Aérea e a Prefeitura Municipal de Bambuí, estado de Minas Gerais para a execução de

obras de ampliação da pista do aeroporto dessa cidade”.

“Diário Oficial” de 31-8-949.

Decreto n.º 26, de 1949 — “Autoriza o registro pelo Tribunal de Contas da despesa relativa ao pagamento da importância de Cr\$ 12 475,40 (doze mil quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos) a cada um dos agentes fiscais do impôsto de consumo João Veloso Gordilho, Alberto Bartolomeu de Sousa e Acácio de Almeida, correspondente à porcentagem a que têm direito em virtude do auto n.º 2 877, de 30 de novembro de 1939, que lavraram contra o Instituto Behering de Terapêutica Experimental Limitada, à base de 10% (dez por cento) sôbre o impôsto recolhido”.

“Diário Oficial” de 31-8-949.

Decreto n.º 27, de 1950 — “Promulga aditivo ao contrato celebrado em 22 de julho do mesmo ano, entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e a firma Sociedade Auxiliar de Trabalhos de Engenharia Limitada, para o início da construção de um pavilhão destinado a adolescentes do sexo masculino na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, Distrito Federal”.

“Diário Oficial” de 31-8-949.

Decretos executivos

Decreto n.º 26 737, de 1 de junho de 1949 — “Outorga à Companhia Siderúrgica Belgo Mineira S.A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Prainha, município de Antônio Dias, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 9-8-949.

Decreto n.º 26 769, de 9 de junho de 1949 — “Declara a caducidade da concessão outorgada a Joaquim Assunção Ribeiro, pelo decreto n.º 9 396, de 15 de maio de 1942”.

“Diário Oficial” de 27-8-949.

Decreto n.º 26 783, de 17 de junho de 1949 — “Concede à Mineração de Carvão Norte do Paraná Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 785, de 17 de junho de 1949 — “Concede à Empresa das Fontes Hidro-Medicionais do Amparo Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração”.

“Diário Oficial” de 27-8-949.

Decreto n.º 26 790, de 17 de junho de 1949 — “Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrescidos de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 5-8-949.

Decreto n.º 26 795, de 21 de junho de 1949 — “Concede à Sociedade “Mc Catl & Company

Limited” autorização para continuar a funcionar na República”.

“Diário Oficial” de 11-8-949.

Decreto n.º 26 874, de 12 de julho de 1949 — “Autoriza a Shell-Mex Brazil Limited a aforar o terreno de acrescidos de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 10-8-949.

Decreto n.º 26 878, de 12 de julho de 1949 — “Autoriza Elói Pinto de Araújo a comprar pedras preciosas”.

“Diário Oficial” de 3-8-949.

Decreto n.º 26 905, de 15 de julho de 1949 — “Revoga o decreto que concedeu à sociedade anônima “Stanco Products Incorporated” autorização para funcionar na República e cassa a respectiva carta”.

“Diário Oficial” de 11-8-949.

Decreto n.º 26 922, de 21 de julho de 1949 — “Concede reconhecimento ao curso ginasial do Ginásio Vasco da Gama, do Distrito Federal”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 926, de 21 de julho de 1949 — “Concede equiparação à Escola de Enfermagem Magalhães Barata, de Belém, estado do Pará”.

“Diário Oficial” de 4-8-949.

- Decreto n.º 26 927, de 21 de julho de 1949** —
 “Autoriza o funcionamento do curso de odontologia da Faculdade de Odontologia do Espírito Santo”.
 “Diário Oficial” de 2-8-1949.
- Decreto n.º 26 929, de 21 de julho de 1949** —
 “Concede reconhecimento aos cursos clássico e científico do Ginásio Plínio Leite, de Niterói”.
 “Diário Oficial” de 8-8-1949.
- Decreto n.º 26 937, de 21 de julho de 1949** —
 “Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Niterói”.
 “Diário Oficial” de 8-8-1949.
- Decreto n.º 26 949, de 25 de julho de 1949** —
 “Dá nova redação ao artigo 1.º do decreto n.º 26 413, de 4 de março de 1949”.
 “Diário Oficial” de 6-8-1949.
- Decreto n.º 26 950, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro João Henrique Bianchini a pesquisar amianto e associados no município de Brusque, estado de Santa Catarina”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 951, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Júlio de Oliveira a pesquisar minério de ouro e associados no município de Dianópolis, estado de Goiás”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 952, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro José Menezes a pesquisar calcário e associados no município de Matozinhos, estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 953, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro João Felisberto Neto a pesquisar talco e associados no município de Alegre, estado do Espírito Santo”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 954, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Alencar de Lima a pesquisar calcário e associados no município de Tomasina, estado do Paraná”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 955, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza a cidadã brasileira Antonieta Marques Galvão a pesquisar argila refratária e associados, no município de Franco da Rocha, estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 956, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Sampaio, a pesquisar chumbo, prata, zinco, ferro e associados no município de Iporanga, estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 957, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro João Batista Teixeira, a pesquisar diamante no município de Minas Nova, estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 958, de 26 de julho de 1949** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Hilário de Oliveira a pesquisar argila e associados no município de Taubaté, estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 959, de 27 de julho de 1949** —
 “Aprova o Regulamento das Fortificações Costeiras”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 966, de 27 de julho de 1949** —
 “Outorga à Companhia Luz e Força Santa Cruz concessão para distribuição de energia elétrica, para serviço público, serviços de utilidade pública e comércio de energia no município de Taquarituba, estado de São Paulo, e autoriza a mesma Companhia a construir uma linha de transmissão necessária à citada distribuição de energia elétrica”.
 “Diário Oficial” de 1-8-1949.
- Decreto n.º 26 967, de 27 de julho de 1949** —
 “Outorga à Companhia Matogrossense de Eletricidade concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do salto Bauri, situado no rio Nioaque, município de Nioaque, estado de Mato Grosso”.
 “Diário Oficial” de 25-8-1949.
- Decreto n.º 26 968, de 27 de julho de 1949** —
 “Outorga à Caramelos de Luxo Busi Sociedade Anônima, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira de São José, no ribeirão de igual nome, município de Bom Jardim, estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo”.
 “Diário Oficial” de 9-8-1949.
- Decreto n.º 26 969, de 27 de julho de 1949** —
 “Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no estado de São Paulo, nos municípios de Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo e Itapeberica da Serra, necessárias à construção de linhas de transmissão entre a usina de Cubatão e a usina elevatória de Pedreira e entre a usina elevatória de Pedreira e a estação terminal de Anchieta, e autoriza a The S. Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd. a desapropriá-las”.
 “Diário Oficial” de 9-8-1949.
- Decreto n.º 26 973, de 28 de julho de 1949** —
 “Dispõe sobre o vencimento dos cargos médicos”.
 “Diário Oficial” de 2-8-1949.
- Decreto n.º 26 974, de 28 de julho de 1949** —
 “Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, do Ministério da Educação e Saúde”.
 “Diário Oficial” de 4-8-1949.
- Decreto n.º 26 977, de 28 de julho de 1949** —
 “Autoriza a Sociedade Anônima de Cimento, Mineração e Materiais de Construção “Cimimar” a pesquisar quartzo no município de Bocaiúva, estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 6-8-1949.
- Decreto n.º 26 978, de 28 de julho de 1949** —
 “Autoriza a empresa de mineração Companhia Cimento Brasileiro Sociedade Anônima, a lavrar calcário e associados no muni-

cípio de São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 979, de 28 de julho de 1949 — “Autoriza os cidadãos brasileiros José Ferraz de Oliveira e Lafaete Lopes Ferraz a pesquisar beril e associados, no município de Itambé, estado da Bahia”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 980, de 28 de julho de 1949 — “Autoriza o Departamento Autônomo de Carvão Mineral a pesquisar carvão mineral no município de Bajé, estado do Rio Grande do Sul”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 981, de 28 de julho de 1949 — “Autoriza o cidadão brasileiro José Frederico de Sousa Martins a lavrar jazida de cassiterita e associados no município de São João del Rei, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 982, de 28 de julho de 1949 — “Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Henry Levy a lavrar zircônio no município de Parreiras, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 983, de 28 de julho de 1949 — “Autoriza o cidadão brasileiro Herbert Vitor Levy a lavrar zircônio no município de Parreiras, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 984, de 28 de julho de 1949 — “Autoriza o cidadão brasileiro João Henrique Bianchini a pesquisar amianto e associados no município de Brusque, estado de Santa Catarina”.

“Diário Oficial” de 6-8-949.

Decreto n.º 26 988, de 29 de julho de 1949 — “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 18 480,00, para atender às despesas, com o pagamento de gratificação de magistério a Amandino Ferreira de Carvalho”.

“Diário Oficial” de 1-8-949.

Decreto n.º 26 989, de 29 de julho de 1949 — “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5 496,80, para atender às despesas com o pagamento de diferença de gratificação de magistério a Humberto Manato”.

“Diário Oficial” de 1-8-949.

Decreto n.º 26 990, de 29 de julho de 1949 — “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5 400,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério a Floriano de Araújo Góis”.

“Diário Oficial” de 1-8-949.

Decreto n.º 26 991, de 1 de agosto de 1949 — “Altera a Tabela de Pessoal Mensalista do Departamento Técnico e de Produção do Exército, do Ministério da Guerra”.

“Diário Oficial” de 3-8-949.

Decreto n.º 26 992, de 1 de agosto de 1949 — “Regulamenta a concessão dos benefícios

previstos no artigo 1.º do decreto-lei n.º 8 794 e parágrafos únicos dos artigos 2.º e 3.º e § 2.º do art. 4.º do de n.º 8 795, ambos de 23 de janeiro de 1946”.

“Diário Oficial” de 3-8-949.

Decreto n.º 26 993, de 1 de agosto de 1949 — “Torna sem efeito o decreto n.º 26 173, de 10-1-949, que suprimiu cargo excedente”.

“Diário Oficial” de 3-8-949.

Decreto n.º 26 994, de 2 de agosto de 1949 — “Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18 960 000,00, para ocorrer às despesas com o fornecimento de papel-moeda”.

“Diário Oficial” de 4-8-949.

Decreto n.º 26 995, de 2 de agosto de 1949 — “Revoga o decreto n.º 10 423, de 10 de setembro de 1942”.

“Diário Oficial” de 4-8-949.

Decreto n.º 26 996, de 2 de agosto de 1949 — “Aprova excesso de despesa”.

“Diário Oficial” de 4-8-949.

Decreto n.º 26 997, de 2 de agosto de 1949 — “Declara caduca a concessão dada à Rádio Clube do Espírito Santo S/A, para estabelecer uma estação radiodifusora”.

“Diário Oficial” de 4-8-949.

Decreto n.º 26 998, de 2 de agosto de 1949 — “Outorga concessão ao estado do Espírito Santo para estabelecer uma estação radiodifusora em Vitória”.

“Diário Oficial” de 11-8-949.

Decreto n.º 26 999, de 2 de agosto de 1949 — “Retifica o de n.º 26 345, de 10 de fevereiro de 1949”.

“Diário Oficial” de 4-8-949.

Decreto n.º 27 000, de 2 de agosto de 1949 — “Outorga concessão à Rádio Relógio Federal, Limitada, para estabelecer nesta capital uma estação radiodifusora em ondas tropical e média”.

“Diário Oficial” de 8-8-949.

Decreto n.º 27 001, de 3 de agosto de 1949 — “Aprova o Regulamento da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica”.

“Diário Oficial” de 5-8-949.

Decreto n.º 27 005, de 3 de agosto de 1949 — “Autoriza a Sociedade Mineradora Ponta da Serra Ltda., a pesquisar gipsita, no município de Paulistana, estado do Piauí”.

“Diário Oficial” de 10-8-949.

Decreto n.º 27 006, de 3 de agosto de 1949 — “Autoriza a empresa de mineração comércio e indústria Sousa Noschese Sociedade Anônima a pesquisar cassiterita e associados, no município de Piratini, estado do Rio Grande do Sul”.

“Diário Oficial” de 11-8-949.

Decreto n.º 27 007, de 3 de agosto de 1949 — “Autoriza a empresa de mineração comércio e indústria Sousa Noschese Sociedade Anônima, a pesquisar cassiterita e associados, no município de Piratini, estado do Rio Grande do Sul”.

“Diário Oficial” de 11-8-949.

Decreto n.º 27 008, de 3 de agosto de 1949 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Pereira de Oliveira a pesquisar caulim, malacacheta e associados, no município de Matias Barbosa, estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 11-8-949.

Decreto n.º 27 009, de 3 de agosto de 1949 —
 "Autoriza a cidadã brasileira Odete Duarte a pesquisar calcário e associados, no município de Cotinguiba, estado de Sergipe".
 "Diário Oficial" de 11-8-949.

Decreto n.º 27 010, de 3 de agosto de 1949 —
 "Autoriza a cidadã brasileira Maria Russo Supino a pesquisar caulim e associados no município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro".
 "Diário Oficial" de 11-8-949.

Decreto n.º 27 011, de 3 de agosto de 1949 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Vicente de Sousa Fernandes a pesquisar talco, calcário e associados, no município de Castro, estado do Paraná".
 "Diário Oficial" de 11-8-949.

Decreto n.º 27 013, de 4 de agosto de 1949 —
 "Modifica a redação do artigo 1.º do decreto n.º 24 675, de 15 de março de 1948".
 "Diário Oficial" de 6-8-949.

Decreto n.º 27 014, de 4 de agosto de 1949 —
 "Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500 000,00 para pagamento de auxílio concedido à Cruz Vermelha Brasileira".
 "Diário Oficial" de 6-8-949.

Decreto n.º 27 015, de 4 de agosto de 1949 —
 "Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial, como auxílio ao Hospital São Sebastião da cidade de Tombos, no estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 6-8-949.

Decreto n.º 27 016, de 4 de agosto de 1949 —
 Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 18 480,00, para pagamento de gratificação de magistério a Carlos Américo Barbosa de Oliveira".
 "Diário Oficial" de 6-8-949.

Decreto n.º 27 017, de 4 de agosto de 1949 —
 Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 23 100,00, para pagamento de gratificação de magistério a Luís Cláudio de Castilho".
 "Diário Oficial" de 6-8-949.

Decreto n.º 27 018, de 6 de agosto de 1949 —
 "Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Santarém, no estado do Pará".
 "Diário Oficial" de 9-8-949.

AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Leis

Lei n.º 1 102, de 18 de maio de 1950

Aprova o Plano Salte e dispõe sobre sua execução.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É o Presidente da República autorizado a realizar, durante os exercícios de 1950 a 1954, os empreendimentos relativos à saúde, alimentação, transporte e energia integrantes do plano previsto no texto e nos anexos da presente lei — Plano SALTE.

Parágrafo único — O Poder Executivo promoverá entendimentos e firmará acordos com os governos estaduais e municipais, as autarquias, as sociedades de economia mista, entidades paraestatais existentes ou que venham a ser criadas em virtude de lei entidades privadas, no sentido de coordenar atividades relacionadas com os programas de trabalho deste Plano.

Art. 2.º — As despesas com a execução do Plano SALTE, na parte que constitui responsabilidade direta da União, serão classificadas e atendidas à conta dos seguintes recursos:

- I — Dotações orçamentárias e
- II — Produto de operações de crédito.

Art. 3.º — O Orçamento Geral da União consignará ao Plano SALTE

	Cr\$
para o exercício de 1950	— 1 900 000 000,00
para o exercício de 1951	— 2 200 000 000,00
para o exercício de 1952	— 2 400 000 000,00
para o exercício de 1953	— 2 550 000 000,00
para o exercício de 1954	— 2 600 000 000,00

Parágrafo único — Essa consignação será feita sem prejuízo das parcelas de trezentos e quarenta, trezentos e dez, trezentos e trinta e cinco e trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros, que deverão ser deduzidas, respectivamente, nos exercícios de 1951 a 1954, nas dotações com destinação constitucional.

Art. 4.º — É o Poder Executivo autorizado a realizar as seguintes operações de crédito:

a) um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros, em divisas existentes ou que venham a existir, ao Banco do Brasil S. A.;

b) um empréstimo interno, sob forma de obrigações, nos termos do art. 5.º e seguintes.

Art. 5.º — O Poder Executivo poderá emitir até a quantia de cinco bilhões de cruzeiros, em parcelas anuais de um bilhão, no máximo, constantes de obrigações ao portador ou nominativas aos juros de 7% ao ano, pagáveis semestralmente.

Art. 6.º — As obrigações, que terão o valor nominal de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), Cr\$ 1 000,00 (mil cruzeiros) Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros), deverão ser resgatadas em dez anos, por sorteio ou por compra em Bolsa, a partir do fim do prazo de execução do Plano SALTE, de

acôrdo com a tabela de amortização que será organizada pelo Ministério da Fazenda.

Art. 7.º — As obrigações federais do Plano SALTE serão recebidas pelas repartições federais como caução e fiança, pelo seu valor nominal.

Art. 8.º — O Ministério da Fazenda providenciará para que as obrigações sejam vendidas em público, por meio de pregão, nas Bolsas de Títulos do País, por preço mínimo calculado em cada mês pela média das cotações.

Art. 9.º — Os cupons vencidos e as obrigações sorteadas, serão pagos pelas repartições federais competentes e, por conta do governo federal, pelas agências do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal onde forem apresentados.

Art. 10 — O produto da arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional e da Contribuição de Melhoria (quota pertencente à União) será aplicado na execução dos programas rodoviários estabelecidos no Plano SALTE.

Art. 11 — É o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos para aquisição, nos mercados internos ou externos, dos materiais e equipamentos necessários à execução do Plano SALTE.

Parágrafo único — Essas aquisições, observados os programas de cada setor, correrão à conta dos recursos referidos no art. 2.º ou dos provenientes da exportação de artigos cuja produção esteja prevista no Plano.

Art. 12 — É instituído o Fundo Rotativo, até a importância de Cr\$ 800 000 000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição e revenda de artigos, equipamentos e outros materiais necessários à execução do Plano e a auxiliar o financiamento da produção por ele amparada.

Art. 13 — É o Poder Executivo autorizado a celebrar acordos com os concessionários de estradas de ferro beneficiadas com o Plano SALTE e dispôr sobre a forma de reembolso das quantias que nas mesmas forem aplicadas pela União.

Art. 14 — Na execução do Plano SALTE, o Poder Executivo, a fim de estimular a indústria nacional, dará preferência, em igualdade de condições técnicas, aos equipamentos produzidos no país, facilitando e fomentando sempre que técnica e economicamente indicado, a criação de novos setores industriais para a fabricação deles.

Art. 15 — A movimentação, aplicação e comprovação das dotações do Plano SALTE serão feitas na forma do que dispõe o decreto-lei n.º 6 144, de 29 de dezembro de 1943, que é para êsse fim revigorado.

Art. 16 — O Presidente da República é autorizado a tomar tôdas as providências e expedir os atos necessários à execução do Plano SALTE.

Art. 17 — As quantias consignadas na discriminação da verba de Cr\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), atribuída no Orçamento de 1949 à Presidência da República, serão deduzidas, respectivamente, das dotações dos anexos desta lei.

Art. 18 — Se o empréstimo interno, de que trata o artigo 5.º, não atingir a receita neste estimada para cada exercício, o Poder Executivo poderá, como reforço, realizar empréstimo externo até a metade da soma prevista.

Art. 19 — As despesas autorizadas, as ordens de pagamento expedidas e as disponibilidades existentes no Banco do Brasil S.A. para execução dos programas serão, quando não utilizadas dentro do exercício, consideradas despesas efetivas e levadas a "Restos a Pagar", em conta especial do Plano SALTE.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1950: 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA
Honório Monteiro
Silvio de Noronha
Canrobert P. da Costa
Raul Fernandes
Guilherme da Silveira
João Valdetaro de Amorim e Melo
A. de Novais Filho
Eduardo Rios Filho
Armando Trompowsky

"Diário Oficial", 19-5-950.

Decretos

Decreto n.º 27 852, de 6 de março de 1950

Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, que com este baixa, assinado pelo ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, para execução dos decretos-leis números 9 888 e 9 889, de 16 de setembro de 1946.

Art. 2.º — O aludido regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de março de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República

EURICO G. DUTRA
Armando Trompowsky

REGULAMENTO DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

Capítulo I

Missão e subordinação

Art. 1.º — A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica — (ECEMAR) é um instituto de ensino superior, diretamente subordinado ao Estado-Maior da Aeronáutica, destinado a preparar oficiais da Força Aérea Brasileira para o exercício de funções de Estado Maior de Comando de Unidade e de Grandes Unidades e de Direção de Serviço.

Art. 2.º — Compete à ECEMAR ministrar aos oficiais, dentro da doutrina do Estado-Maior da Aeronáutica, os conhecimentos básicos relativos a:

- a. conduta geral da guerra;
- b. comando e emprego da Força Aérea;
- c. Técnica de Estado-Maior;
- d. organização das Forças Armadas;
- e. problemas nacionais;
- f. assuntos de cultura geral.

Capítulo II

Organização

Art. 3.º — A ECEMAR compreende:

- a. Comandante, com seu assistente e ajudante de ordens;

- b. Departamento de Ensino;
- c. Departamento de Administração;
- d. Conselho do Ensino.

Art. 4.º — O Departamento de Ensino, diretamente subordinado ao comando da ECEMAR, compreende:

- a. Chefia;
- b. Secretaria do Ensino;
- c. Secção de Serviços Escolares;
- d. Secção de Forças Navais;
- e. Secção de Forças Terrestres;
- f. Curso de Estado-Maior, constituído de:
 1. Chefia;
 2. Divisão de Comando e Administração;
 3. Divisão de Pessoal;
 4. Divisão de Informações;
 5. Divisão de Operações;
 6. Divisão de Logística;
- g. Curso Superior de Comando constituído de:

1. Chefia;
2. Divisão de Comando, Estado-Maior e Administração;
3. Divisão de Operações Aéreas;
4. Divisão de Operações Aéreas de Cooperação;
5. Divisão de Problemas Militares;
- h. Curso de Direção de Serviço, constituído de:

1. Chefia;
2. Divisão de Serviço de Intendência;
3. Divisão de Serviço de Saúde;
4. Divisão de Serviços Técnicos.

Art. 5.º — O Departamento de Administração, diretamente subordinado ao comandante da ECEMAR, compreende:

- a. Chefia;
- b. Fiscalização Administrativa, à qual se subordinam:
 1. Formação de Intendência, constituída de:
 - (a) Tesouraria
 - (b) Almoxarifado;
 - (c) Aproveitamento;
 2. Serviços Gerais;
 3. Serviço de Transporte;
- c. Ajudância, à qual se subordinam:
 1. Pôsto Médico;
 2. Contingente.

Art. 6.º — O Conselho do Ensino, órgão consultivo do comandante da Escola, é consti-

tuído do chefe do Departamento do Ensino, do chefe do Curso Superior de Comando, do chefe do Curso de Estado-Maior, do chefe do Curso de Direção de Serviços e de três instrutores, designados anualmente pelo comandante.

Capítulo III

Ensino

Art. 7.º — Os cursos da ECEMAR são os seguintes:

a. Curso de Estado-Maior (CEM) — destinado a preparar oficiais para o comando de Unidades; para as funções de chefe e de adjunto de Secção do Estado-Maior de Grandes Unidades ou de Comando Territoriais; e para as funções de adjunto de Secção do Estado-Maior da Aeronáutica;

b. Curso Superior de Comando (CSC) — destinado a preparar oficiais para a Chefia de Estado-Maior e para o comando de Grandes Unidades ou de Comandos Territoriais; e para a chefia de Secção do Estado-Maior da Aeronáutica;

c. Curso de Direção de Serviços (CDS) — destinado a preparar oficiais para Chefia de Serviços de Grandes Unidades ou de Comandos Territoriais; para trabalhos de sua especialidade no Estado-Maior de Grandes Unidades ou de Comandos Territoriais, e no Estado-Maior da Aeronáutica; e para a Direção de Serviços da Força Aérea Brasileira.

Art. 8.º — O ensino será orientado objetivamente, no sentido de desenvolver nos oficiais-alunos a capacidade de aplicar à solução dos problemas militares um método são de raciocínio, permitindo-lhes, ao mesmo tempo, ampliar os conhecimentos profissionais. Visará, ainda, criar-lhes o hábito do estudo constante para se manterem a par da evolução da Força Aérea e dos problemas do interesse da Aeronáutica.

Art. 9.º — A instrução no Curso de Estado-Maior deverá ser orientada no sentido de:

a. Ministrar conhecimentos básicos sobre organização e emprego das Forças Armadas, de maneira a preparar os oficiais-alunos para a instrução subsequente;

b. estudar os problemas atinentes ao comando de Unidades, sob o ponto de vista de chefia, administração, instrução e emprego tático;

c. ensinar a organização e técnica do serviço de Estado-Maior de Grandes Unidades, salientando o trabalho conjunto das diferentes secções.

d. ministrar conhecimentos sobre o trabalho do Estado-Maior nos Comandos Territoriais;

e. ministrar conhecimentos sobre os problemas básicos do Estado-Maior da Aeronáutica;

f. ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondentes aos objetivos e nível do Curso.

Art. 10 — A instrução no Curso Superior de Comando deverá ser orientada no sentido de:

a. ministrar conhecimentos sobre o trabalho do chefe de Estado-Maior de Grandes Unidades e de Comandos Territoriais;

b. estudar os problemas atinentes ao comando de Grandes Unidades, sob o ponto de vista de chefia, administração, instrução, e emprego tático e estratégico;

c. ministrar conhecimentos sobre os problemas peculiares aos Comandos Territoriais;

d. estudar a solução de problemas de Alto Comando da Aeronáutica, na paz e na guerra;

e. ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondente aos objetivos e nível do Curso;

Art. 11 — A instrução no Curso de Direção de Serviços deverá ser orientada no sentido de:

a. ministrar conhecimentos básicos sobre organização e emprego das Forças Armadas, de maneira a preparar os oficiais-alunos para a instrução subsequente;

b. ministrar conhecimentos básicos sobre a organização e a técnica do serviço de Estado-Maior de Grandes Unidades e de Comandos Territoriais;

c. ensinar a técnica de trabalho dos oficiais de serviços no Estado-Maior de Grandes Unidades e de Comandos Territoriais;

d. estudar os problemas pertinentes à Chefia de Serviços de Grandes Unidades e dos Comandos Territoriais;

e. ministrar conhecimentos sobre o trabalho dos oficiais de serviços no Estado-Maior da Aeronáutica;

f. estudar os problemas atinentes à Direção dos Serviços da Força Aérea Brasileira;

g. ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondentes aos objetivos e nível do Curso.

Parágrafo único. Os conhecimentos peculiares a cada quadro dos serviços deverão ser ministrados, exclusivamente, aos oficiais-alunos a ele pertencentes.

Art. 12 — No ensino dos cursos, deve-se também encargar o emprego de materiais modernos e de novos tipos de Unidade, embora ainda inexistentes na organização militar vigente.

Art. 13 — O Curso de Estado-Maior destina-se a capitães e, eventualmente, a maiores do quadro de oficiais aviadores e do quadro de oficiais auxiliares, excetuando-se os da categoria de engenheiro. O Curso Superior de Comando destina-se a tenentes-coronéis do quadro de oficiais aviadores, excetuando-se os da categoria de engenheiro. O Curso de Serviços destina-se a maiores e tenentes-coronéis dos quadros de serviços da Aeronáutica.

Art. 14. Os cursos de ECEMAR compreenderão tantos períodos de instrução quantos forem necessários para atingir seus objetivos.

Parágrafo único. Os períodos de instrução corresponderão normalmente, a um ano letivo.

Art. 15. — O Estado-Maior da Aeronáutica, dentro do estabelecido nos artigos 8.º e 14 inclusive e levando em conta tanto as necessidades da Força Aérea Brasileira com os ensinamentos colhidos anteriormente na instrução, organizará diretrizes anuais para o ensino na ECEMAR. Essas diretrizes deverão fixar para os diferentes cursos os objetivos especiais a atingir, os assuntos a salientar, os problemas específicos a estudar e o número, a duração e o início dos períodos de instrução.

Art. 16 — Tomando por base as diretrizes do Estado-Maior, o Comando da ECEMAR baixará instruções ao Conselho do Ensino determinando a organização do currículo dos diferentes Cursos os quais após aprovação sua, deverão ser remetidos ao Estado-Maior da Aeronáutica, quinze dias antes do início dos trabalhos escolares.

Art. 17 — A instrução da ECEMAR será ministrada sob a forma de aulas, exercícios, conferências, demonstrações, discussões dirigidas, trabalhos de grupo, exercício e manobras na carta e viagens de Estado-Maior.

Parágrafo único — Os chefes de Curso, na atribuição de funções aos oficiais-alunos, em qualquer tipo de trabalho em conjunto, obedecerão às conveniências do ensino antes que à precedência hierárquica.

Art. 18 — A frequência com pontualidade dos oficiais-alunos aos trabalhos escolares é ato de serviço militar; sua inobservância é falta passível de sanção prevista na legislação vigente.

Art. 19 — O tempo de trabalho em sala qualquer que seja a natureza deste será de uma hora incluído o intervalo entre dois tempos: o de trabalho em viagens de Estado-Maior, de um dia.

Art. 20 — A ECEMAR deverá remeter, periódicamente, ao Estado-Maior da Aeronáutica, segundo instruções baixadas por esse órgão relatórios sucintos sobre o progresso da instrução nos diferentes cursos.

Art. 21 — O aproveitamento dos oficiais-alunos se verificará através de trabalhos escritos e exercícios práticos. Os graus desses trabalhos e exercícios serão numéricos e variarão de zero (0) a cem (100).

Art. 22 — I Conselho do Ensino, quando da elaboração dos currículos, selecionará os assuntos sobre os quais versarão os trabalhos e exercícios para grau, a se realizarem em cada curso; fixará, além disso, o seu número e natureza, bem como o peso atribuído a cada um deles.

Art. 23 — As relações dos trabalhos e exercícios para grau serão mantidas em sigilo, até a ocasião oportuna à sua divulgação.

Parágrafo único — Os chefes de Curso comunicarão aos oficiais-alunos a realização de trabalhos ou exercícios para grau, e o peso respectivo, com antecedência, nunca inferior a vinte e quatro horas.

Art. 24 — O julgamento dos trabalhos ou exercícios para grau de cada Curso será feito por uma comissão de, no mínimo, três membros, normalmente constituída do chefe do Curso, do chefe da Divisão e do instrutor encarregado do trabalho. Os resultados desse julgamento serão submetidos à apreciação do chefe do Departamento de Ensino que determinará a sua divulgação aos oficiais-alunos, respeitado o que estabelece o artigo 28.

Art. 25 — Os trabalhos escritos, aos quais houver sido atribuído grau, serão entregues, para conhecimento e estudo, aos oficiais-alunos, que os restituirão ao Departamento de Ensino, dentro de quarenta e oito horas.

Art. 26 — Sempre que, em qualquer trabalho ou exercício, mais de metade dos oficiais-alunos obtiver grau inferior a cinquenta (50), ou mais de três quartos grau inferior a sessenta (60), o Conselho do Ensino reunir-se-á, a fim de verificar as razões do ocorrido. Essa reunião realizar-se-á dentro de quarenta e oito horas após o chefe do Departamento de Ensino haver recebido os resultados do trabalho ou exercícios em questão. Conforme suas conclusões, o Conselho do Ensino recomendará ao Comandante da Escola a anulação, ou não, desse trabalho, assim como outras providências cabíveis no caso. A recomendação do Conselho sobre a validade do trabalho e a decisão do comandante serão publicadas em Boletim Escolar, no máximo sete dias após a reunião inicial do Conselho.

§ 1.º — O chefe do Departamento de Ensino determinará a ocasião em que será repetido o trabalho anulado.

§ 2.º — O número de trabalhos ou exercícios cujos resultados possam ser anulados não

deverá exceder, para um mesmo Curso, à oitava parte do total de trabalhos ou exercícios previstos para grau.

Art. 27 — O trabalho ou exercício para grau a que um oficial-aluno houver faltado, por motivo justificado, não será considerado na apuração de seu aproveitamento. Quando, entretanto, o oficial-aluno houver faltado sem motivo justificado, ser-lhe-á atribuído grau zero (0) no trabalho ou exercício, além das sanções disciplinares que o caso comportar.

Parágrafo único. A justificação das faltas a trabalhos ou exercícios para grau é de alçada do comandante da Escola.

Art. 28 — O aproveitamento do oficial-aluno corresponderá, em qualquer ocasião, à média ponderada dos graus por ele obtidos em todos os trabalhos ou exercícios já realizados. O grau de fim de Curso é definido pelo aproveitamento do oficial-aluno, concluídos os trabalhos escolares.

Art. 29 — Os oficiais-alunos que obtiverem grau de fim de Curso igual ou superior a sessenta (60) serão considerados aprovados e inabilitados os que não atingirem esse limite.

Art. 30 — Os oficiais-alunos serão classificados, conforme seus graus de fim de Curso, em dois grupos, correspondem as menções "Muito Bem" — de cem (100) a oitenta e cinco (85) inclusive — e "Bem" — de oitenta e cinco (85) exclusive a sessenta (60), inclusive.

Art. 31 — Os oficiais-alunos aprovados em um dos cursos mencionados no artigo 7.º receberão o diploma correspondente, cujo modelo é o constante do anexo I a este Regulamento.

Art. 32 — A relação dos graus de fim de Curso e das menções correspondentes, dos oficiais diplomados na forma do artigo anterior, será enviada ao chefe do Estado-Maior da Aeronáutica que a fará publicar em Boletim Reservado.

Parágrafo único — Com essa relação, remeter-se-á o conceito sobre cada oficial, o qual dirá de suas qualidades para o exercício de funções de Estado-Maior. Esse conceito será exarado pelo comandante da ECEMAR, de acordo com instruções baixadas pelo chefe do Estado-Maior.

Art. 33 — Os cursos da ECEMAR serão completados, obrigatoriamente por estágios de seis meses no Estado-Maior da Aeronáutica, em Estado-Maior de Zona Aérea ou nas funções de instrutor-auxiliar de ECEMAR. De acordo com os resultados obtidos pelos oficiais nesses estágios, o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica declarará-los-á aptos, ou não, para o serviço do Estado-Maior, correspondente ao Curso realizado.

§ 1.º — Os oficiais julgados aptos permanecerão em serviço de Estado-Maior por mais seis meses, no mínimo.

§ 2.º — Os oficiais que não forem julgados aptos realizarão, decorrido um ano, novo estágio no Estado-Maior da Aeronáutica, findo o qual, serão eles declarados, em definitivo aptos, ou não, para o serviço de Estado-Maior.

Capítulo IV

Condições de matrícula, de desligamento e de reingresso

Art. 34 — A matrícula em qualquer dos Cursos da ECEMAR far-se-á mediante concurso de admissão, exceto nos casos previstos no artigo 51.

Art. 35 — Os concursos de admissão à ECEMAR visam verificar se os candidatos pos-

suem os conhecimentos básicos, tanto profissionais como de cultura geral, necessários ao Curso que tenham de realizar.

Art. 36 — O chefe do Estado-Maior da Aeronáutica fixará, anualmente conforme as necessidades da Força Aérea Brasileira e as possibilidades da ECEMAR, o número de vagas para cada Curso, em prazo superior a dois meses antes do início do concurso de admissão correspondente. Fixará datas de realização dos concursos e a data da matrícula em cada Curso.

Art. 37 — São condições gerais para a inscrição em concurso de admissão à ECEMAR:

a) ser o candidato de posto e o Quadro adequados, para o Curso a realizar, como estabelecido no artigo 13;

b) Obter parecer favorável da Comissão de Sindicância para matrícula na Escola;

c) Ser julgado apto em inspeção de saúde.

Parágrafo único — Os oficiais sujeitos a regime de inspeção de saúde periódica que a tenham realizado no prazo estabelecido, não necessitarão submeter-se a nova inspeção.

Art. 38 — São condições especiais para inscrição no concurso de admissão ao Curso de Estado-Maior:

a) Possuir o candidato o Curso de Tática Aérea e havê-lo concluído, no mínimo, dois (2) anos antes da data da matrícula;

b) Ter menos de quarenta (40) anos de idade, referidos à data da matrícula;

c) No caso de ser capitão, ter, pelo menos, dois (2) anos de posto, na data da matrícula.

Art. 39 — São condições especiais para inscrição no concurso de admissão ao Curso Superior de Comando:

a) Possuir o oficial o Curso de Estado-Maior e havê-lo concluído, no mínimo, dois (2) anos antes da data da matrícula;

b) Haver sido considerado apto para o serviço de Estado-Maior, em estágio realizado na conformidade do disposto no artigo 33;

c) Ter menos de cinqüenta (50) anos de idade, referidos à data da matrícula.

Art. 40 — São condições especiais para inscrição no concurso de admissão ao Curso de Direção de Serviços:

a) Ter o oficial menos de cinqüenta (50) anos de idade, referidos à data da matrícula;

b) Caso seja maior, possuir os requisitos para promoção a tenente-coronel, na data da matrícula.

Art. 41 — O chefe do Estado-Maior da Aeronáutica designará, anualmente, em documento confidencial, um oficial general e quatro oficiais superiores, diplomados no Curso Superior de Comando, para constituírem a Comissão de Sindicância dos candidatos à matrícula na ECEMAR. Essa comissão pronunciar-se-á sobre as qualidades morais, caráter, personalidade e procedimento dos candidatos, opinando quanto à conveniência de seu ingresso na Escola.

Parágrafo único — O chefe do Estado-Maior baixará instruções regulando os trabalhos da Comissão, os quais terão caráter confidencial.

Art. 42 — Serão inscritos no concurso de admissão ao Curso de Estado-Maior os oficiais designados pelo chefe do Estado-Maior, da Aeronáutica. Essa designação recairá, desde que não prejudique o interesse do serviço, nos maiores e capitães mais antigos, que satisfaçam às condições estipuladas nos artigos 37 e 38.

§ 1.º — Publicar-se-á, no Boletim do Estado-Maior da Aeronáutica, com a antecedência mínima de seis meses da realização do con-

curso, a relação dos oficiais cogitados para inscrição e, com antecedência, no mínimo, de quarenta e cinco dias, a dos inscritos no concurso.

§ 2.º — Desde a publicação inicial, referida no parágrafo anterior, até trinta dias antes da realização do concurso poderá o oficial desistir da inscrição, mediante requerimento escrito ao chefe do Estado-Maior.

Art. 43 — Serão inscritos nos concursos de admissão ao Curso Superior de Comando e ao Curso de Direção de Serviços os oficiais que:

a) tiverem requerido inscrição, pelo menos noventa dias antes da realização do concurso, ao chefe do Estado-Maior;

b) satisfizerem às condições estabelecidas do artigo 37;

c) satisfizerem às condições estabelecidas no artigo 39.º; se candidatos ao Curso Superior de Comando e no artigo 40 se candidatos ao Curso de Direção de Serviços.

§ 1.º — Publicar-se-á no Boletim do Estado-Maior, no mínimo trinta dias antes da realização do concurso, a relação dos oficiais nele inscritos.

§ 2.º — O oficial que houver requerido inscrição em qualquer dos concursos a que se refere este artigo poderá dela desistir, desde que o solicite, por escrito, ao chefe do Estado-Maior, trinta dias antes da realização do concurso.

Art. 44 — A desistência de inscrição, uma segunda vez, em concurso de admissão a qualquer Curso da ECEMAR, implica na impossibilidade definitiva de o oficial freqüentar o Curso em questão.

Art. 45 — Cabe ao Estado-Maior a organização e realização dos concursos de admissão à ECEMAR. As instruções destinadas a regular a sua execução serão publicadas, em Boletim do Estado-Maior, com antecedência mínima de seis meses.

Art. 46 — O chefe do Estado-Maior designará, na época oportuna, tantas Comissões do Exame quantas forem necessárias, às quais incumbirá organizar as questões relativas a cada assunto e julgar as provas realizadas nos diferentes concursos de admissão.

Parágrafo único — Essas Comissões serão constituídas de oficiais diplomados no Curso Superior de Comando, a cuja disposição poderão ser postos oficiais possuidores de determinadas especialidades e professores civis de reconhecido saber.

Art. 47 — As provas do concurso de admissão ao Curso de Estado-Maior versarão sobre os seguintes grupos de assuntos:

a. conhecimentos profissionais — organização do Ministério da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira e das Unidades; técnica e tática de emprego dos diferentes tipos de Esquadrão; atribuições e trabalho dos oficiais de Estado-Maior de Unidade;

b. cultura geral — Geografia Militar e Econômica do Brasil e da América do Sul; História do Brasil e da América do Sul; Direito Aeronáutico;

c. línguas — Português, Espanhol, Francês e Inglês.

Art. 48 — As provas do concurso de admissão ao Curso Superior de Comando versarão sobre os seguintes grupos de assuntos:

a. conhecimentos profissionais — Organização das Forças Armadas do Brasil; atribuições, deveres e problemas dos comandantes de Unidades, atribuições e trabalho dos oficiais de Estado-Maior de Grandes Unidades e de Comandos Territoriais;

b. cultura geral — Organização do país, Sistema de transportes do Brasil e da América do Sul, História Militar do Brasil e da América do Sul; Histórias das Guerras de 1914-1918 e de 1939-1945; Economia Política.

Art. 49 — As provas do concurso de admissão ao Curso de Direção de Serviços versarão sobre os seguintes grupos de assuntos:

a. conhecimentos profissionais — Organização do Ministério da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira e das suas Unidades; legislação do Serviço a que o candidato pertence atribuições e trabalho dos oficiais do Serviço a que o candidato pertence, nas Unidades;

b. cultura geral — Geografia Militar e Econômica do Brasil e da América do Sul; História do Brasil e da América do Sul; Direito Aeronáutico; Direito Administrativo;

c. línguas — Português, Espanhol, Francês e Inglês.

Art. 50 — São dispensados das provas de conhecimentos profissionais no concurso de admissão ao Curso do Estado-Maior:

a. os oficiais que tenham concluído o Curso de Tática Aérea com grau igual ou superior a oitenta e cinco (85);

b. os oficiais que tenham exercido, com proficiência, por dois anos consecutivos, as funções de instrutor no Curso de Tática Aérea.

Art. 51 — São dispensados do concurso de admissão ao Curso Superior de Comando:

a. os oficiais que tenham obtido grau de fim de Curso igual ou superior a oitenta (80) no Curso de Estado-Maior;

b. os oficiais que tenham exercido, com proficiência, por mais de dois anos consecutivos, as funções de instrutor no Curso de Estado-Maior.

Parágrafo único — A matrícula desses oficiais terá caráter preferencial e se efetuará mediante requerimento do interessado, feito de acordo com o estabelecido no artigo 43.

Art. 52 — No julgamento dos concursos de admissão os graus serão numéricos e variarão de zero (0) a cem (100).

Art. 53 — Os graus mínimos de aprovação, para admissão a qualquer dos Cursos, são os seguintes: quarenta (40), em qualquer prova isolada; cinquenta (50), em grupo de assuntos; e sessenta (60), no resultado final, que será o grau de exame.

§ 1.º — O grau do grupo de assuntos é a média aritmética dos graus das provas dos assuntos que o constituem.

§ 2.º — O grau de exame, para admissão ao Curso de Estado-Maior e ao Curso de Direção de Serviços, é a média ponderada dos graus do grupo de conhecimentos profissionais com peso (3) três, do grupo de assuntos de cultura geral com peso dois (2) e do grupo de línguas com peso um (1).

§ 3.º — O grau de exame, para admissão ao Curso Superior de Comando, corresponderá à média aritmética dos graus do grupo de conhecimentos profissionais e do grupo de assuntos de cultura geral.

§ 4.º — Na apuração do grau de exame dos oficiais beneficiados pelo artigo 50, o grau do grupo de conhecimentos profissionais será computado como oitenta e cinco (85).

Art. 54 — Considerar-se-ão inabilitados em concurso de admissão os candidatos que:

a. não obtiverem os graus mínimos fixados no artigo 53;

b. faltarem a qualquer das provas do concurso.

Art. 55 — Os candidatos aprovados em concurso de admissão à ECEMAR serão relacionados de acordo com o valor decrescente dos graus de exame; o chefe do Estado-Maior determinará, então, sua matrícula obedecida a ordem de classificação, e no limite de vagas fixado.

§ 1.º — O Boletim do Estado-Maior publicará com antecedência mínima de quarenta e cinco dias, a data de apresentação à ECEMAR.

§ 2.º — Os comandantes ou chefes desembaraçarão, para desligamento, esses oficiais, tão logo tenham conhecimento da ordem de matrícula.

§ 3.º — Cancelar-se-á a matrícula do oficial que, por qualquer circunstância, não estiver apresentado à Escola dois dias antes do início da instrução.

Art. 56 — Os candidatos aprovados em concurso de admissão, e que não forem compreendidos no número de vagas, terão sua matrícula assegurada no ano seguinte, desde que continuem satisfazendo às condições para inscrição.

Parágrafo único — A desistência de matrícula, nessa ocasião, tornará obrigatória a realização de novo concurso.

Art. 57 — Os oficiais que forem considerados sem habilitação suficiente para matrícula em qualquer Curso, como estabelecido no artigo 53 poderão inscrever-se, ou ser inscritos, em novo concurso de admissão, desde que:

a. continuem satisfazendo às condições para isso exigidas;

b. não tenham, anteriormente, desistido de inscrição, como facultado pelo § 2.º do artigo 42 e § 2.º do artigo 43 ou desistindo de matrícula, no caso previsto pelo artigo 56.

Parágrafo único — Nova inabilitação na forma do citado artigo 53 tornará o oficial definitivamente inapto para a matrícula.

Art. 58 — O desligamento do oficial-aluno pode ter lugar:

- a. por ordem superior;
- b. no interesse da disciplina;
- c. por falta de frequência;
- d. por insuficiência de resultado;
- e. por motivo de saúde;
- f. a pedido;
- g. por conclusão de curso.

Parágrafo único — É da competência do ministro da Aeronáutica o desligamento previsto na alínea a do chefe do Estado-Maior ou previsto na alínea b, e do comandante da Escola nos demais casos.

Art. 59 — O desligamento do oficial-aluno verificar-se-á:

a. por ordem superior, quando o interesse do serviço assim o exigir. A ordem de desligamento mencionará, ostensivamente ou reservadamente, o motivo do ato, para fins de registro na folha de alterações do oficial;

b. no interesse da disciplina quando houver o oficial cometido falta cuja natureza e gravidade justifiquem essa medida;

c. por falta de frequência, quando houver o oficial faltado;

(1) à vigésima parte dos tempos de trabalho previstos no currículo do Curso a que pertence, computados como prescreve o artigo 19;

(2) à vigéssima parte dos tempos de trabalho previstos para um período de instrução na hipótese de o Curso compreender mais de um período;

(3) sem motivo justificado, a dois trabalhos ou exercícios para grau, previs-

tos seja para o Curso, seja para um de seus períodos de instrução;

(4) por motivo justificado, à oitava parte do total de trabalhos ou exercícios para grau, previstos seja para o Curso, seja para um de seus períodos de instrução;

d. por insuficiência de resultados, quando seu aproveitamento como definido no artigo 28, for inferior a cinquenta (50), no fim da primeira metade do Curso; ou quando seu grau de fim de Curso, como definido no citado artigo, for inferior a sessenta (60);

e. por motivo de saúde, quando houver sido julgado incapaz em inspecção de saúde;

f. a pedido, quando o houver requerido o oficial. Caso alegue motivo de saúde, dependerá o desligamento do resultado de inspecção de saúde;

g. por conclusão de curso, na data em que lhe for conferido o diploma.

Art. 60 — O oficial-aluno, desligado por ordem superior, poderá reingressar na ECEMAR, sem concurso, quando essa concessão constar do ato que lhe determinou o desligamento, ou do ato ulterior do ministro da Aeronáutica.

Art. 61 — O oficial-aluno desligado no interesse de disciplina não mais poderá reingressar na ECEMAR;

Art. 62 — O oficial desligado poderá reingressar na Escola uma só vez:

a. sem concurso, se desligado por motivo de saúde;

b. mediante novo concurso, se desligado por falta de frequência, por insuficiência de resultados ou a pedido.

Art. 63 — Para que o oficial possa reingressar na ECEMAR como aluno, é necessário que continue a satisfazer às condições exigidas para inscrição no concurso de admissão ao Curso que vai frequentar.

Capítulo V

Pessoal

Art. 64 — A ECEMAR disporá do seguinte pessoal:

a. Comandante — Brigadeiro-do-Ar, não incluído em categoria especial;

b. Assistente — Major-Aviador;

c. Ajudante de Ordens — Capitão ou 1.º Tenente-Aviador;

d. Departamento de Ensino:

1) Chefe — Coronel-Aviador;

2) Secretário do Ensino — Capitão-Aviador;

3) Chefe da Secção de Serviços Escolares — Capitão-Aviador;

4) Secção de Fôrças Navais;

a) Chefe — Capitão-de-Fragata ou Capitão-de-Corveta;

b) Adjuntos — Capitães-de-Corveta;

5) Secção de Fôrças Terrestres;

a) Chefe — Tenente-Coronel ou Major do Exército;

b) Adjuntos — Majores ou Capitães do Exército;

6) Curso Superior de Comando;

a) Chefe — Coronel-Aviador;

b) Chefes de Divisão — quatro Tenentes-Coronéis Aviadores;

c) Adjuntos de Divisão — Tenente-Coronel Aviator;

7) Curso de Estado Maior;

a) Chefe — Coronel ou Tenente-Coronel Aviator;

b) Chefes de Divisão — cinco (5) Tenentes-Coronéis ou Majores Aviadores;

c) Adjuntos de Divisão — Majores ou Capitães Aviadores;

8) Curso de Direção de Serviços;

a) Chefe — Coronel ou Tenente-Coronel Aviator;

b) Chefes de Divisão — um (1) Tenente-Coronel ou Major Intendente, da Divisão de Serviço de Intendência; um (1) Tenente-Coronel ou Major Médico da Divisão de Serviço de Saúde; um (1) Tenente-Coronel ou Major Aviator da Divisão de Serviços Técnicos;

c) Adjuntos de Divisão — Majores Intendentes, da Divisão de Serviço de Intendência; Majores Médicos, da Divisão do Serviço de Saúde; Majores ou Capitães Aviadores, da Divisão de Serviços Técnicos;

e) Departamento de Administração;

1) Chefe — Tenente-Coronel Aviator;

2) Fiscal Administrativo — Major Aviator;

3) Ajudante — Capitão Aviator;

4) Tesoureiro — Capitão Intendente;

5) Almoxarife — 1.º Tenente Intendente;

6) Aproveitador — 1.º Tenente Intendente;

7) Chefe do Posto Médico — 1.º Tenente Médico;

8) Comandante do Contingente — 1.º Tenente de Infantaria de Guarda;

f) Pessoal militar subalterno, constante do respectivo Quadro de Efetivos;

g) Pessoal civil, titulado e extra-numerário, de acôrdo com a lotação, tabelas e recursos orçamentários fixados.

§ 1.º — O chefe do Departamento de Ensino, os chefes de Curso, os chefes e adjuntos de Divisão do Curso Superior de Comando deverão ser diplomados no Curso Superior de Comando. Os chefes e adjuntos de Divisão do Curso do Estado-Maior, o chefe e adjuntos da Divisão de Serviços Técnicos do Curso de Direção de serviços, o assistente e o secretário do Ensino deverão ser diplomados no Curso de Estado-Maior. Os chefes e adjuntos das demais Divisões do Curso de Direção de Serviço deverão ser diplomados no Curso de Direção de Serviços.

§ 2.º — Os oficiais da Marinha e do Exército em serviço na ECEMAR deverão possuir diploma correspondente ao do Curso Superior de Comando, se exercerem funções de chefe de Secção; e equivalente ao do Curso de Estado-Maior, se exercerem funções de adjunto de Secção.

§ 3.º — Os adjuntos de Divisão e de Secção serão tantos quantos forem necessários ao ensino. Seu número será fixado, anualmente, pelo ministro, mediante proposta do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 65 — O Quadro de Instrutores da Escola compreende:

a. Diretor de Ensino — o comandante da ECEMAR;

b. Sub-Diretor de Ensino — o chefe do Departamento de Ensino;

c. Instrutores-Chefes — os chefes de Curso, o chefe da Secção de Fôrças Navais e o chefe da Secção de Fôrças Terrestres;

d. Instrutores — os chefes de Divisão e os adjuntos da Secção de Forças Navais e da Secção de Forças Terrestres;

e. Instrutores-Auxiliares — os adjuntos de Divisão.

Art. 66 — São condições para ser designado instrutor ou instrutor-auxiliar da ECEMAR:

a. haver o oficial merecido bom conceito e obtido elevado grau de fim de Curso como aluno da Escola;

b. haver sido declarado apto para o serviço de Estado-Maior, em estágio realizado de acôrdo com o estabelecido no artigo 33;

c. possuir reconhecida capacidade profissional.

Parágrafo único — Aos oficiais que realizarem o estágio previsto no artigo 33 como instrutores-auxiliares não será exigida a condição da letra "b" até o término do referido estágio.

Art. 67 — Mediante proposta do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, é o comandante da ECEMAR nomeado por decreto e os demais oficiais designados por ato do ministro.

§ 1.º — A designação dos oficiais da Aeronáutica para o Quadro de Instrutores é feita mediante indicação do comandante da Escola.

§ 2.º — Os chefes dos Departamentos de Ensino e de Administração serão designados em atos específicos.

§ 3.º — Os oficiais do Quadro de Instrutores não deverão acumular funções no Departamento de Administração.

Art. 68 — O ministro da Aeronáutica designará os oficiais da Marinha e do Exército para o Quadro de Instrutores, uma vez postos à disposição do Ministério da Aeronáutica, para tal fim, pelos respectivos Ministérios.

Art. 69 — Os oficiais da Aeronáutica, designados para o Quadro de Instrutores, exercerão essas funções, para cada designação, no mínimo, por dois anos letivos, consecutivos e, no máximo, por três, exceto nos casos previstos no artigo 70.

Art. 70 — Os oficiais pertencentes ao Quadro de Instrutores poderão ser dispensados de suas funções, antes de decorrido o prazo mínimo de dois anos, referido no artigo anterior:

a) por incompatibilidade de pòsto, decorrente de promoção;

b) para satisfação de requisito legal ou regulamentar;

c) por conveniência da instrução mediante solicitação do comandante da Escola.

Parágrafo único — O ato de dispensa mencionará, extensiva ou reservadamente, as suas razões, para fins de registo na fôlha de alterações do oficial.

Art. 71 — Para que o oficial possa ser designado chefe de Curso ou chefe do Departamento de Ensino, necessário se faz que tenha exercido as funções de instrutor durante, no mínimo, um ano letivo completo.

Capítulo VI

Atribuições

Art. 72 — O comandante da ECEMAR é o responsável pelo ensino e pela administração da Escola. Compete-lhe, além de atribuições outras previstas na legislação vigente:

a) manter a indispensável concordância entre o ensino ministrado na Escola e a doutrina do Estado-Maior da Aeronáutica;

b) promover estreita ligação com a Escola Superior de Guerra, Escola de Guerra Naval, Escola de Estado-Maior do Exército, Curso de Tática Aérea e Órgãos de Direção e Alto Comando da Aeronáutica, para um perfeito entendimento no que disser respeito à doutrina de guerra;

c) propor ao chefe do Estado-Maior medidas que julgue convenientes à maior facilidade ou conveniência do ensino;

d) supervisionar o desenvolvimento do ensino e, especialmente, o seu rendimento e os resultados obtidos pelos oficiais-alunos;

e) determinar que lhe sejam apresentados pelos instrutores, em caráter confidencial, apreciações pormenorizadas sobre o aproveitamento dos oficiais-alunos, com o conceito a que fizerem jus no momento da informação;

f) indicar ao chefe do Estado-Maior ouvido o Conselho do Ensino, os oficiais da Aeronáutica a serem designados instrutores da ECEMAR;

g) indicar, ao chefe do Estado-Maior o número de adjuntos de Divisão e de Secção a ser fixado anualmente;

h) remeter, no fim de cada ano de instrução, ao chefe do Estado-Maior, de acôrdo com instruções por êle baixadas, uma apreciação sobre cada oficial do Quadro de Instrutores;

i) desempenhar ou delegar ao chefe do Departamento de Administração a função de agente-diretor;

j) apresentar ao chefe do Estado-Maior o relatório anual da ECEMAR.

Art. 73 — Ao Assistente, auxiliar pessoal do comandante, compete:

a) desempenhar o serviço de representação ou cerimonial que lhe for determinado;

b) receber da Ajudância da Escola a correspondência sigilosa e encarregar-se da sua guarda e arquivamento;

c) preparar a correspondência sigilosa e encaminhá-la;

d) cifrar e decifrar as mensagens recebidas e expedidas pela ECEMAR;

e) receber, preparar e fazer expedir a correspondência oficial pessoal do comandante.

Art. 74 — Ao ajudante-de-ordens, auxiliar pessoal do comandante, competem as atribuições inerentes a essa função.

Art. 75 — Ao Departamento de Ensino compete dirigir e ministrar o ensino dos assuntos enumerados no artigo 2.º realizar análises e pesquisas de assuntos de interesse do ensino; preparar e fornecer os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do ensino.

Art. 76 — O chefe do Departamento de Ensino auxiliar imediato do Comandante, é o agente executivo de suas ordens e diretrizes referentes ao ensino. Compete-lhe especificamente:

a) estudar ou fazer estudar as questões de ensino de interesse para a ECEMAR;

b) baixar instruções orientadoras do trabalho de diferentes Cursos e das Secções de Forças Navais e de Forças Terrestres;

c) manter a coordenação do ensino aos diferentes Cursos;

d) dirigir e orientar os trabalhos escolares;

e) convocar as reuniões do Conselho do Ensino e presidir-la;

f) designar comissão de instrutores para julgamento de trabalho dos oficiais-alunos, quando êsse houver sido realizado por mais de um Curso;

g) orientar e coordenar a instrução dos novos instrutores, prevista no artigo 102, bem

como apresentar ao comandante parecer sobre a aptidão desses;

h) baixar instruções para execução dos Trabalhos afetos à Secretaria do Ensino e à Secção de Serviços Escolares.

Art. 77 — A Secretaria do Ensino é o órgão encarregado do controle da instrução e do expediente relativo ao ensino.

Parágrafo único — A Secretaria do Ensino tem a seu cargo a Biblioteca da Escola.

Art. 78 — Ao secretário do Ensino, auxiliar direto do chefe do Departamento de Ensino, compete:

a) dirigir e orientar os trabalhos da Secretaria do Ensino, de acordo com as instruções do chefe do Departamento de Ensino;

b) Secretariar as reuniões do Conselho do Ensino.

Art. 79 — A Secção de Serviços Escolares é o órgão encarregado do trabalho material de preparo da instrução, compreenderá tantas sub-seções quantas forem necessárias à boa marcha dos trabalhos a seu cargo.

Art. 80 — Ao chefe da Secção de Serviços Escolares, auxiliar direto do chefe do Departamento de Ensino, compete dirigir e orientar os trabalhos da Secção, de acordo com as instruções do chefe do Departamento de Ensino.

Art. 81 — Ao chefe de Curso da ECEMAR, auxiliar imediato do chefe do Departamento de Ensino, incumbe:

a) dirigir e orientar o ensino do Curso que chefia;

b) manter a coordenação do ensino nas Divisões do seu Curso;

c) designar comissão de instrutores para, sob sua direção, fazer o julgamento de trabalhos dos oficiais-alunos do Curso.

Art. 82 — Ao chefe da Divisão, auxiliar imediato do chefe de Curso, incumbe:

a) orientar o trabalho de preparação e apresentação de aulas e exercícios a cargo de sua Divisão;

b) coordenar o trabalho dos instrutores de sua Divisão.

Art. 83 — Ao chefe da Secção de Forças Navais e ao da Secção de Forças Terrestres, auxiliares imediatos do chefe do Departamento de Ensino, incumbe:

a) dirigir e orientar o ensino ministrado pela Secção que chefiar;

b) cooperar na instrução dos diferentes Cursos;

c) orientar o trabalho de preparação e a apresentação de aulas e exercícios a cargo de sua Secção;

d) coordenar o trabalho dos instrutores de sua Secção.

Art. 84 — Aos adjuntos de Divisão e de Secção incumbe preparar os trabalhos e exercícios que lhe forem atribuídos.

Art. 85 — A todos os oficiais pertencentes ao Quadro de Instrutores compete ministrar a instrução compatível com a função que desempenham.

Art. 86 — O Departamento de Administração é o órgão auxiliar do comandante no exercício de suas funções administrativas; incumbem-lhe dirigir e executar os serviços da ECEMAR, tendo em vista, principalmente, o provimento dos meios necessários à execução do ensino.

Art. 87 — Ao chefe do Departamento de Administração, auxiliar direto do comandante, incumbe:

a) orientar e fiscalizar as atividades dos órgãos a elle subordinados;

b) organizar o Boletim diário e o sigiloso;

c) subscrever as certidões passadas por ordem do comandante, conferindo e autenticando as cópias que delas forem extraídas;

d) assinar as fôlhas de alterações dos oficiais de menor antiguidade que a sua e a dos suboficiais e sargentos;

e) providenciar, em tempo útil, os meios necessários à execução do ensino, mantendo-se, permanentemente, a par das necessidades do Departamento de Ensino;

f) exercer a função de agente-diretor, quando delegada pelo comandante.

Art. 88 — Ao fiscal administrativo, auxiliar imediato do chefe do Departamento de Administração, cabem todas as atribuições previstas para sua função na legislação em vigor, no que fôr compatível com o regime escolar.

Art. 89 — Ao tesoureiro, almoxarife e provisionador, incumbem as atribuições constantes da legislação em vigor, no que fôr compatível com o regime escolar.

Art. 90 — Aos Serviços Gerais incumbem os serviços de conservação e limpeza, interna e externa, das instalações da ECEMAR.

Art. 91 — Ao Serviço de Transporte estão afetos os trabalhos de transporte e manutenção de viaturas.

Art. 92 — Ao ajudante, auxiliar imediato do chefe do Departamento de Administração, compete:

a) exercer as funções de chefe do Pessoal e de ajudante-secretário, de acordo com a legislação vigente, no que fôr compatível com o regime escolar;

b) ter a seu cargo o serviço de estatística de voto.

Art. 93 — Ao comandante do Contingente competem as atribuições inerentes a essa função.

Art. 94 — Ao chefe do Posto Médico incumbem as atribuições previstas na regulamentação vigente.

Capítulo VII

Substituições

Art. 95 — Por necessidade e interesse do serviço, as substituições temporárias na ECEMAR obedecerão ao seguinte critério:

a) o comandante será substituído pelo chefe do Departamento de Ensino;

b) o assistente, por um adjunto de Divisão, designado pelo comandante;

c) o chefe do Departamento de Ensino, pelo chefe de Curso mais antigo;

d) os chefes de Curso, pelo chefe de Divisão mais antigo de seu Curso;

e) os chefes de Divisão, pelo adjunto mais antigo de sua Divisão;

f) o chefe do Departamento de Administração, pelo fiscal administrativo.

Parágrafo único — Cabe ao comandante da Escola, nos impedimentos fortuitos de qualquer de seus subordinados, designar substituto para exercer as funções dêsse, cumulativamente com as suas normais, tendo em vista limitar ao mínimo as substituições.

Capítulo VIII

Disposições gerais

Art. 96 — O emblema da ECEMAR é o constante do anexo II a este Regulamento. Os distintivos correspondentes a cada Curso da ECEMAR são os constantes do anexo III.

Art. 97 — O ministro da Aeronáutica poderá outorgar, *honoris-causa*, o diploma de um dos Cursos da ECEMAR, e o distintivo correspondente, a oficial de Estado-Maior de Força Aérea de país amigo, que tenha prestado serviços relevantes à Escola ou ao Alto Comando da Aeronáutica.

Art. 98 — O comandante da ECEMAR, sempre que o julgar necessário, poderá convidar oficiais da Marinha de Guerra ou do Exército brasileiro, ou civis de reconhecida competência, para realizarem conferências sobre assuntos especializados ou de cultura geral, de interesse para o ensino, ou prestarem serviços técnicos equivalentes.

Parágrafo único — Esses oficiais e civis poderão ser gratificados, a critério do comandante, até o máximo fixado pelo ministro da Aeronáutica, por tempo de conferência ou de trabalho técnico realizado, tomando-se por base desse cálculo os tempos previstos no artigo 19.

Art. 99 — Os oficiais do Quadro de Instrutores perceberão, a juízo do ministro da Aeronáutica, uma gratificação mensal de representação, fixada anualmente mediante proposta do chefe do Estado-Maior.

Art. 100 — As funções do Quadro de Instrutores são equiparadas, para todos os efeitos legais, às do Estado-Maior da Aeronáutica, ou a funções equivalentes:

a) as de chefe do Departamento de Ensino e as de chefe de Curso, às de chefe de Secção;

b) as de chefe de Divisão, às de chefe de Sub-Secção;

c) as de adjunto de Divisão, às de adjunto de Sub-Secção.

Art. 101 — Nenhum curso da ECEMAR funcionará sem que nele hajam sido matriculados, no mínimo, cinco oficiais-alunos. No ano seguinte, entretanto, o Curso funcionará, mesmo que esse mínimo de oficiais-alunos não haja sido atingido.

Parágrafo único. Quando um Curso deixar de funcionar por esse motivo, os oficiais nele matriculados terão sua matrícula transferida para o ano seguinte, independentemente de limite de idade ou de pósto; ficarão, entretanto, sujeitos ao parecer favorável da Comissão de Sindicância referida no artigo 41 e a nova inspeção de saúde.

Art. 102 — Antes do início dos Cursos da ECEMAR, realizar-se-á, anualmente, um Curso para novos instrutores, tendo como finalidade:

a) apresentar e discutir objetivos, normas, organização, procedimentos e facilidades da Escola;

b) ensinar princípios e normas pedagógicas, mostrando como se aplicam aos métodos de instrução da ECEMAR;

c) estabelecer os objetivos mediatos da instrução e os processos mais eficazes para alcançá-los;

d) ensinar como preparar os trabalhos da instrução, de modo a nêles alcançar clareza, objetividade, adequabilidade, interesse e eficiência;

e) ensinar a técnica e os meios de avaliação dos resultados alcançados no ensino.

Art. 103 — Os assuntos relativos ao ensino são, normalmente, de caráter sigiloso, cabendo ao comandante classificá-los.

Art. 104 — Serão considerados possuidores de diplomas equivalentes aos dos Cursos da ECEMAR.

a) do Curso de Estado-Maior, os oficiais diplomados:

1) no Período Fundamental do Curso de Estado-Maior e Comando da Aeronáutica;

2) no Curso de Comando da Escola de Guerra Naval, até o ano de 1946, inclusive;

3) pela Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, Estados Unidos, até o ano de 1946, inclusive;

b) do Curso Superior de Comando, os oficiais diplomados:

1) no Período Superior do Curso de Estado-Maior e Comando da Aeronáutica;

2) no Curso de Estado-Maior da Aeronáutica, criado pelo decreto n.º 20 796, de 19 de março de 1946;

3) no Curso Superior da Escola de Guerra Naval, até o ano de 1940, inclusive;

4) pela Escola de Estado-Maior do Exército até o ano de 1944, inclusive;

c) do Curso de Direção de Serviços, os oficiais diplomados:

1) no Período Superior do Curso de Estado-Maior e Serviços da Aeronáutica, no ano de 1947;

2) no Período Único do Curso de Estado-Maior e Serviços da Aeronáutica, nos anos de 1948 e 1949.

Art. 105 — Os direitos e vantagens assegurados, até a data da publicação deste Regulamento, pelas leis e regulamentos em vigor, aos oficiais possuidores de Curso de Estado-Maior, passarão a ser garantidos, exclusivamente, aos diplomados no Curso Superior de Comando.

Art. 106 — O comandante da ECEMAR organizará instruções pormenorizadas em que se fixarão, normas de trabalho, minúcias de funcionamento, definição de atribuições e demais indicações necessárias à boa marcha do serviço.

Art. 107 — O comandante da ECEMAR tem as atribuições disciplinares de comandante de Zona Aérea sobre todo o pessoal da Escola: o chefe do Departamento de Ensino e o chefe do Departamento da Administração, as de comandante de Unidade incorporada sobre o pessoal que lhes é subordinado.

Art. 108 — A ECEMAR goza de autonomia administrativa.

Art. 109 — Os casos omissos serão resolvidos pelo ministro da Aeronáutica.

Capítulo IX

Disposições transitórias

Art. 110 — A matrícula de oficiais que, na data da publicação deste Regulamento, sejam de pósto superior aos previstos no artigo 13, ou excedam os limites de idade fixados nos artigos 35, 36 e 37, será permitida até o ano de instrução de 1952, inclusive:

Parágrafo único — Aos oficiais que, nessa condição, freqüentarem o Curso de Estado-Maior, será facultada, no ano seguinte ao em que o terminarem, inscrição no concurso de admissão ao Curso Superior de Comando.

Art. 111 — Os oficiais que não houverem sido cogitados para matrícula no Curso de Tática Aérea, de acordo com o estabelecido pelas portarias ns. 30-G2, de 5 de fevereiro de 1948, 8 de 10 de janeiro de 1949 e 8 de 7 de

janeiro de 1950, serão dispensados da condição de o possuírem, para inscrição no concurso de admissão ao Curso de Estado-Maior.

Art. 112 — A menção de fim de Curso, obtida pelos oficiais anteriormente diplomados pela ECEMAR, será, pelo Estado-Maior da Aeronáutica modificada de maneira a enquadrar-se nos limites estabelecidos no presente Regulamento.

Art. 113 — Aos oficiais-aviadores designados para o Quadro de Instrutores, para o ano letivo de 1950, aplicar-se-á o disposto no ar-

tigo 39 do Regulamento da ECEMAR, aprovado pelo decreto n.º 24 748, de 5 de abril de 1948.

Art. 114 — As exigências do artigo 69 só entrarão em vigor a partir de 1951.

Art. 115 — Aos oficiais que, até 1950, forem possuidores do diploma do Curso Superior de Comando, não será exigida a condição estabelecida no artigo 71.

Rio de Janeiro, em 6 de março de 1950.

Armando Trompowsky.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo que o Conselho está elaborando.

Íntegra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Lei n.º 250 de 17 de março de 1950

Concede prêmios em dinheiro pelo plantio de essências florestais e dá outras providências.

O Presidente da Assembléa Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado da Bahia.

Faço saber que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É concedido o auxílio de Cr\$ 10 000,00 por milheiro de essências florestais cultivadas em região do estado assolada pelas secas, desde que o plantio ocorra no período compreendido entre 1950 e 1959, inclusive.

Parágrafo único — O pagamento do auxílio será feito em três prestações, decorridos dois, quatro e seis anos da data do plantio e nas proporções de 50, 30 e 20%, respectivamente do seu valor.

Art. 2.º — Terão direito ao prêmio a que se refere o artigo 1.º, não só os particulares, como as municipalidades.

Art. 3.º — A Secretaria de Agricultura fornecerá, gratuitamente, no porto fluvial ou marítimo ou na estação da estrada de ferro mais próxima da propriedade onde vão ser plantadas, as mudas de essências florestais solicitadas pelos interessados, desde que apresentem razoáveis condições de segurança de seu cultivo.

Art. 4.º — O pagamento de cada prestação ficará na dependência da comprovação do devido número de árvores vivas, em condições mínimas de trato.

Art. 5.º — A partir do exercício de 1952, será consignada, na lei orçamentária do estado, verba não inferior a Cr\$ 2 000 000,00 (dois milhões de cruzeiros) à disposição da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, para cumprimento do estatuto no artigo 1.º;

Art. 6.º — Esta lei será regulamentada, dentro do prazo de 60 dias, especificando-se as essências florestais a serem cultivadas, e recomendando-se preferencialmente as que já tenham comprovado sua adaptação à zona respectiva.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, 17 de março de 1950.

CARLOS VALADARES
Nestor Duarte
João da Costa Pinto
Dantas Júnior

"Diário Oficial da Bahia" de 22-3-1950.



MINAS GERAIS

Lei n.º 560, de 17 de maio de 1950

Institui estâncias hidrominerais.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Ficam criadas as estâncias hidrominerais de Jacutinga e Tiradentes.

Art. 2.º — O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, e em colaboração com a Prefeitura Municipal de Tiradentes, tomará providências para que sejam satisfeitas as exigências legais que forem necessárias para a instalação e funcionamento da Estância de Tiradentes.

Art. 3.º — Fica aberto um crédito especial de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros), para ocorrer, no corrente exercício, às despesas de instalação e início de construção da Estância de Tiradentes.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 17 de maio de 1950.

MILTON SOARES CAMPOS
Américo Renê Gianetti
José de Magalhães Pinto

"Minas Gerais" de 18-5-1950.



Decreto n.º 3 288, de 10 de maio de 1950

Fixa data para instalação de distritos criados pela lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º do decreto-lei n.º 1 630, de 15 de janeiro de 1946, e considerando que, por motivo de força maior, não puderam instalar-se a 1.º de outubro ou a 8 de dezembro de 1949, conforme determinações constantes dos decretos números 3 138 e 3 192, respectivamente de 25 de agosto e 4 de novembro do mesmo ano, vários dos distritos criados pela lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948.

Decreta:

Art. 1.º — Fica marcado o dia 2 de julho do corrente ano para instalação de distritos criados pela lei n.º 336, de 27 de dezembro de

1948, que não tenham podido instalar-se nas datas fixadas pelos decretos ns. 3 138 e 3 192, de 25 de agosto e 4 de novembro de 1949.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução dêste decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 10 de maio de 1950.

MILTON SOARES CAMPOS
Pedro Aleixo

"Minas Gerais" de 11-5-950.

Decreto n.º 3 290, de 19 de maio de 1950

Fixa data para instalação da comarca de Jequeri

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de atribuição que lhe confere o artigo 6.º do decreto-lei n.º 1 630, de 15 de janeiro de 1946, e considerando que foram cumpridas pela Municipalidade de Jequeri as exigências constantes dos artigos 3.º, § 2.º, e 4.º, § 4.º, do citado decreto-lei, mediante doação ao Estado de prédio para Fórum, Prisão Pública e Quartel do Destacamento Policial, remodelado de acôrdo com planta aprovada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas,

Decreta:

Art. 1.º — Fica marcado o dia 18 de junho do corrente ano para instalação da comarca de Jequeri, criada pela lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução dêste decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 19 de maio de 1950.

MILTON SOARES CAMPOS
Pedro Aleixo

"Minas Gerais" de 20-5-950.

Decreto n.º 3 296, de 26 de maio de 1950

Fixa data para instalação da comarca de Pompeu.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de atribuições que lhe confere o artigo 6.º do decreto-lei n.º 1 630, de 15 de janeiro de 1946, e considerando que foram cumpridas pela Municipalidade de Pompeu as exigências constantes dos artigos 3.º, § 2.º, e 4.º, § 4.º, do citado decreto-lei, mediante doação ao Estado de prédios para Fórum e para Prisão Pública e Quartel do Destacamento Policial, construídos de acôrdo com plantas fornecidas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Decreta:

Art. 1.º — Fica marcado o dia 4 de junho do corrente ano, para instalação da comarca de Pompeu, criada pela lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução dêste decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 26 de maio de 1950.

MILTON SOARES CAMPOS
Pedro Aleixo

"Minas Gerais" de 27-5-950.

★

PARANÁ

Altera o decreto n.º 800, de 8 de abril de 1931.

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando a crescente valorização das terras paranaenses, em virtude da sua fertilidade;

Considerando o racional aproveitamento das áreas devolutas, que vêm sendo intensamente procuradas por inúmeros interessados;

Considerando que, por isso, é grande o número de requerimentos em trânsito no Departamento de Geografia, Terras e Colonização; e, finalmente,

Tendo em vista que, em face dessas considerações, a colonização se processará com maior rapidez, com o conseqüente aumento da produção e tornado mais consentânea a expedição do título definitivo aos requerentes,

Decreta:

Art. 1.º — Os parágrafos 1.º, 2.º 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º, do artigo 5.º, do decreto n.º 800 de 8 de abril de 1931, passarão a ter a seguinte redação:

§ 1.º — O Departamento de Geografia, Terras e Colonização encaminhará o requerimento ao respectivo inspetor, que publicará, editais, por 10 (dez) dias, na sede da Inspeção e do município onde o imóvel estiver situado, para efeito de receber informação ou protesto de qualquer interessado.

§ 2.º — Findo o prazo do edital será o requerimento — devolvido dentro de trinta (30) dias, pelo inspetor de Terras, com a informação sobre a natureza, situação, classificação e confrontações e sobre protesto ou reclamação apresentada, cabendo ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, pelos seus órgãos técnicos, dar parecer e encaminhá-los ao respectivo secretário de Estado, a fim de receber o despacho do governo.

§ 3.º — A contar da data da publicação do despacho de deferimento, terá o requerente o prazo de trinta (30) dias, para efetuar, nas repartições arrecadoras do estado, mediante guia do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, o pagamento da "metade" do valor estipulado para a área concedida.

§ 4.º — Esgotado esse prazo, com que haja sido satisfeito o pagamento nas condições expressas no parágrafo anterior — será o despacho considerado sem efeito.

§ 5.º — Efetuado o pagamento da metade do valor das terras expedir-se-á, a favor do requerente, um título de opção sobre a área concedida, mediante a condição de ser, pelo seu possuidor, solicitada, ao diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização,

a medição das terras, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a partir da data de expedição do título, sob pena de caducidade da concessão, ficando o interessado sem direito a restituição da quantia já paga, ou qualquer indenização.

§ 6.º — Satisfeita, porém, pelo interessado, a exigência a que se refere a última parte do parágrafo precedente, o Departamento de Terras enviará o processo ao respectivo inspetor de Terras, que, dentro do prazo de noventa (90) dias, providenciará a medição, salvo razões justificadas e aceitas pelo governo.

§ 7.º — Aprovado e processado, por sentença governamental, será facultado ao interessado, o prazo de noventa (90) dias para extração do Título Definitivo de domínio, mediante o pagamento dos cinqüenta por cento (50%) restantes depois de satisfeitas as condições da existência do terreno de cultura efetiva e morada habitual.

§ 8.º — Esgotado o prazo, sem que hajam sido satisfeitas as condições de cultura efetiva, e morada habitual, a concessão caducará de pleno direito, perdendo o requerente as quantias já pagas e o direito a quaisquer indenizações.

§ 9.º — Por motivo de força maior, o requerimento da parte e a juízo do governo, poderão os prazos previstos nos parágrafos 2.º e 7.º ser prorrogados até o dôbro, no máximo.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

"O Dia", Paraná, 11-5-950.

RIO DE JANEIRO

Lei n.º 860, de 15 de maio de 1950

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Ficam dispensadas do pagamento do impôsto territorial, devido até 1.º de janeiro de 1949, as propriedades rurais que passaram à jurisdição do Estado do Rio de Janeiro, em vista do acôrdo de limites firmado entre este e o Estado de Minas Gerais, em São Lourenço, e aprovado pelo decreto-lei n.º 1 260, de 10 de novembro de 1944.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Niterói, 15 de maio de 1950.

EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA
Hélio Cruz de Oliveira

Hermete Rodrigues da Silva
Leonel Homem da Costa, diretor do Ensino Pré-Primário e Primário, respondendo pelo expediente da Secretaria de Educação e Cultura

Raul Travassos da Rosa
Francisco de Paula Lupércio Santos
Valfredo Martins
Bento Santos de Almeida
Edgar Teixeira Leite

"Diário Oficial" do Estado do Rio, 16-5-950.

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia
IX Sessão Ordinária da Assembléia Geral

Íntegra das Resoluções ns. 252 a 256

Resolução n.º 252, de 5 de julho de 1949

Approva as contas do Conselho relativas a 1948

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que o Diretório Central, nos termos do artigo 4.º da resolução 224 da Assembléia, escolheu por sorteio uma Comissão Especial formada de representantes de cinco Diretórios Regionais;

Considerando que os membros da mesma são delegados dos estados respectivos na presente Assembléia, e que, por isso, em caráter excepcional, foi eleita a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas da presente Assembléia;

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as contas do Conselho Nacional de Geografia, relativas ao ano de 1948, de acordo com o parecer da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, anexo a esta resolução.

Art. 2.º — A Assembléia assinala o fato auspicioso da implantação do serviço próprio de contabilidade do Conselho, ora dotado de organização contábil, eficiente e idêntica à do Conselho Nacional de Estatística.

Cidade do Salvador, em 5 de julho de 1949, ano do 4.º centenário da fundação da Cidade do Salvador e ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado: — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

ANEXO

Senhor presidente e senhores delegados:

A Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, sorteada entre os delegados regionais à referida Assembléia, reunida na capital da República, entre 15 e 30 de junho, conforme resolução n.º 224, de 15 de julho de 1948 e o resolvido pelo Diretório Central em sua reunião de 3 de maio do ano corrente, cumpre o dever de apresentar a vossas excelências o seu parecer sobre a documentação financeira do Conselho no segundo semestre de 1948.

Foram examinados 2 310 documentos de caixa e 1 454 extra-caixa com anexos — os quais estavam em ordem, sem rasuras nem emendas e devidamente escriturados.

O auxílio concedido ao C.N.G., no exercício, foi de Cr\$ 15 214 500,00 e mais a suplementação de Cr\$ 1 627 675,00 ocorrida no segundo semestre para atender ao aumento de vencimento de pessoal de acordo com a lei 488, de 15 de novembro de 1948.

Deduzidas as despesas efetuadas de 1.º de janeiro a 30 de junho resultou o saldo orçamentário de Cr\$ 11 071 977,50, pelo qual correram as despesas correspondentes ao segundo semestre em exame.

Os documentos verificados somaram um valor de Cr\$ 9 988 403,20 referentes às despesas realizadas no semestre resultando num saldo "Em Ser" de Cr\$ 1 083 574,30 conforme consta da análise apresentada no balanço de exercício.

O balanço levantado em 31 de dezembro de 1948, devidamente conferido, demonstra que o patrimônio do Conselho atinge a Cr\$ 5 169 414,90, registrando-se ainda que a inversão patrimonial no exercício foi de Cr\$ 1 239 375,90 e no último semestre de Cr\$ 702 261,70.

Notou, entretanto, esta Comissão, no exame pormenorizado da documentação extra-caixa, alguns pequenos senões, que foram razoavelmente justificados pelos funcionários do Serviço de Contabilidade do C.N.G., postos gentilmente à sua disposição pelo secretário-geral.

São estes senões: gastos com artigos dispensáveis na alimentação de trabalhadores; documentos de despesas assinados e relacionados por funcionários sem os respectivos comprovantes, a falta do visto do coordenador em alguns documentos. Estes senões que atingem a cerca de dez documentos, foram justificados respectivamente, pela dificuldade de serem conseguidos gêneros de alimentação, sobretudo para merendas em trabalho noturno; pela impossibilidade de serem conseguidos documentos de comprovação de despesas no interior do país e com referência à falta da assinatura do carimbo de "visto" em virtude da

ausência, algumas vezes do chefe do serviço a quem compete o cumprimento dêste preceito regulamentar.

Convém salientar que a crítica, feita aos documentos postos a exame desta Comissão, em nada afeta a honestidade dos responsáveis pela realização das despesas, nem a direção do C.N.G., representa apenas falta do cumprimento de certas formalidades regulamentares.

Conclusão:

A Comissão é, pois de parecer que sejam aprovadas as contas do segundo semestre do ano de 1948, ao mesmo tempo em que manifesta o seu aplauso ao secretário-geral do C.N.G., engenheiro Christovam Leite de Castro, pela sua dedicação aos interesses e desenvolvimento do Conselho; aos Srs. Paulo Rocha Freire, chefe da Contabilidade do C.N.G.; Luis de Gonzaga da Silva Cruz, encarregado do Setor Orçamentário; José Gaburri, contador J, pela atenção e gentileza que nos dispensaram na verificação das contas, documentos e demais livros bem assim pela dedicação e competência que evidenciam nos serviços que lhes são afetos.

Recomenda entretanto:

a) que a Secção de Contabilidade não continue aceitando documentos de despesas,

para o devido processamento, firmados por funcionários, sem que esses documentos estejam acompanhados de outros comprovantes da respectiva despesa, como aconteceu no semestre a que nos referimos na actual prestação de contas;

b) que o Serviço recomende aos chefes de Secção dos trabalhos de campo, melhor orientação na distribuição de mantimentos às turmas de trabalhadores, não lhes fornecendo alimentos outros senão os relativos ao padrão econômico da vida de cada um, isto é, fornecendo-lhes aquilo que realmente, é alimentação e que comumente é conhecido como gênero de primeira necessidade;

c) que seja tanto quanto possível verificada a questão do "visto" em todos os documentos, antes de serem entregues à Comissão de Tomada de Contas.

É o que nos cabe dizer a vossa excelência, a quem temos a honra de apresentar as nossas

Atenciosas saudações

Alfredo Montes de Araújo Pinto — Presidente. *Luis Periquito* — Relator. *Custódio Toscano*. *Francisco Cronge da Silveira*. *Mário Vasconcelos Cavalcanti*.

★

Resolução n.º 253, de 6 de julho de 1949

Determina a edição de publicações referentes às grandes regiões brasileiras.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições,

Considerando que as publicações periódicas editadas pelo Conselho encerram matéria apreciável sobre as distintas regiões brasileiras;

Considerando a vantagem e oportunidade de se reunirem adequadamente esses esparsos estudos;

RESOLVE:

Art. 1.º — A Secretaria-Geral providenciará a publicação de uma série de volumes referentes às cinco grandes regiões brasileiras, reunindo os artigos, comentários, transcrições e outras contribuições inseridas na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico*, bem como demais trabalhos julgados de interesse.

Art. 2.º — Caberá à Divisão de Geografia do Serviço de Geografia e Cartografia do Con-

selho a orientação científica do volume referente a cada região, bem como providenciar o preparo de contribuições novas que sejam indispensáveis à realização do plano que estabelecer, de acôrdo com a Comissão de Publicações da Secretaria-Geral.

Art. 3.º — A dita série de publicações tem por objetivo dar ao público elementos para o estudo geográfico das grandes regiões brasileiras, em caráter de emergência, enquanto a mencionada Divisão de Geografia não terminar o preparo das monografias das regiões, como parte da geografia do Brasil.

Cidade do Salvador, em 6 de julho de 1949, ano 4.º do centenário da Cidade do Salvador e ano XIV do Instituto — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 254, de 6 de julho de 1949

Autoriza destaques e suplementações de verbas, no orçamento vigente do Conselho.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando a proposta formulada pela Secretaria-Geral do Conselho, com fundamento em modificações verificadas em compromissos orçamentários;

RESOLVE:

Artigo único — Ficam autorizados os destaques e suplementações das verbas abaixo

especificadas do orçamento vigente do Conselho:

DESTAQUES

a) da Verba 2 — Material, sub-consignação 01 — Aparelhagem aerofotogramétrica de vôo e restituição Cr\$ 80 000,00; b) da Verba 4 — Encargos Diversos, sub-consignação 22 — Levantamentos especiais em cooperação com as organizações regionais Cr\$ 120 000,00; c) da Verba 4 — Encargos Diversos — sub-consig-

nação 44 — Publicações periódicas, seriadas e avulsas (*Boletim Geográfico*, etc) Cr\$ 60 000,00.

e conferencistas à Assembléa Geral Cr\$ 44 000,00.

SUPLEMENTAÇÕES

a) para a Verba 4 — Encargos Diversos, sub-consignação 01 — Aluguel de bens imóveis Cr\$ 216 000,00; b) para a Verba 4 — Encargos Diversos, sub-consignação 28 — Indenização de despesa de ajudas de custo, quotas de representação e outras dos delegados

Cidade do Salvador, em 6 de julho de 1949, ano do 4.º centenário da fundação da Cidade do Salvador e ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 255, de 8 de julho de 1949

Pronuncia-se sôbre o preparo da carta geográfica do Brasil.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando o desenvolvimento que vêm tomando os trabalhos da carta do Brasil, a cargo do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1.º — A Assembléa confirma o plano que vem desenvolvendo o Conselho para a carta geográfica do Brasil, com a publicação de uma série principal de fôlhas na escala de 1:1 000 000, segundo as normas gerais da carta internacional do Mundo, com as adaptações das convenções, e de duas séries preparatórias nas escalas de 1:500 000 e 1:250 000.

Parágrafo único — A impressão das fôlhas da carta da série preparatória, na escala de 1:250 000, será continuada, dentro do plano geral da carta ao milionésimo, de acôrdo com os devidos entendimentos com o Serviço Geográfico do Exército, nos termos do decreto-lei n.º 9 210, de 29 de abril de 1946.

Art. 2.º — Os Diretórios Regionais comunicarão aos serviços de cartografia, oficiais ou privados, existentes nas respectivas unidades federadas as convenções cartográficas para as cartas geográficas, aprovadas pelo Conselho, com o objetivo da sua generalizada e uniforme adoção no país.

Art. 3.º — É encarecido à Presidência do Instituto que seja ampliada a instalação do Serviço Gráfico do I.B.G.E. na parte relativa à impressão de mapas, a fim de que seja possível não só o atendimento da impressão das séries da carta geográfica do Brasil, como também o atendimento às solicitações das repartições federais e estaduais.

Cidade do Salvador, em 8 de julho de 1949, ano do 4.º centenário da fundação da Cidade do Salvador e ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 256, de 8 de julho de 1949

Dispõe sôbre a distribuição de cópias dos mapas municipais.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia usando das suas atribuições,

Considerando a existência no Conselho dos originais dos mapas dos municípios brasileiros e a possibilidade da tiragem de cópias com os próprios recursos da instituição;

Considerando as enormes vantagens da difusão conveniente desses mapas que, mesmo no caso de não serem exatos e atualizados, despertam, todavia, o estudo do território municipal e o desejo de aperfeiçoamento das representações cartográficas;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho empreenderá uma campanha de distribuição de cópias dos mapas municipais às instituições mais credenciadas dos respectivos municípios.

Art. 2.º — A campanha será empreendida pelos Diretórios Regionais, em colaboração com a Secretaria-Geral.

§ 1.º — Os Diretórios Regionais terão os entendimentos com as autoridades municipais competentes, quanto ao fornecimento das aludidas cópias, mediante indenização, tão somente, das despesas de tiragem.

§ 2.º — Fica à disposição dos Diretórios Regionais, para o efeito dessa campanha, o Laboratório de Reproduções e Fotocartografia do Conselho.

§ 3.º — Os Diretórios Regionais, ao distribuírem as cópias solicitadas dos mapas munici-

pais, farão as ressalvas que couberem quanto à atualização e interpretação das divisas intermunicipais e interdistritais.

Art. 3.º — Ao prefeito de cada município será sugerido o fornecimento de, pelo menos, três cópias que se destinarão: uma, à Prefeitura; outra, à Câmara Municipal; e a terceira, à escola mais importante do município.

Art. 4.º — A Secretaria-Geral terá entendimento com o Conselho Nacional de Estatística, quanto ao fornecimento, mediante a indenização de que trata o artigo 2.º, de uma cópia do mapa municipal a cada respectiva Agência Municipal de Estatística e bem assim de uma coleção dos mapas municipais do mesmo estado aos Departamentos Estaduais de Estatística.

Art. 5.º — A Secretaria enviará gratuitamente cinco exemplares das fôlhas da carta geográfica do Brasil à Prefeitura de cada município representado, destinando-se um exemplar a ser restituído pela Prefeitura ao Conselho com as possíveis correções e enriquecimentos.

Cidade do Salvador, em 8 de julho de 1949, ano do IV centenário da fundação da Cidade do Salvador e ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Diretório Central

Íntegra das Resoluções ns. 153, 187, 193, 363 e 364

Resolução n.º 153, de 18 de fevereiro de 1944

Concede uma autorização.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º — É concedida autorização ao secretário-geral do Conselho para aceitar o convite do governo dos Estados Unidos da América para servir como consultor da Biblioteca do Congresso de Washington, e nessa qualidade visitar aquela nação.

Art. 2.º — A ausência do secretário-geral será de três meses, salvo prorrogação aprovada pelo presidente do Instituto, e se dará na época mais conveniente à marcha dos serviços da Secretaria-Geral.

Art. 3.º — Substituirá o secretário-geral durante a sua viagem ao estrangeiro, o chefe da Secção de Estudos do "Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica".

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1944, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado — *Laura de Moraes Sarmiento*, Secretário-Assistente substituto Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

N.R. — Com as resoluções ns. 153, 187 e 193, estamos dando início à publicação das deliberações do Diretório Central do C.N.G., que não haviam sido ainda divulgadas.

★

Resolução n.º 187, de 3 de abril de 1945

Baixa um quadro provisório do pessoal do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que, em colaboração com o Departamento Administrativo do Serviço Público, se estuda a organização definitiva dos quadros de pessoal do Instituto, em observância ao disposto no decreto-lei n.º 5 327, de 28 de maio de 1943;

Considerando que o quadro do pessoal baixado com as resoluções n.º 152, de 3 de fevereiro de 1944 e n.º 166, de 3 de outubro de 1944 deste Diretório já não atende às atuais necessidades dos serviços;

Considerando as necessidades de se distinguirem as duas repartições subordinadas ao Conselho: uma, de carácter administrativo, a Secretaria-Geral, a outra, de finalidade técnica, o Serviço de Geografia e Cartografia (decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944);

RESOLVE:

Art. 1.º — O quadro do pessoal do Conselho Nacional de Geografia passa a ser o fixado na presente resolução, até que em lei se estabeleça a organização definitiva do pessoal do Instituto, conforme os estudos que se efetuam em cooperação com o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º — A lotação dos funcionários do Conselho se fará discriminada e separadamente pelos seus dois órgãos executivos: o administrativo, a "Secretaria-Geral", e o técnico, o "Serviço de Geografia e Cartografia".

Art. 3.º — Consideram-se no Conselho fundamentais e básicas as seguintes carreiras funcionais:

1) de "amanuense", para as funções e cargos de natureza administrativa;

2) de "geógrafo", para os funcionários que se apliquem nos estudos e pesquisas geográficas, sobretudo de interpretação e análise geográfica;

3) de "cartógrafo", destinada àqueles que se ocupem do preparo e desenho dos mapas;

4) de "geometrista", para quantos tenham a missão de medir o território.

Art. 4.º — Nas carreiras básicas serão adotadas, quanto possível, distribuições uniformes e sistemáticas em grupos funcionais conexos e subsequentes, na seguinte ordem: aprendiz, praticante, auxiliar, técnico, técnico especializado.

Parágrafo único — No anexo n.º 1 apresenta-se a tabela de correspondência das carreiras básicas, adotadas no quadro do pessoal baixado com a presente resolução.

Art. 5.º — A admissão de funcionários em cada grupo funcional se fará mediante prova

de seleção para ingresso no cargo inicial do grupo, mesmo para os funcionários do quadro do Conselho.

Art. 6.º — Nessa prova de seleção serão considerados para os funcionários já admitidos, não só currículo no grupo funcional anterior, como também o aproveitamento nos cursos de especialização que o Conselho haja instituído.

Art. 7.º — A tabela de vencimentos do pessoal do Conselho é rigorosamente a mesma do pessoal extranumerário da administração federal, que presentemente está fixada no decreto-lei n.º 17 022, de 31 de outubro de 1944.

Art. 8.º — O quadro do pessoal do Conselho a que se refere o artigo 1.º é o seguinte:

Lotação prevista	FUNÇÕES		Referência
	Denominação		
	SECRETARIA GERAL		
1	Secretário-Geral.....	—	
1	Secretário-Assistente.....	—	
7	Assistentes em Comissão.....	—	
4	Assistentes Contratados.....	—	
4	Chefes de Seção em Comissão.....	—	
1	Assistente de Aperfeiçoamento.....	XIX	
1	" " Ensino.....	XIX	
2	" " Educação.....	XIV	
1	Conservador de Museu Especializado.....	XIX	
1	Bibliotecário Especializado.....	XIX	
2	" " ".....	XV	
2	" " ".....	XIV	
2	" " ".....	XII	
4	Bibliotecários.....	XI	
1	Amanuense.....	XXII	
2	" " ".....	XXI	
5	" " ".....	XIX	
4	Amanuenses Auxiliares.....	XVI	
2	" " ".....	XV	
7	" " ".....	XIV	
11	" " ".....	XIII	
13	" " ".....	XII	
3	Auxiliares de Escritório.....	XI	
6	" " ".....	X	
6	" " ".....	IX	
9	" " ".....	VIII	
9	" " ".....	VII	
4	Praticantes de Escritório.....	VI	
1	Porteiro.....	XIII	
1	" " ".....	XI	
3	" " ".....	IX	
1	Servente.....	VII	
2	" " ".....	VI	
3	Mensageiros.....	IV	
5	" " ".....	III	

Lotação prevista	FUNÇÕES		Referência
	Denominação		
	SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA		
1	Diretor Geral.....	—	
1	Sub-Diretor.....	—	
1	Assistente Coordenador de Geografia.....	—	
1	" " " Cartografia.....	—	
8	Chefes de Seção, em Comissão.....	—	
1	Chefe de Compilação.....	—	
1	Geógrafo Especializado.....	XXXIV	
1	" " ".....	XXXIII	
1	" " ".....	XXXII	
1	" " ".....	XXXI	
1	" " ".....	XXX	
2	" " ".....	XXIX	
3	" " ".....	XXVII	
2	Geógrafos.....	XXII	
3	" " ".....	XXI	
3	" " ".....	XX	
5	" " ".....	XIX	
1	Praticante de Geógrafo.....	XI	
3	" " ".....	X	
5	" " ".....	IX	
7	" " ".....	VIII	
8	" " ".....	VII	
1	Cartógrafo Especializado.....	XXIV	
1	" " ".....	XXIII	
1	Cartógrafo.....	XXII	
2	" " ".....	XXI	
2	" " ".....	XX	
3	" " ".....	XIX	
5	" " ".....	XVIII	
5	" " ".....	XVII	
1	Cartógrafo Auxiliar.....	XVI	
5	" " ".....	XV	
7	" " ".....	XIV	
2	" " ".....	XIII	
7	" " ".....	XII	
2	Desenhistas.....	XI	
3	" " ".....	X	
3	" " ".....	IX	
1	Praticante de Desenhista.....	VII	
1	Geometrista Especializado.....	XXXIV	
2	" " ".....	XXXIII	
2	" " ".....	XXXII	
2	" " ".....	XXXV	
1	Foto Cartógrafo.....	XXIV	
1	" " ".....	XXII	
1	" " ".....	XXI	
1	" " ".....	XX	
1	" " ".....	XIX	
1	" " ".....	XVIII	
1	" " ".....	XV	
1	" " ".....	XIV	
2	" " ".....	XIII	
1	Fotógrafo.....	X	
2	" " ".....	VIII	
2	" " ".....	VII	
3	" " ".....	VI	
1	Amanuense.....	XXII	
1	" " ".....	XIX	
1	Amanuense-Auxiliar.....	XVI	
1	" " ".....	XV	
1	" " ".....	XIV	
1	" " ".....	XIII	
7	" " ".....	XII	
5	Auxiliares de Escritório.....	X	
1	Praticante de Escritório.....	VI	
1	Porteiro.....	XI	
2	" " ".....	IX	
1	Servente.....	VII	
2	" " ".....	VI	
5	Mensageiros.....	IV	
5	" " ".....	III	

Rio de Janeiro, em 3 de abril de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Resolução n.º 193, de 4 de junho de 1945

Reorganiza os serviços centrais do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a necessidade de se adaptarem os serviços centrais do Conselho, sobretudo em virtude da instalação do Serviço de Geografia e Cartografia, criado com o decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho passa a ter duas repartições executivas centrais: a "Secretaria Geral", com finalidade administrativa e cultural; o "Serviço de Geografia e Cartografia", com finalidade técnica e científica.

Art. 2.º — Ambas as repartições se subordinam superiormente ao presidente do Instituto.

Art. 3.º — A Secretaria-Geral é dirigida pelo *secretário-geral* do Conselho e o Serviço de Geografia e Cartografia por um *diretor*, padrão P.

Art. 4.º — A Secretaria-Geral compõe-se dos órgãos consultivos e executivos seguintes:

A — Órgãos consultivos:

1) *Comissão de Documentação e Cultura*, composta de membros escolhidos pelo Diretório Central, a qual se destina a opinar sobre os assuntos de documentação e cultura geográfica que o secretário-geral venha a lhe encaminhar;

2) *Comissão de Publicações*, composta de membros escolhidos pelo Diretório Central, destinada a opinar sobre os assuntos relativos às publicações do Conselho, que o secretário-geral lhe encaminhar;

3) *Comitê de Planejamento*, composto de funcionários escolhidos pelo secretário-geral, o qual se destina a auxiliar a direção no estudo dos planos gerais e dos programas anuais de trabalho, e bem assim no estudo da organização e funcionamento dos serviços;

4) *Comitê Diretor*, composto dos chefes de Seção e encarregados de Setor da Secretaria que, sob a presidência do secretário-geral, se reúne mensalmente para o estudo dos assuntos gerais da Secretaria, para o efeito de unidade de planificação, comando e execução dos serviços.

B — Órgãos executivos

1) *Secção de Administração*, que se encarrega de todos os assuntos administrativos do Conselho, desdobrando-se nos seguintes setores:

- a) Setor de Arquivo, Expediente e Protocolo;
- b) Setor de Contabilidade;
- c) Setor de Material;
- d) Setor de Pessoal;
- e) Setor de Mecanografia;
- f) Setor de Portaria.

2) *Secção Cultural*, que se incumbem dos assuntos culturais do Conselho, na sua missão de formação e aperfeiçoamento de técnicos, de realização de cursos e reuniões de estudos, de divulgação didática, compreendendo os seguintes setores:

- a) Setor de Intercâmbio Cultural;
- b) Setor de Didática da Geografia;
- c) Setor de Cursos e Reuniões
- d) Setor de Museu Paisagístico.

3) *Secção de Publicações* que tem a seu cargo o preparo das publicações editadas pelo Conselho, composta dos seguintes setores:

- a) Setor de Redação;
- b) Setor de Revisão;
- c) Setor de Edição;
- d) Setor de Expedição e Vendas.

4) *Secção de Documentação*, que tem por fim coletar e reunir documentação geográfica e cartográfica sobre o território brasileiro, desdobrada nos seguintes setores:

- a) Setor de Arquivo Corográfico e Fototeca;
- b) Setor de Biblioteca;
- c) Setor de Mapoteca;
- d) Setor de Dicionário Geográfico;
- e) Setor de Divisão Territorial.

Art. 5.º — O Serviço de Geografia e Cartografia compõe-se dos órgãos consultivos e executivos seguintes:

A — Órgãos consultivos

1) *Comissão de Geografia*, composta de membros escolhidos pelo Diretório Central, que tem por finalidade opinar sobre os assuntos geográficos encaminhados pelo diretor do Serviço;

2) *Comissão de Cartografia*, composta de membros escolhidos pelo Diretório Central, opinará sobre os assuntos cartográficos que lhe encaminhar o diretor do Serviço;

3) *Comitê de Planejamento*, constituído de funcionários designados pelo diretor do Serviço, auxiliará a direção no estudo dos planos gerais e programas anuais de trabalho e bem assim no estudo da organização e funcionamento dos serviços;

4) *Comitê Diretor*, composto dos chefes de Seção e encarregados de Setor, reúne-se mensalmente para o estudo das questões gerais da repartição, com o objetivo de imprimir unidade ao comando, planificação e execução dos serviços.

B — Órgãos executivos**B1 — Órgãos de natureza administrativa**

1) *Setor administrativo*, diretamente subordinado ao diretor compreendendo uma Portaria;

B2 — Órgãos de natureza geográfica, subordinados a um assistente coordenador:

2) *Secção de Estudos*, encarregada dos trabalhos de gabinete, compreendendo os seguintes setores:

- a) Setor de Prontualização;
- b) Setor de Informações;
- c) Setor de Estudos Especiais;
- d) Setor das Sínteses Nacionais;
- e) Setor de Ilustrações;
- f) Setor de Cálculos.

3) *Cinco Seções Regionais*, destinadas aos trabalhos de campo, distribuídos pelas regiões do país:

- a) Norte,
- b) Nordeste,
- c) Leste,
- d) Sul,
- e) Centro-Oeste.

B3 — *Órgãos de natureza cartográfica, subordinados a um assistente coordenador:*

4) *Setor de Cálculo;*
 5) *Laboratório Fotocartográfico*, destinado aos trabalhos de reprodução de mapas e fotografias, compreendendo os seguintes setores:

- a) Setor de Reproduções;
- b) Setor de Foto-Cartografia;
- c) Setor de Filmagem.

6) *Seção de Triangulação*, destinada aos trabalhos geodésicos;

7) *Seção de Nivelamento*, destinada aos trabalhos hipométricos;

8) *Seção de Coordenadas*, destinadas aos trabalhos astronômicos;

9) *Seção de Levantamentos Mistos*, destinada a expedições de levantamentos de regiões mal conhecidas;

10) *Seção de Aerofotogrametria*, destinada aos trabalhos de restituição das fotografias aéreas tiradas pelo processo Trimetrogon;

11) *Seção de Desenho*, destinada ao desenho dos mapas, compreendendo os seguintes setores:

- a) Setor do Norte,
- b) Setor do Nordeste,
- c) Setor do Leste,
- d) Setor do Sul;
- e) Setor do Centro-Oeste,
- f) Setor de Cartas Especiais.

Art. 6.º — O presidente do Instituto, por proposta do dirigente da repartição central correspondente, baixará as instruções necessárias à boa marcha dos serviços ora estruturados, no que depender de decisão superior.

Art. 7.º — A resolução entra em vigor na presente data.

Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 363, de 15 de março de 1950

Adere ao "X Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros".

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a transcendente importância da campanha municipalista, que se desenvolve no país sob os auspícios do Conselho Nacional de Estatística;

Considerando o elevado apêço com que o Conselho Nacional de Geografia tem sempre considerado o município brasileiro, em todas as suas iniciativas que comportam desdobramentos locais;

RESOLVE:

Art. 1.º — É manifesto o aplauso do Conselho, e a sua solidariedade, à oportuna iniciativa da Associação Brasileira de Municípios da convocação do "I Congresso Nacional dos Mu-

nicipios Brasileiros", sob o patrocínio do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 2.º — Fica o presidente do Instituto autorizado a constituir uma delegação para representar o Conselho no referido certame.

Art. 3.º — A Secretaria-Geral fica autorizada a apresentar na exposição de trabalhos, de interesse municipal, que o Conselho Nacional de Estatística organiza, estudos geográficos e trabalhos cartográficos elaborados pelo Conselho.

Rio de Janeiro, em 15 de março de 1950, ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente; Visto e rubricado, *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Rubens Porto*, Presidente do Instituto, em exercício.

★

Resolução n.º 364, de 5 de maio de 1950

Fixa as Tabelas Numéricas do Pessoal Mensalista para 1950.

O Diretório Central, no uso das suas atribuições;

Considerando a necessidade de dar-se organização sistemática às tabelas numéricas do pessoal mensalista do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1.º — São as seguintes as tabelas numéricas do pessoal mensalista do Conselho para o exercício de 1950:

SÉRIE FUNCIONAL	Referência	Lotação
Auxiliar de Campo.....	10	1
" " ".....	11	1
" " ".....	12	1
" " ".....	13	1
" " ".....	14	5
" " ".....	15	8
" " ".....	16	11
" " ".....	17	2
" " ".....	18	7
" " ".....	19	6
" " ".....	20	16
" " ".....	21	5
" " ".....	22	2
" " ".....	23	1
" " ".....	24	1
Auxiliar de Mecânico.....	18	1
Mecânico.....	24	1
".....	25	1
".....	26	1
Mensageiro.....	13	1
".....	14	1
".....	15	1
".....	16	1
".....	17	1
".....	18	1
Auxiliar de Escritório.....	15	1
" " ".....	16	1
" " ".....	17	2
" " ".....	18	3
" " ".....	19	9
" " ".....	20	6
" " ".....	21	3
" " ".....	22	2
" " ".....	23	2
Servente.....	16	2
".....	17	1
".....	18	7
".....	19	3
".....	20	1
".....	21	2
Dactilógrafo.....	18	5
".....	19	3
".....	20	3
Patrôante de Geógrafo.....	18	1
" " ".....	19	3
" " ".....	20	4
Praticante de Desenhista.....	18	3
" " ".....	19	6
" " ".....	20	4
" " ".....	21	1
" " ".....	22	1

SÉRIE FUNCIONAL	Referência	Lotação
Operador Mecanógrafo.....	23	2
" ".....	24	2
Fotógrafo.....	20	1
".....	21	1
".....	22	1
".....	23	1
Litógrafo.....	23	1
Tipógrafo.....	22	2
".....	23	1
Impressor.....	17	1
Auxiliar Encadernador.....	18	2
Encadernador.....	23	1
Vigia.....	18	1
".....	19	2
Motorista.....	22	1
".....	23	1
".....	24	2
Marceneiro.....	23	1
Ascensorista.....	20	2
".....	21	2

§ 1.º — Fica o presidente do Instituto autorizado a distribuir, pelas séries funcionais fixadas nesta resolução, o atual pessoal extranumerário e os servidores que venham exercendo funções aí previstas, de acôrdo com as suas habilitações e eficiência demonstrada em serviço e na conformidade das normas aprovadas pelo Diretório Central.

§ 2.º — As referências e funções que se vagarem com o aproveitamento do pessoal extranumerário no Quadro Permanente, consoante as normas estabelecidas pelo Diretório Central, serão declaradas extintas em ato do presidente do Instituto.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente resolução correrão por conta das dotações da consignaçoão II da Verba I, artigo 2.º da resolução 354, de 29 de dezembro de 1949.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1950, ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.